

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA

**Casa nova, vida nova:**

Consumo, despesas e orçamento doméstico entre moradores do PAC do  
Morro do Preventório

Shirley Alves Torquato

Niterói

2013

Shirley Alves Torquato

**Casa nova, vida nova:**

Consumo, despesas e orçamento doméstico entre moradores do PAC do  
Morro do Preventório

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense PPGA-UFF, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutorado em Antropologia.

Niterói

2013

**BANCA EXAMINADORA**

Professora Dra Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes ( orientadora)

---

Professora Dra Soraya Silveira Simões ( co-orientadora)

(Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ-IPPUR)

---

Professor Dr. Marco Antônio da Silva Mello

Universidade Federal Fluminense- PPGA-UFF

---

Profa. Dr<sup>a</sup> Margareth Coelho Luz

Fundação Getúlio Vargas- FGV

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Neiva Vieira da Cunha

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

---

Professora Dr<sup>a</sup> Letícia Helena MedeirosVelo

Universidade Federal Fluminense- Departamento de Sociologia-UFF

---

Professora Dr<sup>a</sup> Letícia de Luna Freire ( Suplente)

Universidade Federal Fluminense- UFF

---

Professor Dr. Carlos Abraão Moura Valpassos( Suplente)

Universidade Cândido Mendes- UCAM-IUPERJ

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais Maria e Luis pelo amor à mim dispensados ao longo de minha existência e pelos valores que me ensinaram, e que foram fundamentais para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje. Agradeço em especial à minha mãe, companheira de jornada, pela positividade contagiante, por acreditar que dias melhores são inevitáveis e que por isso sempre virão, por entender minhas questões existenciais e minhas estranhezas peculiares;

À Mauro, companheiro de todos os momentos, até mesmo quando não está presente, pela docilidade, carinho, amizade, paciência e nunca reclamar da minha agenda de escrita; além disso, agradeço aos cardápios elaborados e aos novos sabores que me apresentou;

À minha orientadora Laura Graziela, que me acompanha desde o mestrado, por todo o incentivo, ensinamentos e pela grande amizade estabelecida;

Ao professor Marco Antônio da Silva Mello, que foi meu professor na graduação, no mestrado e no doutorado, pela oportunidade que me concedeu de fazer parte do Laboratório de Etnografia Metropolitanas LeMetro- IFCS-UFRJ, e a partir desta participação ter integrado o Acordo Capes Cofecub, que conferiu-me à incomparável experiência de frequentar a École des Hautes Etudes em Sciences Sociales –EHESS em Paris como bolsista de doutorado sandwich.

À Soraya Silveira Simões, por ter aceitado ser minha co-orientadora;

Aos professores Laurent Thévenot, meu orientador na EHESS, por sua delicadeza e orientações. À Daniel Cefai pelas conversas e interesse em auxiliar-me na minha pesquisa, por suas orientações de estudo, e por toda atenção que me deu durante minha estada em Paris .

À professora Collette Pétonet *in memoriam* , com quem tive a oportunidade ímpar de tomar um café em sua casa e conversarmos sobre Paris, Rio de Janeiro, metrô, favelas e felinos;

Ao professor Pedro José García Sánchez, agradeço por ter me recebido em seu gabinete na *Nanterre Université*, pelas orientações de estudo e pelo convite para assistir ao espetáculo de ballet *Orpheu* no *Trocadero* com seus simpáticos alunos.

Agradeço à Halima Mbirik por me apresentar sua cidade Nanterre e os receptivos membros da Associação de Moradores de Nanterre; Joseph Ridolfi, Aline Adouane, Aurore e Sebastien Girault.

Aos professores Luiz Antônio Machado da Silva e Márcia Leite pelo curso sobre favelas cariocas que ministraram em parceria com o professor Marco Antônio da Silva Mello no IFCS-UFRJ;

Aos meus QUERIDOS amigos Bia Neves, Lilian Rabelo Patrícia Chaves, Heraldo Portella, Clerli Teixeira, Eleonora Magalhães, Izamara Bastos, Gilson Machado, Rose Novaes, Weden Alves, Marcelo Santos, Marisa Dreys, Pedro Pio, Sabrina, Hilaine Yaccoub, Michele Markowitz e Barbara Franz. Todos com suas particularidades e em momentos diferenciados foram testemunhas das alegrias, conflitos, surpresas, mudanças, enfim, de todas as ambiguidades que vivenciei durante a minha fase liminar de doutoranda;

À minha professora de francês Conceição;

Aos colegas de PPGA, Leonardo Pomponet, Solange Mezabarba, Eliana Vicente, Thaís Queiroz, André Gil, Patrícia Pavesi e Iara Bulhões;

À todos os professores e funcionários do PPGA-UFF;

Às amigas multinacionais que fiz em solo francês, através da Convenção Capes-Cofecub, da EHESS, da *Maison du Brésil* e do *Colege D'Espagne*, dentre as quais destaco: Marcela Mateuzzo, Maira Abreu, Deborah Moura, Meritxel Fernandes, Céline Lis, Catalina colombiana e Catalina mexicana, Constantino Nicolizas, Glauber Szarino, Isaac, Lorena Fleury, Santuza, Claudio Assis, Andrea Betânia, Barbara Carioca, Raquel Sousa Lima, Inaê Coutinho, James Humberto, Tatiana Bina, Frederico Barros, Fernanda

Tarabal, Rosangela Carrilo, Francesc Tous, Irina Golovina, Paloma Gutiérrez, Luciene Braz, Ainoa, Michiel, Philippe Lacaze, Isabel Ferreira, dentre muitos outros

À CAPES que me concedeu um ano e meio de bolsa de estudos no Brasil e um ano na França.

Às professoras doutoras que aceitaram fazer parte da minha Banca de Doutorado: Margareth da Luz Coelho, Letícia Helena Medeiros Veloso, Neiva Vieira da Cunha, Letícia de Luna Freire, os professores Marco Antônio da Silva Mello e o professor Carlos Abrãao Valpassos e a professora Carla Fernanda Pereira Barros, que participou de minha banca de qualificação.

Aos familiares e amigos de quem estive tão distante durante o doutorado. Aos meus amigos fraternos do CEU, local iluminado onde me energizo e reponho as baterias mentais e espirituais;

Ao então presidente da Associação dos Moradores do Morro do Preventório - AMMP José Wilson Santos e a assistente social Tânia Oliveira;

E, sobretudo, aos moradores do PAC do Preventório, que abriram suas portas e receberam-me com muito carinho e confiança a qualquer hora ou dia da semana. Em especial Sr. José Faustino, João Batista e Adriano. Sem a solidariedade e a boa recepção de todos eles, este trabalho não teria acontecido.

Ao ar que respiro,

OM Shanti

*A casa é nosso canto no mundo*

Gaston Bachelard

## **Resumo**

Esta tese representa o esforço de traduzir e interpretar algumas situações observadas por mim durante trabalho de campo realizado em dois conjuntos de prédios construídos pelo Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, no Morro do Preventório, localizado em Niterói, município da região metropolitana do Rio de Janeiro. Procurei observar como uma política pública habitacional, concebida pelo governo federal, foi recebida por aqueles a quem se destinava e como este evento foi vivenciado em termos pragmáticos, lógicos e dramáticos. Busquei através das narrativas dos moradores removidos de áreas de risco da favela para os apartamentos, identificar seus principais conflitos, decepções, ambiguidades, ansiedades, incertezas, alegrias, novas expectativas e projetos a respeito da “nova vida”. Minha análise tenta dar conta de "como" a moradia, mesmo não sendo inicialmente escolhida ou desejada, e sim imposta por um programa de governo, foi pouco a pouco sendo transformada na "casa toda arrumadinha", conforme uma expressão nativa igualmente presente e recorrente em todos os depoimentos.

### **Palavras chave:**

PAC- Morro do Preventório- Casa- Mudança- Consumo doméstico



**Abstract**

This dissertation presents an effort to translate and interpret certain situations that I observed while doing fieldwork in two low-income apartment buildings constructed by the Accelerated Growth Program (PAC) on the Preventório favela, located in Niterói, a city in greater metropolitan Rio de Janeiro. I sought to observe how a habitation policy, created by the federal government, was received by those for whom it was destined and how moving to the new buildings was experienced in pragmatic, logical, and dramatic terms. By way of resident narratives on being removed from environmental risk areas, where their favela was located, to the apartment buildings, I sought to identify what their main conflicts, deceptions, ambiguities, anxieties, uncertainties, joy, new expectations, and projects were, regarding their “new life”. My analysis attempts to understand how one’s place of residence, even when it is not that originally desired or chosen, but imposed by a governmental program, was slowly transformed into “a nice and neat” home, the native expression used continuously in all the accounts I received of this change.

**Key words:** PAC - Moving - house- Preventório Favela- Domestic consumption

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO  | 12 |
| CAPITULO 1- O LUGAR- O PREVENTÓRIO                    | 27 |
| 1.1- A percepção dos espaços                          | 37 |
| 1.2-Niterói   | 46 |
| 1.3 - O Programa de Aceleração do Crescimento – O PAC | 49 |
| 1.4- O PAC no Preventório                             | 54 |
| CAPÍTULO 2 – O PAC NO MORRO DO PREVENTÓRIO            | 60 |
| 2.1- A “baixada” e a “parte alta” do Preventório      | 61 |
| 2.2- O Preventório III                                | 63 |
| 2.3- O Preventório I                                  | 65 |
| 2.4 - Os moradores do PAC – Preventório               | 66 |
| 2.4.1-João  | 66 |
| 2.4.2-José  | 69 |
| 2.4.3 – Adriano                                       | 71 |
| 2.4.4-Simone  | 72 |
| 2.4.5- Denise   | 74 |
| 2.4.6- Aline  | 76 |
| 2.4.7- Crisântemo                                     | 77 |
| 2.4.8- Viviane  | 81 |
| 2.4.9- Cláudia  | 82 |
| 2.4. 10- Gisela                                       | 83 |
| 2.5- Dificuldades na ambientação                      | 83 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 3- O NEXO PRAGMÁTICO DA MUDANÇA</b>   | <b>87</b>  |
| 3.1- A casa como problema sociológico   | 89         |
| 3.2- A mudança no sentido pragmático  | 94         |
| 3.3- "Uma casa toda arrumadinha" - A dimensão pragmática da mudança e a aquisição do gosto: | 96         |
| 3.4-A sala e o sofá:  | 113        |
| 3.4-O Quarto e o armário  | 124        |
| 3.5- Banheiro: a torneira e o chuveiro  | 134        |
| 3.6-Cozinha: geladeira e armários   | 137        |
| <br>  |            |
| <b>CAPÍTULO 4- O nexu lógico da mudança</b>   | <b>145</b> |
| 4.1- De "moradores de favela" a "condôminos"  | 145        |
| 4.2- A nova lógica do consumo doméstico   | 153        |
| 4.3- A necessidade de compreender a lógica dos “outros”                                     | 164        |
| 4.4-A “perda de privacidade” e o controle da vizinhança                                     | 166        |
| 4.5- A nova lógica na aquisição e nos usos dos bens   | 171        |
| 4.6- A (nova) função das coisas   | 176        |
| 4.7-A administração das contas: a lógica das novas despesas domésticas                      | 183        |
| 4.8 -Hierarquia de gastos obedecida entre os moradores dos apartamentos do PAC- Preventório | 189        |
| 4.8.1-Alimentação   | 189        |
| 4.8.2- O gás e o Botijão  | 192        |
| 4.8.3-A Conta de luz  | 194        |
| 4.8.4-As compras parceladas   | 198        |
| 4.8.5- Água   | 200        |
| 4.8.6-O Condomínio  | 201        |
| <br>  |            |
| <b>CAPÍTULO 5- O Nexu dramático da mudança</b>  | <b>203</b> |
| 5.1- Conflitos, ambiguidades e os dramas de serem (ex) favelados                            | 206        |
| 5.2-Dona Luzia  | 217        |
| 5.3-Dona Carmem   | 220        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>5.4-Felícia e Aline</b>   | <b>222</b> |
| <b>5.5-Sr. José</b>  | <b>225</b> |
| <b>5.6-O mexerico: um drama social na vizinhança</b>   | <b>229</b> |
| <b>5.7-O drama da mudança vivido de uma forma diferente</b>  | <b>233</b> |
| <b>5.8- A Fronteira das ambiguidades</b>   | <b>243</b> |
| <b>5.9 - Compras e despesas: perdas e ganhos na casa nova</b>  | <b>244</b> |
| <b>5.10- O Pagamento das contas</b>  | <b>249</b> |
| <b>5.11-“Sou mais morar em comunidade perto de Icarai do que numa casa na beira da rua em São Gonçalo”</b> | <b>258</b> |
| <b>5.12-Uma pequena observação sobre as habitações populares em Nanterre e em Paris</b>                    | <b>259</b> |
| <b>CONCLUSÃO</b>   | <b>270</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>  | <b>276</b> |
| <b>ANEXOS</b>  |            |

## INTRODUÇÃO

O tempo de escrever, tal como o de pesquisar, não é único, imediato e contínuo, mas, ao contrário, constitui um processo complexo e pleno de discontinuidades. De forma alguma tais circunstâncias assinalam incapacidades, mas, sim, especificidades com relação aos diferentes momentos de construção do conhecimento antropológico.

No que se refere aos efeitos do campo e de suas implicações, Peirano (1995), destacou alguns eventos que podem ocorrer ao pesquisador a partir do trabalho de campo, tais como os limites impostos à própria pesquisa, logo depois de seu início, e, finalmente, a mudança de propósitos e objetivos da pesquisa como um todo, diante das evidências do campo empírico, muitas vezes contrárias às nossas hipóteses iniciais. É nesse sentido que se confirma a ideia de que a Antropologia é uma ciência heurística, já que cada pesquisa reinaugura os passos fundamentais constitutivos da disciplina, e não apenas os repete e reproduz.

Por seu turno, a etnografia também ocorre em diferentes etapas. A esse respeito, Geertz (2000), um dos principais autores da Antropologia Interpretativa, referiu-se a dois desdobramentos básicos: o "estar lá" (no campo) e o "estar aqui" (no gabinete). Em um primeiro momento, as primeiras rumações entre o que se escuta, ouve-se e observa-se ocorre "lá", no campo, à medida que o pesquisador faz suas anotações no caderno de campo. Trata-se de um primeiro exercício reflexivo diante das informações recém-obtidas, uma primeira tentativa de construção de nossos dados ainda numa situação de convívio, e de relação direta com nossos interlocutores e o próprio ambiente onde vivem, o que pode corroborar e até mesmo sinalizar mudanças importantes quanto aos rumos a serem tomados dali por diante, em relação a escolhas, estratégias de abordagem, aspectos morais relevantes que podem agir contra ou favoravelmente ao trabalho de campo etc... Assim, o trabalho de campo constitui-se em uma experiência única, para além de colocar em prática procedimentos e ferramentas científicas; trata-se de um processo intersubjetivo que singulariza o pesquisador diante de seus pares.

O que foi escrito até este momento tem como intuito relatar que minha entrada em campo não foi um acontecimento linear, fruto de uma escolha deliberada, mas

resultado de um processo longo, que foi precedido pelo contato com outros campos, e respectivamente à interação com outros interlocutores e cenários, até que pudesse, enfim, “encontrar” meu campo atual, este que será doravante o ponto de partida e referência de todo o texto que se segue.

O processo etnográfico é definido ao longo do seu curso. Tal como Geertz (1973:10) definiu sabiamente, o texto etnográfico é construído enquanto uma ‘descrição densa’ das condições socialmente estabelecidas da comunicação humana através de códigos culturais. Para o autor, fazer etnografia é como tentar ler um manuscrito estrangeiro. A diferença é que tal manuscrito não é redigido de maneira convencional, mas através de exemplos transitórios de comportamento cultural e socialmente constituídos.

Apesar de realizar uma etnografia num conjunto habitacional na mesma cidade em que moro, os estrangeirismos e os familiarismos a cada encontro tomaram-me de surpresa em igual medida. A busca por uma suposta interpretação desta grafia de certa forma imprime ao discurso antropológico um caráter ficcional.

Inicialmente meu objetivo era estudar o tema da dívida e do endividamento entre grupos de indivíduos de camadas médias urbanas no Rio de Janeiro. Estava interessada no tema da despesa e, mais especificamente, de como as pessoas usavam seus recursos financeiros para organizarem seus orçamentos e orientarem seus gastos, tendo em vista especialmente o fato de pertencerem a uma sociedade na qual o consumismo constitui-se numa ideologia central e um importante valor, algo passível de atribuir e conformar identidades, estilos de vida e até mesmo definir formas de subjetividade.

Com este tema em mente, cheguei a defender meu projeto de doutorado, mas já naquele momento defrontei-me com alguns obstáculos, e o mais importante dele foi não dispor de um grupo de referência, mas apenas de um número de indivíduos com os quais vinha conversando sobre o assunto. Tais indivíduos não possuíam quaisquer vínculos ou relações entre si, assim, sequer podiam ser identificados como membros de um mesmo grupo, fosse por questões econômicas, profissionais, ocupacionais, religiosas, morais, gostos etc. O que os unia era o fato de se reconhecerem e serem identificados como membros das camadas médias urbanas por diferentes razões: ocupacionais, níveis de renda, moradia, escolaridade, e, finalmente, pelos elevados níveis de endividamento. Eu pensava que este dado poderia servir como um denominador comum para definir este conjunto de indivíduos como um grupo, mas

meus interlocutores na banca alertaram para a necessidade de encontrar ou definir outros marcadores sociais, e isso poderia levar algum tempo. Diante desse desafio, eles sugeriram um recorte etnográfico mais “clássico”, no qual eu tomasse como referência um grupo que se autodenominasse ou fosse percebido como tal. Outra possibilidade seria tomar um lugar, uma região, um bairro, uma comunidade, e ali passar a acompanhar um grupo de moradores de forma a observar seus padrões de gastos e despesas, tendo como ponto de partida seus hábitos de consumo.

A oportunidade para sair de meu dilema inicial se deu quando aceitei a sugestão de meus colegas e professores do PPGA-UFF, principalmente do professor Marco Antonio da Silva Mello, para acompanhar uma colega francesa que estava em visita ao Brasil, por conta de um acordo de colaboração internacional CAPES-COFECUB. Halima M’Birik, estudante de doutorado em Antropologia da Universidade de Nanterre, e na ocasião, aluna do professor José Sanchez, pesquisava na cidade francesa de Nanterre os engajamentos políticos entre habitantes dos *logements sociaux*.

Por esta razão, Halima estava interessada em conhecer favelas cariocas e suas respectivas Associações de moradores. Por coincidência, na mesma época da visita de Halima, alguns pesquisadores da UFF e do LeMetro tinham iniciado contatos com a Associação de Moradores do Morro do Preventório (AMMP) em Niterói, dentre eles, minha orientadora Laura Graziela Gomes, e Marco Antonio da Silva Mello, pois a Prefeitura havia feito algumas demandas ao grupo de pesquisadores da UFF em relação a implantação de um telecentro na localidade.

Na ocasião em que estive com Halima no Preventório, fui acompanhada pela colega de doutorado, Iara Bulhões. O encontro havia sido marcado através de contato telefônico feito entre Hilaine Yaccoub e o presidente da Associação de Moradores – (AMMP), José Wilson Souza. Hilaine, ao contrário de mim e Iara, conhecia este, pois havia participado do encontro anterior em que estavam presentes pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, representantes do poder público e do Morro do Preventório, entre os quais estava José Wilson.

Nosso primeiro encontro aconteceu na parte externa de uma tabacaria localizada na Estação Hidroviária do Catamarã de Charitas, local sugerido por José Wilson, pois além de ser um local de fácil acesso, ficava em frente ao Morro do Preventório. Marcamos no mesmo local com Halima, que na ocasião, estava hospedada na casa de uma professora num bairro próximo. Iara e eu tínhamos apenas informações gerais

sobre suas descrições físicas, mas ao chegarmos ao ponto de encontro facilmente a reconhecemos pelos seus cabelos compridos, volumosos e cacheados, uma de suas características marcantes. A conversa inicial foi muito amistosa, apesar de naquela ocasião meu conhecimento da língua francesa ser ainda bem primário.

José Wilson estava acompanhado por uma das assistentes sociais encarregada pela empreiteira Delta de realizar a pesquisa sobre impacto social relacionada aos moradores que se mudariam para os apartamentos do PAC- Preventório. Naquele dia, dispunha de pouco tempo para o grupo, pois havia alguns compromissos fora dali; no entanto, explicou-nos rapidamente como se deu o início de seu trabalho no Preventório e ressaltou o papel fundamental da Associação de Moradores na articulação com o poder público, na troca de informações e nas reivindicações que estes fizeram referentes às carências locais, como por exemplo, a necessidade de uma melhor rede de esgoto e contenção das encostas. Foi através da Associação de Moradores que houve o cadastramento de famílias contempladas com apartamentos do PAC.

Duas etapas do PAC Habitação ocorreram no Preventório: o PAC 1, que consistiu na construção de três blocos de apartamentos de quatro a seis pavimentos cada um, totalizando 248 unidades habitacionais, e o PAC 2, que começaria apenas após a finalização dos prédios e previa obras de pavimentação e saneamento em toda a favela.

Após a rápida explanação de seu ofício no PAC, a assistente social seguiu para seu encontro de trabalho e deixou-nos a sós com José Wilson, que fez uma espécie de visita guiada pelo Morro e contou histórias pontuais sobre a localidade, sobre a fundação da Associação de Moradores em 1981 e a importância da militância política dos moradores para a aquisição de diferenciados serviços lá existentes, como por exemplo, a instituição de um polo do programa "médico de família", modelo de medicina preventiva, idealizado pelo governo cubano, do qual falaremos mais adiante.

O que poderia ter sido um simples passeio para acompanhar uma colega estrangeira, não deixou de ser um primeiro vislumbre, para mim, de um possível campo para minha pesquisa, o que desde logo me exigiu um posicionamento como pesquisadora. Dessa forma, apoiando-me no artigo de Collete Péttonet, deixei-me conduzir pelas particularidades do campo, influenciada pela ideia da "observação flutuante" (Péttonet; 2008; p.102). Para a autora, a "observação flutuante" consiste no pesquisador permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, e deixar-se "flutuar", de modo que as informações o



penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam, e possa, então, descobrir algumas regras subjacentes do campo.

José Wilson levou-nos aos locais em que ele considerava como principais referências do Preventório: a sede da Associação de moradores; a equipe do Médico de família; alguns comércios locais (como quitandas, armazéns e salões de beleza); e o Centro Comunitário, construído pela equipe do PAC. Caminhamos na parte baixa e nas principais entradas: *Meu cantinho*, *Maloca* e a rua 14 de abril. José Wilson apresentou-nos, com orgulho, uma breve história do Morro do Preventório e as vitórias conseguidas pela Associação de moradores, como por exemplo, a consolidação do POUISO - Posto de Orientação Urbanístico e Social, conquista alcançada em 2010, durante sua gestão, e proposta inicialmente idealizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro durante a execução do Favela Bairro.

Uma das visitas que fizemos na companhia de nosso anfitrião foi ao Posto Médico da Família, sediado, naquela ocasião, numa área arborizada, em uma das entradas em direção ao Morro. Chegando lá, Wilson apresentou-nos à equipe de médicos e técnicos de Enfermagem. Ressaltou a preferência por contratar técnicos de enfermagem que morem na comunidade, por estes conhecerem a vizinhança, despertarem confiança nos moradores, e por esta razão, atuarem como facilitadores na conscientização da necessidade de consultas preventivas.

Durante o período de implantação do PAC e da execução das obras, a equipe da Associação de Moradores foi a principal responsável pelo acolhimento das diferentes equipes de implantação da obra, tanto a equipe técnica, quanto a equipe social, encaminhando-lhes as principais demandas da comunidade, até mesmo a entrega de determinados tipos de materiais para a obra, como luminárias e pisos. Sobre ela voltaremos a falar mais adiante.

Ao sairmos da Associação, fomos em direção ao Preventório III, que na ocasião estava com as obras em processo de finalização. Segundo contou José Wilson, a maioria dos moradores contemplados com os apartamentos vivia em casas muito precárias na favela e, portanto, a ida para os apartamentos seria uma oportunidade para uma “melhora de vida”. Esta mudança, no entanto, criava muitos questionamentos nos moradores que continuavam na favela. Havia para uns, a sensação de injustiça, na medida em que defendiam a ideia de que “muitos que precisavam não ganharam

apartamentos”, ao passo que outros “que não precisavam, ganharam”. Essa dualidade despertou ainda mais o meu interesse em conhecer esses moradores, pois havia também no discurso de José Wilson a ideia de que todos que estavam nos apartamentos eram famílias mais precarizadas e, portanto, carentes de ações do governo.

Este foi meu primeiro contato com o Preventório, e desde então ficou evidente para mim que ele poderia vir a ser o campo empírico que estava buscando para realizar minha pesquisa. Estava claro que a mudança dos moradores para os apartamentos implicaria uma série de mudanças, particularmente em suas rotinas domésticas, no campo da sociabilidade, nas relações de vizinhança, finalmente, no campo das representações sobre si próprios e os demais. Nesse sentido, eu poderia manter a ideia de trabalhar com o grupo, tendo como ponto de partida as mudanças que se verificariam em seus hábitos de consumo, tomando-o como uma referência importante para acompanhar as relações que esse grupo de moradores desenvolveria com o novo espaço de moradia, não só em termos materiais propriamente ditos, através dos modos de uso do espaço doméstico, como também pela forma como organizaria seu orçamento, pensaria e conceberia suas prioridades em termos de despesas, até mesmo a forma como utilizaria certos bens como energia elétrica, água, dentre outros.

Segundo José Wilson, a ida para os apartamentos seria uma oportunidade de melhora e mudança de vida para muitas famílias, apesar de o próprio comentar a insatisfação de várias destas famílias em relação ao tamanho dos imóveis, à ausência de quintal e à necessidade de pagamentos de taxas. Era perceptível em seu discurso, ainda que de maneira ambígua, que os novos moradores dos apartamentos passaram a ser vistos ou como sortudos, ou numa escala abaixo daqueles que continuaram favela, o que justificaria uma “ajuda” do governo.

Foi neste momento que pude vislumbrar um outro tema importante, pois sempre que o assunto da mudança era mencionado, havia uma alternância de pena e comiseração, como se alguma desgraça grande houvesse desabado sobre aqueles personagens escolhidos para ir morar no conjunto de apartamentos que estava sendo construído mais adiante. Eu me perguntava perplexa por que eles demonstravam tanta compaixão e pena por seus vizinhos, se o apartamento para onde iriam ser transferidos, segundo minha própria lógica particular parecia ser bem melhor que os barracos insalubres e, ainda por cima, localizados em áreas de risco?

Aquela tarde de 2010 foi longa e promissora, pois ao finalizar a visita já podia

ter a certeza de que voltaria e, se tudo desse certo, aquele seria meu campo empírico. Peguei os contatos de José Wilson, prometi-lhe que voltaria ao Preventório e pedi para que me apresentasse alguns moradores dos apartamentos. Disse a ele que gostaria de analisar a partir daquele momento, a nova dinâmica habitacional dos moradores dos apartamentos, enfatizando, também, a minha temática anterior, ou seja, consumo e endividamento.

No caminho de volta para casa, refleti sobre tudo o que havia presenciado. Chamou-me principalmente a atenção o Preventório I, o primeiro conjunto de apartamentos “entregues” pela construtora aos moradores. Ele está situado num espaço privilegiado em termos imobiliários, ou seja, em frente à orla de São Francisco. Enquanto o observava do lado de fora, durante a conversa com a assistente social, na ocasião em que falava sobre seu trabalho no PAC, percebi que alguns moradores desse primeiro conjunto caminhavam pelos corredores do prédio. Alguns deles deixavam suas janelas e portas abertas, o que facilitava a curiosidade de quem estava do lado de fora em observar, ainda que rapidamente, o cuidado que possuíam com a arrumação do interior de suas residências, a ordenação estética de suas casas. Pude perceber que aparentemente possuíam móveis novos (estantes, racks, sofás,...), e tendo em mente as questões do meu tema sobre endividamento, o que vi naquele dia suscitou em mim problemas que poderiam ser investigados posteriormente: a casa nova teria sido um estímulo para comprarem novos bens domésticos? Em caso afirmativo, como compraram esses bens? Ou seja, se endividaram por conta da mudança? Finalmente, que sentido ou sentidos esta mudança possuía para eles?

Havia o risco desta dualização criar inicialmente uma exotização do grupo analisado, mas a situação concreta era que eu poderia aproveitar a situação de mudança desses moradores, ao mesmo tempo objetos de pena e compaixão de seus antigos vizinhos, para descrever um conjunto de práticas e valores associados à moradia, inclusive, mudanças sensíveis que eles enfrentariam quanto a novos gastos e despesas, mas também algo que poderia vir a ser a primeira contribuição para uma avaliação dos impactos do PAC-Preventório.

Nas semanas seguintes, mantive contato telefônico com José Wilson e reafirmei meu interesse em conhecer melhor os moradores do PAC. Assim sendo, ele me convidou para uma reunião de implantação de um Banco popular, um projeto desenvolvido em parceria com uma equipe de pesquisadores da UFF, em convênio com

a concessionária de energia elétrica AMPLA, do qual falarei mais adiante. A reunião ocorreu na Escola Municipal Pereira das Neves, palco de muitos eventos, e está localizada dentro da comunidade do Preventório. Além do presidente da AMMP, foram chamados os moradores do Morro do Preventório e dos PACs.

Foi nesta reunião que conheci os primeiros interlocutores do PAC do Preventório. Tal proposta de banco popular com moeda própria e de circulação local, visaria estimular pequenos empreendedores locais, além de fornecer empréstimos a juros menores que os de mercado para eles. A análise da concessão do crédito não passaria pela consulta da listagem dos órgãos de fiscalização do crédito, como o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC ou Serasa e, sim, através da conduta moral do requerente na localidade.

Neste encontro conheci também diferentes líderes comunitários, principalmente aqueles que seriam os meus interlocutores mais importantes ao longo da pesquisa de campo, como José e João, ambos moradores do Preventório III. Fomos apresentados e mostrei a eles meu interesse em pesquisar mais diretamente a nova dinâmica de moradia, sociabilidade e consumo nos prédios. Trocamos telefones e marcamos um encontro para a semana seguinte. Neste dia tive certeza de que já estava fazendo campo. Finalmente, minha Odisseia havia começado.

O meu primeiro campo propriamente dito nos apartamentos do PAC aconteceu numa tarde de segunda-feira. Antes de sair de casa, liguei para o Senhor José, síndico de dois blocos do Preventório III, que conheci na reunião do Banco Popular, e que convenientemente sempre tinha o seu celular ligado. Perguntei-lhe se poderia me ciceronear numa primeira visita a seus vizinhos e ao novo local de moradia. E ele de forma simpática e receptiva disse que o melhor horário da semana seria exatamente naquele dia. Em pouco mais de duas horas, estava eu lá no local combinado. No entanto, ao chegar à entrada do Colégio CIEP Leonel Brizola, que fica em frente ao conjunto de prédios do Preventório III, e ao lado de uma das principais entradas para o Morro, liguei para avisar de minha chegada. O Senhor José atendeu e pediu para que eu o esperasse por mais uns dez minutos, pois ele estava em sua antiga casa no morro, dando o que comer à sua cadela que havia acabado de dar cria a sete filhotinhos.

Ao chegar esbaforido, mas pontualmente dez minutos depois, lamentou a impossibilidade de levar os animais de estimação para os apartamentos: “Lá não tem condições. É pequeno demais. Vou ter que arrumar alguém pra ficar com eles porque

abandonar eu não tenho coragem. O meu gato eu trouxe, mas ele fugiu no dia seguinte. É triste deixar os nossos bichinhos de lado. Enquanto eles não derrubam a minha casa eu cuido deles, mas preciso arrumar logo alguém que os queira.”

Estava um pouco constrangido com o atraso, mas pediu desculpas e em seguida fomos em direção ao Preventório III, conjunto de prédios em que mora. Antes de entrarmos ele disse as impressões que tinha sobre o local: “Olha, isso aqui pode até estar bonitinho agora, mas logo, logo, por causa desse pessoal, vai ficar uma favela igual lá em cima, você vai ver. As pessoas não tem educação nenhuma. Só você vendo. E tem outra coisa, o material de obra que usaram aqui foi o mais vagabundo possível. Eu vou te mostrar.”

Mal atravessamos o portão, ele começou a fazer observações que refletiam sua insatisfação com a vizinhança, com o material de obra utilizado pela *Delta* na construção dos prédios e com a necessidade de reformular seus hábitos.

Neste dia, não havia planejado nenhum roteiro de perguntas, pois gostaria de conhecer melhor o local, os moradores, a forma como lidavam com a nova moradia, com a incorporação de novos hábitos e a opinião sobre a mudança. Portanto, as primeiras interrogações que fiz a alguns moradores tinham o objetivo de reconhecer melhor o campo, logo, não havia um roteiro estruturado de perguntas objetivas e diretas.

Contei com o auxílio de José para que ele me apresentasse alguns de seus vizinhos, e me falasse também um pouco sobre suas impressões em relação à mudança, afinal, ele foi o meu primeiro interlocutor.

Apesar de sentir-me mais estimulada a conhecer o Preventório I - pois ele foi o meu interesse inicial, por considerá-lo o mais liminar de todos os prédios do PAC-Preventório, pelo fato de estar localizado na avenida principal, portanto, de maior valorização imobiliária - o início da etnografia se deu a partir do último bloco, o Preventório III, conforme mencionado anteriormente, porque meus interlocutores iniciais eram moradores de lá.

Precisei de algumas semanas para conhecer alguns moradores e saber das várias dinâmicas locais para, enfim, elaborar um roteiro de perguntas, que poderiam ser alteradas de acordo com cada história de vida, de cada entrevistado. A princípio, pensei em estabelecer um número limitado de moradores entrevistados, para depois “escolher” os mais representativos e, desta forma, explorar mais atentamente observações a partir

de um convívio mais sistemático. No entanto, o exercício diário de conversar, conhecer histórias de vida e posicionamentos diferenciados sobre a ideia de mudança, foi parecendo surpreendentemente interessante e estimulante, ao mesmo tempo em que minha temática inicial, “endividamento”, foi se tornando extremamente confusa e secundária, à medida que o endividamento era vivenciado de formas múltiplas pelos diferentes interlocutores, que possuíam diferentes interpretações sobre o estado de endividamento.

No entanto, se eu fosse levar em consideração apenas as falas dos interlocutores, eu teria encontrado um local onde quase ninguém tinha dívidas, o que é algo incomum nos dias atuais, uma vez que quase ninguém considerava-se endividado, pobre, embora outros dados e falas fornecidos pelos próprios entrevistados, contradissem tal condição. Um dos exemplos mais comuns era a desvinculação da ideia de endividamento com o nome presente no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito - SPC.

Nesse sentido, acabei aumentando substancialmente o número de entrevistados, pois até então o objetivo era encontrar indivíduos que se considerassem endividados e que tivessem aumentado sua dívida após a mudança para os apartamentos. Quando cheguei a um número próximo a 60, concluí que deveria mudar o foco da pesquisa, pois eu não poderia continuar sustentando uma temática que o campo não me apresentava.

Era preciso ser fiel ao campo e problematizar aquilo que os moradores tinham como central em suas vidas, o que naquele momento era a “mudança de vida”. Todas as demais peculiaridades estavam, de uma forma ou de outra, interligadas a essa mudança: a aquisição de novos bens, de novos serviços, a formalização de determinadas despesas, casos de endividamento, preocupação com novas formalidades que envolviam o “nome” e, portanto, a “honra”, e responsabilidades. Portanto, essa relação entre mudança de moradia, aquisição de bens domésticos e aumento de despesas, passou a ocupar o cerne de minhas observações.

As conversas e entrevistas com os moradores foram feitas quase que em sua totalidade em suas residências, e complementadas em dias posteriores, na praça e nos corredores, em dias diferenciados e de forma aleatória. Nesse movimento, foi possível identificar e ao mesmo tempo confirmar, através dos diálogos, o quanto a aquisição de bens domésticos foi importante para a simbolização da mudança. Na quase totalidade dos apartamentos que visitei, era possível ver mobílias e eletrodomésticos novos, além

de um cuidado especial com a estética da casa.

De um modo geral, pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas. Nesses casos, a definição de critérios, segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação, é algo primordial. No entanto, o meu interesse eram os moradores do PAC. Esse era o critério. A princípio, conforme já comentei, procurava moradores endividados, mas foram poucos os que se consideravam como tal.

De acordo com Duarte (2002), numa metodologia de base qualitativa, o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori*, pois tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso, as entrevistas precisam continuar sendo feitas. As situações nas quais se verificam os contatos entre pesquisador e sujeitos da pesquisa configuram-se como parte integrante do material de análise.

Não havia um horário marcado para a maioria das entrevistas. Na primeira semana, José me indicava, de acordo com seu convívio e melhor sociabilidade, os moradores com os quais eu iria conversar. A partir da segunda semana, ele disse que eu já era “de casa”, e que o pessoal já me conhecia, que por isso eu não precisaria ser guiada sempre por ele. E assim eu o fiz. De maneira quase aleatória, escolhia as “portas” em que eu iria bater. Aquelas que tinham plantas na entrada ou algum enfeite, geralmente eram minhas preferidas. Só recebi uma recusa ao longo dos oito meses de campo. Frequentei o Preventório III durante três meses, numa média de três a quatro dias por semana. Em alguns dias, eu apenas observava o movimento dos prédios e as crianças brincando, ou conversava com os síndicos questões relativas à burocracia.

Na terceira semana, além das perguntas iniciais (nome, idade, profissão,...) eu já havia um roteiro semiestruturado de questões, acrescido de: quantidade de moradores na casa; motivo da mudança; satisfação em morar no PAC; se compraram algo de novo para a nova casa; se se consideravam endividados, se possuíam cartões de crédito e conta em banco; se a mudança alterou os gastos; presença ou não do nome no cadastro do SPC; valor da renda familiar, dentre outros itens. A cada dia, uma nova questão mostrava-se importante para encadear novas perguntas. Normalmente, os moradores mostravam-se espontâneos e não demonstravam desconforto com minha presença.

A princípio olhavam-me com certa desconfiança. Talvez por não me reconhecerem como uma local. Quando acenava, dava um sorriso ou começava uma conversa, perguntavam-me se eu era do PAC ou da Prefeitura, e antes que eu respondesse qualquer coisa, faziam-me queixas sobre diferentes assuntos, como se eu tivesse alguma autoridade para resolver algo. Quando eu explicava que era estudante da Universidade, e que tinha o propósito de realizar uma pesquisa, muitas vezes ouvia de forma decepcionada a frase: “Ah, pensei que fosse”.

De uma maneira geral, tive muita sorte com a recepção dos moradores, que nunca demonstraram se incomodar com minha presença nos corredores, ou quando fazia perguntas referentes a conforto, orçamento, salários e dívidas. Pelo contrário, perguntavam se eu queria ver boletos pagos de luz, condomínio e de carnês de lojas de departamento.

Ao longo de um mês de campo no PAC do Preventório III, já foi possível identificar a divergência de opiniões sobre "a mudança" para os apartamentos. A "falta de privacidade" era a principal queixa. A segurança nos dias da chuva e o conforto dos apartamentos eram os principais pontos positivos.

A presente tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, o objetivo foi apresentar o campo, a localidade onde desenvolvi as observações, narrar um pouco de sua história, das especificidades do bairro e da cidade em que o PAC está localizado, e os motivos que levaram a execução do projeto naquela localidade. Trata-se de uma região que apresenta características particulares quanto à paisagem e pelo tipo de ocupação que apresenta.

No segundo capítulo, faço uma apresentação geral da ocupação do lugar. Historicamente, o Preventório é uma região antiga da cidade, porém a ocupação que deu origem ao morro do Preventório é mais recente, e sua população é majoritariamente formada por migrantes, diferentemente do bairro de Juruja - uma colônia de pesca artesanal - e o bairro de São Francisco, um bairro de classe média alta.

Embora eu tenha entrado em contato com muitas pessoas e suas respectivas histórias de vida, muitas delas analisadas ao longo da tese, apresento no segundo capítulo, a história de dez moradores que considerei exemplares para entender melhor os aspectos da mudança da favela para os apartamentos. Os conflitos e ansiedades destes moradores após a mudança serão tomados como referência ao longo da tese, bem



como as representações e estigmas da condição de ex-favelados e atuais moradores de apartamentos.

Já os três capítulos seguintes foram organizados em torno do tema da "mudança" propriamente dita. Entretanto, antes de desenvolver o esquema tal como pareceu apropriado ao meu material de campo, é preciso reafirmar que o meu foco na "mudança" não foi uma escolha pessoal, mas ela se impôs pelo fato de ser uma categoria nativa onipresente em todas as conversas e entrevistas que mantive com meus interlocutores. Através das distintas tonalidades emocionais pelas quais ela era enunciada, evocada pelos moradores pude perceber ainda que ela, a mudança, dizia respeito e era tomada pelos interlocutores como um "drama social", na acepção de Victor Turner (1980; 2005), e foi a partir desta compreensão que estabeleci as relações com o esquema de Gregory Bateson (2008), tendo como referência a estrutura analítica utilizada por ele para analisar o ritual do Naven. De acordo com Bateson, o Naven poderia ser melhor compreendido e analisado a partir de cadeias ou redes de relações causais que ele denominou de nexos pragmáticos, lógicos e dramáticos.

Nesses termos, no terceiro capítulo intitulado "O nexo pragmático - a mudança: entre o drama e a acomodação" procurei ressaltar os aspectos pragmáticos da mudança, a mudança propriamente dita, ou seja, a saída da favela, tal como os interlocutores me narraram e a ida para os apartamentos, tal como eu mesma estava testemunhando. Através do viés pragmático, observei e identifiquei o conjunto de ações objetivas de engajamento que foram assumidas pelos moradores para "se acomodarem" (MILLER, 2013; THÉVENOT, 1994) nos apartamentos, com a finalidade de se instalarem efetivamente naquele novo espaço. Neste contexto, acompanhando as narrativas de meus interlocutores, pude compreender melhor outra expressão igualmente nativa e presente em suas conversas comigo, "ter uma casa toda arrumadinha". Para tanto, a leitura de Goffman foi fundamental porque percebi que para meus interlocutores não era suficiente apenas se mudar, sair de um endereço para outro, ou mesmo se acomodar no sentido mais passivo do termo, era necessário possuir objetos adequados àquele espaço, isto é, que se "encaixassem" (GOFFMAN, 2010) naquele novo espaço que seria a "nova casa".

No quarto capítulo intitulado "O nexo lógico da mudança", a ênfase recaiu sobre as categorias e os sistemas classificatórios - antigos e novos - mobilizados pelos interlocutores para darem conta de seu novo cotidiano, com ênfase, sobretudo, na

questão da organização das despesas domésticas. Nesse contexto, é preciso ressaltar como a mudança de endereço, de certa forma impôs a estes moradores a entrada numa nova ordem financeira; a um novo estilo de vida baseado no consumo de certos bens e no pagamento de taxas e despesas até então desconhecidas por eles, como a taxa de condomínio, motivo de frequentes críticas e desconfianças. Além disso, através das categorias e classificações mobilizadas pude entrever ainda, como o novo espaço - dentro e fora dos apartamentos - constrangia-os do ponto de vista das novas regras e etiquetas de convivência, o que pressupunha um novo arranjo e mudança em relação aos seus regimes de convivência anteriores.

No quinto e último capítulo intitulado simplesmente “O nexó dramático” procurei analisar o sistema de atitudes e emoções expressas pelos interlocutores e testemunhado por mim durante todo o período em que estive em contato com eles, fosse visitando suas casas, conversando informalmente, ou mesmo entrevistando-os. A expressão obrigatória dos sentimentos e emoções, como felicidade, alegria, satisfação, mas também a raiva, a decepção, a insegurança, e em muitos casos de arrependimento influenciavam as atitudes dos moradores em suas rotinas diárias, em suas relações recíprocas e também em relação às escolhas que fizeram relacionadas aos seus respectivos processos de instalação nos apartamentos. A expressão dos sentimentos, demonstrou-me que minha intuição inicial estava correta, a de que, “a mudança” era experimentada por eles como um “drama social” e que em muitos momentos eles formavam uma “comunidade de aflições” (Turner, 2005), especialmente em relação a certos questões que diziam respeito à nova vida em comum. Era o que os unia - as aflições - mas também o que os diferenciava, já que as soluções que cada um ia encontrando para lidar com elas eram diferentes. Outra questão relevante foi em relação aos conflitos e o modo como se relacionavam com eles e procuravam resolvê-los. Mais uma vez, muitos desses conflitos eram novos para eles e isso gerava muita ansiedade e ambiguidade. Este fato, levou-me a uma segunda percepção importante, a de que meus interlocutores não haviam consumado ainda “a mudança” propriamente dita, especialmente naqueles termos banalizados pela propaganda do governo no sentido de terem efetivamente mudado de classe econômica ou social, ou terem sido objeto de uma mobilidade social.

Independentemente de concordar ou não com algumas teses anunciadas, eu estava diante de algo surpreendente, em termos antropológicos: de fato, essas pessoas

deixaram de ser o que eram antes, mas, de forma alguma tornaram-se ainda o que se pretende que elas sejam. A liminaridade constitui a posição em que eles se encontram ou pelo menos se encontravam naquele momento, há quase três anos atrás.

A consolidação da mudança e, conseqüentemente uma avaliação para se saber realmente se essas pessoas "mudaram" sua posição social exige um acompanhamento maior o que, infelizmente não foi previsto por aqueles que conceberam o PAC. A mudança nesses termos não pode ser uma percepção imposta, ela precisa ser confirmada ou não, por aqueles que foram objetos dessas ações e isso exige tempo, porque essa mudança de percepção não é imediata. Ninguém, pelo simples fato de ganhar uma casa nova vai achar que trocou de classe social.

Assim sendo, finalizo este trabalho mostrando que os conflitos e todas as expectativas positivas e negativas que fizeram e fazem parte da rotina dos moradores do PAC - Morro do Preventório conduziu-os a uma vida norteadada muito mais por ambiguidades com relação à sua condição social do que as poucas certezas que possuíam antes. Até onde e quando pude segui-los e observá-los, o apartamento, segundo as percepções de alguns moradores, não lhes havia assegurado ainda a posse efetiva de uma "nova posição", não era esta a percepção e o sentimento dessas pessoas, muito embora eles concordassem, praticamente a maioria, de que sob vários aspectos sua vida havia melhorado.

## 1 – O LUGAR: O PREVENTÓRIO

Apesar de moradora de Niterói, nunca havia pensado seriamente sobre o lugar onde estava iniciando minha jornada. O próprio nome dado a ele, e ao morro, até então havia se mantido relativamente desconhecido para mim. Um primeiro sinal de que eu precisaria aprofundar meus conhecimentos a respeito me foi dado ainda durante a visita inaugural, quando me foi informado que as origens da maior parte da população não eram locais, mas extra-locais, originalmente migrantes. Como pude observar mais adiante, essas origens extra-locais estavam presentes de inúmeras maneiras na vida do lugar, através de usos e costumes de seus moradores, pois, diferentemente do bairro vizinho de Jurujuba, que já foi uma importante colônia de pescadores artesanais, os moradores do Preventório possuem um modo de vida próprio com relação às atividades que desenvolvem, e mesmo às formas de ocupação do espaço urbano, além de outros hábitos.

De acordo com historiadores de Niterói, as primeiras ocupações nas imediações da região que ficou conhecida como Preventório, localizado no bairro litorâneo de Charitas, zona sul de Niterói, e que se tornaria, pouco mais de um século depois, a maior favela da cidade em termos populacionais, segundo dados do IBGE<sup>1</sup>, estão relacionadas à criação de um hospital flutuante, o Lazareto de Jurujuba, em 1851. Em 1853, ele passou a ser administrado pelo sanitarista Francisco de Paula Cândido, que deu seu nome ao Hospital. Em 1856, o governo imperial o reinaugurou como Hospital Marítimo de Santa Isabel, nome dado em homenagem à princesa Isabel, na data de seu aniversário de dez anos.

Segundo Werrs<sup>2</sup> (1984; 202), na Enseada de Jurujuba foi fundado, a 600 metros do Hospital Marítimo de Santa Isabel, a partir de 1876, o lazareto flutuante, um navio especialmente adequado, com acomodações e instalações para o isolamento de passageiros provindos de postos suspeitos (ditos, sujos), ficando nele internados não os doentes, que eram logo removidos para o isolamento em terra, mas aqueles em

---

<sup>1</sup> Segundo o censo do IBGE de 2010, existem 5744 moradores e 1760 domicílios, apesar do presidente da Associação dos moradores afirmar que o número real corresponde no mínimo ao dobro, uma vez que os dados oficiais não levam em consideração os imigrantes que lá vivem e que ainda não transferiram o título de eleitor para Niterói.

<sup>2</sup> WEHRS, Carlos. Niterói. *Cidade Sorriso*. História de um lugar. Dunlop, Rio de Janeiro, 1984.

observação, de quarentena. A sugestão para essa ação partiu da Junta Central de Higiene Pública. O hospital de isolamento tinha cemitério próprio.

Para Souza (2006)<sup>3</sup>, a cidade de Niterói naquela época era chamada de “Terras do Além”, e a região denominada hoje de Preventório e Jurujuba era chamada de “Ponta d’Além”, por estar localizada geograficamente na ponta da região banhada pela Baía de Guanabara. Com o objetivo de evitar o alastramento de doenças contagiosas, mais precisamente na segunda metade do séc. XIX, ainda no período Imperial brasileiro, a região foi utilizada como um local de quarentena para portadores de doenças epidêmicas e contagiosas como a varíola, febre amarela e a cólera, além de doenças como o tifo, tuberculose e outras que naquele período alarmavam a população, os governantes, e causavam horror aos viajantes que passavam pela costa. Assim, os navios ancoravam em Niterói antes de seguirem viagem para o Rio de Janeiro; por essa razão, a região ficou conhecida como "Preventório".

O Hospital foi fechado em 1861, reabrindo apenas em 1867, durante a Guerra do Paraguai, quando foi cedido para o Ministério da Guerra, e nele foram abrigados os militares doentes. Em 1898, o Hospital passou a ser chamado de Hospital Paula Cândido, e em 1938, transformou-se no Educandário Paula Cândido, que à época contava com cerca de 900 meninas. Em 19 de abril de 1944, através do Decreto n 1.130, foi criada, próximo ao Educandário, a Escola de Enfermagem como escola isolada e reconhecida através do Decreto n 22.526, de 27 de janeiro de 1947. A mesma ficou subordinada, de acordo com o art. 2 desse mesmo Decreto, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro até 11 de março de 1950, quando por Ato Governamental, foi criada a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que integrou dentre diversas escolas e faculdades, a Escola de Enfermagem.

Wehrs (Idem; 204) sustenta ainda que a palavra “Charitas” escrita pelos padres no alto da entrada da capela de São Francisco Xavier, próxima à localidade do Preventório, em época remota, era lida de forma errônea. A área fazia parte da Sesmaria jesuítica, onde além da igreja havia um cemitério . Como os que passavam por ali mal sabiam ler, interpretavam o “cha” com o som de “X”, em vez de ser

---

<sup>3</sup>Fonte: Souza, Rosale de Mattos. Histórico do prédio do Arquivo Central do Núcleo de Documentação da UFF. Niterói, 17/06/2006. Disponível em:  
><http://www.ndc.uff.br/repositorio/Hist%F3rico%20do%20pr%E9dio%20do%20Arquivo.pdf>< Acesso em 10/02/2013.

pronunciado com o som de “ka”. Os locais passaram a chamar aquela também de “Xaritas” ou “Xarita”.

O nome do bairro deriva do Latim *charitas*, que quer dizer "caridade". A história da localidade está muito associada ao período imperial. No século XVIII, um grande proprietário de terras local, João Malheiro Reimão Pereira, vendeu um terreno próximo à Igreja de São Francisco Xavier, atualmente bairro de Charitas, ao seu irmão, o bispo Dom Frei Antônio de Desterro. Este então, no ano de 1762, o doou com todos os seus pertences ao Seminário São José, um pedaço de terra que em viria a ser construída a Fazenda Jurujuba, onde foi construída uma grande casa, local que até os dias atuais é conhecido como "Casarão"<sup>4</sup>, cuja fachada é tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional. Atualmente o prédio é utilizado para diferentes atividades, tais como festas e exposições.

O bairro de Charitas está localizado numa estreita faixa de terra entre uma encosta da Mata Atlântica e uma das enseadas da Baía de Guanabara, fazendo parte da extensão do bairro de São Francisco.

É preciso dizer que resquícios dessa forma de ocupação ocorrida na região em séculos passados, desde o período imperial, e que diz respeito à história de Niterói e também do Rio de Janeiro, ainda persistem no entorno da região do Preventório. Além do conjunto arquitetônico constituído pelo antigo Educandário Paula Cândido, um prédio do século XIX, de estilo imponente, atualmente chamado de *Casa da Princesa*<sup>5</sup>, há também um complexo de fortes de mais de quatro séculos no bairro vizinho, Jurujuba, que seguem um modelo de arquitetura colonial militar luso-brasileira, reconhecida pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional) e pela UNESCO (*United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* - Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)<sup>6</sup>.

As primeiras casas da favela foram sendo construídas por funcionários e por familiares dos doentes internados, que, para evitarem o dispêndio com o deslocamento e hospedagem, construíram pequenos casebres atrás do local. A comunidade conhecida

---

<sup>4</sup> <http://ddp-fan.com.br/patrimonio/CASEMCHA.htm>. Acesso em 29/02/2013.

<sup>5</sup> - Que no momento passa por reformas financiadas pelo governo do Estado para abrigar uma casa de repouso para idosos.

<sup>6</sup>FORTES de Niterói ajudaram o Rio a ser patrimônio mundial. Complexo que inclui Santa Cruz da Barra, São Luiz, Pico, Rio Branco e Imbuí aparece na lista da UNESCO. Matéria de Ruben Berta, publicada em: 2/07/12. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/fortes-de-niteroi-ajudaram-rio-ser-patrimonio-mundial-5371981> . Acesso em 19/01/2013.

hoje como Favela do Preventório se desenvolveu na área de propriedade do Estado, atrás do Hospital Preventório Paula Cândido. Ao longo de décadas, a comunidade foi-se expandindo até as áreas mais altas do cume do Morro da Viração, também conhecido como Morro do Preventório.

É importante dizer ainda que tais elementos históricos preenchem até os dias de hoje o imaginário dos moradores, a partir de falas saudosistas de algo que não viveram, mas que acreditam veementemente ter sido verdadeiro, e uma época melhor do que os dias atuais. Há uma crença de que desde o passado o lugar teria favorecido uma melhor qualidade de vida a todos que ali viviam. Esta suposição pode ser confirmada através das falas de moradores que orgulhosamente relatam que, no passado, a localidade era a preferida do “pessoal que tinha dinheiro e poder”, como a própria Princesa Isabel: “Desde aquela época já era bom, aliás, era melhor, pois nem tinha favela. De qualquer maneira estão querendo acabar com a nossa calma, deixando esses bandidos virem para cá e deixando essa bagunça” (José).

A favela do Preventório está situada entre o maciço do Morro da Viração e a Praia da Areia grossa, mais conhecida como Praia do Preventório. Em direção norte, o Preventório é limitado pela rua principal, que é a Avenida Silvio Picanço, onde existem prédios, restaurantes, hotéis e edificações públicas. No sentido oposto, há uma área de preservação do Morro da Viração que abriga o Parque da cidade, constituindo a expansão nesta direção um dos principais problemas encontrados para avançar na encosta. Este morro faz parte da Viração, que divide duas bacias hidrográficas da cidade, a das praias da baía, que corresponde à região de urbanização mais antiga, consolidada e densa do município, e a região Oceânica, considerada como área de urbanização e de expansão mais recente do município.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup>Dados extraídas da “Pesquisa Pós Ocupação” realizada no PAC Morro do Preventório.



Foto do “Preventório I” e parte do Morro do Preventório atrás.

Fonte: Shirley Torquato, 2011

Com relação à orla marítima propriamente dita, a praia do Preventório atualmente abriga a estação de catamarã Charitas. Tal estação faz parte do projeto do Caminho Niemeyer, que consiste num conjunto arquitetônico projetado pelo arquiteto para ser construído ao longo da orla da baía de Guanabara, sendo por fim concentrado em um aterro em frente à região central da cidade. Embora tenha sido concebido sob o impacto positivo do Museu de Arte contemporânea, o MAC, segundo Luz (2009; p.275), o projeto não logrou êxito em suas pretensões de impulsionar o nascimento de "uma nova Niterói", nem tampouco de "requalificar" o seu "degradado" centro histórico. Na verdade, suas obras ainda não estão finalizadas, apesar de já ter transcorrido mais de uma década da apresentação do projeto ao público.

Alguns moradores com os quais conversei no Preventório não só desconheciam a existência do Caminho Niemeyer, como também desconheciam que moravam em frente a uma obra arquitetônica desenhada por um profissional de fama internacional. Isso vem confirmar o distanciamento de dois “mundos” tão próximos espacialmente. Podemos exemplificar tal afirmação através de Dona Gisela, de cuja janela do quarto é possível ver a Estação Hidroviária do Catamarã: “Caminho Niemeyer? Não sei o que é não”.





Moradora em seu quarto no Preventório I, cuja vista é a praia de Charitas e a Estação Hidroviária do Catamarã

Foto: Shirley Torquato (2011)

Segundo membros da Associação de Moradores do Preventório, o início das obras do catamarã foi marcado por muitas promessas para a comunidade que, no entanto, nunca foram cumpridas:

Ao lado da estação havia o nosso campo de futebol e nossa área de lazer onde as crianças brincavam, os pais passeavam com seus filhos e casais namoravam. O pessoal do Catamarã disse que faria uma reforma no nosso espaço, pois entendia que nós não poderíamos ficar prejudicados com a presença do Catamarã. Conclusão: ficamos sem área de lazer, não houve obra nenhuma; o pessoal que pega a barca enche os acessos ao morro de carro, estacionam em lugar proibido; eles tem aquele valor de passagem que é cara pra caramba e não dá meios pra que ninguém aqui na comunidade possa usufruir dos serviços deles e tem outra coisa: não gerou emprego pra ninguém aqui da comunidade, ou seja, a gente só perdeu com esse Catamarã. (Junior, morador do Morro do Preventório e membro da AMMP)

Especialmente a partir de década de 1990, Niterói tornou-se objeto de um processo de gentrificação<sup>8</sup>. A palavra *gentrificação* é originada do termo inglês *gentry*,

<sup>8</sup> “A gentrificação é um fenômeno simultaneamente físico, econômico, social e cultural. [...] comumente envolve a invasão da classe média ou grupos de alto poder aquisitivo em áreas previamente ocupadas pelas classes trabalhadoras. [...] Envolve a renovação ou reabilitação física do que era frequentemente, uma habitação altamente deteriorada, e seu melhoramento para ir de encontro com as requisições dos novos proprietários.” (HAMNETT, 2001 apud FREITAS, 2006)

que significa ‘pequena nobreza’. *Gentrificar* significa precisamente substituir a população mais pobre pela de mais alta renda em áreas da cidade afetadas pela ‘renovação urbana’. Bairros e localidades que até então eram marcados por uma característica mais pacata, passaram a ser alvo de intensa especulação imobiliária, e consequentemente de uma revalorização, mesmo com a proximidade da favela. No entanto, isso não significou que houvesse interesse da parte do poder público em remover a favela daquele local, ao contrário, a região foi escolhida para abrigar o primeiro PAC habitação da cidade, como uma espécie de vitrine do projeto do governo.

Próximo ao Preventório há também uma pequena “comunidade” ou favela, que, segundo relatos, existe há pelo menos 80 anos, chamada “Comunidade da Charitas” ou “Comunidade da Hípica”<sup>9</sup>, que, de acordo com dados de 2010 do IBGE, possui 80 casas e 278 pessoas. Não possui creches, escolas nem os investimentos que existem no Preventório, como Programas de Médico da Família, por exemplo.<sup>10</sup>

As belezas naturais que cercam a localidade, a atmosfera bucólica, a posição estratégica em relação à cidade, o provimento de linhas de ônibus municipais e intermunicipais<sup>11</sup>, além de transporte alternativo, como moto-táxis, reforçam o sentimento de satisfação dos moradores, apesar da relativa precariedade material em que muitos vivem, e das dificuldades estruturais ligadas a ausência de água encanada, iluminação pública, pavimentação, rede de esgoto, dentre outras.

Ao contrário de boa parte das favelas da cidade, em que os moradores são assolados pelo temor do tráfico de drogas e da violência provocada pelo mesmo, as lembranças recentes dos moradores dos apartamentos do PAC-Preventório com os quais conversei estavam sempre relacionadas a uma certa tranquilidade quanto a isso, apesar

<sup>9</sup>[http://comunidadeeditoria.blogspot.com.br/2008\\_04\\_20\\_archive.html](http://comunidadeeditoria.blogspot.com.br/2008_04_20_archive.html) Acesso 10/02/13  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\\_subnormais/agsn2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf) Acesso 10/02/13

<sup>10</sup> De acordo com O IBGE é chamada de “Comunidade Da Charitas”.  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\\_subnormais/agsn2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf) Acesso em 21/01/2013

<sup>11</sup>A pouquíssimos metros das diferentes entradas da favela do Preventório, existem pontos finais de linhas de ônibus municipais para o centro da cidade, que perpassam por bairros vizinhos da Zona Sul e Zona Norte de Niterói. Há também ônibus em direção à Zona Sul, Norte e Centro do Rio. São elas: Intermunicipais: Auto Lotação Ingá: 730D e 731D Castelo - Charitas (via Fonseca); Auto Viação 1001: 761D - Charitas - Galeão (via Terminal Rodoviário Novo Rio); 751D - Charitas - Gávea (via Lapa/Praia de Botafogo); 750D/751D - Charitas - Gávea (via Túnel Santa Bárbara); 740D - Charitas - Ipanema; Castelo - Charitas (via Ingá e Aeroporto Santos); Expresso Garcia LTDA: 709D - Castelo - Charitas (via Icaraí) e Municipais: expresso Miramar: 17 - Centro - Jurujuba (via Estrada Froes); 33 - Centro - Jurujuba; Autoviação Ingá: 62 - Fonseca - Charitas ;62A - Fonseca - Charitas (via Caramujo)

de admitirem a presença do tráfico no morro há muito tempo. Segundo as palavras de um morador: “O tráfico sempre foi tranquilo, mas de uns tempos pra cá os traficantes do Rio se infiltraram aqui e acabaram com a nossa paz.” Ou seja, acredita-se que o local seja tão agradável, que tudo aquilo que não é considerado positivo, vem de alhures<sup>12</sup>.

Segundo um morador do morro, entre 2011 e 2012, período em que traficantes do Morro da Mangueira, no Rio, “*tomaram conta*” do Morro, o valor dos imóveis caiu consideravelmente.

Tinha uma casa aqui que a dona vendeu por 55 mil porque estava desesperada, e não aguentava mais ouvir tiro e ser ameaçada por bandido, mas ela valia no mínimo uns 80 mil. Depois da instalação de um trailer da Polícia militar no morro, os valores dos imóveis voltaram a subir. Eu ouvi dizer que a prefeitura vai dar carnê de IPTU pra todo mundo aqui no morro pagar. Aí eu não sei como vai ser.

Apesar da imagem positiva que possuem do lugar onde habitam, se compararmos os moradores do Preventório com seus vizinhos mais próximos, por exemplo, os moradores de Jurujuba, observamos que os segundos possuem uma identidade bastante diferenciada, uma vez que se trata de uma antiga colônia de pescadores. O que é importante destacar é que numa mesma faixa litorânea encontram-se formas distintas de ocupações, o que não implica necessariamente uma hierarquização de status. Assim, é possível dizer que o Preventório é uma comunidade de estabelecidos, portanto, de pessoas que de forma alguma se percebem ou são percebidas como *outsiders* em relação aos vizinhos de classe média, ou em relação aos moradores de Jurujuba, pois se reconhecem como devidamente enraizados, percepção igualmente partilhada por representantes da Prefeitura, que, por conta disso, procura estabelecer e manter uma relação forte com essa comunidade.

De acordo com pesquisa realizada em setembro de 2012, pelo Sindicato da Habitação (Secovi-Rio), o bairro de Charitas, era, na ocasião, o mais valorizado da cidade em termo imobiliários, com o metro quadrado custando entre R\$ 8 mil e R\$ 11,3 mil. A valorização dos imóveis subiu o correspondente a 24,6% em um ano, de acordo

---

<sup>12</sup> Até 2011 quando fiz a primeira parte do trabalho de campo, a favela era considerada “mais tranquila” pelos moradores. No entanto, a partir da segunda metade deste mesmo ano, por conta da pacificação de várias favelas na cidade vizinha, Rio de Janeiro, houve uma intensificação do tráfico de drogas nesta favela, processo que foi marcado por tiroteios, mortes de moradores envolvidos com o tráfico e desespero dos demais. Em 2012, foi instalada uma Kombi da polícia militar na parte alta do morro para conter a criminalidade.

com o levantamento. Segundo dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o local também atraiu mais serviços e comércio, o que contribuiu diretamente para o crescimento e infraestrutura do bairro, e mais 1,7 mil novos moradores na última década.<sup>13</sup>

Não existem ofertas de cinemas, museus ou teatros no bairro. Uma das suas referências, além da praia - que devido à poluição da Baía de Guanabara não é frequentada pelos moradores da classe média local com a finalidade de banho, e sim para caminhadas no calçadão, passeios de bicicleta e contemplação da bucólica paisagem – é a presença de restaurantes e quiosques na orla. Além disso, há no bairro vizinho, mais elitizado, São Francisco, localizado na extensão da orla, atrativos que agitam a vida noturna da cidade, como restaurantes, sorveterias, bares e boates, e costumam receber um público mais jovem e de maior renda<sup>14</sup>.

Desde a segunda metade dos anos 2000, edifícios de luxo vêm sendo construídos em ruas perpendiculares à orla de Charitas, promovendo o aumento populacional e a reconfiguração do bairro de ambiência pacata.

Os quiosques da orla de Charitas possuem um apelo mais popular que pode ser percebido principalmente por causa dos gêneros musicais escolhidos para a ambiência. Alguns com maior infraestrutura possuem telões, aparelhagem de som mais moderna e maior variedade no cardápio. São frequentados por um público variado, sobretudo por moradores de bairros da zona norte<sup>15</sup> e municípios vizinhos, como São Gonçalo e Itaboraí. Essa comprovação se dá principalmente ao vermos as placas dos carros estacionados ao longo da extensão da orla onde estão os quiosques.

Na extensão da orla, após o Clube Naval<sup>16</sup>, clube frequentado por um público seletivo de elevado nível socioeconômico, há o pequeno bairro de Jurujuba. Bairro mais reservado, onde os poucos bares e restaurantes, como os já tradicionais *Bicho Papão* e *Berbigão*, têm como especialidades frutos do mar, devido à tradição pesqueira local. O bairro também é conhecido pela grande festa de São Pedro, que ocorre anualmente no

---

<sup>13</sup><http://guiadeniteroi.com/pesquisa-aponta-charitas-como-o-bairro-mais-carro-de-niteroi/>. Acesso em 16/01/2013  
<http://www.ofluminense.com.br/editorias/habitacao/bairro-de-charitas-tem-o-metro-quadrado-mais-carro-da-cidade-de-niteroi> Acesso em 16/01/2013

<sup>14</sup> Em São Francisco existe um comércio mais variado e uma maior rede de bancos e supermercados.

<sup>15</sup> Principalmente moradores dos bairros da zona norte de Niterói, Caramujo, Santa Bárbara e Fonseca, que têm acesso a ônibus diretos.

<sup>16</sup><http://www.cncharitas.com.br/index.html> Acesso 10/02/13

dia 29 de junho. Ela inicia-se por volta das cinco horas da manhã e dura até por volta das vinte e três horas da noite, acontecendo em frente à Igreja de São Pedro, às margens da Baía de Guanabara. A celebração inclui procissão marítima, e atrai um grande público não só local, mas também de devotos do santo que moram fora do município. São Pedro é considerado protetor dos pescadores, e os pescadores locais possuem grande devoção ao santo.<sup>17</sup>

Charitas e Jurujuba têm uma importância histórica fundamental para a construção da memória de Niterói. Segundo Durgante (2007), o nome Jurujuba é proveniente do nome de uma fazenda construída no século XVIII. De origem indígena, o nome significa “papagaios amarelos”, “pescoço amarelo ou barba amarela”, pois era assim que os índios Tamoios chamavam os franceses, primeiros invasores das águas da Baía de Guanabara, que eram louros e estavam sempre a falar.<sup>18</sup>

Jurujuba possui aspectos pacatos e ares de cidade do interior. Há uma forte tradição pesqueira na localidade, sítios históricos e fortificações centenárias, o que vem a reforçar a significativa importância histórica do bairro<sup>19</sup>. Há um clube chamado Iate Clube Jurujuba, cujos frequentadores, em sua maioria, não moram no bairro e geralmente possuem barcos na região. A região integrava a Sesmaria dos Jesuítas, onde havia a Igreja de São Francisco Xavier. Devido a este histórico, os limites do bairro de Jurujuba ainda se confundem com os de Charitas e com os do morro do Preventório.

Os limites deste bairro “começam” após o Clube Naval de Charitas, onde pode ser visto uma placa indicativa. No entanto, ainda que os marcos oficiais da prefeitura definam objetivamente as fronteiras do bairro, na fala dos moradores pode-se perceber algo um tanto diferente que reafirma as identificações e as representações simbólicas dos grupos sociais.

O desabafo de insatisfação de um morador de Jurujuba é exemplar para que possamos refletir sobre os domínios simbólicos das fronteiras existentes entre os

---

<sup>17</sup> <http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/festejos-de-sao-pedro-em-jurujuba-levam-fieis-em-procissao>. Acesso em 29/07/2013

Ver também: <http://globo.com/rede-globo/rjtv-1a-edicao/v/parceiros-do-rj-mostram-preparativos-para-procissao-de-sao-pedro-em-jurujuba/2662658/>. Acesso em 29/07/2013

<sup>18</sup> DURGANTE, Ritter. Paula Da Roça ao Mar: Estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói (RJ) / Paula Durgante Ritter. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – EICOS) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2007.

<sup>19</sup> Fortaleza de Santa Cruz e Forte do Rio Branco e Forte do Pico, um dos sítios históricos do bairro. Através do Forte do Rio Branco dá-se o acesso às praias do Forte Rio Branco e Imbuí, onde se localiza o Forte do Imbuí, com acesso restrito, por se tratar de uma área militar.

espaços, sobretudo as representações em torno do “bairro rico” e do bairro mais arraigado às tradições pesqueiras.

Topograficamente, Jurujuba começava depois, ali na saída, no Preventório para cá. Preventório sempre fez parte de Jurujuba, então o Hospital Psiquiátrico estava dentro de Jurujuba, como o Naval também. Agora, foram pegado as coisas boas e tirando de Jurujuba. Aí o Hospital Psiquiátrico ficou de Jurujuba. A Estação da Barca ali é Charitas, o Naval, é Charitas. Mas o Hospital Psiquiátrico, Charitas não quis! Então ficou de Jurujuba. Quer dizer, Charitas vem tomando conta para cá do que presta. O que eles acham que não presta eles deixaram para Jurujuba! É isso, isso aí é o próprio povo que vai fazendo!... Agora, se você for perguntar, pelo mapeamento da prefeitura, onde começa Jurujuba. Não sei. Eu sei que antigamente começava no Preventório, agora não sei, que já mudou tanta coisa. (Apud DURGANTE, 2007; p.28).

### **1.1- A percepção dos espaços**

Segundo pesquisa realizada por Perlman (2012; p.31), de todos os estigmas enfrentados pelos moradores pobres do Rio de Janeiro, morar em favela foi considerado o pior, com a cor da pele em segundo lugar.

A moralidade expressa nas relações que se criam em torno da localidade onde habitam, é um elemento importante na construção da identidade social dos sujeitos. A autodefinição dos pobres, por exemplo, ou seja, a definição do lugar que ocupam no mundo social, constrói-se dentro de uma concepção da ordem social como ordem moral.

Em meus percursos pelo lugar, pude constatar aquilo que já foi destacado por outros pesquisadores, como Mello, Santos e Vogel (1985; p. 13), a saber, a convivência de dois regimes espaciais distintos em nossas cidades: o construído, fechado, em maior ou menor grau, privatizado (ex.: casas, lojas, fábricas, oficinas, escolas, bares), e o aberto e de uso coletivo (ruas, becos, largos, praças, jardins públicos, praias). Para os autores, são estes dois polos que servem para armar as representações do urbano, e onde se estabelecem relações de apropriação diferencial.

O que se denomina vida comunitária é um conjunto de desempenhos suportados por palcos e cenários que tenderão a ser identificados de acordo com o enquadramento em um dos dois modelos. As manifestações socioculturais características de um grupo, e que servem para distingui-lo em relação a quem é de fora e entre seus próprios membros, sempre estarão referidas a conceitos de abertura de espaços. Elas acontecerão

em locais públicos ou naqueles que, por força de um uso especial, passarão a ser vistos “como se fossem públicos”. Jogos, reuniões, festas, encontros, cerimônias e atividades assemelhadas que se oponham às ideias de privacidade e intimidade, encontram na rua o seu lugar ideal (Mello, Santos e Vogel 1985).

Nesse sentido, para além da materialidade dos espaços e dos processos que neles se desenvolvem, os autores citados argumentam a favor das dimensões simbólicas que o espaço por si só apresenta. As noções de localização, de territorialidade, e do que lhes seja pertinente e adequado, são constituídas através dos recursos a estes códigos. As ruas servem como referenciais definidores dos limites de um determinado território, e ao mesmo tempo são uma unidade de alto significado para quem sabe reconhecê-las.

Magnani (1993), ao se propor analisar a urbanização *haussimaniense* de Paris, coloca que a rua é sem dúvida um suporte de sociabilidade, e que as novas vias, desenhadas pelo famoso arquiteto no velho tecido da cidade medieval, permitiram novos fluxos e novas experiências, além de tornarem visíveis e próximos diferentes atores sociais das chamadas “classes perigosas” (CHEVALIER, 1978 apud MAGNANI, 1993), cuja presença nas ruas não seria atestada, em ocasiões posteriores e em distintos contextos, apenas pelo incômodo olhar<sup>20</sup>. A esse respeito, o autor observou o caráter de sociabilidade, de encontros e de lazer que as ruas, ou melhor, a cidade pode oferecer. Para tal, criou categorias “ideais”, no sentido weberiano, para melhor se localizar analiticamente, tais como: *manchas*, *pedaços*, *trajetos* e *pórticos*. Estas categorias constituem uma tentativa de identificar espaços, personagens e comportamentos, tendo em vista a inevitável e característica diversidade das práticas urbanas. Seu propósito é perceber regularidades, padrões e significados lá onde muitas vezes o senso comum não vê senão o resultado de escolhas feitas de forma individual e aleatória.

Ao se referir a um universo de um bairro popular em São Paulo, e sua sociabilidade fora do contexto do trabalho, Magnani (Idem) observou que os trabalhadores no seu tempo livre estão ligados a uma rede de sociabilidades, com familiares, vizinhos e amigos, com os quais desfrutam festas de casamento, almoços de batizado, dentre outros.

---

<sup>20</sup> José Guilherme Magnani. *Rua, símbolo e suporte da experiência urbana*. Versão revista e atualizada do artigo “A rua e a evolução da sociabilidade”, originalmente publicado em Cadernos de História de São Paulo 2, jan/dez 1993, Museu Paulista- USP. Disponível em : [http://n-a-u.org/novo/wp-content/uploads/2011/11/rua\\_magnani.pdf](http://n-a-u.org/novo/wp-content/uploads/2011/11/rua_magnani.pdf) Acesso em 10/12/2012

O primeiro contexto onde se pode perceber a relação entre uma forma de sociabilidade e determinada delimitação do espaço urbano é o bairro, e bairro popular, de periferia. Justamente para descrever e explicar um tipo particular de relações entre ambos os níveis, foi elaborada a categoria *pedaço*, no decorrer de uma pesquisa sobre formas de cultura popular e modalidades de lazer que ocupam o tempo livre dos trabalhadores, nos bairros da periferia da cidade de São Paulo. Ao invés de pensá-las simplesmente como um mecanismo de reprodução da força de trabalho, o que se pretendia era, através da abordagem antropológica, detectar seu significado a partir do discurso e da prática concreta dos personagens diretamente envolvidos nessa rede de lazer.

De acordo com Magnani, distinções de lazeres entre diferentes faixas etárias e gêneros, reforçando a ideia de que cada um tem seu “pedaço”, categoria classificatória que utilizou para entender as segregações simbólicas existentes num bairro de periferia paulistana:

Uma primeira análise mostrou que a categoria pedaço era formada por dois elementos básicos: um de ordem espacial, físico, sobre o qual se estendia uma determinada rede de relações. O primeiro configurava um território claramente demarcado: o telefone público, a padaria, este ou aquele bar, o terminal da linha de ônibus, talvez um templo ou terreiro e outros pontos mais delineavam seu entorno. Entretanto, não bastava passar por esse lugar ou mesmo frequentá-lo com alguma regularidade para “ser do pedaço”; era preciso estar situado numa peculiar rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas, etc. Assim, era o segundo elemento – a rede de relações – que instaurava um código capaz de separar, ordenar, classificar: era, em última análise, por referência a esse código que se podia dizer quem era e quem não era “do pedaço”, e em que grau: “colega”, “chegado”, “xará”, etc.[...]Para uma população sujeita às oscilações do mercado de trabalho, à precariedade dos equipamentos urbanos e a um cotidiano que não se caracteriza, precisamente, pela vigência dos direitos de cidadania, pertencer a um pedaço significa dispor de uma referência concreta, visível e estável – daí a importância do caráter territorial na definição da categoria. Pertencer ao pedaço significa também poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que até mesmo os “bandidos” da vila, de alguma forma, acatam. (Ibidem, p.7)

Seguindo esta perspectiva, no caso de minha pesquisa verifiquei não haver diferença entre os “pedaços” frequentados pelos moradores da Favela do Preventório e do PAC Preventório, pois estes compartilham a mesma trajetória. A referência que possuem em relação ao local em que moram é simplesmente o “Preventório”.



Exemplos como, banho de praia, partidas de futebol, reuniões para se jogar conversa fora, beber junto e assistir ao futebol nos bares da localidade, são alguns dos hábitos de lazer que podem ser apontados como mais comumente identificados pelos moradores. Semanalmente ocorrem treinos do time de futebol do Preventório. Numa das subidas do morro está localizado o bar *Maloca*, onde, além de se servirem os salgadinhos mais indicados da região, ocorrem eventos culturais, como o Cine de Boteco, e fica a sede do Banco Popular do Preventório. Há também o “Bar do lixão”, na verdade um *trailer* que vende bebidas e alguns *tira-gostos*, que funciona próximo a um latão de entulho e de lixo colocado no local pela Prefeitura.



Um das três entradas para o Morro do Preventório. A construção verde é o *Bar Maloca*.

Fonte: Shirley Torquato(2011)



O mesmo local da foto ao lado, na direção de descida.

Fonte: Shirley Torquato(2011)

Se o Catamarã Charitas é inacessível para os moradores devido ao preço, nos finais de semana<sup>21</sup> ensolarados o seu entorno é utilizado como importante área de lazer.

<sup>21</sup> A Estação Hidroviária do Catamarã não funciona nos finais de semana.



Futebol de areia em frente ao Preventório e ao lado da Estação do Catamarã  
Foto: Shirley Torquato ( 2011)



Família moradora do Morro do Preventório recebendo familiares ao som do violão do filho, no final de tarde ao lado da Estação Hidroviária do Catamarã.

Foto: Shirley Torquato (2011)



Moradores do Morro do Preventório num churrasquinho em família na praia

Foto: Shirley Torquato (2011)



Barraca de churrasquinho próximo à entrada da rua 14 de abril, no Preventório.

Foto: Shirley Torquato (2011)

Como se pode observar pelas fotos, estas apropriações dos espaços abertos, notadamente da praia, envolvem muitas formas de sociabilidade entre os moradores, dentre elas a comensalidade, isto é, o estar junto, conversando, comendo e bebendo. Assim, as referências “gastronômicas” passam a ser importantes, como a barraquinha de churrasco de Dona Zinha, de cujos deliciosos molhos caseiros ela se recusa a revelar o “segredo” do preparo. A comerciante fala com orgulho que mora numa grande casa no *Morro do Cavalão*, no bairro vizinho, próximo ao Túnel de São Francisco, mas os filhos, o neto e a mãe moram no Preventório. Sua barraca de churrasco e bebidas fica entre a rua principal da Rua Silvio Picanço, e a Rua 14 de abril, uma das principais

entradas da favela. Logo em frente a sua barraca está o ponto de moto táxi, o que lhe aumenta a possibilidade de freguesia.

Andando mais adiante em direção à delegacia, e em frente à *Casa da Princesa*, há uma kombi que funciona como um bar e vende salgadinhos, doces, Guaravita<sup>22</sup>, refrigerantes e demais bebidas. Não somente os moradores consomem seus serviços, mas, sobretudo, os motoristas e cobradores que trabalham nas empresas de transporte rodoviário, cujos pontos finais ficam próximos à entrada da favela.

Além desta kombi há um pequeno trailer, um pouco mais em direção à entrada do morro, próximo a subida do bar *Maloca*, onde, nos finais de semana, se pode ouvir música alta e casais animados dançando ritmos variados.

À noite, a praia, bem em frente ao Preventório, “é” dos moradores e de seus amigos ou familiares convidados. Dificilmente alguém de “outro pedaço” escolhe um quiosque em frente ao Preventório, ou alguns destes bares citados, apenas para se distrair, sem a existência de uma relação mais próxima com os locais. Assim sendo, sem grandes estardalhaços, o “pedaço” da praia que começa em frente ao Hotel *Solar do Amanhecer* e vai até uns cinquenta metros após o Catamarã de Charitas, “pertence” simbolicamente aos moradores do Preventório. Esse pressuposto é incorporado tanto pelos moradores dos bairros vizinhos, que pouco ou nunca utilizam como lazer aquele “lado” da praia, quanto pelos moradores do Preventório, que privilegiam em sua maioria esse pedaço em frente de “casa”. Outro fato que reafirma essa incorporação simbólica é que os projetos sociais realizados na praia de Charitas (triatlon, canoagem, futebol, dentre outros) geralmente voltados para a clientela do Preventório, estão localizados nestes limites.

A existência da favela, por si só, sinaliza a peculiaridade do espaço, o que pode, consciente ou inconscientemente, manter afastados potenciais usuários da praia, ciclistas ou simplesmente pessoas que procuram uma diversão noturna nos quiosques da Orla. Tal prática pode aplicar-se ao que Mello, Santos, Vogel et al. (Ibidem; p.49) chamaram de “regras de utilização do espaço”. Ainda que simbólicas, elas estão permanentemente em construção e, ao elaborá-las, a sociedade está também elaborando um conjunto de relações sociais úteis a seus intérpretes.

---

<sup>22</sup> Marca de Guaraná natural muito popular no Rio de Janeiro.

Em consonância com esta perspectiva, Magnani<sup>23</sup> argumenta que pessoas de *pedaços* diferentes, ou alguém em trânsito por um pedaço que não o seu, costumam ser muito cautelosas: o conflito, a hostilidade estão sempre latentes, pois todo lugar fora do *pedaço* é aquela parte desconhecida do mapa e, portanto, do perigo.

Certa ocasião, eu mesma experimentei usufruir este "pedaço" quando, acompanhada de meu namorado, andamos pelo calçadão da praia, ouvindo o som que vinha do chamado *Bar do Lixão*, que tocava, em altíssimo volume, para alegria dos que estavam presentes, um forró da moda. Chegamos ali, compramos um refrigerante no trailer simples e silencioso no calçadão (não havia muitas opções de compra), puxamos conversa com um casal que estava sentado a uma mesa ao lado da nossa, brincamos com crianças, que estavam sendo observadas de longe pelos pais que tomavam cerveja. Elas corriam felizes e livres pela areia da praia sem se sentirem incomodadas por ninguém. O casal na verdade era formado pelo maranhense Bil, atualmente morador de São Gonçalo, que fora visitar a amiga Ivete, também maranhense, mas moradora há trinta anos do Preventório, lugar que relatou “amar de paixão” e onde criou seus três filhos com “dignidade e alegria”.

A experiência do espaço urbano nos faz refletir que a rua é mais do que um caminho, via ou trilho. Ela é um universo de múltiplos eventos e relações. Por esta razão, Mello *et al.*( 1985), sustentam que a análise do espaço deve levar em conta as atividades que se desenvolvem nos seus diversos recortes. Os significados que um determinado suporte material (esquina, calçada, quintal, rua, etc.) pode assumir, resultam da sua conjugação com uma atividade e mudam de acordo com ela.

[...] na variação mesma dos eventos possíveis, existe uma estrutura que torna o espaço apenas mais uma dimensão do social. Para proceder a seu levantamento é necessário registrar as categorias através das quais os usuários se referem aos diversos recortes que distinguem e observar o que neles fazem ou consideram factível<sup>24</sup> (Mello, Vogel e Santos, 1985; p.48)

Os mesmos autores (1985, p.50), ao descreverem as funcionalidades dos diferentes cômodos das casas de acordo com as práticas e relatos dos moradores do

---

<sup>23</sup> Magnani, José Guilherme. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana- Versão revista e atualizada do artigo “A rua e a evolução da sociabilidade”, originalmente publicado em Cadernos de História de São Paulo 2, jan/dez 1993, Museu Paulista- USP.

<sup>24</sup> SANTOS, Carlos Nelson & VOGEL, Arno (org.). Quando a rua vira casa. Rio de Janeiro, Ibam/Finep, Projeto, 1985.

Catumbi, colocam que os quintais, enquanto parte do espaço privado da habitação, servem como palco para o desempenho de um conjunto de atividades. Nesse sentido, o quintal é visto tradicionalmente como o lugar dos sanitários, do tanque de lavar roupa, do varal onde as peças são expostas para secar e quorar, do galinheiro, das árvores frutíferas, dos cachorros e do quarto de despejo.

No quintal as mulheres trabalham e as crianças, que ainda não tem idade suficiente para frequentar a rua brincam. [...] enquanto extensão da casa adquire, em primeiro lugar, um significado de intimidade. O acesso a esta área só é possível literal e metaforicamente, através da casa e, portanto, das “pessoas da casa”. No quintal se expõe uma dimensão da vida cotidiana que é recorrentemente escondida. São os fundos da casa onde se processam os cuidados da higiene, se lava a roupa suja e onde ficam animais e plantas (a natureza a nível doméstico e, portanto, aculturada, mas “fora”). As crianças, de socialização insuficiente, ficam confinadas aos seus limites. Além de ser uma área relacionada à interioridade da habitação, poderíamos de certa forma, caracterizá-la como o interior, pois está mais próxima da cozinha e do quarto de dormir do que da sala. Esta peça formal é quase um prolongamento interno da fachada; uma exposição da casa dentro da própria casa. [...] Em determinados momentos o quintal pode metamorfosear-se em local de festa e reuniões, abrindo-se às pessoas que, não sendo do grupo doméstico, são, no entanto, da casa - amigos, compadres e comadres, parentes e etc. Nessas ocasiões vira uma sala informal. O traço de união lógica entre quintal e a sala é, então, a hospitalidade.

Da mesma forma que os autores destacam em seu estudo sobre os moradores do Catumbi, para os moradores do Preventório, existe também uma classificação dos espaços, que ocorre através das peculiaridades, valores e simbologias locais, uma vez que o sistema de espaços só existe em conexão com um sistema de valores e de atividades que nele são vivenciadas. “Os de fora”, por exemplo, podem achar o Morro do Preventório e os prédios do PAC lugares poluídos, perigosos e inóspitos. Para a maioria dos moradores, no entanto, a visão que possuem do referencial de moradia é positiva, tanto que, quando perguntados qual lugar escolheriam para viver, muitos responderam que seria lá mesmo, pois o “Preventório é o melhor lugar desse Rio de Janeiro”. Segundo Dona Gisela: “Se eu tivesse que escolher um lugar pra morar seria aqui mesmo. Esse lugar é bom demais pra se viver”.

A esse respeito, durante as conversas e entrevistas com os moradores, pouco ouvi os termos “favela” ou “favelado”. As principais referências que utilizavam para se referirem ao local de moradia eram: “Preventório”, “morro”, “barraco”, “lá em cima”, “aqui na baixada” e “comunidade”. Este último era mais utilizado pelas lideranças

locais, como o presidente da Associação dos Moradores e pelos síndicos. Os termos “favelado” ou “favela” eram utilizados somente em situações acusatórias para desqualificar algum vizinho ou prática social desaconselhada, considerada como “poluidora” do ambiente:

## 1.2-Niterói

Ao mesmo tempo que é importante falar do lugar, contextualizá-lo diante de seus vizinhos mais próximos é importante também situá-lo no contexto da cidade, uma vez que a cidade de Niterói <sup>25</sup>.nos últimos vinte anos vem passando por um processo maior de gentrificação, o que vem favorecendo também um aumento progressivo de áreas favelizadas.

Tendo sido até 1975 a capital do antigo Estado do Rio de Janeiro, antes de sua fusão com o antigo Estado da Guanabara, a cidade ainda possui importância na vida econômica e política do estado, pelo fato de manter uma relação forte com as cidades interioranas, o que a cidade do Rio de Janeiro não mantém, pois ainda “vive da síndrome” de ter sido a antiga capital federal, e pouco se reconhece como fluminense. Niterói, apesar de ser reconhecida como uma das melhores cidades em qualidade de vida do país, os dados oficiais apontam uma série de paradoxos socioeconômicos<sup>26</sup>. Tais dados, embora indiquem que o município possui o maior número de indivíduos com nível superior do país, e que a renda média domiciliar seja de R\$ 2031,18, considerada alta para os padrões nacionais, o Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida” cadastrou um número considerado alto, 20.698 de famílias com renda familiar mensal menor do que três salários mínimos em 2011.

Os dados do NURF<sup>27</sup> mostram que estas famílias cadastradas concentram-se: no Fonseca (Região Norte) – 14%; Santa Rosa (Praias da Baía) – 6%; e Caramujo (Região

---

<sup>25</sup> De acordo com o Censo do IBGE de 2010, Niterói possui uma população de 487.562 habitantes, residentes em 191.172 domicílios ocupando uma área de 129, 375 km<sup>2</sup> a leste da Baía de Guanabara.

<sup>26</sup>Fonte: Diagnóstico para o Plano Local de Habitação de Interesse Social -Município de Niterói / RJ . Prefeitura de Niterói e Latus Consultoria, outubro de 2011.

“Expansão descontrolada”, matéria de Cassio Bruno publicada no Jornal O Globo de 25/jan/2009.

<http://jornal.ofluminense.com.br/editorias/politica/camara-de-niteroi-autoriza-custeio-da-nitprev-comroyalties-do-petroleo>

<sup>27</sup> Núcleo de Regulamentação Fundiária. Fonte: HERCULANO, Selene. Conflitos entre usos de interesse social em área periurbana de preservação ambiental. I Seminário Internacional Cidade e Alteridade (BH, setembro 2012). Disponível em:

Norte) – 5%. Deste total de famílias mais pobres, 40% eram chefiadas por mulheres – um conjunto de 8.210 famílias. Segundo a mesma secretaria, 20% da população niteroiense (cerca de 95 mil pessoas) habitavam 130 favelas em 2009. No censo anterior (2000) eram 43, o que significa um crescimento de 66%.

Segundo Campos<sup>28</sup>, o município está composto por cinco regiões: Pendotiba; Praias da Baía; Região Norte, Região Oceânica e Região Leste. Destas, a região “Praias da Baía” é a de maior valorização imobiliária, (composta pelos bairros de Icaraí, São Francisco e Charitas, e ainda, o centro da cidade); a Região Oceânica (com as praias oceânicas de Itaipu, Piratininga, Itacoatiara) foi a que mais cresceu: 24% entre 2000-2010, com um grande boom imobiliário; a Região Norte perdeu população: nela fica o bairro do Barreto e Fonseca, que sofreu um processo de desindustrialização.

Niterói está em 4º lugar no ranking dos 18 Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro quanto à contribuição ao PIB Estadual, e em 3º no ranking da contribuição ao PIB dos serviços no RJ. Em 2011, Niterói recebeu 49 milhões de reais dos royalties de petróleo, que seriam destinados à previdência social, NitPrev. O Balanço Orçamentário referente ao ano de 2011 somou um total de 1 bilhão e 284 milhões de reais.<sup>29</sup> É também o município de maior Índice de Desenvolvimento Humano ( IDH) do Rio de Janeiro, e com a maior concentração de eleitores com nível superior do país<sup>30</sup>.

Devido à proximidade física com a capital, a cidade do Rio de Janeiro<sup>31</sup>, existe um forte intercâmbio entre as duas cidades, especialmente da parte dos moradores de Niterói, uma vez que uma grande parte da população de Niterói estabelece contatos cotidianos com o Rio de Janeiro por conta de trabalho, lazer e cultura, o que durante

---

[http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/stories/Conflitos\\_entre\\_usos\\_de\\_interesse\\_social\\_em\\_rea\\_periurbana\\_de\\_preservao\\_ambiental.pdf](http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/stories/Conflitos_entre_usos_de_interesse_social_em_rea_periurbana_de_preservao_ambiental.pdf) . Acesso em 15/01/2013.

<sup>28</sup> CAMPOS, Jefferson et alli. Estudo Iconográfico do Barreto (Niterói, RJ). Revista Vitas-Visões transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade – www.uff.br/revistavitas, Nº 3, Junho de 2012.

<sup>29</sup><http://www.controladoria.niteroi.rj.gov.br/balanco/BALANCO%20OR%C3%87AMENTARIO2011.pdf>. Acesso em 15/01/2013

<sup>30</sup> Ver melhor em reportagem de NEDER, Lívia de 30/09/12. Niterói tem o maior número de eleitores com diploma no RJ <http://oglobo.globo.com/niteroi/niteroi-tem-maior-numero-de-eleitores-com-diploma-no-rj-6234181> . Acesso em 19/01/2013.

<sup>31</sup>O fluxo de moradores de Niterói para o Rio é constante, observado fortemente através do percurso diário de pessoas nas estações das Barcas que fazem o trajeto entre as duas cidades, bem como do grande fluxo de carros e ônibus, causando engarrafamentos principalmente em horários de *rush* na Ponte Rio-Niterói e em suas vias de acesso. Do Centro de Niterói ao Centro do Rio de Janeiro via Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), a média espacial é de 21,5 quilômetros e o tempo de duração da viagem depende do horário e da quantidade de veículos em circulação. De Barcas, este trajeto ocorre em 20 minutos em média. <https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl> Acesso em 19/11/2013.



muito tempo resultou na identificação de Niterói como uma cidade-dormitório, pelo menos até a década de 1980.

De acordo com Freitag (2002)<sup>32</sup>, existem cinco tipos de cidades na contemporaneidade: as cidades globais; as megacidades ou megalópoles; as metrópoles; as cidades periféricas; e as cidades-dormitório. Em linhas gerais, a tipificação dessas cidades considera, principalmente, aspectos de infraestrutura de suporte para efetiva participação econômica em diferentes escalas (local, regional, nacional, internacional e global); condições de vida da população, implementação de direitos humanos, volume e dispersão populacional, etc. Freitag compara a ideia de cidade-dormitório com a de cidade-satélite, destacando a ausência dos direitos humanos e da cidadania, implicando em precárias condições de vida para seus moradores, que vivenciam altos índices de violência, insalubridade, epidemias, problemas de trânsito e transportes, agressão ao meio ambiente, entre outros.

Na interpretação de Ojima, Silva e Pereira (2008)<sup>33</sup>, a análise de Freitag parte do princípio de que o morador deste tipo de cidade não se reconhece como cidadão da cidade em questão, pois na medida em que ali não se encontra seu local de trabalho, e só serve como dormitório e residência, ele não teria compromisso efetivo com a cidade. Além disso, a cidade-dormitório não teria sua independência administrativa nem econômica própria, sendo, portanto, altamente dependente da sede regional a quem se vincularia com grande intensidade. Para os autores (2008; p.2), as cidades-dormitório seriam frutos da conurbação e da expansão urbana descontrolada, sobretudo pela expulsão das camadas mais populares da população para regiões distantes dos centros consolidados, onde a infraestrutura seria praticamente ausente.

Niterói faz parte da região metropolitana do Rio de Janeiro e não corresponde à tipificação associada à ideia de cidade-dormitório, sendo, ao contrário, dotada de relativa independência da capital, apresentando uma elevada qualidade de vida em relação aos demais municípios do país, além de apresentar uma identificação simbólica positiva por parte de seus moradores. Atualmente, possui bastante autonomia em termos

---

<sup>32</sup> FREITAG, B. Cidade e Cidadania. Cidade dos Homens. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro LTDA, 2002.

<sup>33</sup>Ricardo OJIMA; Rafael H. Moraes PEREIRA e Robson Bonifácio da SILVA. *Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais?* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic\\_sec\\_1\\_mob\\_p\\_en\\_def.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_mob_p_en_def.pdf). Acesso em 19/01/2013

de comércio, lazer, tendo sido nas últimas décadas buscada como local de residência de muitos cariocas, especialmente oriundos da zona norte e subúrbios que, dessa forma, buscavam fugir da violência da Cidade Maravilhosa.

### **1.3- O Programa de Aceleração do Crescimento**

Na segunda metade dos anos 2000, mais especificamente em 2007, houve a elaboração no governo Lula, através do Ministério das Cidades, posteriormente estendido no governo de Dilma Roussef, de um plano considerado ambicioso por sua magnitude estrutural, por compreender um alto investimento em diferentes áreas da economia, como fruto de um projeto desenvolvimentista.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem sido uma das marcas que caracterizam o Governo Brasileiro, desde o segundo mandato do presidente Lula. Tal programa propõe investimentos em infraestrutura que, aliados a medidas econômicas, visam estimular os setores produtivos e levar benefícios sociais para todas as regiões do país. Uma das mais amplas políticas de desenvolvimento das últimas décadas, o PAC previa, em sua primeira etapa, investimentos da ordem de R\$500 bilhões para o período de quatro anos (2007 a 2010), dos quais R\$106 bilhões destinados para a área de habitação. Através de uma parceria com os governos estaduais e as prefeituras, o programa propunha, entre suas ações, o saneamento e a urbanização de favelas. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, quinze municípios foram beneficiados com investimentos. Dentre as áreas selecionadas, estavam o bairro de Manguinhos, na zona norte da capital, e o Morro do Preventório, na zona sul de Niterói (Freire, Simões, Torquato, et al., 2011).

Remoções, portanto, foram previstas neste plano, com o intuito de realocar moradores de “assentamentos precários” em habitações populares, a serem construídas. Segundo a proposta do programa, tais moradias insalubres, inacabadas e localizadas em área de risco social ou ambiental, representam um entrave não só para a qualidade de vida de seus moradores como principalmente para o desenvolvimento que se pretende chegar ao país.

Os assentamentos precários são uma das manifestações mais evidentes da grande desigualdade social existente no país. Por isso, a construção de uma política habitacional com foco na urbanização de assentamentos precários, especialmente na garantia do acesso ao saneamento ambiental, à regularização fundiária, à moradia adequada e à inclusão social foi uma das

principais missões deste ministério a partir da sua criação em 2003. Com a aprovação em 2005 do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS/FNHIS - foi possível dar o primeiro passo no enfrentamento do problema com recursos de maior monta. Em 2006, o FNHIS recebeu R\$ 1 bilhão para iniciar a sua operação, do qual foi alocada a maior parte para implementação de projetos de urbanização de assentamentos precários, representando a prioridade conferida pelo Governo Federal. Já em 2007, com a inclusão do tema em um dos eixos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a urbanização de assentamentos precários ganha nova projeção, garantindo um ciclo de investimentos no setor pelos próximos 4 anos. Como resultado maior, espera-se consolidar uma nova perspectiva de políticas públicas de urbanização dos assentamentos precários, reforçando o reconhecimento do direito à cidade e à moradia digna, especialmente da população de baixa renda. (Brasil, 2010).

Tal programa propõe não só a urbanização de favelas, como também a remoção de barracos em áreas de risco de desabamento ou em áreas de proteção ambiental, obras sociais e urbanísticas no entorno, tal como foi proposto no caso da Favela do Preventório<sup>34</sup>, em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro, nosso objeto de pesquisa.

Ao contrário de políticas habitacionais anteriores, que levavam centenas de famílias para morarem em conjuntos habitacionais distante de suas moradias anteriores, atualmente as casas e apartamentos populares, via de regra, ocorrem em terrenos contíguos às habitações anteriores, para que a mudança não implique num grande impacto social destas famílias, que terão de se afastar dos amigos, de familiares, do trabalho (que geralmente é próximo à residência) e da vida social que construíram na redondeza. Os projetos preveem a implantação de infraestrutura básica - incluindo rede elétrica, iluminação pública, sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, condições adequadas de coleta de lixo -, contenção e estabilização do solo para eliminação de riscos, construção de equipamentos públicos, além da adequação do sistema viário e do parcelamento da área (Brasil, 2010).

---

<sup>34</sup>[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/PAC\\_Urbanizacao\\_de\\_Favelas\\_Web.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/PAC_Urbanizacao_de_Favelas_Web.pdf)

Faz parte da atual política habitacional que visa abranger o território nacional, que o local de reassentamento das famílias deverá ser, sempre que possível próximo à área original, em respeito aos laços de vizinhança e trabalho já estabelecidos. Deverá, ainda, ser servida de infraestrutura básica e equipamentos comunitários, que atendam à demanda da comunidade reassentada, uma vez que além da precariedade e de todo conjunto de carências somam-se outras questões sociais que configuram, muitas vezes, situações de extrema vulnerabilidade, também sujeitas, e de forma cada vez mais significativa, ao domínio pela violência. (Ibidem, 2010)<sup>35</sup>

Apesar de a qualidade das novas construções ser questionada por engenheiros, arquitetos, operadores técnicos, tal como aparece frequentemente no noticiário, e principalmente pelos novos moradores, no que se refere ao material utilizado e à estrutura das plantas, que não levou em consideração as peculiaridades referentes ao estilo de vida das famílias contempladas (muitos moradores antes das remoções, como é o caso do Complexo de Manguinhos, tinham acoplados às suas casas, bazares, mercadinhos, pequenas oficinas, lavagem de roupa, para fins econômicos) não se pode negar que o problema do déficit habitacional passou a ser visto por estas gestões governamentais com prioridade até então não vista.<sup>36</sup>

Em 22 de janeiro de 2007, o governo federal anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os indicadores econômicos se mostravam positivos, o que possibilitava a “aceleração do crescimento econômico” com a manutenção de níveis baixos da inflação. Os dados oficiais sugeriam que desde a implantação das metas inflacionárias (1999), o Brasil vivia seu melhor momento em termos de expectativa de inflação, apresentava *superávits* recordes na balança comercial e acumulava reservas internacionais também recordes. Este cenário interrompeu “a trajetória de elevação da dívida líquida do setor público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)”, favoreceu o crescimento econômico, e com a austeridade fiscal foi

---

<sup>35</sup> “As adequações no parcelamento e sistema viário são feitas de forma a possibilitar acesso a serviços públicos e atendimentos emergenciais, melhorando as relações funcionais da área de intervenção com o tecido urbano no qual ela se insere.” (Brasil, 2010)

[http://www.conder.ba.gov.br/ckfinder/userfiles/files/PAC%20Urbanizacao%20de%20Favelas\\_Web.pdf](http://www.conder.ba.gov.br/ckfinder/userfiles/files/PAC%20Urbanizacao%20de%20Favelas_Web.pdf)  
Acesso 30/11/2012

<sup>36</sup> “A redução do déficit habitacional será o segundo eixo mais contemplado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2, atrás apenas do de energia. Dos investimentos na ordem de R\$ 278 bilhões destinados ao setor, R\$ 176 bilhões serão aplicados em financiamentos pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e R\$ 71,7 bilhões serão aplicados no programa Minha Casa, Minha Vida. Mais R\$ 30,5 bilhões serão destinados à urbanização de assentamentos precários”. Fonte: <http://jornal-de-brasilia.jusbrasil.com.br/politica/4667470/habitacao-e-segunda-prioridade-do-pac-2>. Acesso em 30/11/2012

reforçado o “compromisso do governo com a estabilidade das finanças públicas”. (Trindade, 2012)

Os eixos fundamentais do programa, expressos no documento de lançamento, foram: Investimento em Infraestrutura; Estímulo ao Crédito e ao Financiamento; Melhora do Ambiente de Investimento; Desoneração e Administração Tributária; Medidas Fiscais de Longo Prazo; Consistência Fiscal. A previsão de investimentos feita em 2007, no lançamento do programa, aponta para o maior aporte de recursos voltado para o eixo de infraestrutura energética (54,5%), seguido pelo eixo de infraestrutura social e urbana (33,9 %) e, por fim, pelo eixo infraestrutura logística (33,9%) (BRASIL, 2007)<sup>37</sup>.

Não só através da imprensa como através dos sites institucionais, fica muito claro o discurso da aceleração, da “necessidade de acelerar, de forma sustentável, o crescimento do investimento global da economia”, reforçado pelo discurso de que a política econômica do primeiro mandato do presidente Lula estabilizou a economia nacional, gerando com isso as bases para um crescimento com distribuição de renda<sup>38</sup> (Trindade, 2012).

[...] o desafio para os anos 2007-2010 é crescer de forma acelerada e sustentável, aproveitando o momento histórico de grande potencial de expansão da economia brasileira, apontando para o “crescimento do PIB e do emprego, intensificando ainda mais a inclusão social e a melhora na distribuição de renda do País” (BRASIL, 2007).

De forma crítica ao Programa, Juruá (2007)<sup>39</sup> sustenta que o PAC: [...] “não se propôs e nem é um plano de desenvolvimento. Não contém por isto uma seleção criteriosa dos investimentos nem análise de alternativas. Sua mensagem é

---

<sup>37</sup> BRASIL. Ministério das Cidades. Manual de Instruções: Projetos Prioritários de Investimentos – PPI/Intervenções em Favelas: Período 2007-2010. 2007

<sup>38</sup> A área de investimento em infraestrutura está subdividida em três linhas específicas: Logística (Rodovias, Ferrovias, Portos, Aeroportos e Hidrovias); Energia (Geração e Transmissão de Energia Elétrica, Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis); Social e Urbano (Saneamento, Habitação, Transporte Urbano, Luz para Todos e Recursos Hídricos).

<sup>39</sup> JURUÁ, Ceci Vieira. Qual o significado do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento?

Disponível em:

[http://www.lppuerj.net/outrobrasil/docs/352007124322\\_An%C3%A1lise\\_Ceci\\_Mar\\_07.doc](http://www.lppuerj.net/outrobrasil/docs/352007124322_An%C3%A1lise_Ceci_Mar_07.doc)

eminentemente política: a retomada do crescimento com ênfase nas prioridades sociais e na inclusão de grandes massas”.

No Rio de Janeiro especificamente, as três maiores obras em favelas foram realizadas no Complexo do Alemão, no Complexo de Manguinhos e na Favela da Rocinha. Outras obras de urbanização em favelas no estado do Rio de Janeiro, com investimentos do governo federal, governo do estado e governo municipal, também estavam elencadas:

#### Urbanização de Favelas - Governo do Estado do Rio de Janeiro

| Município          | Projeto                                | Investimento Federal- OGU | Contrapartida | Investimento (R\$ milhões) |
|--------------------|--|---------------------------|---------------|----------------------------|
| BAIXADA FLUMINENSE | Bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí        | 56,3                      | 18,8          | 75,0                       |
| NITERÓI            | Morro do Preventório                   | 16,5                      | 5,5           | 22,0                       |
| SÃO GONÇALO        | Fazenda dos Mineiros e Salgueiro       | 19,5                      | 6,5           | 26,0                       |
| RIO DE JANEIRO     | Complexo do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho | 26,4                      | 8,8           | 35,2                       |
| RIO DE JANEIRO     | Rocinha                                | 82,5                      | 27,5          | 110,0                      |
| RIO DE JANEIRO     | Complexo do Alemão                     | 371,3                     | 123,8         | 495,0                      |
| RIO DE JANEIRO     | Complexo de Manguinhos                 | 176,3                     | 58,8          | 235,0                      |
| Total              |  | 748,8                     | 249,7         | 998,2                      |

Recursos PAC - Urbanização de Favelas - Governo do Estado do Rio de Janeiro - 2007

Fonte: BRASIL. Apresentação Programa de Aceleração do Crescimento. Brasília, 2007.

A tabela acima se refere aos valores do investimento do governo federal, realizados através do Orçamento Geral da União, que se relacionam com a contrapartida

estadual. O investimento em urbanização de favelas, no momento de lançamento do PAC, no estado do Rio de Janeiro, ultrapassava os 1,3 bilhões de reais.

O que vale ser ressaltado sobre os recursos do PAC em relação aos investimentos anteriores em projetos de intervenção em favelas, como o destacado Favela-Bairro, realizado no Rio de Janeiro, é que ao contrário deste, que esteve ancorado em recursos de empréstimos realizados junto a organismos internacionais, as obras do PAC são realizadas através de recursos oriundos do Tesouro Público, da União, do estado e dos municípios. Essa era a perspectiva no início do projeto. Em 2010, começam a se agrupar em torno do PAC outros tipos de recursos com financiamento, como por exemplo, a criação do *Programa Minha Casa Minha Vida*. (Trindade, 2012).

#### **1.4- O PAC No Morro do Preventório**

Como em todas as cidades metropolitanas brasileiras dotadas de desigualdades, o processo de favelização em Niterói vem ocorrendo de forma progressiva, sobretudo em áreas consideradas de risco e de interesse ambiental. A maior favela da cidade, e uma das mais antigas localizada no Morro do Preventório, é também uma das primeiras favelas na cidade a receber investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, Programa elaborado pelo Ministério das Cidades, através do governo federal em parceria com os governos estaduais e municipais<sup>40</sup>.

Segundo dados da CEHAB, em 12 de novembro de 2007 foi publicado o decreto de criação da ZEIS<sup>41</sup> do Morro do Preventório tendo como diretrizes “a definição de normas e parâmetros urbanísticos especiais destinados ao licenciamento e fiscalização de parcelamento do solo, obras, edificações, usos e atividades a serem estabelecidos de comum acordo com a comunidade, pautados nas características locais e

---

<sup>40</sup>A Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro, ligada à Secretaria de Habitação, recebeu da Caixa Econômica Federal (CEF) o prêmio Caixa Melhores Práticas em Gestão Local. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=721256>. Acesso dia 25/03/2012.

<sup>41</sup> Zona Especiais de Interesse Social. Categoria utilizada por muitos municípios para designar zonas urbanas destinadas ao uso habitacional, ou seja, integram o perímetro urbano do município e devem possuir infraestrutura e serviços urbanos ou garantir a viabilidade da sua implantação (Brasil, 2009: 17).

socioeconômicas dos ocupantes; e a regularização fundiária da área em favor dos ocupantes dos imóveis existentes.

A exemplo das *Zones de Urbanization Prioritaire* (ZUP's) francesas, criadas nos anos 1960, as ZEIS tornaram-se o símbolo de sucesso das políticas habitacionais brasileiras fundadas no princípio da função social da propriedade. Este tipo especial de zoneamento tem como objetivo promover a inclusão da população de menor renda no direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infraestrutura, tanto por meio da delimitação de áreas previamente ocupadas quanto por meio da delimitação de vazios urbanos e de imóveis subutilizados, destinados à produção de novas moradias populares. Legalmente, as ZEIS são áreas sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo, no sentido de viabilizar a regularização fundiária dos assentamentos precários existentes e consolidáveis, [...] (FREIRE, 2011; P.292)

As obras de urbanização da Favela do Preventório, segundo o Ministério das Cidades, foram orçadas em 22 milhões de reais, incluindo obras de urbanização; reflorestamento e contenção de encostas; construir um Centro Comunitário, uma praça e uma quadra poliesportiva e reassentamento de famílias que ocupam áreas de proteção ambiental. Segundo os autores do programa, a proposta de aceleração do desenvolvimento possui uma dimensão socioeconômica que visa assegurar o crescimento do país em diferentes áreas tidas como estratégicas através da formulação de um conjunto de políticas econômicas a serem estabelecidas em dez anos<sup>42</sup>, com prioridade nas áreas de saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. No que tange à ação do governo federal, desde o final da primeira década do século XXI, o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC) vem promovendo, no escopo de um conjunto de grandes investimentos em obras de infraestrutura, a urbanização e o saneamento de favelas em diversas regiões do país.

Contudo, as razões para que essa escolha recaísse primeiramente sobre o Morro do Preventório não foram motivadas apenas pela história da favela, mas a justificativa incluía a questão do risco também. Durante o verão e o outono, é comum haver fortes chuvas e temporais na cidade, e devido a alagamentos, enchentes e deslizamentos de terras, famílias perdem seus pertences, suas casas e até mesmo vidas. No Preventório, essas histórias se repetem anualmente, por isso, ali as obras de contenção sempre foram

---

<sup>42</sup>Conheça as principais medidas do Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em:  
<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2007/01/22/ult4294u21.jhtm>  
[http://www.midiamax.com/view.php?mat\\_id=260934](http://www.midiamax.com/view.php?mat_id=260934)  
<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/saiba-as-diferencas-entre-o-pac-1-e-o-pac-2-20100330.html>



necessárias e urgentes. A militância da Associação de Moradores, paralelamente aos interesses do município e do estado em valorizar ainda mais aquela área urbana, foi fundamental para que a comunidade fosse servida pelas intervenções do Programa, além de uma resposta positiva aos movimentos ambientais que alegavam a necessidade da preservação dos poucos resquícios de Mata Atlântica.

Em princípio, a proposta do PAC apresentou-se como um programa para levar benefícios para toda a comunidade do morro, especialmente através de obras de contenção das encostas, para evitar os constantes deslizamentos de terra no morro. Assim sendo, a atenção que damos neste trabalho é especificamente às famílias que foram contempladas com os apartamentos. Segundo os gestores do PAC, elas viviam em áreas de proteção ambiental e/ou áreas de risco de desabamento. Aproximadamente 800 moradores foram morar nas 238 unidades habitacionais. Dez unidades foram disponibilizadas para ex-internos do hospital psiquiátrico de Jurujuba, totalizando 248 unidades habitacionais ao todo.<sup>43</sup>

No entanto, como será tratado mais adiante, esta mudança que ocorreu de forma imposta, não foi somente de espacialidade. Ela implicou mudanças profundas no gênero de vida dos moradores, tanto no que se refere às novas despesas e gastos que tiveram de enfrentar, como afetaram também suas formas de sociabilidade e relações de vizinhança, além de impor uma nova relação com o Estado e suas burocracias. A “mudança de vida”, categoria nativa e utilizada de forma corriqueira pelos moradores, servia, assim, tanto para exaltar a satisfação com a ida para os apartamentos, quanto para denunciar o descontentamento e a perda de algumas qualidades atribuídas à vida antes da mudança, como a perda da “privacidade”.

Para esses moradores, a adaptação ao novo espaço<sup>44</sup> significou objetivamente investir em novas práticas e usos do espaço doméstico, ao mesmo tempo que reformular ou até mesmo suspender algumas práticas sociais antigas, como lavar e estender roupas em frente de casa, ou ter de aprender a controlar o barulho produzido no interior de suas

---

<sup>43</sup> Os ex-internos do Hospital psiquiátrico continuam sendo assistidos por funcionários do Hospital e recebem uma bolsa no valor de um salário mínimo previsto no regimento da LOAS ( Lei Orgânica da Assistência Social do município de Niterói). Cada um dos dez apartamentos possui em média quatro moradores advindos do Hospital, além dos funcionários deste que são os seus cuidadores e transferiram para lá seus plantões. Segundo os cuidadores, a Prefeitura, durante alguns meses, já deixou de repassar o valor correspondente à bolsa, deixando os internos em situação difícil financeira difícil.

<sup>44</sup> É importante ressaltar que os 65 interlocutores não serão analisados de forma individualizada e sistemática, uma vez que muitos passam por mesmos conflitos, satisfações ou insatisfações e por isso opta-se neste trabalho por analisar as recorrências identificadas nos discursos destes moradores.

residências, além de se defrontar com novos regimes de proximidade que exigiam uma etiqueta mais universalista e impessoal. Nesse repertório de mudanças, ao mesmo tempo em que desapareceram velhos conflitos, delinearam-se novos, muitos deles completamente desconhecidos para essas pessoas. É nesse contexto que a cultura material entra em cena para ajudar a elucidar as novas tramas e dramas que passam a fazer parte da vida dessas pessoas. Nesse sentido, ela ganhou destaque e importância na medida em que passou a corroborar as novas fronteiras entre os moradores, além de representar, de fato, para alguns, uma forma de mobilidade ou ascensão social.

Um fato que não pode ser esquecido nesse contexto é que para a maioria desses moradores as razões para a mudança não eram evidentes. Muitos continuavam não entendendo ou aceitando as decisões tomadas pelo governo. Em 2007, quando começou o estudo sobre impactos ambientais a pedido do governo federal na área do Morro do Preventório, realizou-se uma análise técnica pelos engenheiros da CEHAB no qual identificaram as áreas de risco de acidentes na favela e onde as obras de contenção seriam necessárias. Nesse processo, também foram mapeadas as famílias com casas localizadas em áreas de proteção ambiental, e que por serem consideradas áreas de alto risco de acidentes, deveriam ser futuramente removidas do local para os apartamentos que seriam ainda construídos.<sup>45</sup> Foram encontradas 238 casas nesta situação.

Após a constatação dos engenheiros sobre as áreas consideradas de risco, coube às assistentes sociais, também funcionárias da CEHAB, visitarem cada morador e conversar com eles sobre a necessidade das remoções.

Os terrenos onde foram construídos os conjuntos em sua maior parte pertenciam ao município; uma pequena parte foi construída em área pertencente ao Hospital Psiquiátrico de Jurujuba que “trocou” a área por 10 apartamentos que deveriam ser destinados à pacientes internos; e outra, onde foi construído parte do Preventório I foi negociado com algumas famílias estabelecidas num terreno contíguo à favela. Elas foram contempladas, assim como os demais moradores, com apartamentos. Sobre a situação dessas famílias falaremos mais adiante quando trataremos do nexos dramático.

Alguns moradores ao serem avisados da remoção foram pegos de surpresa, pois alegaram que há muito anos moravam no mesmo local e nunca tinham passado por nenhum problema considerado “grave” ou de risco. Sr. José, por exemplo, relata com

---

<sup>45</sup> Ter a casa construída em áreas de proteção ambiental, segundo a perspectiva dos técnicos, significava o mesmo delas estarem localizadas em áreas de risco.

certo sarcasmo, que morou por mais de vinte anos numa casa e nunca soube que ela estava localizada em área de risco:

Eu achei muito estranho alguém vir de fora e dizer que minha casa estava condenada. Criei cinco filhos aqui e nunca sofremos nada. Deram uma opção pra gente de pegar uma indenização, mas quando soube do valor não tive como aceitar. Era muito mais baixo do que o valor que investi na minha casa durante a vida inteira. Então resolvi aceitar o apartamento. Como tinha uma casa em cima da outra, minha esposa ficou com uma e eu fiquei com outra. Mas eu também tinha outro barraquinho em outro terreno que também condenaram. Estou esperando até hoje o apartamento referente a ele.

Em conversa com uma das assistentes sociais<sup>46</sup> desta mesma instituição identifiquei também um questionamento por parte dela sobre a construção dos laudos dos engenheiros.

Eu sou só uma assistente social e eu não tenho autoridade nenhuma pra dizer se existe risco aqui ou acolá, mas durante as minhas andanças pelo morro eu encontrei várias casas caindo aos pedaços e uma delas com uma árvore na porta que eu tinha a impressão que poderia cair a qualquer momento e matar todos que ali moravam. Falei com os engenheiros sobre essa minha observação, mas eles disseram que ela não representava risco. O que eu iria dizer? Não são eles [os engenheiros] que sabem das coisas? [com ironia].

A interlocutora enfatizou, no entanto, que o posicionamento dos profissionais “da área social” nunca foi levado em consideração. “Eu sempre fui contra esse negócio de construir apartamento miúdo para essas famílias que viveram a vida toda em casa no morro. Tinham que construir casas com quintal ou varanda, mas o governo acaba fazendo tudo igualzinho no país inteiro, porque acha que assim é que tem que ser.”

O saber dos engenheiros, ou melhor, o saber técnico, é aquilo que Latour (2000) identificou como Caixa preta. Para o autor a noção de caixa-preta faz alusão à mesma expressão usada na cibernética: sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo, desenha-se em seu lugar uma caixa preta indicando que não é necessário saber nada sobre ela a não ser o que nela entra e o que dela sai, além do simples fato de que funciona (imutável e inquestionavelmente).

Segundo Latour (Ibidem; 2000), temos uma caixa preta quando um fato ou um artefato é dado como pronto, adquirindo uma estabilidade provisória à medida que

---

<sup>46</sup> Conversa obtida com a Assistente social Márcia, da CEHAB, através de contato telefônico.

cessam as controvérsias ao seu redor. Diz-se que ela foi fechada, a qual assim permanecerá enquanto fato e artefato funcionarem corretamente. Se algo deixa de funcionar ou se algo ou alguém fica excluído, volta-se às controvérsias e reabre-se a caixa. Desse modo, o fato ou artefato científico é visto como uma caixa-preta e, quando se remonta seu processo de construção, o que se tem são incertezas, trabalhos, decisões, concorrências e controvérsias.

## **2 - OS MORADORES DO PAC-MORRO DO PREVENTÓRIO**

Quando soube da transferência de moradores do morro para o PAC do Preventório, veio-me à mente que os dramas pelos quais alguns deles estavam prestes a viver, poderiam ilustrar, em pequena escala, algumas situações que poderiam se assemelhar a muitas outras que estavam ocorrendo por toda a sociedade brasileira, no momento atual em que o governo federal reedita um novo ciclo desenvolvimentista. O fato de me encontrar diante de uma "comunidade" que estava se deparando com mudanças cotidianas profundas, por conta de uma política de estado, através de um projeto de urbanização e de modernização, fez-me ficar sensível para aquela situação única que estava testemunhando, e que me permitiria pensar não somente em termos do tempo presente, mas em termos comparativos em relação a um tempo que já era percebido dramaticamente como sendo o "passado". Um passado que, sobretudo, ao ser mencionado, já era sempre referido a certas formas de organização espaciais locais percebidas como desaparecidas ou em vias de extinção.

Paralelamente, ao observar o entorno da comunidade, constatava também que esta passagem entre o antes, o presente e o depois, em estado de gestação, era um fenômeno muito mais abrangente, pois dizia respeito à cidade como um todo e ao próprio país de certa forma. Diante disso, uma vez que os moradores mostravam-se tão sensíveis à questão da mudança, ocorreu-me tomar suas histórias de vida, e segui-las no próprio cenário onde elas se desenrolavam em diferentes temporalidades que se inter-relacionavam a partir da paisagem natural e social. Passei a considerar a hipótese de que aquelas cenas, nas quais as pessoas dividiam suas vidas em duas partes, discorriam sobre a importância do passado e sobre a incerteza do futuro, e poderiam metaforizar algo que atingia a muitas outras diferentes regiões, estados e cidades que estão sendo objetos de políticas públicas semelhantes.

Assim, inicialmente torna-se importante apresentar algumas características gerais desses moradores, uma vez que, de acordo com o relatório sobre a "Pós Ocupação", realizado pelo "setor social" do Programa de Aceleração do Crescimento no Morro do Preventório, a maioria já residia ali havia mais de 10 anos. As famílias eram

compostas majoritariamente de 1 a 5 membros (87,92%), com predominância daquelas compostas de até três pessoas (58,06%). Os chefes de família são em sua maioria do sexo feminino (53%). As profissões mais comuns são as de empregada doméstica, porteiro, pedreiro, auxiliar de serviços gerais e comerciários. Embora os moradores estejam em sua maioria inseridos no mercado de trabalho, o tipo de vinculação encontra-se diferenciado: de 89,06% que trabalham, 50% possuem uma vinculação no mercado formal; 35,89%, no mercado informal, e 12,89% são aposentados. 63,71% recebem na faixa salarial de 01 a 02 salários mínimos; 16,24%, com 03 salários; e acima de 04 salários mínimos, 8,28%%. A mesma pesquisa indica que, apesar de a maioria dos imóveis na favela ser de alvenaria, o padrão construtivo é diferenciado entre a parte baixa e a alta do morro. Enquanto na parte baixa as residências possuem cozinhas e banheiros ligados à rede, na parte alta esse padrão é raro. Também no material predominante do piso das residências existe uma diferença: na parte baixa, a maioria dos pisos é de cerâmica, e na parte alta ainda se encontram muitas residências com piso de terra batida.<sup>47</sup>

Uma das propostas do Programa é impedir novas construções na localidade, principalmente nas áreas de proteção ambiental (APA). No entanto, de acordo com os moradores, após o cadastramento das famílias contempladas com os apartamentos, não houve mais nenhum tipo de fiscalização por parte do governo quanto a isso, e a população local continua crescendo.

## **2.1- A “baixada” e a “parte alta” da Favela do Preventório**

Principalmente na parte mais baixa da favela, chamada pelos moradores de “baixada”, destaca-se a presença de casas com dois ou três andares, terraço,

---

<sup>47</sup>A equipe de Tânia Oliveira, Projetos Sociais e Arquitetura de Relações LTDA, contratada pela Empreiteira Delta, em conjunto com o Programa de Aceleração do Crescimento, realizou uma pesquisa com os moradores do Morro do Preventório em 2007, antes das obras do PAC, e depois em 2011, somente com os moradores do PAC. Segundo os dados da chamada “Pesquisa de Avaliação” de 2007, a maioria da população da favela do Preventório tinha acesso aos serviços de abastecimento de água (93%). Quanto ao esgotamento sanitário, 90% estavam ligados à rede coletora e 3% tinham fossa séptica. Em relação à coleta dos resíduos sólidos (lixo), a situação é precária, apesar da parte baixa da comunidade contar com coleta de lixo regular. Na parte alta, as caçambas existentes são insuficientes para os moradores. Parte da área ainda é insalubre e está sujeita aos riscos de desmoronamento, devido, sobretudo, ao acúmulo de lixo, deslizamento de terra, existência de pedras soltas, e pela prática inadequada da população na utilização da água das nascentes e na destinação do lixo. O serviço público mais bem reconhecido é o da Saúde (59%), seguida pela educação (29%).

churrasqueira, carros na garagem, eletrodomésticos modernos na sala e na cozinha e outros bens que socialmente criam distinção social.

Na parte mais alta da favela a situação já é diferente. Ainda que existam também casas de alvenaria, as habitações se destacam por serem mais precárias, construídas de pau a pique e tábuas de madeira. As casas localizadas nesta área da favela foram as que sofreram as principais intervenções do PAC, pois muitas possuíam o agravante de estarem situadas em áreas de proteção ambiental, consideradas pelo Programa como área de risco. Por isso, em épocas de chuvas fortes, os acidentes e deslizamentos tornavam-se mais frequentes, colocando em risco não só as vidas destes moradores, como também a vida de moradores que vivam em casas próximas e mais abaixo.

Os moradores com os quais conversei, em sua maioria exerciam ocupações e atividades profissionais instáveis, e possuíam renda predominante de até um salário mínimo. Em poucos casos chegavam a dois salários mínimos. Eram, em sua maioria, beneficiários do Programa *Bolsa família*, e a consideravam um auxílio importante para custear a compra de alimentação para toda a família.

Nesses termos, os moradores dos apartamentos do PAC seguem um perfil de trabalhadores com baixo grau de escolaridade<sup>48</sup>, com rendimentos de até dois salários mínimos e com famílias formadas por quatro a cinco pessoas em média. As profissões mais comuns são de pedreiro, servente, pescador e “biscateiro”, para os homens, e babá, cuidadora e empregada doméstica, para as mulheres. Ao longo do trabalho de campo conheci muitos outros moradores que apresentavam o mesmo perfil. Com alguns deles convivi mais, não devido apenas à afinidade ou empatia, mas também porque possuíam papéis estratégicos no campo de estudo.

Destaco aqui o Sr. José e o Sr. João, pois eles foram os primeiros moradores do Preventório III que conheci. Como já citei na introdução, participei de uma reunião de implantação do Banco Popular, realizada na Escola Municipal Pereira das Neves, dentro da comunidade. Nesta ocasião havia cerca de 60 pessoas, dentre moradores dos apartamentos e da favela em geral. Todos os moradores foram convidados a fazerem parte da reunião, coordenada pela professora Bárbara França, da UFF, e por seus alunos orientandos, que apresentaram a proposta de implantação do banco.

---

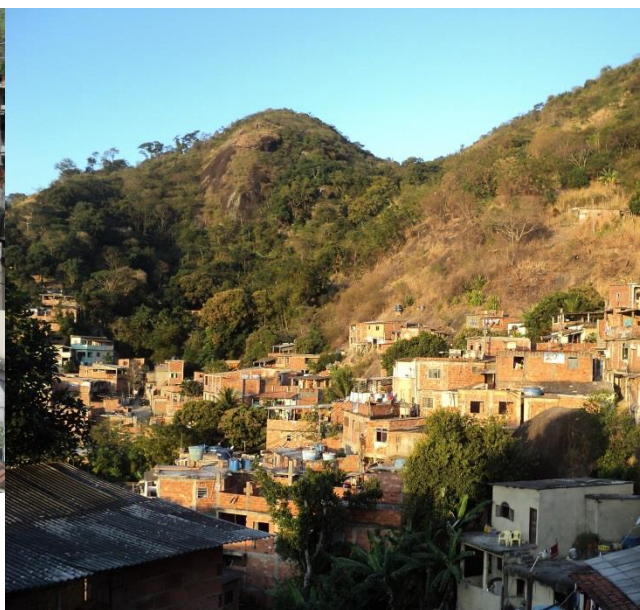
<sup>48</sup> Segundo a pesquisa Pré- ocupação realizada por técnicos contratados pela empresa construtora dos prédios.

Os dois moradores em questão foram a essa reunião motivados por interesses pessoais e coletivos. Por um lado, tinham o intuito de saberem sobre a vantagem do banco, para realizarem pequenos empréstimos para pagamento de suas dívidas, ou ainda, para realizarem compras para suas novas habitações. Por outro, havia um interesse em divulgar os benefícios para os novos vizinhos.

João perguntou em voz alta para a professora Barbara França se o banco precisaria de funcionários para fazer a segurança, pois ele, que é profissional desta área, poderia aliar o útil ao agradável: trabalhar na própria comunidade e ganhar um salário para isso. A professora não desconsiderou essa possibilidade e disse que muitos moradores da região poderiam ver no banco uma forma de empregabilidade, mas para isso, o comprometimento com o projeto deveria ser fundamental. Com o tempo, tanto o Sr. João, quanto o Sr. José, desinteressaram-se pelo projeto do Banco.



Casas na “baixada” do morro  
Foto: Shirley Torquato (2010)



Casas no “alto do morro”  
Foto: Shirley Torquato (2010)

## 2.2- O Preventório III

Apesar de o Preventório I ser a grande “vitrine” do PAC, por estar localizado na avenida principal, avizinhando-se de prédios de classe média alta, e da Estação do Catamarã, os principais interlocutores com quem tive contato moravam no Preventório III. Este foi o último da sequência dos três conjuntos de apartamentos (Preventório I, Preventório II e Preventório III) que foi entregue aos moradores.



O Preventório III está localizado numa das principais entradas da favela do Preventório, e, estruturalmente, mais próximo do morro do que do asfalto, ao contrário do Preventório I. Possui três blocos de seis prédios com cinco pavimentos (A, B, C, D, E e F), que completam ao todo 120 apartamentos, e uma média de 500 moradores. Dentre os três conjuntos é o mais populoso.

Para cada dois prédios, que corresponde a 40 famílias ou 40 apartamentos, existe uma equipe administrativa responsável (síndico, subsíndico, tesoureiro, conselheiros e secretários). Tal organização foi sugerida pelo setor de assistência social da CEHAB-RJ- Companhia Estadual de Habitação, com o intuito de traçar um padrão estratégico de organização na gestão das habitações.

A Companhia atuou como colaboradora nos procedimentos burocráticos do processo transitório dos moradores para os apartamentos, auxiliando-os nas questões administrativas, posturais, na elucidação das regras condominiais e na internalização da importância de determinadas obrigações, como o pagamento da taxa de manutenção do condomínio, lei do silêncio à partir das 22 horas, interdição das roupas estendidas nas janelas, dentre outras.

Os moradores do Preventório III estão localizados entre o morro e o asfalto. Aproveitam-se das facilidades da “baixada”, como: pegar táxi no dia em que fazem as compras, podendo “descer na porta”; possuem água na torneira e terem um banheiro com descarga, mas alguns deles acreditam ainda vivenciar o mesmo cenário de antes.

Aqui o que mudou foi da porta pra dentro. Do lado de fora continuam as mesmas pessoas. A mesma favela de sempre. Eu acho até que tem umas coisas piores, porque antigamente não tinha vizinho mal educado na minha porta e criança sem limite fazendo algazarra. Antes, eu sabia que o vizinho de mais perto fazia uso de drogas, mas eu não via e nem escutava nada. Era longe. (Carmem, moradora do Preventório III)

De forma diferente, outro morador, conhecido como Sr. Flamengo, relata que, com a “mudança”, o que mais lhe agradou foi o fato de: “poder chegar da rua e ter um banheiro decente em casa, onde eu posso abrir a torneira e sair água, dar descarga no vaso e tomar meu banho quente”.

Entre os blocos existem algumas diferenças sutis. Os dois blocos administrados por Adriano, que são os primeiros, possuem uma carência maior de moradores em dia com o condomínio; nos administrados por Batista, há um equilíbrio maior nas contas, mas de vez em quando surgem problemas sérios, como com um dos apartamentos, que já funcionou como casa de prostituição.

O vencimento da taxa do condomínio acontece no dia dez de cada mês e deve ser efetuado diretamente na casa dos síndicos ou do tesoureiro, dependendo do bloco. Quando os atrasos chegam a dois meses, a cobrança é feita pelo síndico diretamente na casa do morador.

### **2.3- O Preventório I**

O Preventório I está situado na avenida de grande movimentação de carros, ônibus e pedestres, onde se avizinham a Delegacia policial do bairro, o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, o Hospital dos servidores do Estado, que funciona principalmente como maternidade, e o Corpo de Bombeiros. Na extensão da via localizam-se restaurantes, um hotel e prédios residenciais de luxo. E em frente está localizada a Estação Hidroviária do Catamarã.

Dos dois síndicos existentes neste conjunto, estabeleci maior contato apenas com um deles e sua equipe. Sr. Sebastião, o síndico, era morador de uma das casas localizadas num terreno em que foi construído parte do Preventório I. Sua parentela, que morava nas demais casas localizadas no mesmo terreno, considerou que seria importante que alguém da família “tomasse a frente” da administração dos blocos, pois acreditavam que fossem mais instruídos e bem preparados que os demais moradores que vinham da favela. Em relação à “mudança” desta família falarei mais adiante.

Ainda que esteja situado em frente à praia, algo que configura alto valor simbólico, sobretudo no Rio de Janeiro, os moradores do Preventório I não sentem diferença em termos de status em relação aos moradores do Preventório II ou III. As diferenças que gostam de enfatizar são em relação à organização. “Aqui tudo é Morro do Preventório. Veio todo mundo do mesmo lugar, não tem diferença não. Mas eu prefiro o meu PAC, acho mais organizado. O pessoal lá do Preventório II, dos Bombeiros, eu acho muito abusado”. (Gisela, moradora do Preventório I)

A área de circulação comum dos moradores se limita ao vão de entrada, um espaço entre os blocos no térreo, e um outro atrás dos últimos blocos, onde as crianças menores brincam, andam de bicicleta, e os mais velhos colocam suas cadeiras, pegam sol e conversam uns com os outros. Os demais corredores ficam dentro dos prédios que levam aos andares de cima, aos apartamentos de frente e dos fundos. Em ambas posições existe uma pequena sacada, que no caso dos apartamentos de frente do Preventório I, tem como vista a Praia de Charitas, o Catamarã e, bem ao fundo, o Morro da Urca e do Pão de Açúcar.

Já nos apartamentos dos fundos, a visão que se tem da janela, de um lado, consiste nos blocos de apartamentos que estão exatamente em frente; do outro, para as demais casas do Morro do Preventório. No caso do Preventório III, dependendo do andar em que se esteja, a visão da janela é apenas para o vão de entrada e o muro que separa o bloco de apartamentos do terreno pertencente ao Hospital Psiquiátrico. Alguns apartamentos dos últimos andares, dos blocos da frente, podem ainda ter a visão da praia de Charitas.

Os moradores mais idosos reclamam da falta de um espaço de lazer, tanto para as crianças quanto para os adultos, como por exemplo, um salão de festas com churrasqueira e outro, com brinquedos para as crianças, uma vez que agora não existe mais quintal ou outros espaços privados para confraternização.

Uma das principais queixas do Sr. Sebastião é o gasto considerado excessivo com a manutenção da tranca do portão:

O pessoal sai, não leva a chave e pula o muro ou então quebra a tranca. Em cinco meses já peguei muito dinheiro em caixa pra pagar essa manutenção com cadeado, tranca e portão. Mas já decidi que não vou fazer mais isso. Coloquei arame em toda extensão do portão. Nós estamos muito desprotegidos aqui com esse portão aberto a qualquer hora porque a gente está de cara pra rua.

Abaixo apresento alguns dos principais moradores dos quais falarei mais ao longo do trabalho.

## **2.4 - Os moradores**

### **2.4.1-João**

João é morador do Preventório III. Possui 42 anos, é separado, mora com dois filhos (de 21 e 18 anos) num confortável apartamento do Preventório III. Trabalha como

segurança há dez anos, mas também realiza outras atividades concomitantes que possam aumentar os seus rendimentos. Na ocasião em que foi contemplado com o apartamento, morava em Angra dos Reis e trabalhava com carteira assinada numa empresa de segurança privada. Para não perder a possibilidade de “ganhar” o apartamento por estar morando em outra cidade, entrou num acordo com o seu patrão, que lhe demitiu para que não perdesse o correspondente aos 40% do fundo de garantia. Com este dinheiro pagou algumas pequenas dívidas, comprou móveis para o apartamento e passou a receber os filhos de forma mais frequente, pois esses se dividiam entre a residência da mãe, numa confortável casa no Morro do Preventório, e Angra dos Reis, município em que trabalham como jogadores de futebol. Passou a trabalhar informalmente como segurança em bares e restaurantes da vizinhança, e nas obras do PAC do Preventório como segurança. Possui uma renda variável de R\$ 900 a R\$ 1200.

Sua ex-esposa, segundo relatou, mora numa casa confortável no Preventório com o atual marido. Ambos possuem uma sólida relação de amizade.

A minha casa aqui no Preventório [ na favela] estava fechada há um tempão. Eu fiquei com medo que o pessoal do PAC achasse que não tinha ninguém morando lá e acabei voltando. Não queria perder a chance de ter o apartamento. Então, entrei num acordo com o meu patrão lá em Angra dos Reis, e voltei pra cá.

João sustenta que o apartamento do PAC foi a realização de um sonho, pois através dele conseguiu ter o conforto que nunca teve quando morou na favela. Além disso, pôde se aproximar mais dos filhos e “receber visitas sem se sentir constrangido com a subida do morro”. O lado complicado, no entanto, está relacionado à administração do condomínio, pois é síndico de dois blocos e, por esse motivo, tem de conviver com as reclamações e insatisfações dos moradores. Segundo conta João, ele passou a incorporar como seus, os problemas do condomínio.

Eu não tenho do que reclamar do meu apartamento, pelo contrário, agradeço a Deus por essa dádiva, mas o papel de síndico demanda muito do meu tempo. Eu acabo usando o telefone mais do que antes para tentar resolver os problemas que acontecem, como por exemplo: se dá algum problema com a bomba d'água, eu tenho que ligar pro técnico; se falta água, eu tenho que ligar pra Águas de Niterói e solicitar pipa; se ocorrem outros problemas que acabo tendo que usar o telefone, e minha conta vai lá nas alturas. Isso sem contar com os moradores que, por motivos variados, não pagam o condomínio e acham que eu é que tenho culpa. Ou ainda, aqueles que não pagam e não dão nenhuma satisfação. Eu sei que isso faz parte do cargo. Espero que com o tempo todo mundo se acostume. Porque é uma coisa muito chata e difícil.

Na favela, segundo relata, sua casa não era pequena, mas precisava de muitas obras. “Eu tinha uma grande área externa, mas te digo com sinceridade que não tinha o conforto que tenho no apartamento”. Admite que sempre deixava para depois a resolução de qualquer obra, porque, na verdade, se sentia desestimulado em investir num local que poderia sofrer danos com as chuvas<sup>49</sup>.

Quanto às novas e antigas dívidas, João afirma que tem procurado fazer o mínimo de compras parceladas possível, pois ainda está com o nome sujo no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), devido a compras que fez há alguns anos. “Eu quero pagar, só não sei quando. Quando sobrar dinheiro eu pago”.

João mora no Preventório há pouco mais de quinze anos, mas nos últimos três estava trabalhando em Angra dos Reis. Um dos filhos morava com a avó (sua mãe) em São Fidélis, e o outro morava com ele em Angra dos Reis, pois fazia parte da seleção juvenil de futebol de um time da cidade. O interlocutor conta que procurava voltar para o Preventório sempre que podia, para acompanhar o andamento das obras dos prédios, mas às vezes ficava quase um mês sem ir, devido ao grande dispêndio com passagem.

Lá em Angra, o emprego não era ruim, mas o salário não me dava possibilidades de comprar ou alugar um apartamento como esse. O PAC veio pra dar uma mudada na minha vida. Agora meus filhos não estão com contrato em nenhum clube, então, eu pude trazer eles pra ficarem mais tempo comigo. Eles também ficam com a mãe deles que mora aqui na comunidade. Agora tem mais estrutura. A minha casa lá em cima não era pequena, mas a área onde ela ficava não dava segurança pra ninguém. Agora é diferente, eu posso trazer alguém pra me visitar sem me sentir mal. Aliás, as pessoas agora passam a querer a visitar a gente.

Segundo as palavras de João, a ida para o apartamento lhe proporcionou uma “mudança de vida” e uma nova perspectiva diante do conforto e do bem-estar.

Fiz um acordo na empresa que eu trabalhava e com a indenização eu comprei coisas para equipar a casa. O meu nome está negativado no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, então eu não tinha como parcelar nada. O que comprei foi à vista: sofá, máquina de lavar, armários de quarto, estante, tapete e rack, mas falta ainda muita coisa: geladeira, móveis de quartos novos pros filhos,...

---

<sup>49</sup> - Não tive a oportunidade de conhecer a casa antiga de João, pois na ocasião em que nos conhecemos ela já havia sido derrubada. As informações que possuo são apenas as fornecidas pelo mesmo.

Fazer parte da administração não é uma tarefa almejada pela maioria dos moradores. No Preventório III, a escolha do corpo administrativo dos três blocos não pôde ser avaliada como um processo democrático, tampouco autoritário. João, José e Adriano relatam que não houve candidatos para concorrerem à função de síndico.

Quando um dos caras da CEHAB perguntou quem queria organizar chapas para lançar a candidatura de representação do condomínio ninguém levantou o braço. Eu olhei pra um lado e pra outro e ninguém queria, mas alguns disseram pra eu concorrer, daí eu lancei meu nome, mas sem concorrentes. Não houve eleição. Ninguém queria o cargo porque é dor de cabeça atrás de dor de cabeça. Ninguém quer participar da organização, só reclamar. (João)

#### 2.4.2-José

José é morador do Preventório III. O conheci no mesmo dia em que conheci João, e ele chamou minha atenção na reunião do Banco Popular por conta dos questionamentos pertinentes que fazia. Ele já conhecia a experiência do *Banco Palmas*, um dos primeiros bancos populares a existirem no país, e deu muitas contribuições e sugestões ao debate, apesar de não ter comparecido a mais nenhuma outra reunião do Banco Popular.

Ao final desta reunião fui ao seu encontro e apresentei-me. Foi então que marcamos um encontro na semana seguinte em seu prédio. Ao nos encontrarmos, José levou-me até seu apartamento, onde conheci seus quatro filhos. Confesso que imaginei encontrar uma família feliz com a mudança para o apartamento, mas ao contrário, ouvi relatos dos filhos, e do próprio José, cheios de decepção e perpassados por um sentimento de encarceramento. Esse descontentamento acompanhou os oito meses de trabalho de campo, e eu pude, assim, acompanhar a sua angústia para lidar com a nova dinâmica de moradia. Suas reclamações estavam associadas principalmente ao espaço considerado “apertado”, aos vizinhos barulhentos e à “falta de privacidade”.

Este morador foi não apenas uma das primeiras pessoas que estabeleci contato no PAC- Preventório, mas também um mediador e interlocutor importante no campo. Foi ele quem, a princípio, indicou moradores com os quais conversei. Lembro-me de que, nos primeiros dias da pesquisa, a maioria dos moradores havia se mudado no máximo há um mês. Neste período conversava com eles apenas com o intuito de

conhecê-los um pouco melhor e saber suas impressões mais imediatas sobre a experiência da mudança.

Nas duas primeiras semanas de campo no Preventório III, José me indicava segundo a sua proximidade, os moradores com os quais eu poderia conversar. Com o tempo, ao tomar contato com as histórias de vida, dei-me conta da diversidade que estas famílias possuíam entre si. A partir de então, com as idas e vindas, fui-me tornando mais familiarizada com o local, até que um dia, José disse que eu “já era de casa”. “Todos já te conhecem por aqui. Venha à hora que quiser. Não precisa mais de mim para lhe acompanhar nas visitas. Mas passe lá em casa sempre que puder para tomarmos um café.”

Em janeiro de 2011, José passou a morar com a família no bloco 3 do Preventório III. Na verdade, como ele possuía mais de uma casa no morro, ganhou dois apartamentos. José e sua então esposa resolveram ficar morar um em cada apartamento, pois como tinham muitos desentendimentos, essa seria uma maneira de tentarem um “casamento moderno”, conforme assinalou sua esposa.

As dificuldades na adaptação para José foram acrescidas pelo fato dele ter também desempenhado o papel de síndico, o que lhe demandava responsabilidades administrativas que compreendiam: a cobrança e administração das taxas de condomínio, a resolução de problemas operacionais (como por exemplo, compra de material de limpeza, conserto e compra de bens utilitários, tais como bombas d’água, medidores de gás, dentre outros), cobrança também de novas posturas coletivas no novo espaço condominial, tais como a lei do silêncio das 22 horas às 8 horas da manhã; respeito às partes comuns; cuidado com a estética externa dos apartamentos - o que proibia roupas serem secadas nas janelas ou nos corredores (muito embora os projetistas do PAC habitação não tivessem previsto um espaço para essa finalidade).

As insatisfações estavam ligadas ao fato de que muitos dos vizinhos, de acordo com sua concepção, recusavam-se “a mudar o comportamento que tinham quando eram moradores da favela”.

Aqui o negócio é o seguinte. A gente quer fazer as coisas funcionarem direitinho. O que são 55 reais? Quase nada, não é? Mas esse pessoal daqui acha que é demais. Acham que eu vou pegar o dinheiro pra mim. Aí parece que eles fazem só pra irritar. Chega o dia do pagamento, eles passam por mim e nem falam nada. Acham que é um favor que eles estão fazendo se pagarem alguma coisa. E tem outra coisa: falam alto demais, brigam dentro de casa e fora de casa. Não respeitam a lei do silêncio, e nem sei se vão

respeitar algum dia, porque nem educar os filhos, eles educam. Continuam estendendo roupa na janela, mas eles sabem, porque a gente teve reunião com o pessoal da CEHAB, que não pode estender roupa na janela. Porque o efeito estético fica parecendo que é uma favela. A verdade é que eles saíram da favela, mas a favela não saiu deles. É muita aporrinhação ser síndico. Não desejo pro meu pior inimigo.

### 2.4.3 -Adriano

Adriano é morador do Preventório III. Tem 40 anos e é casado com Alessandra, de 38 anos. Os dois foram nascidos e criados no Preventório. Alessandra é caixa de supermercado e ganha um salário mínimo, e Adriano não tem ocupação definida, faz bicos e sua renda não chega a um salário mínimo por mês. Alessandra tem um filho de 20 anos, e sete sobrinhos adolescentes que considera como filhos. Nenhum deles mora com o casal: moram com a mãe de Alessandra, no Preventório I. O único filho legítimo de Alessandra é motivo de orgulho para o casal. Ele estuda Ciências Contábeis na UERJ, e naquela semana, para orgulho da família, havia conseguido um estágio remunerado no Banco do Brasil. Adriano fala com alegria: “Ele é nosso orgulho. Lá na UERJ ele é cotista, então ganha uma bolsa da faculdade. Mas o dinheiro da bolsa é pros estudos dele. É sagrado. É pra passagem e se precisar, pra comprar algum livro. Agora com o estágio vai ficar melhor pra ele. Ele é estudioso, não puxou à gente não”.

Adriano trabalhou por mais de dez anos como pescador, mas desistiu do ofício depois de um grave acidente no barco em que trabalhava, ocasião em que quase perdeu a vida. Depois de passar quase um ano se recuperando do acidente, conta que não conseguiu se estabelecer em nenhum trabalho fixo, e por conta disso começou a fazer biscates como atendente de bar, servente de obra, ajudante de pedreiro, até montar seu trailer na praia, em parceria com João, no final do meu trabalho de campo.

Segundo conta, a família vivia na favela numa pequena casa em área considerada de risco pela CEHAB; no entanto, afirma que o único risco de morte que tiveram foi durante as obras do PAC, quando um grande reboco caiu no meio da sala da família, criando uma enorme rachadura na casa, e atingindo de raspão Adriano e a sobrinha de 14 anos. Depois disso, a casa ficou praticamente destruída, não havendo condições de moradia, o que fez a família recorrer ao auxílio de aluguel.

Foi uma cena horrível. Eu fiquei cheio de arranhões por causa das pedras que caíram em mim. A minha sobrinha adolescente quase morreu, porque ela estava no meio da sala vendo televisão. Foi uma grande falta de respeito e de



cálculo da parte deles. Por que não tiraram a gente de lá antes de começarem aquela obra se sabiam que a gente corria risco? Eu estou processando a DELTA. Nós perdemos também algumas coisas de dentro de casa, como televisão e mesinha de centro.

Na ocasião da mudança, Adriano estava desempregado, e como havia uma disponibilidade de tempo maior, passou a desempenhar um papel importante no condomínio até “conquistar” o papel de síndico, por falta de moradores que se interessassem pelo cargo. Deste modo, antes mesmo de ser síndico, procurava conscientizar os demais moradores sobre a limpeza dos corredores. Era ele que fazia a medição do consumo de gás nos apartamentos e, posteriormente, a exposição das contas e despesas do condomínio num quadro no térreo.

Como não apareceu ninguém disposto a fazer algo em prol da coletividade eu resolvi fazer. A gente tem muita vontade de aprender, mas ainda estamos aprendendo tudo. Ainda precisamos de ajuda. Não sabemos como agir em várias situações. Até porque não somos registrados por enquanto como nada: nem como condomínio, nem como associação. A impressão que eu tenho é que jogaram a gente aqui e falaram: “se virem”. A CEHAB abandonou a gente. Essa é que é a verdade.

#### **2.4.4-Simone**

Simone é moradora do Preventório III. Tem 38 anos e é empregada doméstica. Separada, ela mora com dois filhos adolescentes (15 anos e 18 anos) no Preventório III. O anúncio da demolição de sua casa a pegou de surpresa, mas reascendeu-lhe a esperança de uma “vida melhor”. Segundo seus relatos, só acreditou mesmo que mudaria para o apartamento quando as obras começaram. A partir de então, iniciou o planejamento do que precisaria para a mudança. Neste ínterim, começou a comprar novos eletrodomésticos e novas mobílias.

Com certo sacrifício, economizou mês a mês para realizar as compras para a casa nova. Dentre estas aquisições constam: um jogo de sofá de dois e três lugares; móveis de quarto para ela e para os filhos; mesa e quatro cadeiras em madeira; máquina de lavar, fogão e geladeira. “Ficou faltando comprar uma estante nova e uma televisão melhor”, mas, de acordo com seus cálculos, isso seria concretizado após o término do pagamento da mobília de quarto que comprou para a filha. “Não comprei antes essas coisas porque as coisas novas não mereciam a casa velha. Era muita poeira. Não tinha

piso. Eu fui comprando as coisas aos poucos e deixando na casa da minha irmã e na casa da minha tia. Casa nova pede coisas novas.”

Sua renda mensal é de um salário mínimo. Um de seus filhos trabalha como ajudante de pedreiro, mas ela faz questão de que este não use o dinheiro com despesas domésticas. O ex-marido arca com gastos relacionados à alimentação, e cabe a ela gerir os demais gastos. Segundo relata, sua casa anterior estava em obras, que foram paralisadas quando soube que iria “descer” para o apartamento. Sua fala é de muita felicidade e orgulho com o que afirma ter sido uma “mudança de vida pra melhor”.

No caso de Simone, a percepção positiva sobre a mudança de endereço estava associada ao conforto e às possibilidades de ter uma “casa arrumadinha”, através da aquisição de novos bens. Assim, como outras moradoras com as quais conversei, se orgulha e conta detalhadamente o processo de aquisição de cada bem para sua nova casa, desde a concepção da ideia de compra até o sentimento de satisfação em ter a última prestação paga. Sentada orgulhosa num imponente sofá vermelho que comprou em cinco parcelas nas *Casas Bahia*, ela contou-me a trajetória dos bens adquiridos relacionando-os espontaneamente com o advento de uma “nova vida”. “Eu não trouxe nada da casa antiga. Não tinha como trazer. As coisas velhas não mereciam a casa nova. Aqui é vida nova. Comprei tudo: guarda roupa, cama, geladeira, sofá, fogão. Os armários vão chegar ainda.”

A sua frase exemplar, “a casa pede coisas novas”, é importante para pensarmos a construção do senso comum no que se refere à vida e ao simbolismo das coisas em função do espaço onde se vai habitar. Com esta colocação, podemos identificar que, assim como seus habitantes, a casa também possui uma “vida”. Vida esta que é construída pelos seus donos, através dos mais variados tipos de investimentos que fazem, desde a aquisição de nova mobília e disposições da mesma até a aquisição de bens decorativos e sua localização espacial.

De acordo com Miller (2002), a relação do ato de comprar com o sacrifício refere-se àquela situação em que tudo que estava concentrado na acumulação de recursos está prestes a se transformar, no momento em que esses mesmos recursos serão gastos. Portanto, apesar das possíveis renúncias de conforto num determinado momento, a concretização das compras fará valer à pena todo o período.

Mesmo passando a pagar tarifas de serviços (água, eletricidade e condomínio), que até então não existiam na favela, Simone considera que a cobrança seja justa, pois acredita que o pagamento é “uma forma de ter o direito para reclamar quando o serviço não estiver agradando. Lá a gente não pagava, mas às vezes a gente ficava sem água e sem luz, e não tinha como reclamar”:

A gente não era gente, era lixo. Lá em cima nós éramos abandonados. A gente não tinha nada, não tinha água e não tinha luz. Para ter luz tinha que ter gato. E isso não é errado? Não é melhor a gente pagar? Tinha dia que eu ficava o dia inteiro sem gás, porque eu não sabia como iria levantar o peso até lá em cima. E era muito peso pro meu filho carregar. Eu sempre tive vontade de ter minhas coisas, minha casa arrumadinha, mas só de pensar que eu teria que subir com coisa pesada lá para o morro, eu já desanimava. *Casas Bahia* não entrega lá em cima, e mesmo pagando é difícil alguém subir pra você.

O sacrifício em realizar o pagamento é percebido como uma forma de honra (aquisição de honra). Comprar o armário espelhado que a filha sempre quis, apesar de ter considerado caro, foi a compra que mais sentiu prazer em fazer: “Eu sei que foi caro, mas ela sempre quis um armário como esse. Agora que a gente mora num lugar que é maior e não tem enchente pra estragar tudo, eu quis dar esse presente pra ela. Mesmo sem ela merecer muito porque é muito malcriada”.

O valor do armário, considerado alto, não foi motivo para que ele não fosse comprado, uma vez que as consequências positivas da compra seriam infinitamente maiores que o valor pago: a satisfação da filha, o sonho de ambas realizado, além da questão funcional propriamente dita do bem adquirido.

#### **2.4.5- Denise**

Denise mora no Preventório III. Tem 37 anos, é casada e tem três filhos ( de 13, 10 e 8 anos). Antes de ir para o apartamento morava num barraco de dois cômodos no “alto do morro” como gostava de enfatizar. Mora no Preventório há dez anos. Antes, morava em Maria Paula, um bairro mais afastado do centro da Cidade. A ida para o Preventório foi motivada pela localização considerada mais estratégica.

Antes eu morava muito longe, e como eu tinha que pegar dois ônibus pra ir pro trabalho e a minha patroa só pagava uma passagem eu acabava tendo que tirar do meu bolso. Depois teve o problema da minha mais velha. Eu descobri que ela tinha febre reumática e eu passei a ter que levar ela sempre ao médico, então era muito sacrificante por causa da distância. Como a família toda do meu marido é daqui a gente veio pra cá. Mas, a gente sempre morou muito mal. A nossa casa tinha dois cômodos e era de pau a pique. Ter vindo aqui *pro* apartamento é o mesmo que um sonho que eu nem esperava realizar.

Denise conta que sempre quis morar numa casa melhor, mas seu marido nunca “parou em emprego nenhum” e por isso “nunca pôde contar com ele” pra mudar de vida. “O meu marido bebe e tem vício de cocaína, então, tudo que ele ganha ao invés dele colocar em casa, ele gasta com o vício dele. Eu sofro muito.”

Na primeira ocasião em que fui até a casa de Denise, o marido estava preso, pois havia agredido ela fisicamente na semana anterior. A moradora estava triste, mas com esperanças de que poderia planejar sua vida com mais dignidade. No entanto, tinha insegurança em relação à posse do apartamento, pois ele estava no nome do cunhado, ou seja, irmão do marido. “A família dele ficou com raiva de mim porque eu dei parte dele na polícia, mas o que eu iria fazer? Eu também estou sofrendo. E tenho meus filhos pra criar. Eu sou uma mulher muito trabalhadora e honesta. Mereço uma vida digna”.

Além do salário mínimo que recebe como empregada doméstica, Denise recebe da Secretária Estadual de Saúde uma bolsa auxílio no valor de um salário mínimo por conta do problema de saúde da filha mais velha. “Esse dinheiro ajuda muito a custear as despesas dela e da casa.”

As despesas da nova casa, no entanto, representam uma preocupação nova na vida de Denise.

Aqui a gente tem que pagar conta de tudo. Eu acho errado em termos, porque a gente veio da favela não é? Então, isso significa que a gente não tinha dinheiro para pagar essas contas todas. Eu acho que eles [o governo] tinham que ter pensado nisso. Eu estou com um monte de dívidas porque eu comprei coisas novas pra casa, mas estou me segurando por causa da conta de luz e de condomínio. Eu acho caro, mas vou fazer o que? A gente tinha que pagar menos.

Apesar da postura incisiva de Denise, quinze dias depois quando nos encontramos novamente, ela havia pedido a delegada que retirasse a queixa de agressão

que fez e que soltasse o marido. “Eu sinto muita falta dele. Agora vai ser diferente, ele vai mudar.”

#### **2.4.6- Aline**

Aline é moradora do Preventório I. Tem 22 anos, mora com os dois filhos (3 anos e 1 ano), está desempregada, e a única quantia que recebe mensalmente é a pensão, no valor de 250 reais, do pai de seus filhos. Na favela, morava numa casa de dois cômodos.

Segundo relata, o momento em que soube que sua casa seria removida foi marcado por muitas angústias, pois sabia que não teria condições financeiras de arcar com as despesas atreladas à mudança. Alegou que foi “praticamente obrigada” a mudar para o apartamento, uma vez que a indenização que a CEHAB lhe ofereceu pelo imóvel foi irrisória.

Eu fico tão preocupada, sem saber como vou pagar conta de luz, de condomínio e de tudo, que eu não consigo ver o lado bom disso aqui. O dinheiro que eu tenho é pra comprar comida pros meus filhos. Não vou deixar de alimentar eles pra pagar condomínio. Além de ter perdido a minha privacidade, ainda tenho que pagar. Preferia viver no morro, no meu barraco que ninguém me perturbava. Só não volto pra lá porque derrubaram ele, e aí não tenho pra onde ir.

Para evitar maiores conflitos, fez questão de avisar ao síndico sobre a impossibilidade de pagar mensalmente o condomínio. Não considera o apartamento como seu de fato por vários motivos, principalmente porque, segundo sua percepção, o pagamento de uma taxa mensal (de condomínio) é uma imposição e não corresponde à ideia de propriedade do imóvel; em segundo lugar, porque ela considera que o sacrifício que se faz para construir a própria casa é o que agrega mais valor a ela.

Disseram que esse apartamento é da gente. Mas eu acho que não. Se fosse, a gente não correria o risco de perdê-lo se deixasse de pagar esse tal de condomínio. E tem outra coisa: eu acho que quando a gente batalha por uma coisa a gente dá muito mais valor a essa coisa. Lá no meu barraco no pico do morro, a gente carregou muito cimento nas costas pra construir e depois veio o pessoal do PAC e derrubou. Aquilo doeu. Agora isso aqui, esse apartamento, eu não fiz nada pra conseguir ele. Então é diferente, não acho que ele seja meu de verdade.

O caso de Aline se parece com o de muitas pessoas que têm suas casas removidas. Apesar de ressaltar o fato de que sua casa possuía uma estrutura precária, sua fala de insatisfação com a perda da mesma revela um aspecto moral e afetivo, independente da qualidade ou localização da moradia. O valor maior encontra-se no fato de que a casa foi feita por ela própria.

Apesar do dinheiro controlado, fez um sacrifício ao comprar um armário de quarto, para pagar em dez vezes, no cartão de crédito da irmã. No entanto, não consegue pagar tal dívida, pois afirma que “mal sobra dinheiro para a alimentação”.

O síndico do bloco em que Aline mora admite que algumas situações como esta são muito mais complicadas de serem resolvidas, pois a falta de pagamento não ocorre somente devido à insatisfação ou enfrentamento e, sim, por conta da situação de vulnerabilidade social em que muitos moradores se encontram. Nesses casos, ele disse “que tenta segurar com o pessoal da CEHAB”, mas só não sabe até quando.

#### **2.4.7- Crisântemo**

Sr. *Crisântemo* é morador do Preventório I. Tem 55 anos e mora sozinho. É solteiro, não tem filhos e é ascensorista desempregado. Conhecemo-nos num dia em que eu estava chegando no Preventório I, e ele estava em sua janela no térreo observando o movimento das crianças brincando nos corredores. Começamos a conversar casualmente. Apresentei-me como pesquisadora, e ele falou sobre a sua vida mesmo sem que eu perguntasse. Trinta minutos depois, ele disse que faria um café e convidou-me para entrar.

Antes do apartamento, morou em três casas na favela. A última era de pau a pique e tinha apenas dois cômodos. A saída da favela, em sua visão, significou uma oportunidade de ter uma vida “mais digna e confortável”. No entanto, tem consciência de que para isso existe um custo. E como se encontra desempregado há mais de dois anos, não consegue arcar com ele. Graças a amigos, tem pago a conta de luz e arcado com despesas de alimentação, porém, o condomínio está em aberto há mais de cinco meses.

Aqui é mais caro, mas é muito melhor viver aqui. Vale a pena. Principalmente porque eu tenho problema de poliomielite, então, aqui em baixo fica mais fácil porque eu não preciso subir muito. Eu já moro aqui há vinte anos e subia o morro esse tempo todo.

Antes eu morava na Tijuca. Era comunidade também, mas era mais baixo. Eu descobri esse lugar aqui porque eu vim pra cá num aniversário da filha de um amigo do trabalho e achei isso aqui um paraíso. Eu morava na Favela do *Borel* e tinha muita bala perdida lá. Ai quando eu vi isso aqui eu adorei. E falei pra ele me avisar quando tivesse alguma casa pra comprar por aqui. E eu comprei um barraquinho na época por 300 cruzeiros, era de pau a pique. Até que um dia, um cavalo encostou-se à casa e a parede caiu. Aí eu fui pra casa da minha tia adotiva que morava aqui. Depois eu fui e comprei um barraquinho atrás da casa dela. Até que o PAC veio e cadastrou a gente.

Seu apartamento é bem equipado, arrumado e com odor de limpeza. Na sala tem uma televisão de vinte polegadas, um aparelho de DVD, e ao lado, um aparelho de som sobre um rack em madeira compensada. Na cozinha, há um forno de micro-ondas e uma geladeira novos. As panelas são de aço inoxidável e com tampas de vidro. Após mostrar a sala, seu Crisântemo me apresenta também o seu quarto: nele há uma cama de casal (em madeira compensada), um armário em madeira bem antigo, que ganhou já usado da amiga de sua “madrinha”, e uma geladeira antiga, que não funciona, e que ele faz de armário. No banheiro fica a máquina de lavar, também nova.

Antes que ele me explicasse a procedência de tais bens, questionei-me em silêncio, rapidamente, como esse senhor poderia ter comprado estas coisas estando desempregado há dois anos e tendo ainda que dar conta das despesas. Ele, parecendo ler meus pensamentos, explicou imediatamente: “Esse sofá meu padrinho me deu, o micro-ondas foi a minha madrinha, a geladeira foi a AMPLA, a televisão, eu ganhei da irmã da minha madrinha, o aparelho de som já tinha, as cadeiras também ganhei, o rack e aquela bancada foram ganhos. Tudo foi ganho. A única coisa que eu comprei foi a cama”.

Após conhecer o apartamento de Crisântemo, de imediato começo a pensar na questão da dívida e no que faz pessoas darem coisas e prestarem favores a outras mesmo sem conhecê-las direito. Ao mesmo tempo, parece inevitável questionar também o motivo destas coisas terem sido dadas somente neste momento, e não enquanto ele morava no morro, numa situação de grande precariedade.

As palavras do morador deixam latente a ideia presente no senso comum de que a nova espacialidade cria a necessidade de outros bens. Crisântemo justificou que, no barraco em que vivia na favela, não havia “necessidade” das coisas que ganhou.

As pessoas me deram as coisas sem eu pedir, mas também se eu fosse colocar isso tudo lá em cima, eu ia ter que dormir do lado de fora porque não tinha espaço! Antes a minha casa era menor do que o meu atual banheiro. Essa mudança só está um pouco puxada porque eu estou desempregado. Se não fosse o meu padrinho, que tem uma condição financeira boa, e que tá me ajudando a pagar as contas eu não estaria conseguindo. Ele ajuda a pagar minha luz e meu gás.

Os padrinhos de Crisântemo são dois senhores que conheceu “na época em que era alcoólatra” e trabalhava como engraxate numa grande avenida da cidade. Mostrando-se solidária por suas condições, uma senhora frequentadora de um centro espírita próximo, e que passava todos os dias pela rua em que ele trabalhava, aproximou-se, fez amizade e dispôs-se a ajudá-lo, caso promettesse tentar largar o vício. Sozinho e com família distante, Crisântemo sentiu-se acolhido e fez de tudo para continuar sendo assistido financeira e afetivamente pela senhora. Tempos depois, a tal senhora lhe apresentou um senhor, que Crisântemo “adotou” como padrinho, pois este passou a lhe ajudar financeiramente e a ter preocupações com ele, como se fosse alguém querido da família.

Antes de se mudar para o apartamento, Crisântemo mencionou que seu nome já estava no Serviço de Proteção ao Crédito- SPC, pois há quase três anos havia comprado uma máquina de lavar em dez prestações, e antes de finalizar o pagamento ficou desempregado, conseqüentemente deixando de pagar o restante. No entanto, com o aumento de despesas do apartamento, sua situação de dívida só aumentou.

Lá em cima não tinha água, mas nos roubávamos água do cano, tipo clandestino. Eu não podia pagar luz também, até porque ninguém pagava, e eu não seria o único a pagar na localidade. Ia pegar mal pra mim. Eu só cheguei a pagar duas prestações da máquina. Eram 12. Eles mandavam carta de cobrança. Na época, eram 20 reais por mês. Não era aquela máquina. Era um tanquinho, e nem tenho mais ele, só tenho a dívida. Eles ficaram cobrando um tempão, até que chegou um ponto que desistiram.

O custo de um inadimplente para as empresas credoras não é somente do bem não pago, mas de outras empresas que são contratadas para realizarem a cobrança, logo, dependendo do valor da dívida, depois de certo tempo, torna-se contraproducente insistir na cobrança.

Apesar da vida “mais cara” que passou a ter, Crisântemo não considera as novas taxas como altas ou indevidas. Apenas reclama da falta de oportunidades de emprego



para alguém mais velho e com deficiências físicas como ele. Após a ida para o apartamento, relata que ficou mais obstinado a largar o vício do álcool, pois sua autoestima melhorou muito.

Assim como foi ajudado, quis ajudar dois conhecidos que moravam próximo a ele na época do morro, e que estavam sem lugar para morar. Ofereceu hospedagem, acreditando que fossem contribuir no pagamento das despesas, o que não aconteceu. Na verdade, passou a gastar mais luz, água e comida, e ainda aumentou o conflito com a tesoureira, que mora no bloco de trás, devido à falta de pagamento do condomínio.

Eu ganhei de um lado e perdi de outro. Agora eu gasto muito com comida; antes eu não gastava porque eu ia à igreja e eles me davam. Agora, você acha que eu morando num apartamento, eles vão querer me dar? Vou sair daqui e ir à igreja pra fazer o que? A situação agora é outra. Eu fico com vergonha. As pessoas sabem que eu ganhei o apartamento, então não é a mesma coisa.

Segundo Simmel (1998), a representação do pobre está ligada à necessidade de assistência do Estado ou de entidades filantrópicas. Para Crisântemo e seu antigo benfeitor, o tipo de moradia, mais do que o valor dos rendimentos mensais, é a condição mais representativa de classe social e pobreza. Quando morava num barraco na favela, era visto como alguém necessitado de ajuda. Agora, como morador de apartamento, passou a ser visto como alguém que não precisa mais dela. Em termos objetivos, ele tem mais despesas atualmente, logo, possui mais dificuldades do que antes para honrá-las. Passou a ser visto como “caloteiro” pela tesoureira do seu prédio, que insiste que ele poderia encontrar formas de pagar o condomínio. Sua vida privada passou a ser controlada de forma mais sistemática. Antes, vivia no anonimato e era digno de pena. Atualmente é visto como um cidadão como outro qualquer, que precisa honrar os compromissos e as contas, mas como não consegue, é um inadimplente e irresponsável. Os paradoxos em que vive refletem o custo que precisa arcar para ter uma vida confortável.

Em *Les pauvres*, Simmel (1998; p. 96-97). sustenta que os pobres, como categoria social, não são aqueles que sofrem carências ou privações específicas, mas os que recebem assistência, ou que deveriam recebê-la, segundo as normas sociais. Por conseguinte, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesma

Para Simmel, é a assistência que alguém recebe publicamente da coletividade que determina a sua condição sociocultural de “ser pobre”. A condição de “ser

assistido”, portanto, constitui a marca identitária da condição do “pobre”, e o critério de seu pertencimento a uma camada específica da sociedade, inevitavelmente desvalorizada. Tal condição, no entanto, significa receber da sociedade, ou seja, dos “outros”, sem poder definir-se através de uma relação de complementaridade e de reciprocidade frente aos demais, em condições de igualdade.

#### 2.4.8- Viviane

Viviane é moradora do Preventório I. Tem 38 anos, é casada, mãe de dois filhos. Mora com eles no apartamento. Sente uma insatisfação muito grande em relação à nova moradia, principalmente porque já discutiu com o síndico questões concernentes às taxas condominiais, consideradas por ela altas e injustificáveis. Ela chamou atenção para o fato de que sua casa anterior era “maior e melhor”, embora, em épocas de chuvas sofresse com enchentes.

A minha casa era grande: era sala, dois quartos, cozinha e banheiro, e tinha um quintal enorme. E eu não pagava nada. Eu comprei a casa com dívida, então, se eu colocasse o relógio de luz no meu nome, eu ia ter que pagar a dívida do dono anterior, então eu não coloquei e não paguei. Aí, eles tiraram o relógio e fizeram um gato pra mim. Foi o cara da light (Ampla) mesmo que fez e nem me cobrou. Todos os meus vizinhos têm gato, e a maioria das vezes quem faz é o cara da Ampla. Quando não, é alguém daqui mesmo que faz.

Mostrou-me os carnês das lojas *Insinuante* e *Casas Bahia*, onde comprou “praticamente tudo” para o apartamento: jogo de sofá, rack, máquina de lavar, armários de quarto, camas e fogão.

Em sua casa anterior, as regras de uso do espaço doméstico não eram dadas. Elas foram construídas por ela mesma, de acordo com as necessidades dos usos. Já no apartamento, ao contrário, exige-se uma adequação aos interesses comuns aos vizinhos, que são formalizados através de normas, dentre elas, o pagamento do condomínio.

Viviane trabalha como diarista e ganha 900 reais. O marido é gari e ganha 1200. A filha de 18 anos trabalha dando aula de capoeira numa academia, mas “o salário dela é só pra ela”. O filho de 21 casou-se, pois a namorada engravidou, mas os dois não moram juntos. Viviane ajuda no sustento da neta, mas acredita que os dois precisem de uma casa só para eles.

#### 2.4.9- Cláudia

Claudia mora no Preventório I. Tem 37 anos, é viúva, babá desempregada, e mora com os três filhos (22, 20 e 18 anos) e os netos (2 e 3 anos). Embora todos os adultos desempenhem trabalhos remunerados, nenhum possui emprego fixo. Cláudia, por exemplo, faz bicos como garçonete em festas, e como ajudante de cozinha em bufês, assim como as duas filhas. O filho de 18 anos é o que possui “biscates” mais constantes, sendo um dos principais provedores da casa.

A moradora conta que morava numa casa em condições muito insalubres e de apenas dois cômodos na favela, mas que havia espaço externo e maior liberdade. Nessa ocasião, os netos e a filha mais velha moravam na Suíça, país do ex-marido da filha e pai das crianças. Com a separação do casal, ela voltou a morar com a mãe, que na ocasião já estava no apartamento.

Cláudia relata que, ao se mudar para o apartamento, viu-se na obrigação de se adaptar ao novo espaço e isso significava não apenas pagar as novas contas como também comprar mobílias, uma vez que a casa antiga possuía poucos móveis, tanto devido à falta de espaço, como pela insegurança de que eles durassem pouco por conta das enchentes constantes.

No mesmo mês da mudança, comprou “tudo novo” em até dez prestações: sofás, armários de quarto, geladeira, fogão, camas e rack. Dois meses depois, perdeu o emprego de doméstica e babá numa casa de família. Nesse ínterim, o pai dos seus filhos faleceu, o que contribuiu ainda mais para que suas despesas aumentassem, pois ele ajudava no pagamento de algumas contas, apesar de estarem separados.

Antes de irem para o apartamento, a compra desses bens, segundo relatou, era inviável, pois além de o espaço ser mínimo para guardá-los, a casa não estimulava a comprar coisas novas, seja pelas precárias condições relacionadas ao piso e umidade, seja pela localização no morro dificultar a entrega.

Estou devendo oito meses de condomínio e de conta de luz. Sem contar uns sapatos que minha filha pediu pra eu comprar no meu cartão da sapataria, e ela não pagou. Agora ficam me ligando da loja cobrando. Ela já disse que não vai pagar porque não tem dinheiro, mas eu também não tenho. Tem também o celular que eu não acabei de pagar. Eu quero pagar tudo, só não sei quando. Eu preciso arrumar um trabalho, e eles também (os filhos).

A interlocutora faz esse relato ao lado dos filhos, e o interessante é que todos riem do fato de não terem dinheiro para arcar com as dívidas, e fazem piadas em relação à falta de confiabilidade que possuem no mercado e entre os membros da própria casa. Claudia acredita que pagará suas dívidas algum dia, justificativa que a auxilia na preservação de sua autoestima.

#### **2.4. 10- Dona Gisela**

Dona Gisela é moradora do Preventório I. Tem 63 anos, é viúva, diarista, mora com as duas netas (de 5 anos e 6 anos) no Preventório I num apartamento cuja janela dá de frente para o Catamarã de Charitas. Seu salário é de um salário mínimo, e ela o complementa com faxinas extras, passagens de roupa e o *Bolsa-família* das netas.

Sobre a mudança de moradia, ela conta que representou uma transformação positiva na sua vida, pois já vivenciou muitas tragédias quando morava na favela, principalmente com as enchentes. Em 2009, sua antiga casa desabou após fortes chuvas e temporais que caíram sobre a cidade, e que atingiram de forma mais perversa as áreas de montanha. Com o desabamento, ficou sem seus pertences e foi obrigada a morar por cerca de um ano num abrigo disponibilizado pela Prefeitura. Neste período, ela dividiu-se entre casa de parentes e amigos, até reconstruir pouco a pouco o que perdeu, e fazer uma pequena obra para voltar para casa.

Desde o final de 2010, quando foi para o apartamento do PAC I, Dona Gisela está convencida de que ganhou um “presente de Deus”. Em relação às despesas de condomínio, tarifas de conta de luz e gás, mostra-se a todo o momento de acordo com elas.

#### **2.5- Dificuldades na ambientação**

Todos moradores com os quais conversei, apresentaram em seus relatos muito estranhamento, principalmente nos primeiros meses após a mudança para os apartamentos. Os motivos eram principalmente a inadequação com os novos regimes de proximidade (vizinhos), com o tamanho do apartamento e as novas contas a pagar.

Apesar de ressaltarem aspectos positivos, há um forte sentimento de que foram manipulados pelo poder público, pelo fato de não terem tido a possibilidade de escolher permanecer no morro, ou ainda, de terem sido jogados em um universo diferente do de costume.

Adriano, por exemplo, conta que as dificuldades para pagar as contas do condomínio por parte dos moradores estão cada vez maiores, o que acaba complicando a situação das contas em geral.

Aqui, eu vou te contar: a gente da administração tem problemas que não acabam mais. Num dos meus blocos tem gente que ganhou apartamento e nunca veio morar. Tem dois apartamentos nessa situação: vazios até hoje. Ou seja, aí são dois apartamentos que não geram condomínio. Isso deve ter vazado, porque noutro dia, veio um pessoal de fora, sabe-se lá de onde do Rio, com mala, cuia e família pra invadir apartamento aqui. É claro que eu não deixei. Mas vai chegar um ponto que eu não sei o que vou fazer. A gente não tem ninguém que intervenha por nós. Estamos sozinhos. Colocaram um caminhão de problemas em nossas vidas.

O morador sustenta que praticamente 50% dos apartamentos dos blocos que administra estão em inadimplência com as taxas do condomínio, o que atrasou o pagamento da água e da luz, resultando no corte dos serviços.

Eu não vi outra saída a não ser fazer um gato na luz e na água. O problema é que um tempo depois, a Ampla e a Águas de Niterói vieram aqui, e eu quase fui multado. Chorei, chorei e eles fizeram um acordo comigo. O condomínio estava devendo 8 mil reais ao todo. Como não existe um registro legal dos prédios, tive que fazer o acordo em meu nome. Nos dois primeiros meses, consegui pagar o acordo e o mês corrente, mas depois não deu mais. Acabou não adiantando nada. Daqui a pouco meu nome vai ficar sujo. E eu vou fazer o quê?

Outro problema é que existem alguns apartamentos que, segundo Adriano, nunca foram ocupados. Em um desses, há um morador que está cumprindo pena em regime fechado numa penitenciária do Estado; outro é de uma criança que, durante a construção dos prédios, perdeu os pais, que eram envolvidos no tráfico de drogas. Como a tutela legal ainda não está formalizada, a madrinha que toma conta da criança não pôde se mudar para lá com ela. Sendo assim, são menos dois apartamentos a pagarem condomínio.

Nós ficamos muito tristes e preocupados com essa inadimplência toda e a forma como fomos jogados aqui. A gente não sabe o que fazer para cobrar os

moradores inadimplentes. Não temos um auxílio jurídico pra nada. Eu não quero que as pessoas pensem que nós estamos dizendo que lá em cima era melhor, porque não é isso. É claro que não era melhor. Eu sempre tive o sonho de ter uma mesa e quatro cadeiras pra família jantar reunida. Lá eu não tinha como fazer isso. Aqui eu pude fazer. Mas nem tudo são flores, não é?

Essa mesma queixa é também feita por João e José, também a respeito do Preventório III, e por Sérgio, um dos síndicos do Preventório I. Outras reclamações, como a conduta moral de moradores (envolvimentos com tráfico de drogas, prostituição, brigas), e principalmente barulho em excesso, são também compartilhadas por todos os síndicos.

Por parte dos demais moradores, alguns protestos também se conjugam. Viviane, Aline, Adriano e José, por exemplo, enfatizam a baixa qualidade do material utilizado na construção dos prédios, uma vez que, um ano após a mudança, já começaram a aparecer sinais de rachaduras e entupimento dos canos de água e esgoto.

Teve uma moradora que depois de muito esperar, comprou os móveis da casa dela. Só que um belo dia, os canos de esgoto estouraram bem na cozinha dela, porque ela mora no térreo. Ela perdeu tudo o que tinha comprado e que nem tinha pago ainda. Ela processou a Delta, ganhou vinte mil reais. A Delta recorreu e conseguiu não pagar o prejuízo. ( Adriano)

João se justifica, após elencar as dificuldades, afirmando que estas não anulam as benesses adquiridas com a mudança:

É indiscutível que morar no apartamento é melhor e mais confortável, mas aqui temos mais coisas para nos preocuparmos, pois agora não depende só de nós mesmos para que as coisas fiquem no lugar. É preciso conscientizar os demais moradores. E a conscientização é a parte mais difícil. Eu não quero que, com isso, as pessoas achem que eu faço coro com os moradores que dizem que lá em cima era melhor. É claro que não é.

Alessandra, esposa de Adriano desabafa:

Isso aqui é uma favela em forma de apartamento. Isso aqui vai cair um dia e todo mundo vai morrer. Você já viu a quantidade de rachaduras que já tem em tão pouco tempo? O meu barraco lá em cima era pobre, mas era ruim de cair. Às vezes, tenho a impressão que eles jogaram a gente num precipício. Só porque a gente é pobre, acham que a gente não sabe avaliar o que é bom.

Jorge, 40 anos, servente de pedreiro, que mora sozinho, vê poucas vantagens no apartamento em relação à sua casa no morro, apesar de o apartamento ser maior e mais confortável, pois, segundo conta, lá havia mais liberdade e lazer.

Eu preferia morar lá em cima. Lá eu tinha meu lazer. Aqui é maior, mas lá eu tinha mais liberdade. Às vezes, a pessoas chegam aqui em frente a minha janela e ficam olhando pra dentro da minha casa e aí o que eu vou fazer? Eu não posso falar nada. Se eu chegar e fechar a porta eu vou dar uma de sem educação, e eu não vou fazer isso.

Diante da multiplicidade de ponderações, interpretações e comparações com o “antes” e o “depois”, o que permanece em todas as falas é a busca pela melhora de vida.

### **3- O NEXO PRAGMÁTICO: A MUDANÇA ENTRE O DRAMA SOCIAL E A ACOMODAÇÃO**

No presente capítulo, minha atenção estará concentrada em examinar o processo de instalação dos moradores que foram transferidos de suas casas na Favela do Preventório para dois blocos de apartamentos do PAC, o Preventório I e o Preventório III. Assim, devo esclarecer, logo de início, que meu foco na investigação não foi exatamente "a remoção" dessas pessoas do morro, uma vez que, ao iniciar o trabalho de campo, a mudança para os apartamentos já era um fato consumado. Eu não tive a oportunidade de acompanhar nem a "remoção", ou saída, delas da favela para os apartamentos, desde o seu início. Em segundo lugar, dadas as tonalidades emocionais que a categoria "remoção" possui, e muito embora todos os moradores com quem conversei tivessem feito críticas às formas pelas quais foram convencidos a deixarem suas antigas moradias, em nenhum momento houve relatos de resistência ou manifestações de repúdio por parte deles, ou mesmo de ações de violência policial, abusos de autoridade e humilhação pública do poder público sobre eles. De acordo com a percepção dos moradores, a principal queixa a ser feita à Prefeitura e aos demais gestores do PAC, aplica-se às explicações consideradas insatisfatórias, fornecidas pelos engenheiros e assistentes sociais para justificarem a situação de risco, alegada como sendo a razão principal para a necessária retirada daqueles de suas antigas casas (esta discussão será desenvolvida com mais vagar nonexo dramático).

Em terceiro lugar, a decisão deve-se também ao fato de que, em todos os momentos em que estive com elas, fosse visitando suas casas ou mesmo conversando com essas pessoas, elas próprias preferiam usar uma outra categoria para se referirem ao que estava acontecendo em suas vidas. A categoria nativa, ou seja, a expressão que usaram o tempo todo comigo, foi a categoria "mudança", para se referir não apenas à mudança do morro para o apartamento, mas também à mudança de vida.

Contudo, gostaria de deixar claro que ao valorizar a "mudança", em detrimento da "remoção", não estarei enfatizando apenas os aspectos positivos - que existem e serão devidamente apresentados - mas, sobretudo, procurarei destacar o caráter



dramático e de ambiguidade de que esta mudança se revestiu para eles, pois ao mesmo tempo em que viram seu mundo, ou seu modo de vida habitual, desaparecer de forma súbita e arbitrária, nem por isso, eles abdicaram ou desistiram de se “engajar” nas formas e nos regimes de engajamento que a nova moradia e, conseqüentemente, a nova vida exigia. Assim, se não houve resistência para sair da casa antiga, por mais apegados que fossem a elas, não houve também uma resistência para entrarem na nova casa. Ao contrário, como veremos a seguir, o processo de instalação contou com o engajamento deles em todos os aspectos: pragmático, lógico e emocional.

No entanto, é preciso ressaltar mais uma vez que muitas coisas os incomodavam na mudança, desde a espacialidade dos apartamentos em si, os deveres burocráticos, as novas contas a pagar, o controle e a regulação do espaço comum e aquilo que os moradores consideravam importante em suas casas antigas, definido como "liberdade" e "privacidade".

Minhas observações começaram neste momento em que o fato já estava consumado, ou seja, a mudança já havia ocorrido, e o que pude perceber é que os moradores agiram pragmaticamente, o que se refere à instalação no novo espaço de moradia. Por não se sentirem o tempo todo vitimizados, mas, ao contrário, tentados a buscar, no regime pragmático, a familiaridade com o novo espaço e as novas coisas que doravante fariam parte de suas vidas, mesmo que estas fizessem parte de parâmetros de conforto e estética burgueses, portanto, diferentes dos parâmetros anteriores.

Assim sendo, o presente capítulo trata do conjunto de ações objetivas, dos processos lógicos e classificatórios envolvidos, bem como dos sentimentos e emoções desencadeados à medida que a mudança ia sendo consumada, ou seja, a instalação dessas pessoas nas novas moradias era realizada.

Neste sentido, é preciso enfatizar que as ações objetivas as ações práticas que estou me referindo foram aquelas que essas pessoas desenvolveram, na tentativa de efetivamente se instalarem, isto é, se "encaixarem" (GOFFMAN, 2010) e se "acomodarem" (MILLER, 2013; THÉVENOT, 1994) naquele novo espaço que doravante seria sua "nova casa".

No meu caso, procurei honestamente observar como uma política pública habitacional, concebida pelo governo federal, foi recebida por aqueles a quem se destinava. Como este evento foi vivenciado em termos pragmáticos, e interpretado no

decorrer da mudança, no sentido de produzir ações e narrativas que dessem conta de seus conflitos, decepções, ambiguidades, ansiedades, incertezas, ao mesmo tempo que incluíssem também as novas alegrias, novas expectativas e projetos a respeito da “nova vida”. Minha análise tenta dar conta de "como" a moradia, mesmo não sendo inicialmente escolhida ou desejada por eles, imposta por um programa de governo, foi pouco a pouco sendo transformada naquela "casa toda arrumadinha", conforme uma expressão nativa igualmente presente e recorrente em todos os depoimentos.

### **3.1- A casa como problema sociológico:**

A casa, o espaço doméstico e a vida familiar constituem o fundamento da vida social no Brasil. Essa discussão encontra-se presente nas principais obras do pensamento social brasileiro, desde clássicos como *Populações Meridionais no Brasil*, de Oliveira Vianna (1920), *Casa Grande & Senzala* (FREYRE, 1933), *Sobrados e Mucambos*, (FREYRE, 1936), até os mais recentes *Carnavais, malandros e heróis*, a *Casa e a Rua* (DaMATTA, 1979; 1984) e *Quando a rua vira casa* (MELLO; SANTOS; VOGEL, 1985). Esta centralidade pode ser observada em diferentes situações da vida social no Brasil, e encontra-se presente em um vasto imaginário que vai da música popular, teatro, cinema, literatura até a cultura de massas, muito particularmente as novelas, principal programa de televisão do país, desde a criação da televisão no Brasil (GOMES, 1998; TORQUATO, 2005).

Em resumo, poder-se-ia dizer que em todas essas obras a importância da casa se deve ao fato de que nela se produz um tipo particular de "sujeito social", ou melhor, de "pessoa" no Brasil. Nesse sentido, ter ou não ter uma casa é um critério social relevante para marcar posições e identidades em nossa sociedade. Na vida adulta, "ter uma casa própria" torna-se praticamente uma "obrigação moral", especialmente se os adultos em questão formam uma família. A "casa" é o principal patrimônio que se passa para os filhos e seus descendentes e, de longe, é o mais importante projeto de vida para milhões de pessoas, aquele que marcará definitivamente suas trajetórias.

Entretanto, vale ressaltar que, embora todas essas representações continuem existindo, como se observa no caso das telenovelas, a literatura sociológica recente tem sido escassa a respeito. É fato que essa escassez pode ser significativa quanto ao caráter político que a habitação popular adquiriu nas últimas décadas, tendo em vista as

questões que dizem respeito às políticas públicas de acesso à moradia, mas que não serão objeto deste trabalho. Assim, vale destacar que são poucos os trabalhos mais recentes que, ao tratarem do tema da moradia e da habitação popular, ou da inclusão social, dão ênfase à dimensão propriamente sociológica da casa, de sua cultura material e de todas as práticas relacionadas à construção da domesticidade, à organização, aparelhamento, tecnologias e mesmo práticas de sociabilidade domésticas, como campo de observação e tema de reflexão importante. Com relação a estes aspectos, pode-se dizer que os modos de "habitar" vêm sendo abordados de forma periférica e não menos problemática, pois, neste contexto, a casa tornou-se apenas um cenário de embates políticos entre classes populares, movimentos sociais e o Estado. Nos poucos casos em que se fala da cultura material da casa, ela tem aparecido irremediavelmente vinculada ao consumismo - seja para fazer a sua crítica ou o seu elogio - enquanto um outro aspecto fundamental do problema, aquele que remete à própria noção de casa, de seus usos e simbolismos, enfim, que justificam a sua centralidade na vida social brasileira, ficou relegado a um segundo plano. Diante disso, minha questão passou a ser, então, como trazer à tona as coisas que dizem respeito à casa (e o consumo delas) para refletir, junto com elas, essa mudança assinalada pelos meus interlocutores.

Tal perspectiva faz nos questionarmos: Afinal de contas, o que é uma casa? O que é ter/possuir uma casa? O que é organizar e manter uma casa? O que é habitar uma casa?

Como disse, a despeito de esses moradores criticarem veementemente o caráter impositivo da mudança, percebi que todos eles estavam bastante envolvidos com ela e às voltas com questões práticas e objetivas, lógicas e emocionais, exatamente pelo fato de estarem engajados nas ações que diziam respeito à aquisição de familiaridade com ela, em suma, de organização da nova casa. Por outro lado, eu estava ali disponível para observar e escutá-los a respeito de tudo aquilo que estava se passando, e eles estavam interessados em falar sobre suas percepções e experiências naquele momento. O fato é que, embora as críticas ao processo de mudança existissem, elas acabavam dizendo muito mais respeito aos modos de engajamentos em jogo, isto é, o que eles estavam efetivamente fazendo na tentativa de se apossarem e se "acomodarem" (THÉVENOT, 1994; MILLER, 2013) efetivamente àquele espaço - e não descartá-lo.

Dos encontros que mantive com essas pessoas durante oito meses, e um ano depois, por mais quatro meses, obtive um material diversificado: desde as descrições

dos ambientes das casas antigas, que eram trazidos de volta para serem comparados a todo momento com as novas fotografias das pessoas, ao lado de seus objetos e os arranjos que eram feitos, relatos sobre os principais eventos referentes à mudança propriamente dita, até relatos, narrativas, conversas, entrevistas, das quais pude tomar muitos diálogos nos quais a "casa" não era tratada como um mero espaço, mas um ator importante de todo aquele processo.

Com o objetivo de compor um esquema a partir do qual pudesse apresentar esse material, busquei inspiração na teoria do ritual, de Victor Turner, especialmente a noção de drama social (1980; 2005), na qual ele destaca o papel da fofoca, do mexerico e do boato como formas de acusação, controle e administração do conflito entre pessoas que compartilham valores e interesses iguais, além de se identificarem como semelhantes na forma como são reconhecidos uns pelos outros, em relação às condições de ex-moradores de uma favela, e no modo pelo qual foram retirados de lá para passarem a morar nos apartamentos (conforme será visto no capítulo 5). Outros dois autores importantes foram Daniel Miller (2013) e Laurent Thévenot (1994), em relação ao conceito de "acomodação" que ambos utilizam para falarem dos regimes de familiaridade promovidos entre humanos e coisas. Em que pese a distância entre um trabalho e outro, eles confirmam a ideia que me acompanhou durante todo o trabalho campo, qual seja, a de que os usos dos objetos não se prendem apenas às necessidades socialmente justificadas ou não, muito menos somente aos simbolismos deles, mas sobretudo, porque o uso de objetos e de coisas objetificam o engajamento, no caso, com a mudança. O toque final ficou por conta de Goffman (2010)<sup>50</sup> e seu conceito de *encaixe*. Não é suficiente usar as coisas, ou mesmo objetificar os engajamentos e familiaridades através delas, mas é preciso fazê-lo de forma "encaixada", na forma de um arranjo estético que seja ao mesmo tempo reconhecido pelos "outros", especialmente os agentes sociais promotores da mudança, como resposta ao desafio imposto às pessoas.

Finalmente, é importante citar Gregory Bateson (2008), que ao estudar o Naven, um ritual de passagem, destacou as três perspectivas que, segundo ele, compunham a cultura Iatmul, uma tribo da Nova Guiné. Tal esquema me veio à mente quando comecei a rever e reorganizar as entrevistas gravadas, paralelamente à leitura de minhas

---

<sup>50</sup> Embora Goffman tenha usado a expressão "encaixe" para falar da relação dos objetos com a "apresentação de si" dos indivíduos no espaço público, decidi usá-la aqui para pensar as "arrumações" do apartamento o mesmo sentido de "apresentação de si" no contexto da mudança.

anotações de campo sobre as observações diretas, muitas delas acompanhadas de fotografias tiradas de situações que testemunhei das pessoas em suas casas. Passado algum tempo após elas serem realizadas, dei-me conta do caráter ao mesmo tempo dramático e performático de algumas delas, muitas sugerindo até um certo exagero, um toque de desafio e arrogância como a foto do sofá vermelho. Isso me fez lembrar algumas passagens do Naven, descritas por Bateson, nas quais ele relata a performance exagerada como parte do ritual de passagem.

Embora fossem situações distintas, achei que poderia aproveitar o esquema utilizado pelo pesquisador, para descrever a cultura Iatmul, a partir de três perspectivas distintas, porém totalmente complementares, a fim de seguir em frente em minha descrição e compreensão de como meus interlocutores efetuaram a "passagem", ou a "mudança", da favela para os apartamentos: 1) a "perspectiva pragmática", no que diz respeito a todas as formas de ação que produzem o engajamento e, conseqüentemente, promovem o regime de familiaridade quanto à ocupação e à posse de fato da nova moradia; 2) a "perspectiva lógica", no que diz respeito aos sistemas classificatórios, às categorias e representações mobilizadas, que emergindo desse engajamento com o novo espaço e as novas coisas, passaram a orientar suas ações de organização, ocupação e posse do espaço: que tipo de representações e classificações passaram a operar na nova condição de moradores de apartamentos? 3) Finalmente, a "perspectiva dramática" (ou o ethos), no que diz respeito às emoções, sentimentos, sistemas de atitudes, muitas vezes contraditórios, com as quais esses interlocutores passaram a ter de conviver a partir de então. De que modo o "antes", muitas vezes evocado de forma idealizada ou nostálgica, era usado, ora para se contrapor ao "presente", desvalorizando-o pelas dificuldades e obstáculos que apresentava, ora trazido à tona justamente para enaltecer este presente, particularmente o sucesso obtido ao se verem dentro de uma "casa toda arrumadinha".

Entretanto, antes de desenvolver o esquema tal como pareceu apropriado ao meu material de campo, é preciso reafirmar que a "mudança", enquanto categoria nativa, foi entendida, para efeitos deste trabalho, como um "drama social", na acepção defendida por Victor Turner, e foi a partir desta compreensão que estabeleci as relações com o esquema de Bateson.

Turner (1980) considera o "drama social" a base social de muitos tipos de "narrativas". Drama em si é, naturalmente, derivado do grego *drân* (fazer ou agir); conseqüentemente, narrativa é conhecimento (e/ou gnosis) emergindo da ação, isto é,

conhecimento experimental. Segundo o autor, “Dramas sociais ocorrem em grupos de pessoas que compartilham valores e interesses e que tem uma história comum, real ou suposta”. Nesses termos, podemos inferir que a mudança de endereço do Morro para os apartamentos no Preventório suscitou emoções e ações inevitáveis, porém de maneiras diferenciadas. O autor sustenta ainda que, independente do local ou situação em que ocorra, o drama social se manifesta inicialmente como:

[...] a ruptura [...] Seja qual for o caso, segue-se uma crise crescente, um momento de tensão ou de decisão nas relações entre componentes do campo social – no qual a aparente paz se transforma em conflitos evidentes e antagonismos latentes tornam-se visíveis. Tomam-se partidos, formam-se facções e, a menos que o conflito possa ser encerrado rapidamente dentro de uma área limitada de interação social, a ruptura tende a se ampliar e a se espalhar até coincidir com alguma linha de clivagem no conjunto mais amplo de relações sociais relevantes no qual as partes em conflito pertencem.

Como informei anteriormente, minhas observações tiveram início no Preventório III pouco tempo depois da mudança dos moradores. Apesar de ter elaborado um pequeno roteiro de perguntas para começar a entrevistá-los, eu tinha consciência de que muitos dos “imponderáveis da vida real” (MALINOWSKI, 1978) não seriam apreendidos por meio da aplicação de perguntas diretas. De qualquer modo, o roteiro foi um modo que eu encontrei para me introduzir em suas vidas e poder acompanhar de perto a experiência pela qual todos estavam passando. É preciso destacar que eles estavam diante de uma situação completamente nova.

A mudança representava muitos desafios e riscos, por essa razão, era pretexto para a expressão obrigatória de muitas emoções e sentimentos. Embora eu fosse desconhecida de todos, a situação, por ser dramática (no sentido antropológico do termo), despertava o desejo de todos falarem a respeito do que estava ocorrendo com alguém que se mostrasse disponível para escutá-los. A ansiedade e as expectativas eram tantas que as entrevistas se tornaram um meio de construir uma relação de confiança com eles, uma forma que eles encontraram de verbalizar algo sobre coisas e situações que não haviam experimentado, e lhes pareciam novas e surpreendentes. Exatamente por ser identificada como uma pessoa de fora, eles se sentiam mais à vontade em falar comigo sobre alguns assuntos. É a partir deste "lugar" intermediário de uma *outsider* confiável que passo, então, a relatar e a discutir o que considere ser o principal foco de minhas análises neste item, qual seja, o processo de instalação física e material desses

moradores que deixaram suas antigas moradias no morro do Preventório para irem morar nas novas moradias no PAC do Preventório.

### **3.2- A mudança no sentido pragmático**

A solenidade de entrega das chaves das primeiras unidades habitacionais do PAC Preventório, com a finalização do Preventório I<sup>51</sup>, ocorreu em 07 de julho de 2010, contando com a presença do governador Sérgio Cabral, do então Ministro das Cidades, Márcio Fortes, do secretário de Habitação Bruno Feitosa e do então presidente da comissão da Alerj, deputado Rodrigo Neves. Nesta ocasião, os demais blocos, Preventórios II e III, ainda estavam em construção; no entanto, todos os futuros moradores foram convidados a participarem deste evento. Ficou evidente que muito mais do que assinalar uma mudança de moradia, a “entrega das chaves” fora um ritual planejado e organizado pelo Estado com a finalidade de marcar a mudança do status de "moradores de favela" para "moradores de apartamento". Do ponto de vista do Estado<sup>52</sup>, a favela era uma categoria estigmatizada, carregada de sentidos negativos, que remetia à pobreza, precariedade, ausências, faltas e também a uma forma ilegal e de risco de ocupação do espaço. Mas não era meu objetivo tratar dos preconceitos políticos e morais que as elites, incluindo as elites políticas, possuem sobre a favela. Importava mais observar como os moradores reagiram e operaram diante das ações e lógicas estatais.

De fato, como se vê no decorrer do trabalho, muitas dessas representações eram também compartilhadas pelos moradores, embora de uma forma mais contraditória e ambígua. Para a maior parte deles, o PAC representava, de fato, a possibilidade de “ter um endereço”, urbanização e saneamento básico. Neste caso, mesmo apontando as arbitrariedades do poder público, eles reconheciam esta dimensão positiva, muito em conformidade ao que foi apresentado por Simões (2008: 180), ao relatar os sentimentos dos moradores oriundos da favela da Praia do Pinto transferidos para o conjunto

---

<sup>51</sup> [http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia\\_corpo.asp?num=36118#sthash.lRyvWg6.dpuf](http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=36118#sthash.lRyvWg6.dpuf) Acesso 10/11/2011.

<sup>52</sup> Principalmente até a década de 1960 era muito disseminada, por parte do poder público e da sociedade, a ideia de que as favelas não eram parte da cidade normal. Tal perspectiva, legitimada por pesquisadores, e utilizada para justificar políticas de remoção, era uma das principais razões para amentar ainda mais o estigma e a marginalidade dos moradores de favelas. (PERLMAN 2002[1977]),

habitacional Cruzada São Sebastião, nos anos 1950, no Leblon. Segundo a autora, para aqueles moradores, ter um endereço reconhecido pela administração municipal significou a possibilidade de possuir uma referência objetiva para serem localizados por amigos, conhecidos ou por um número maior de indivíduos.

No contexto de minhas observações no Preventório, verifiquei que a ambiguidade dos moradores residia também no fato de que, independentemente de estarem enraizados como moradores do morro, gostarem de suas antigas casas, eles também reconheciam que a mudança para o apartamento, poderia significar o ingresso em uma nova ordem para a qual também desejavam entrar, embora não conhecessem direito a lógica de organização desse novo universo. Isso era motivo de grande ansiedade e gerava muita insegurança. Do ponto de vista antropológico, essas pessoas, de uma forma ou de outra, estavam sendo submetidas a outros regimes de visibilidade e de proximidade.

Mas é importante que seja ressaltado ( e eu repetirei isso muitas vezes) que a despeito dos conflitos que demonstravam, a atitude pragmática de tomar posse dos apartamentos, de ocupá-lo e fazer dele sua nova casa, prevaleceu sobre todas as outras. Aqui chamo atenção para uma expressão nativa que preenche bem o sentido deste processo de instalação, pois foram inúmeras as situações e momentos de nossas conversas em que eles a mencionaram ao me dizerem que, agora, finalmente estavam podendo ter uma "casa toda arrumadinha". A orientar-me pelas reflexões de Walter Benjamin (1984) sobre as brincadeiras e os brinquedos infantis, percebi que a expressão que incluía um diminutivo, revelava esta ambiguidade de ser percebida ao mesmo tempo como um jogo, uma brincadeira, mas também um desafio, e por isso mesmo deveria assumir uma importância vital para as minhas análises, quanto mais eu me deparava com o material de campo. Sendo assim, a expressão foi a "janela" para eu lidar melhor com o esquema de Bateson, e demonstrar a partir dele o quanto a cultura material constitui e é constitutiva de nossas percepções do mundo. Entretanto, vale destacar que o desafio de ter uma "casa toda arrumadinha" não é a mesma coisa para todas essas pessoas. Isso fica evidenciado em suas próprias narrativas e justificativas, pois os aspectos a serem ressaltados são variados e algumas vezes contraditórios. Esta questão das contradições e ambiguidades será melhor tratada nos itens 2 e 3, que tratam da perspectiva lógica e cognitiva, e da perspectiva dramática.



No clássico *Raízes do Brasil*, ao analisar o brasileiro como “homem cordial”, Sérgio Buarque de Holanda (1995; p. 142) observou algumas expressões legítimas brasileiras e atenta por exemplo, para o recorrente emprego dos diminutivos. A terminação ‘inho’, serviria para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. “É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los ao coração”.

### **3.3- "Uma casa toda arrumadinha" - A dimensão pragmática da mudança e a aquisição do gosto:**

Embora para essas pessoas não se tratasse mais de uma brincadeira de bonecas, mas da possibilidade de, concretamente, efetuarem uma mudança de vida, a mudança para o apartamento implicou gastos, desde a preparação do novo ambiente para receber os bens, até o transporte deles, ou mesmo, pela aquisição de novos bens domésticos. A maior parte da mudança dos moradores do Morro do Preventório para os apartamentos do PAC se resumiu à primeira e à terceira opções, pois a segunda opção foi praticamente inexistente, não só por conta da geografia íngreme do morro que impedia o trânsito de veículos em boa parte do caminho, mas, sobretudo, pelo fato de que muitas famílias decididamente não levaram (não quiseram levar) para os apartamentos nenhum bem doméstico utilizado na moradia do morro. Este fato é de suma importância, porque foi uma decisão delas de não levarem nada, da mesma forma que esta decisão aponta para uma aceitação positiva da mudança como uma espécie de jogo e desafio. Este foi o caso de Simone, de Viviane, de José, João, Adriano, Gisela, Aline, Crisântemo, Cláudia, além do Sr. Itamar, Luiza, Sr. Leilson, dentre outros. Foi diante dessa evidência que passei a valorizar como foco de minha atenção as ações propriamente ditas de engajamento e posse quanto à apropriação daquele novo espaço de moradia, e nem tanto suas representações - positivas ou negativas - sobre a moradia anterior.

Simone, por exemplo, foi uma das pessoas que desde cedo criou expectativas positivas em relação à mudança. Por conta disso, negou-se a levar as mobílias e os objetos antigos para o apartamento novo. Para ela, a casa nova representava de fato uma “vida nova”, logo, ela exigia ser iniciada com mobílias e eletrodomésticos novos. “Lá [no morro] o chão era de cimento. Iria estragar as coisas novas e não combinaria com a casa. Eu estou vivendo uma vida nova e muito melhor. Quem diz o contrário disso, ou

seja, que antes era melhor, sinceramente, só pode ser porque não gosta de pagar as contas que agora a gente tem que pagar”.

Simone contou com a ajuda de familiares, especialmente antes da mudança, pois comprou aos poucos o novo mobiliário e os eletrodomésticos, e à medida em que ia comprando, guardava na casa de parentes que moravam na parte mais baixa do morro do Preventório. No dia da mudança, o filho, o ex-marido e alguns vizinhos mais próximos ajudaram-na a levar suas coisas para o apartamento e pôr as “coisas no lugar”.

Segundo Crisântemo e Cláudia, a mudança para o apartamento, em termos operacionais, não foi problemática porque possuíam “poucas coisas” na casa do morro para serem levadas para o apartamento.

Cláudia comentou que, quando foi para o apartamento, percebeu que não tinha “quase nada em sua casa”:

Eu não tinha sofá por exemplo. Nunca tive. Não tinha estante. A geladeira que eu tinha era velha, mas não trouxe porque meu filho disse que compraria uma pra mim, quando a gente se mudasse. Essas coisas é que pesam mais numa mudança, não é? Então no dia da mudança foi tranquilo por isso, tinha pouco peso pra trazer aqui pra baixo.

Sobre a necessidade imposta para a mudança, a moradora alterna falas que revelam indiferença com outras que revelam o sentimento de injustiça:

O negócio é o seguinte: não pedi pra vir pra cá. “Eles” é que disseram que eu tinha que vir. Tá certo que tem mais conforto aqui: eu nunca tive um quarto só pra mim, por exemplo. Mas eu tinha privacidade lá em cima e não tinha ninguém correndo atrás de mim, falando desaforo pra mim e me obrigando a pagar contas sem eu ter condições para isso. Eu sei que tenho que pagar as coisas, mas estou passando por um momento difícil. Só isso.

Crisântemo, por outro lado, afirmava que amigos, sem que ele soubesse, organizaram compras e doações de mobiliários e eletroeletrônicos, para que ele pudesse levar para a casa nova. “Eu praticamente mudei só com a minha roupa do corpo. Não valia a pena trazer nada lá de cima. Tinham coisas muito velhas, que eu acho, que se eu desmontasse, não conseguiria montar de novo. O dia da mudança foi um dia feliz, pois eu pude começar a imaginar que eu poderia ter uma vida melhor.”

Viviane revelou a angústia vivida no dia em que começou a mudança, pois ficou com “pena” de deixar a casa em que morou por dez anos. Além do fator afetivo, a

moradora mencionou que tinha um terreno espaçoso e uma caixa d'água de dez mil litros.

Com aquela caixa d'água, nunca me faltava água. Eu podia lavar qualquer quantidade de roupa que você possa imaginar. Sem contar o espaço para secagem das roupas, que também era enorme. Quando eu cheguei aqui e vi o tamanho da área de serviço para lavar e estender roupa, eu quase chorei. Até porque disseram lá [ na reunião da CEHAB] que não podia pendurar roupa na janela. Assim que eu cheguei aqui deu vontade de voltar, mas eles derrubaram a casa logo depois que eu saí dela.

A tarefa de lavar roupas continua sendo realizada, mas, segundo Viviane, não da mesma forma prazerosa de antes. Não é mais possível se diferenciar em relação ao demais moradores pelo controle ou excesso de água sob seu controle.

Aline também teve dificuldades para aceitar a mudança, principalmente porque sabia que a vida seria mais cara e, portanto, “difícil” de mantê-la. Da casa antiga levou o fogão e as roupas dela e dos filhos. “Eu não tinha muita coisa pra levar para o apartamento, pois a minha casa na favela era pequena e não cabia muita coisa mesmo.”

Foi triste sair lá de cima porque não foi fácil construir aquele barraco. Gastei dinheiro, suei pra comprar material e levantar nas costas lá pra cima. Isso mexe com o nosso sentimento porque a casa acaba sendo um pedaço da gente também. Eu tinha só o necessário pra dentro de casa. Aqui eu tenho que mobiliar a casa, mas com que dinheiro?

Há, implicitamente, no discurso de Aline e dos demais, a ideia de que a vinda para o apartamento implicava em gastos, pois não só novas despesas seriam incorporadas mensalmente, quanto haveria também a “necessidade” de mobiliar o apartamento. Fica evidente em todos os trechos transcritos que “ocupar” o novo espaço não dizia respeito à ida apenas das pessoas que passariam a viver nele, mas que era necessário preenchê-lo com novos objetos. Este preenchimento era quase que uma “obrigação” no sentido religioso e simbólico do termo, uma espécie de “sacrifício” necessário de modo a se garantir uma acomodação benéfica, bons augúrios e boas-vindas.

Além do apartamento, o morador cuja casa seria removida poderia optar pelo recebimento de uma indenização pelo imóvel. No entanto, de acordo com as assistentes sociais com as quais conversei, a escolha por esta última foi praticamente nula. Uma delas, contratada pela Delta, comentou em tom de orgulho que somente um morador que já estava na iminência de voltar para o Nordeste é que aceitou a indenização, os

demais optaram ir para o apartamento. “Realmente ir para o apartamento foi muito mais vantajoso porque as indenizações eram muito baixas. O pagamento não levava em consideração o que eles pagaram pelo imóvel. Somente as benfeitorias dos imóveis é que foram levadas em consideração”.

Assim, como ficou evidente nos relatos acima, a aquisição - pela dádiva ou pela compra - de novos bens foi uma forma inicial de se apropriar e se acomodar no espaço. A mudança não implicou somente a mudança de endereço, entendida como a transferência das pessoas e dos antigos bens do morro para o apartamento. Ocupar aquele espaço implicou também a adoção de novos sistemas e critérios classificatórios, no que diz respeito às categorias-chaves que deveriam organizar o novo espaço de moradia. A mudança exigiu também a adoção de novos hábitos, atitudes e etiquetas em relação aos usos dos espaços comuns, relações com vizinhos etc; sendo assim, novos objetos foram considerados necessários, senão essenciais para concretizarem e marcarem esta importante passagem. Neste sentido, a mudança exigiu também uma nova relação com o dinheiro, o que acarretou a incorporação de uma lógica monetária e contábil bem distinta da anterior, e que passou a incluir novos itens de despesa, gastos e hábitos de consumo que, por sua vez, passaram a ser determinantes nas concepções de conforto dos moradores. É verdade que tudo isso revelou-se um processo bastante dramático e permeado por contradições, isto é, carregado de ambiguidades, rejeições, críticas, mas também de muitas expectativas e novos desejos.

Observando-se o conjunto de aquisições e competências que essas pessoas tiveram de dominar em tão pouco tempo, verifiquei que, em relação às aquisições voltadas para o conforto e a estética da casa, a experiência era percebida como sendo mais satisfatória do que insatisfatória, além de ser a que elas mais se orgulhavam de apresentar e ostentar durante minhas visitas e conversas com elas.

Neste aspecto, a questão da estética é particularmente emblemática. Ela foi um dado importante para que eu não me deixasse cair na perspectiva simplista de que, pelo fato de criticarem as arbitrariedades do poder público, os moradores não desejassem de forma alguma a mudança. Assim, o que mais me surpreendeu, durante todo o meu trabalho de campo, foi a rapidez com que eles aderiram aos padrões de conforto e de estética burgueses, demonstrando uma grande familiaridade com ambas. De acordo com a perspectiva por Thévenot ( 1994), “as coisas já estavam nas pessoas”, portanto, havia

toda uma dinâmica da familiaridade em jogo com os objetos, embora implícita, já que nas antigas moradias essas coisas não existiam porque, como muitos deles disseram, as casas como tais "não pediam", ou nos termos de Goffman (2010), não se "encaixavam". Os apartamentos montados e arrumados (acomodação e encaixe), como se pode ver nas fotografias não deixaram dúvidas quanto a isso.

Não está em questão neste momento, e, principalmente, neste trabalho, se este evento constitui um fato positivo ou negativo, em suma, se é algo moralmente condenável ou não. O fato é que, postos diante de um "desafio", através de um programa de governo que impôs a mudança, os moradores responderam afirmativamente à altura, e de modo competente, não deixando dúvidas de que já haviam assimilado, mesmo enquanto moradores de casas consideradas precárias e em situação de risco, as representações e os valores de moradia burgueses.

Sem dúvida, conforto e senso estético foram dois valores nos quais estas pessoas demonstraram mais competências, se comparadas àquelas outras em relação às contas e às noções de despesa, o que me levou a acreditar que "o gosto" se tratava de algo que já estava incorporado, mesmo que imaginariamente. Isso ficou patente no modo rápido e eficiente com que se dedicaram não apenas a adquirir os bens considerados necessários, essenciais, mas, sobretudo em arranjá-los no espaço, segundo os critérios estabelecidos pelos padrões estéticos das camadas médias, logo após a mudança para os apartamentos. O mesmo não pode ser dito em relação às rotinas de pagamentos de contas e despesas como condomínio, luz e água.

Aqui, as dificuldades e dissabores eram muitos, e era por conta deles que traziam à tona suas críticas, o descontentamento que experimentavam contra o programa de governo. Neste momento, também, apareciam algumas contradições desse processo, tais como a preocupação de que a compra e o uso de eletrodomésticos acarretavam o aumento de consumo de energia elétrica. Uma vez que o acesso à energia elétrica não era mais "clandestina" nos apartamentos, os efeitos disso apareceria no aumento das contas de energia elétrica.

No campo das representações destes sujeitos, não havia ainda lugar para uma lógica de *accountability* que relacionasse para eles, claramente, os custos que os novos hábitos de consumo poderiam ter e os efeitos disso nos seus respectivos orçamentos domésticos. Eles já eram "consumidores", porém, não ainda "cidadãos", uma vez que a

internalização ou o estímulo da lógica consumidora era mais forte do que a assimilação de direitos e deveres institucionalizados.

A este respeito, devo assinalar que uma das cenas que marcaram o início de minha pesquisa foi ver a circulação contínua de caminhões das *Casas Bahia* para a entrega de mobiliários e eletrodomésticos nos apartamentos recém-ocupados pelos moradores. De tanto me deparar com esta cena, acabei por incorporar as *Casas Bahia* como um personagem do campo. Foram muitas as ocasiões em que conversei com os entregadores durante suas idas e vindas ao PAC. A fim de compreender melhor este fenômeno e não naturalizá-lo, passei a observar com atenção quais eram os principais bens adquiridos após a mudança. Para minha surpresa, eram sofás, racks, estantes, armários de cozinha e de quarto, além de fogões e máquinas de lavar. Lembrando-me de Veblen (1965), fiquei curiosa quanto aos significados atribuídos aos usos e arranjos dos sofás, racks e estantes.



Empregado das Casas Bahia entrando no Preventório III para fazer entregas

Foto: Shirley Torquato (2010)



Caminhão das Casas Bahia indo embora do Preventório III depois de fazer entregas

Foto: Shirley Torquato ( 2010)

Bourdieu, em seu livro *A distinção* (2008), procura reafirmar a tese de que o gosto é parte de um capital cultural acumulado pelo *habitus* de se pertencer a um dado grupo social, ou mesmo classe social. Para ele, e este talvez seja o aspecto mais criticado de seu trabalho, não há muito lugar para o exercício do gosto enquanto aquisição meramente individual ou pessoal. Segundo ele, o gosto passa primariamente pelo *habitus*, ou seja, pela experiência de pertencimento a um dado grupo social. Meu dilema diante desta forma de entendimento é que, a concordar inteiramente com Bourdieu, essas pessoas não poderiam ter adquirido a capacidade de fazer o que fizeram com a eficiência e rapidez que fizeram, ou então, elas haviam adquirido o *habitus* de grupos sociais superiores antes mesmo de terem alguma experiência de mobilidade social (isso se considerarmos que a mudança para o apartamento representa de fato uma mobilidade social).

Minha percepção é que os moradores não ignoravam de forma alguma a existência de outros *habitus*, mesmo não sendo nativos em relação a eles, mas que o fato de estarem imersos numa sociedade na qual a publicidade e a propaganda constituem a base da cultura de massas (veja-se a tevê aberta, que se encontra presente em 95,7% dos domicílios brasileiros, de acordo com o IBGE) os fazia terem familiaridade, compartilhar muitos valores e hábitos de consumo das chamadas camadas médias

urbanas, mesmo que não tivessem a posse concreta dos objetos. Além disso, como muitos moradores eram mulheres e, neste caso, trabalhadoras domésticas, os *habitus* dos patrões tornavam-se referências importantes para elas como modelos a serem seguidos. Neste caso, os *habitus* dos patrões, se não são exatamente adquiridos ou assimilados, podem ser de certa forma compartilhados e mimetizados em relação a certas práticas de consumo, tais como certos hábitos alimentares, modos de preparação da comida, modos de organização da casa, disposições dos objetos, hábitos de higiene, e mesmo, alguns padrões estéticos.

Simone e Denise contaram que passaram a se preocupar mais com a aquisição de bens novos e com a decoração da casa, depois da ida para o apartamento. As duas relataram que não “tinham gosto” de comprar “coisas novas”, ou “arrumarem mais” a casa, pois afirmavam que a casa velha destoava de móveis novos e “bonitos”.

Segundo Denise, ela nunca tivera um sofá antes de morar no PAC, porque além da falta de espaço em sua antiga casa, todas as vezes em que pensava na possibilidade de comprar um, pensava na dificuldade que seria “subir com o peso para o alto do morro”. Simone partilhava da mesma opinião, acrescentando o fato de que, mesmo quando oferecia dinheiro para alguém subir com o peso, ninguém queria. “Loja nenhuma subia com as compras. Deixavam lá em baixo, e quem quisesse que arranjasse alguém para subir com o peso. Agora, a gente compra, eles [os entregadores] entregam e ainda montam o que tiver que montar pra gente.”

Muito embora esta dificuldade de "subir com o peso" fosse real, este não era o motivo principal e verdadeiro para a não-aquisição de certos bens, como um sofá, por exemplo. Se a única razão fosse a dificuldade quanto ao peso, como explicar que Viviane conseguiu levar uma caixa d'água de 10 mil litros, da qual ela muito se orgulhava?

Para Bourdieu (2008), o significado do termo “gosto” está associado ao sistema de preferências e prioridades, expressos através das práticas de consumo, que não deixam de ser um produto dos condicionamentos associados a uma classe ou fração de classe. No universo observado, o termo "gosto" era não apenas usado com frequência pelos moradores como categoria nativa, como também usado com um significado distinto daquele que se conhece no jargão das camadas médias. Em primeiro lugar, ele



era associado à ideia mesmo de ter “vontade”, ter motivação ou “prazer” para fazer ou ter alguma coisa.

Simone relatou várias vezes que: “não tinha *gosto* para arrumar a casa lá em cima.” Sr. Flamengo alegou que: “Agora eu tenho *gosto* de chegar em casa e saber que existe um banheiro decente pra usar.” Esses depoimentos sugerem que o “gosto” estava relacionado principalmente à satisfação e ao prazer que os remetiam a certas práticas vinculadas aos usos dos espaços (cômodos) em questão. No caso do banheiro, além da função utilitária primária, fica também implícita a ideia de conforto. Poder chegar em casa, tomar um banho de chuveiro quente, poder usar água direto da torneira etc. No caso do sofá, fica implícito a ideia do sentar-se para descanso ou lazer, também voltado para a sociabilidade, que as antigas casas não comportavam, diferente da cadeira ou banco reduzido ao sentar funcional apenas.

Pelo que foi observado nos apartamentos visitados, o novo espaço, agora, permitia outras possibilidades dentro da função maior de moradia, habitação. A divisão interna dos cômodos, se por um lado separava e dividia as funções, por outro, integrava-as, permitindo novas funções para seus usos, além de novas disposições estéticas através dos objetos. É neste contexto que as pessoas me confessavam que possuíam “um sonho”, que só agora podia ser colocado em prática, que era o de “ter uma casa arrumadinha”. Esta expressão, frequentemente usada, principalmente pelas mulheres e em diferentes situações, situou-me quanto ao valor simbólico que a mudança adquirira.

Elas viam na “arrumação da casa” – outra expressão nativa- a possibilidade de colocarem em prática seus saberes e habilidades enquanto trabalhadoras domésticas, e isso não dizia respeito somente à estética, mas também em relação à realização de outro tipo de investimento, que era a organização funcional do espaço doméstico em termos das funções poluição/limpeza. Nesse sentido, “ter uma casa arrumadinha” significava muito mais do que adquirir novos bens, ou privilegiar apenas um certo arranjo estético deles no espaço - apesar de este adquirir relevância - mas, sobretudo dizia respeito às facilidades de acesso às operações objetivas de manutenção da casa, algo que se constituiria numa conquista importante das casas burguesas ainda no início do século XX, com a eletrificação das casas, o gás e as primeiras máquinas de lavar roupa.

Mas havia também outras questões de ordem simbólica. Para muitas pessoas, a casa velha não comportaria, ou “combinaria” com certos tipos de bens, ou mesmo novos

bens, pois eram percebidos como pertencentes a universos classificatórios distintos. Esta questão ficou evidente quando, conversando comigo, Cláudia sorriu, enquanto comentava o fato de que "nunca pensou em ter um sofá" em sua casa na favela, porque "não havia onde colocá-lo e porque nunca recebia visitas". Este fato, no entanto, não a impediu de declarar que também se sentia em conformidade e bem acomodada com seus filhos na antiga casa que, segundo ela, possuía dois cômodos, além do banheiro, todos "no tijolo". De móveis, possuía só as camas e alguns bancos, e de eletrodomésticos, só a geladeira e o fogão, sendo todos trocados para a mudança.

Assim, ter uma "casa toda arrumadinha", segundo pude constatar ao longo de minhas observações, significava ter uma casa arrumada de forma conveniente, na qual os objetos correspondessem aos cômodos, ou às divisões internas com funções específicas (quarto, sala, cozinha e banheiro), e "pronta", sem marcas de obras por fazer – com pintura externa e interna; com "banheiro decente" – ou seja, água encanada nas torneiras e chuveiro, e com piso frio em toda a extensão da casa. Nesses termos, é relevante lembrar que os moradores com os quais mais conversei disseram que viviam em casas com piso de cimento, de "terra batida" ou "chão", e não tinham chuveiro com água quente. Apenas poucos tinham água na torneira com maior regularidade.

Nesse sentido, a casa no morro apresentava-se para alguns com atributos mais poluidores, devido à ausência das divisões internas, ao piso de chão ou terra batida, falta de água encanada, pois, além dos aspectos físicos e espaciais, ter "uma casa arrumadinha" significava também poder mantê-la limpa com maior facilidade. Conforme Simone e Denise alertaram, o piso de suas casas no morro era de "terra", o que aumentava a proliferação da poeira em toda a casa, pois o acesso da favela até suas casas também era de terra, e em épocas de chuva transformava-se em lama. Este fator, para Simone, era o que mais a desanimava a renovar suas mobílias, pois, segundo sua concepção, seria necessário, antes, investir em obras de infraestrutura em sua casa. E, enfim, ter uma "casa arrumadinha" era poder equipar os cômodos de maneira funcional, mas também com cuidado estético, tornando-a confortável e agradável aos olhos:

Aí eu pensava: pra deixar minha casa arrumadinha mesmo do jeito que eu queria, tinha que comprar armários, estantes, sofá e um monte de coisas, mas comprar e depois trazer pra cá seriam dois trabalhos: primeiro, eu precisava encontrar alguém que aceitasse subir com as coisas lá de baixo até o morro, o que aqui é muito difícil até pagando; e segundo, eu achava que levar as coisas

novinhas pra aquela casa velha e cheia de poeira seria uma maldade com as coisas novas. Elas não mereciam. Pra fazer a obra, seria o mesmo trabalho, mas com sacrifício eu já estava começando, tanto é que quando o pessoal da CEHAB foi lá em casa, a gente estava em obra, e só paralisamos quando a gente soube que iria mudar pro apartamento. Eu agradei muito a Deus, porque percebi que indo *pro* apartamento eu iria conseguir ter a casa arrumadinha como eu sempre quis. O dinheiro que eu iria comprar o material de construção, eu comecei a comprar minhas coisas pra levar pro apartamento, e quando eu desci aqui pra baixo, já havia pago quase tudo.

As fotografias de entes queridos, em sua maioria, crianças, são, aliás, um dos enfeites preferidos na casa da interlocutora. Além de estarem na parede decorada, as fotografias estão em cima da televisão na sala, e nos quartos em porta-retratos.

Em algumas residências, como a de Sônia, não houve a substituição de mobiliários e eletrodomésticos com a mudança. Ela alegou que, apesar de querer comprar armários de quarto e sala, não teve condições de adquirir muitas coisas, pois estava “enrolada com algumas dívidas”. Entretanto, apesar de não ter comprado novos móveis, pude constatar que ela havia dado um toque pessoal na “arrumação” da casa. Sônia pintou as paredes da sala de rosa-choque, sendo que num lado ela colou decalques de flores e jardins, e ao lado, fotografias de dois dos três filhos (de 12 e 16 anos) e da neta (14 anos).



Sala de Sônia com o filho e a neta. A ausência de novos móveis, as paredes pintadas de rosa deram um toque original e aconchegante à casa.

Foto: Shirley Torquato (2010)



Sala de Sonia. Uma das paredes que continuou pintada em branco e foi toda decorada com desenhos e decalques de flores, jardins e fotos

Foto: Shirley Torquato(2010)



Sala de Sônia. Fotografias, bibelôs, paninhos em cima da televisão e flores de plástico. Itens recorrentes nos apartamentos visitados.

Foto: Shirley Torquato (2010)

Denise também recorreu à decoração e à criatividade para criar um ambiente agradável e mais aconchegante em seu apartamento. As paredes da sala, da cozinha, banheiro e dos quartos são decoradas por quadros e enfeites que ela mesma fez.

Eu descobri que eu tenho muita criatividade. Quando eu vim pra cá, eu percebi que muita coisa ainda tinha que ser comprada pra deixar a casa arrumada de verdade, mas eu não tinha como comprar tudo de uma vez só, então, eu comecei a criar alguns artesanatos, como esses quadrinhos que eu faço com caixa de fósforo, papel de presente e papelão. Aí colo na sala, na cozinha, no quarto das crianças e todo mundo gosta, já até falaram que eu poderia vender pra fora. Eu levo muito jeito com essas coisas.



Decoração das paredes é uma preocupação constante para Denise

Foto: Shirley Torquato(2010)

Quarto das crianças decorados com quadros feitos por Denise. “Enquanto a gente não compra o quartinho deles pra ficar bonitinho, a gente engana com esses quadros que eu faço.”

Foto: Shirley Torquato(2011)

Para Denise, a limpeza diária de sua casa é também um cuidado que faz questão de manter.

Eu sempre gostei de fazer faxina na minha casa. Na verdade, acho que é o meu lazer preferido. Também fazia isso lá em cima [na favela], mas aqui é diferente. Aqui a gente limpa e o resultado aparece para qualquer um ver. Dá vontade que as pessoas venham aqui e vejam como fica bonito e cheiroso. Lá era o mesmo que nada. Não dava muito gosto, não. Aquele chão batido fazia poeira o tempo todo.

No caso de Denise, as "ausências" de certos objetos que, segundo ela, estavam faltando, foram declaradamente compensadas pela adoção de uma forma de organização, ou arrumação, ao mesmo tempo pragmático e estético. Chamou-me a atenção quando, ao entrar no quarto de seus filhos, inicialmente não reparei que além da bi-cama e de uma outra cama de solteiro, só havia um pequeno criado-mudo sobre o qual foram colocados algumas bonecas e bichos de pelúcia. Grandes caixas de papelão eram utilizadas para guardar as roupas dos três filhos, mas a moradora procurou compensar "a falta de mobília", como ela mesma se referiu, no caso, à ausência do armário, com a decoração de ursinhos e motivos infantis nas paredes e na porta. O resultado estético foi tão positivo que, confesso, ao entrar no quarto nem percebi a ausência do armário.

Segundo Bourdieu (2008), nada é tão imperativo quanto o campo de estrutura de relações objetivas que distingue a disposição exigida pelo consumo legítimo das diferentes classes. O gosto, ou as preferências manifestadas através das práticas de consumo é, então, o produto dos condicionamentos associados a uma classe ou fração de classe. Tais preferências têm o poder de unir todos aqueles que são o produto de condições objetivas parecidas, distinguindo-os, todavia, de todos aqueles que, estando fora do campo socialmente instituído das semelhanças, propagam diferenças inevitáveis.

[...] não há nada que distinga tão rigorosamente as diferentes classes quanto a disposição objetivamente exigida pelo consumo legítimo das obras legítimas, a aptidão para adotar um ponto de vista propriamente estético a respeito de objetos já constituídos esteticamente – portanto, designados para a admiração daqueles que aprenderam a reconhecer os signos do admirável – e, o que é ainda mais raro, a capacidade para constituir esteticamente objetos quaisquer ou, até mesmo, “vulgares” (por terem sido apropriados, esteticamente ou não, pelo “vulgar”) ou aplicar princípios de uma estética “pura” nas escolhas mais comuns da existência comum, por exemplo, em matéria de cardápio, vestuário ou decoração da casa. (BOURDIEU, 2008, p.42)

Nesse sentido, o gosto – ou o senso estético – é um dos responsáveis pela distinção das classes no espaço social. Desse modo, a disposição estética, por meio da expressão distintiva, une e separa as pessoas em grupos sociais. Une as pessoas em relação a condicionamentos de uma classe particular por condições de existência. E separa, distinguindo-se de todos os outros que não compartilham as mesmas condições, uma vez que o gosto é o princípio de tudo que se tem, que se é, tanto para classificar como para ser classificado (Idem, 2008).

Eunice Durham (1988, Apud SARTI, 2003; p.30) defende que novos padrões de consumo são vivenciados pela população mais pobre como redefinidores de uma “melhora de vida”. “Tal percepção situa-se amplamente dentro da perspectiva de vida dos moradores da periferia urbana, cuja existência é motivada por esse projeto de melhorar de vida, que envolve o grupo familiar em seu conjunto”.

Desde os anos setenta, no senso comum brasileiro, disseminou-se a ideia de que a inclusão social não implica somente o acesso ao trabalho, mas também à casa própria e, mais recentemente, acesso a determinados bens de consumo, de utilidade doméstica, que podem levar à construção, ou mesmo à reformulação de uma identidade social. O mesmo senso comum atribui à precariedade de recursos materiais a ideia de precariedade simbólica. No entanto, ainda que as limitações orçamentárias façam parte da rotina de muitas famílias, é importante perceber que o uso dos bens será moldado a partir dos aspectos socioculturais. A circulação dos bens, que muitas vezes passam de um parente para outro, ou ainda através de algum doador desconhecido, faz com que eles tenham usos, referenciais e signos diferenciados.

A aquisição de bens, da mesma forma que a arrumação, a disposição estética, isto é, a organização da casa, levou à prática de novos rituais domésticos. Longe de aparecerem como "trabalho" ou "obrigação", os rituais domésticos, ou seja, manter "a casa arrumadinha", limpa e cheirosa tornou-se o sinal de uma conquista importante. Nesta direção, e ainda dentro da perspectiva pragmática, alguns bens tornaram-se emblemáticos, adquirindo, assim, uma importância a mais no sentido de serem utilizados como um marco na celebração dessa mudança de casa, de vida e de condição social.

Adriano, por exemplo, relatou que sempre sonhou em ter uma mesa com cadeiras para “reunir a família num almoço de domingo”, mas as constantes perdas geradas pelas fortes chuvas na favela adiavam constantemente o sonho, que foi somente realizado com a mudança. Quando se mudou para o apartamento, narrou que esta foi a primeira compra que realizou. “Aqui tem vários problemas, como os inadimplentes e alguns vizinhos de difícil convivência, mas nenhum problema se compara com os que eu vivia lá em cima. Foi aqui que eu pude realizar o sonho de ter uma mesa e reunir minha esposa, meu filho e pessoas queridas em volta, num almoço de domingo. Isso não tem preço não.”

Neste caso, a mesa, mais do que um objeto funcional, um mero suporte material para as refeições, transformou-se em um objeto para o ritual de comensalidade que se seguiu com a família, tendo sua importância destacada pelo anfitrião. A mensagem era suficientemente clara de que a cultura material não pode ser excluída das ações rituais, tomada apenas como suportes físicos para as realizações deles. No caso em questão, ela se tornou o fundamento mesmo de uma celebração, pois celebrou-se entre outras coisas não apenas as relações familiares, mas a própria mesa. Ao mesmo tempo, celebrar a mesa não pode ser encarado como uma forma de fetichismo, mas a posse ou a aquisição de algo que vai além do objeto, e que no imaginário cultural do Ocidente está associado a um valor importante: civilidade (ELIAS, 1994).

De forma parecida, Sônia relatou que sentiu a necessidade de comemorar a mudança com seus filhos, pois todos estavam ansiosos e felizes com a possibilidade de saírem de uma casa, que, segundo admitiu, sempre sofria com as fortes chuvas sazonais na cidade, e que por isso fazia todos passarem por transtornos materiais e emocionais constantes. Apesar de relatar que planejou comprar novas mobílias para a sala, quartos e cozinha, a interlocutora afirmou que sabia que não poderia colocar tal prática assim que mudasse, pois estava com muitas dívidas no banco e tinha que arcar com as despesas praticamente sozinha, pois o marido “não era alguém com quem pudesse contar”. Dada as limitações, Sônia disse que fez questão de festejar de alguma maneira:

Na primeira semana que a gente estava aqui, e que já havíamos colocado as coisas mais ou menos no lugar, eu fiz uma surpresa pra eles [para os filhos]: eu saí do trabalho e passei direto no supermercado e comprei de um tudo: geleia, queijos, presunto, mortadela, pães doces e salgados, bolo, biscoitos, leite, *Nescau* e fiz uma senhora mesa de café pra eles. Gastei uma fortuna no mercado, mas eles ficaram tão felizes que valeu à pena. Nunca mais vamos nos esquecer desse dia.

Simone sempre gostou de viver no Preventório, “apesar da dificuldade de ter que subir e descer o morro todos os dias”. A vizinhança amistosa, a beleza e a tranquilidade do bairro sempre foram elementos que agregaram valores ao local de moradia. No entanto, sempre teve vontade de ter uma casa sem obras por fazer, e que fosse numa parte mais baixa do morro. A dificuldade do trajeto, e a pobreza que via pelo caminho da “baixada” do morro até a sua casa, era o que mais lhe desagradava, e por este motivo “rezava” para conseguir algum dia morar numa “casa melhor”.

Sempre trabalhei perto de casa, então, eu nunca soube direito o que era pegar engarrafamento para ir ao trabalho. Aqui eu tenho amigos, tenho meus parentes que moram perto, sempre gostei daqui, mas sempre tive vontade ao mesmo tempo, de ter uma casa melhor e de conviver menos com a pobreza. Porque aqui tem muita gente que precisa. Tem muita pobreza. Isso me fazia mal. É como se me puxasse pra baixo.

A ida para o apartamento, como reforçava todo instante, foi um “presente de Deus”, e quanto às novas despesas, ela explica que pode até acontecer de ficar um mês ou outro mais “apertada”, mas vale a pena por conta da vida mais bem organizada e do bem-estar que passou a ter. Simone é uma das que fizeram a associação direta entre mudança para o apartamento e a necessidade de mobiliá-lo com coisas novas, como se houvesse uma relação de complementaridade. No apartamento, viu-se no “direito” e no “dever” de comprar novas coisas, ao contrário de antes, pois a casa “não pedia”.

A casa era velha, o chão não tinha piso, por isso criava poeira, então nem dava vontade de comprar nada pra lá. Comprar coisa nova e colocar em casa velha? Eu não ia fazer isso. Então, eu gastava menos porque não tinha os cuidados que eu tenho hoje. A gente só gastava mesmo com alimentação. Mas antes de eu vir pra cá, eu já havia me preparado psicologicamente que eu teria que ter um cuidado maior com os gastos pra não me endividar.

Mas se apropriar do espaço não é apenas organizá-lo, mantê-lo limpo. Sem dúvida, de acordo com Douglas (1991), as operações de limpeza e organização são fundamentais, porém habitar significa também poder fruir ou usufruir do espaço assim ordenado, tomando-o como espaço de descanso, lazer, entretenimento e sociabilidade. Como foi dito, apesar da composição heterogênea das casas no morro, segundo os relatos obtidos dos próprios moradores e do setor de assistência social da CEHAB, a maioria deles vivia em habitações que não possuíam divisões internas em alvenaria, ou seja, cômodos como sala, quartos, cozinha e banheiro. As moradias eram compostas de



um ou dois cômodos ao todo, com improvisações de espaços para a cozinha. Em contrapartida, havia nessas casas espaços externos com ou sem muros, os quintais, ou terreiros, o que dava ao morador uma liberdade maior para a criação de animais, plantio e possibilidade de improvisação de novos cômodos. Nesse sentido, muitos moradores disseram que algumas práticas de lazer e sociabilidade eram realizadas nas partes externas das casas, ou seja, nos quintais.

De fato, a ida para os apartamentos representou uma mudança radical para muitos que, como Aline, não tinham água encanada em casa, ou para Denise, Gisela, Cláudia e Crisântemo que não tinham uma sala, e por isso alegavam nunca poderem ter tido um jogo de sofás. Apesar disso, havia uma consciência dos significados simbólicos de tais divisões - o que elas representavam - bem como de seus usos. Assim é que, nos mais de 65 apartamentos divididos entre Preventório I e III que conheci, visitei, documentei, onde efetuei as entrevistas com meus interlocutores, pude perceber que a gramática quanto aos usos destas divisões espaciais, bem como respectivas mobílias e eletrodomésticos correspondentes, estava em conformidade com os padrões burgueses consolidados já incorporados por eles.

Assim, um aspecto que me chamou atenção foi como cada parte do apartamento passou a ser valorizada e experimentada. Pela ordem com que apareceram nos relatos, em conversas e em entrevistas, mais as observações que realizei, consegui obter uma hierarquia desses espaços: em primeiro lugar, a sala e o sofá (o lazer e a sociabilidade); em segundo lugar, o quarto e o armário; em terceiro, o banheiro, a torneira e o chuveiro elétrico; em quarto lugar, a cozinha.

Assim é que a primeira distinção valorizada por eles nos apartamentos foi aquela entre as áreas secas (sala e quarto) e molhadas da casa (banheiro e cozinha), com o predomínio das partes secas, o que em termos classificatórios coloca essas pessoas mais próximas da lógica burguesa, especialmente no que diz respeito às funções e ações que se realizam em cada uma delas (lazer e intimidade). O primeiro cômodo a ser valorizado e enfatizado nas conversas era a sala. É verdade que havia apenas uma porta de entrada, pela sala, sem a porta dos fundos, mas isso não era o que contava. Em todas as salas que visitei, dentre os objetos que se destacavam, havia um jogo de sofá de três e dois lugares, seguido da estante ou rack, nos quais ficavam a televisão, o aparelho de som e DVD, algumas fotografias e bibelôs, além da mesa e cadeiras e, em alguns

apartamentos, o tapete. Assim eram as salas de: Adriano, João, Simone, Denise, Crisântemo, Gisela, José, Viviane e Cláudia. Esses três últimos, no entanto, não possuem tapetes, e na casa de Crisântemo não havia fotografias.

Como escrevi acima, é preciso destacar que a grande maioria de meus interlocutores não levaram consigo a maior parte de seus bens antigos. Esta informação é fundamental para compreendermos o caráter especial desta "mudança", e por que ela não pode ser considerada a decorrência de um processo de "remoção" ou "retirada" apenas. Não se trata simplesmente de uma mudança de endereço físico, mas de condição social também. De certa forma, eles tiveram tempo para se preparar, e o resultado disso apareceu justamente quando começaram a se "acomodar" nos apartamentos.

### **3.4-A sala e o sofá:**

Chamou-me a atenção o fato de a estética dos apartamentos, sobretudo das salas, local pelo qual iniciei as observações, estar longe dos estereótipos dos moradores que, segundo a assistente social da CEHAB, viviam nas áreas e em residências mais pobres da favela. Denise, Gisela, Cláudia, Crisântemo e Simone relataram que era a primeira vez que tinham um jogo de sofá em casa, e os motivos eram praticamente os mesmos: antes, não havia espaço e nem "gosto" para comprar. Denise ganhou um jogo de sofá de três e dois lugares de "segunda mão", mas em perfeito estado, que era de sua irmã.

Quando eu vim pra cá eu sabia que ia ter que comprar tudo porque antes eu não tinha quase nada. Lá era pequeno demais e era muito pobre. Minha casa era de pau a pique e nem passava pela minha cabeça ter o que eu tenho aqui hoje. Eu montei a casa toda. Esse jogo de sofá foi a minha irmã que me deu pra eu receber as pessoas. Comprei uma capa e coloquei em cima dele, porque assim *dá pra passar batido*<sup>53</sup>, e ninguém precisa saber que ele era usado. Eu estou muito feliz com tudo aqui na casa. Mas é aquilo: estou com várias dívidas.

A sala de Denise era a parte da casa que ela considerava a mais bonita e "quase pronta", pois tinha sofá, estante, televisão, quadros nas paredes, tapete, vasos de planta e enfeites. Só não a considerava totalmente pronta porque ela planejava a compra de um

---

<sup>53</sup> Expressão carioca que indica que pode passar despercebido.

sofá novo, sem ser de “segunda mão”. Tratava-se para ela de um cômodo “novo”, pois ela não o possuía na casa anterior, ainda que ele existisse em seu imaginário.

Eu comprei a estante, o tapete e a televisão. A minha irmã, além do sofá, me deu dois quadros e a mesa. Eu improvisei uma cortina com um lençol que eu tinha, mas não usava. Costurei uns furos e fiz. Eu estou sempre enfeitando e deixando tudo limpo porque eu sempre gostei das minhas coisas assim: arrumadas. E agora eu posso ter. Eu quero arrumar tudo do meu jeito, mas o que está mais do jeito que eu imaginava era a sala. A sala é o primeiro impacto que a gente tem quando chega na casa da pessoa né? Tem que estar arrumada.

Quando perguntei se eu poderia fazer algumas fotos da casa, ela respondeu que sim, no entanto, pediu para que eu a esperasse “arrumar a sala direito”, ainda que para a minha concepção estivesse “tudo arrumado”. Em seguida, ela cobriu os sofás com as mantas, ajeitou o tapete que estava torto e pediu para eu fazer fotos dos artesanatos que ela fazia e utiliza como enfeites nas paredes. “Imagina se eu iria deixar você tirar foto com essa sala desarrumada?”



Estante de Denise com a televisão, aparelho de som, enfeites, toalhinhas e arranjos de flores artificiais. Ao lado, quadros, e no chão, o tapete que também adquiriu após a mudança.

Foto: Shirley Torquato

Cláudia morava numa casa de dois cômodos, feita em pau a pique. Também não tinha sala na antiga casa e disse que, quando viu o tamanho do apartamento, “teve que comprar tudo porque não tinha nada”.

Eu fiquei sem saber por onde começar, porque cheguei à conclusão que eu não tinha nada. Pra você ter uma ideia, eu não descii com nada lá de cima. Então pensei que, já que eu ia comprar, era pra comprar logo tudo de uma vez: sofá, estante, armários de quarto, cama, fogão e máquina de lavar. A Ampla me deu uma geladeira, mas o meu filho também me deu uma. Também comprei, depois, armário de cozinha. Com o tempo a gente foi colocando uma coisinha nova aqui e outra ali. Aqui na sala tem uma mesa que minha filha ganhou, e essas cadeiras, um amigo do meu filho arrumou.

A sala de Cláudia tem ainda muitos enfeites. Nas paredes existem dois quadros de cortiça com muitas fotos de amigos e familiares em datas festivas, um calendário cuja foto central é de uma Nossa Senhora, um pôster da dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano, e um quadro ao lado da estante, cuja gravura é uma rosa vermelha. Há ainda o decalque de flores e abelhas que foi colado na parede ao lado de um dos quadros de fotografias.

Na estante, Cláudia guarda a televisão, o aparelho de DVD, o aparelho de som e alguns enfeites. Em cima da mesa, existem várias latinhas de cerveja já vazias ao lado da mamadeira do neto recém-nascido. Ao lado da estante, há um pequeno gaveteiro, onde coloca um porta-retratos de um dos netos. A interlocutora revela, que o lado bom de ter uma sala é que pode receber seus amigos, ver televisão e que agora tem lugar pra tudo na casa. “A sala é o cartão de visitas. Tem que ter no mínimo um sofá.”



Sala de Cláudia, com o filho e o amigo que lhe faziam companhia.

Foto: Shirley Torquato (2011)

A sala de Crisântemo tem sofá, mesa e cadeiras, plantas, tapete, rack com televisão, aparelho de DVD e ventilador. Segundo o interlocutor, com exceção da televisão e do aparelho de som, “tudo foi ganho”. As cadeiras, que ganhou de amigos, são de material plástico. A mesa, o sofá, o aparelho de DVD e o tapete, ganhou de uma senhora que ele chama de madrinha, pois ela sempre lhe ajudou em momentos difíceis da vida. As plantas, a vizinha lhe deu, e o rack, foi a amiga da madrinha, que ele disse que sequer conhece.

No rack, além dos aparelhos eletroeletrônicos, existem alguns enfeites: três garrafas de vidro e três taças, um porta-retrato com uma oração de São Francisco de Assis e uma flor vermelha artificial. O aparelho de som é coberto por uma pequena toalhinha, e em cima há um porta-canetas cheio, um caderno de anotações e um bibelô em gesso. Numa das paredes, há um pequeno quadro que também atua como suporte para a antena da televisão.

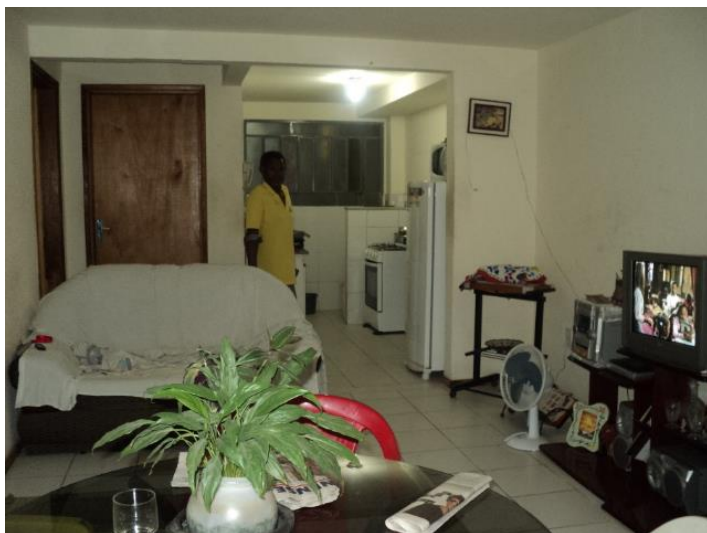
A minha casa era tão pequena que cabia só mesmo a minha cama, o fogão e geladeira. A bem dizer, desci com a roupa do corpo. Como estava desempregado na época que eu vim pra cá, eu ganhei tudo isso aí de amigos, conhecidos e de gente que eu nem conhecia. Antes eu não tinha necessidade. Agora é diferente, eu moro num apartamento. Se eu colocasse nela tudo o que eu tenho hoje, eu iria ter que dormir do lado de fora da casa.

Além dos bens ganhos, observa-se a organização e a limpeza da casa de Crisântemo, um senhor já sexagenário e que mora sozinho. O rack e a mesa, que possui tampa de vidro, brilham de limpos. O morador demonstra gostar de plantas, pois em cima da mesa e próximo à porta de entrada existem dois vasos. “Aqui é outra coisa, minha autoestima é outra. Não recebo muitas visitas, mas quando recebo não sinto vergonha nenhuma em trazer as pessoas pra dentro da minha casa.”

Crisântemo também parte do princípio de que agora ele tem necessidade de ter mais bens em casa, pois mora “num apartamento”, o que para sua opinião equivale a uma ascensão social. Ele acredita que tanto o seu comportamento quanto a representação perante aos demais devem ser diferentes da época em que morava na favela. Um exemplo disso é seu comentário de que boa parte de sua vida foi alcoólatra, e que o fato de passar a morar numa casa “melhor” auxiliou-o na busca pela cura do vício.

Sempre foi difícil tentar largar o vício. Já fiquei quase na sarjeta. Você não imagina como era difícil subir o morro nos dias em que eu bebia acima da conta. Mas eu sempre fui sozinho, morava mal pra caramba, tenho esse problema da perna por causa da paralisia infantil, então minha autoestima era péssima. A minha madrinha e o meu padrinho disseram que eles iriam me ajudar com essas coisas todas que eles me deram, mas que eu tinha que fazer a minha parte, que era tentar parar de beber, e graças a Deus estou conseguindo. Esse apartamento está me ajudando muito com essa melhora de autoestima.

O interlocutor relata que a sala é o lugar que escolhe para ver novela, ler o jornal e fazer palavras cruzadas. “Pra dormir eu durmo no quarto. Tenho que aproveitar que agora nesse apartamento tem lugar diferente para fazer as coisas. Eu me sinto num palácio.”



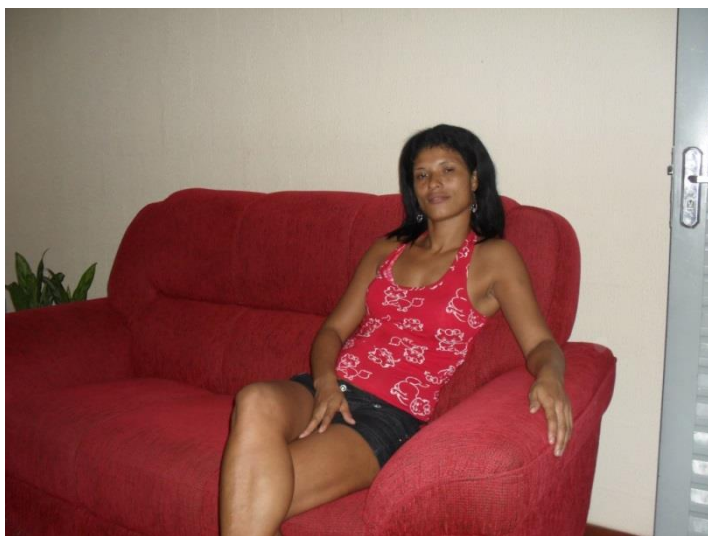
A sala de Crisântemo com os pertences ganhos.

Foto: Shirley Torquato (2011)

Simone, segundo declarou, morava numa casa de alvenaria “grande” e de quintal espaçoso, na favela. Embora o tamanho não fosse um empecilho para que pudesse organizar diferentes afazeres domésticos (espaço para dormir, espaço para cozinhar e espaço para “ver novela”), o desgaste físico da casa era o principal impedimento, ou melhor dizendo, era o que lhe desestimulava, segundo seus relatos, a ter o cuidado que passou a ter quando se mudou para o apartamento.

Quando visitei Simone pela primeira vez, haviam se passado cerca de três meses da mudança, e seu semblante era de contentamento e orgulho. Contentamento com a “oportunidade dada por Deus” pelo apartamento, e orgulho por ter mobiliado todo o apartamento com bens que começaram a ser comprados e pagos um ano antes da mudança, o que impediu que ela ficasse endividada na época da mudança. “A primeira coisa que eu comprei foi esse sofá. Quando eu bati o olho, eu vi que ele tinha que ser meu. Daí, eu já fiquei imaginando como ele ficaria na sala. A sala é o cartão de visita, então, a gente tem que começar a mudança por ela”.

Além do imponente conjunto de sofá vermelho de dois e três lugares, há na sala de Simone um rack, onde ficam a televisão de tela em LCD de 20 polegadas, um aparelho de som e fotografias dos filhos. O tapete ajuda a dar uma atmosfera de conforto no apartamento e fazer do cômodo uma sala que sempre foi desejada pela interlocutora: “Agora, eu tenho uma casa do jeito que eu sempre quis, e agradeço muito a Deus por isso.”



Performance da moradora ao ser fotografada, mostrando seu orgulho e altivez ao posar sentada no sofá vermelho que foi a sua primeira aquisição para a casa nova.

Foto: Shirley Torquato (2011)

José, nos diferentes encontros que tivemos, alternava sua opinião em relação aos apartamentos. Em nossos primeiros encontros, relatava que aquele apartamento poderia ser um investimento para os filhos futuramente, devido a sua localização privilegiada na

cidade e à legalização do espaço; mas nos encontros seguintes seu otimismo deu lugar à angústia e vontade obstinada de retornar ao morro.

Porém, imbuído num primeiro momento de relativo otimismo, procurava levar em consideração aquilo que poderia ser mais positivo da mudança, como por exemplo, o conforto e a estabilidade da estrutura dos apartamentos, principalmente nas ocasiões de fortes chuvas. Na semana em que se mudou, resolveu, assim como seus vizinhos, renovar alguns itens de sua casa antiga. Para a sala, comprou uma televisão de LCD, o que já estava planejando há algum tempo, um rack e um jogo de sofá. Além destes itens, João levou a mesa com quatro cadeiras que estavam na casa anterior. A esposa preferiu comprar uma nova para sua casa. Este interlocutor é muito cuidadoso com a casa e com os filhos. Na estante, existem muitas fotografias dos cinco filhos.

A minha mulher ficou com praticamente tudo da casa antiga, e as coisas nem estavam tão velhas assim, então eu tive que comprar um monte de coisas pra cá, e por isso não é justo que eu deixe a televisão, que eu estava planejando comprar há um tempão, nas mãos dela. Apesar da gente ter tirado tudo no nome dela lá nas *Casa Bahia*, o que for meu eu vou pagar.



Sala de José

Foto: Shirley Torquato

Segundo João, sua sala foi decorada com o intuito de ser o “cartão de visitas” da sua casa, portanto, as primeiras compras que fez para o apartamento, incluíram o sofá



(dois sofás-cama, um de solteiro e outro de casal), o tapete, o rack e um ventilador de teto.

Eu pensei esse espaço aqui como o espaço do aconchego, onde eu posso ver meus filmes, receber meus filhos e meus amigos, e mesmo ficar sozinho depois de um dia ou de uma noite de trabalho. Deus é tão bom pra mim que eu fui um dos últimos a ser sorteado, e fui ser sorteado logo com esse apartamento do ultimo andar, que tem essa visão que é maravilhosa: a praia de Charitas e as montanhas da Serra da Tiririca. Estou muito feliz. É muito conforto.

João trouxe da casa anterior, o aparelho de som e a televisão e os colocou numa mesinha de ferro. De lá, trouxe também uma mesinha de centro em madeira compensada, onde colocou alguns livros e um vasinho de plantas artificial sobre uma pequena toalhinha de crochê.



João em sua sala.

Foto: Shirley Torquato ( 2011)

Como já foi relatado, Adriano e sua esposa, quando se mudaram para o apartamento, estavam ao mesmo tempo satisfeitos e receosos. Estavam satisfeitos por saberem que teriam mais conforto do que na casa em que viveram por quase vinte anos, e receosos, porque não sabiam se poderiam confiar na empreiteira que construiu os prédios, uma vez que passaram pela experiência traumática de um grande reboco cair sobre sua casa, durante a obra, quase provocando um acidente fatal.

Depois daquele episódio a gente ficou sem confiar muito nessa obra, pois ficamos muito magoados. Depois de um tempo a gente foi vendo o lado bom daqui, como por exemplo, o conforto, o banheiro, e alguns sonhos que puderam ser concretizados como comprar uma mesa com cadeiras e colocar na sala pra receber a família aos domingos. Agora eu pude concretizar esse sonho. Pode ser uma besteira pra muita gente, mas pra mim não era besteira. Eu via na televisão as pessoas comendo na mesa e eu queria aquilo pra mim e pra minha família.

A questão colocada por Adriano é que a mesa precisaria estar bem contextualizada espacialmente, por isso, não era apenas o fato de comprar uma mesa, mas também o de que na casa em que moravam não havia espaço para a mesa. “Eu poderia ter comprado lá, mas não dava. A casa não tinha nada a ver com uma mesa nova, bonita. Eu não sei te explicar, mas não tinha como. Aqui dá vontade de fazer e planejar as coisas. Lá não.”

Além da mesa, Adriano comprou outras mobílias para a sala depois da mudança: um jogo de sofá de dois e três lugares, um tapete e um rack, onde fica o aparelho de som, a televisão, algumas fotografias e enfeites. Em cima do aparelho de som há também outros enfeites, como um vaso de plantas artificiais. Há ainda uma prateleira, onde o casal coloca fotos de pessoas queridas, lembranças de casamentos e aniversários, chaves, dentre outras coisas.



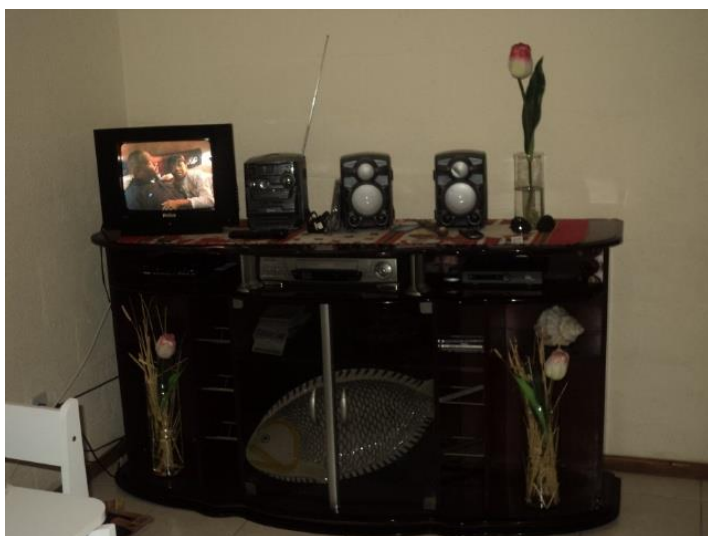
A mesa de granito com quatro cadeiras. Neste dia, o casal preparou um peixe ensopado especialmente para me receber.

Foto: Shirley Torquato (2012)

Apesar de não ter escutado em momento nenhum palavras de Viviane que demonstrassem contentamento e felicidade com a mudança, logo que entro na sua sala e começamos a conversar, a interlocutora comenta que comprou “tudo novo para a casa”.

Esse sofá que nós estamos sentadas eu comprei logo que a gente veio pra cá, mas no final do ano eu já vou trocar ele, porque lá onde eu comprei, nas Casas Bahia, eu paguei vários seguros já pensando nisso, porque com o seguro eu tenho o direito de escolher qualquer outro sofá de graça, nem preciso pagar nada além. Assim, eu sempre vou ter as coisas novas, quer dizer, quando começar a enjoar do móvel, eu vou lá e troco. Eu fiquei amiga da gerente, ela me confirmou que eu posso fazer isso.

Na sala, além do sofá, Viviane relata que também comprou um rack, uma televisão, mesa e cadeiras, o tapete, a cortina e uma mesa de centro, e fez seguro de todos os móveis, pensando na futura substituição quando acabasse de pagar, ou quando apresentassem algum problema. Da casa antiga levou o aparelho de som e o DVD. “Eu tenho muito gosto em ver a casa assim arrumada. O que eu não gosto é que os vizinhos fiquem colocando o olho aqui dentro e vendo o que eu tenho dentro de casa”.



Sala de Viviane: Rack, televisão, aparelho de som , aparelho de DVD e arranjos de flores artificiais.

Foto: Shirley Torquato (2011)

A sala de Aline tem apenas um sofá de dois lugares, que foi ganho de vizinhos, e uma pequena mesa, onde colocou uma televisão de 14 polegadas, que ganhou de presente da irmã. Pintou a sala de verde para criar um toque pessoal. “Você pode ver.

Eu não tenho nada na minha sala. Eu não tenho de onde tirar dinheiro pra comprar nada. Eu não consigo ver o lado bom daqui porque queria na verdade ter continuado lá no meu barraco.”



Sofá da sala de Aline

Foto: Shirley Torquato (2011)

Dona Gisela declara ter muito “gosto” em estar em sua casa e de cuidar dela “com muito carinho”, pois ela foi um sonho realizado. “Esse lugar aqui eu não tenho nem o que dizer. Tenho muita satisfação em chegar em casa e encontrar minhas coisas no lugar como eu deixei. Depois que a gente perde uma casa em desastre e fica na rua, a gente fica com essa sensação de insegurança pro resto da vida, mas sei que aqui é diferente”.

Na sala de Gisela há um sofá de três lugares, que ganhou da patroa de sua filha, um rack que comprou assim que se mudou, onde coloca a televisão, o aparelho de som e enfeites, ursinhos de pelúcia, lembrancinhas de aniversários. Em cima da televisão colocou uma toalhinha, e por cima, um arranjo de flores artificial. Tanto a televisão quanto a aparelho de som e o DVD foram trazidos da casa antiga, bem como a mesa com duas cadeiras em ferro. “Eu não comprei muita coisa quando eu vim pra cá porque o dinheiro é curto, mas eu sempre fui de ganhar. Esse sofá aqui, por exemplo, eu ganhei e ele está ótimo. Antes eu não tinha nenhum.”

A interlocutora revela que tem um cuidado especial com a sala. Procura decorá-la com plantas naturais e artificiais. É lá que assiste os desenhos e novelas infantis com

as netas. “Novela, só as infantis porque as outras só ensinam porcarias. Então, quando dá nove horas, coloco elas pra dormir, e logo depois eu vou dormir também”. A interlocutora relata que gosta de dormir cedo porque é uma boa forma de criar disciplina nas crianças e de poupar energia elétrica.



Dona Gisela e suas netas em na sala. Rack, televisão, aparelho de som, toalhinhas e bibelôs.

### 3.5-O Quarto e o armário

Além de prestar atenção na valorização que cada morador deu aos cômodos do apartamento, procurei também verificar quais objetos eram identificados por eles como mais importantes ou especiais, a partir das ênfases dadas, fosse através da arrumação, ou mesmo em nossas conversas. Conforme ressaltaram Cláudia, Crisântemo, Denise e Gisela, era a primeira vez que podiam ter um quarto só para eles.

Cláudia levou-me a seu quarto e mostrou-me o armário e a cama que foram comprados. Como o filho lhe deu uma geladeira, na mesma época em que ganhou outra da Ampla<sup>54</sup>, ela resolveu ficar com as duas e levar esta última para o seu quarto, fazendo-a de frigobar. “Eu tenho um monte de chateação aqui, mas eu tenho que admitir que aqui também tem coisas boas. É a primeira vez na vida que eu tenho um quarto só pra mim”. No quarto dos filhos havia uma cama de casal, um berço e um beliche. As

---

<sup>54</sup> De acordo com o programa social da empresa.

duas filhas dormem lá com os dois netos, filhos da mais velha. O filho de 19 anos dorme na sala, mas guarda suas roupas também no armário da mãe.



Quarto de Cláudia

Foto: Shirley Torquato (2011)



Armário de Cláudia onde são guardadas as roupas de toda a família.

Foto: Shirley Torquato(2011)

Durante os cinco meses em que estava morando no apartamento, outra moradora, Denise, relatou que procurava economizar a cada mês, para “montar a casa” e deixá-la “como sempre sonhou”. “Pra dizer a verdade, antes de eu vir pra cá, eu consegui juntar mil e quinhentos reais, e foi com esse dinheiro que eu comprei o meu armário de quarto, a cama e o armário da cozinha, porque eram as coisas mais urgentes”.

No entanto, a interlocutora afirma, com certo sentimento de culpa, o fato de não ter conseguido ainda “comprar o quarto dos filhos”, mas é uma das metas que incorporou, e que afirmou que colocará em prática, depois de pagar as prestações da máquina de lavar e depois que comprar o fogão.

Eu nunca pude contar com meu marido, porque ele passou a vida inteira dele gastando com bebida e com drogas. Se ele fosse outra pessoa, as minhas filhas já estariam com o quartinho todo arrumado, a casa já estaria toda bonitinha e, de repente, a gente teria até um carrinho. Eu sempre pensei em crescer, sabe? Mas como vou fazer isso com uma pessoa que só me coloca pra baixo? Eu disse às minhas filhas que, quando eu comprar o quarto delas, eu vou fazer de tudo para comprar um triliche e um armário de correr porque pega menos espaço



Quarto de Denise e o armário recém-comprado. “Comprei esse grande porque dá pra guardar roupa da família inteira”  
Foto: Shirley Torquato (2011)



Quarto dos filhos de Denise e os enfeites nas paredes.  
Foto: Shirley Torquato (2011)  
Abaixo:



Escrivaninha com brinquedos no quarto dos filhos de Denise.

O quarto dos três filhos (de 8 a 12 anos) tem três camas, sendo que uma delas é armada apenas à noite, e durante o dia fica ao lado da porta. As roupas das crianças são guardadas no armário de Denise. Há uma escrivaninha que, em vez de material escolar são guardadas bonecas, enfeites e porta-retratos. Atrás da porta, Denise pôs uma sapateira onde guardas os calçados dos três filhos. O cuidado com a decoração recompensa a falta dos móveis, do que Denise se ressentia por não os ter comprado ainda. As paredes são enfeitadas por quadros de motivos infantis: ursinhos e gatinhos, feitos por Denise, que se orgulha pela criatividade: “Enquanto eu não consigo arrumar o quarto deles com os móveis eu decoro, mas eu hei de realizar o meu sonho, que é deixar o quarto deles bem bonito”.

Já Simone, orgulhava-se em dizer que comprou “praticamente tudo” para o apartamento. Começou pelo sofá, estante (sala), mas, em seguida, comprou uma cama para o seu quarto, armários de cozinha, máquina de lavar e móveis para os filhos. Revelou que pretendia, em breve, comprar o armário do seu quarto, cortinas e criado mudo; no entanto, resolveu priorizar o quarto de sua filha adolescente. “Comprei o quarto dela todo: cama, escrivaninha e o armário. O armário, pra você ter noção, foi a coisa mais cara que eu comprei para essa casa. Ele é em madeira, e na frente é todo espelhado. Ele é lindo, mas não foi entregue ainda. Valeu à pena porque ela ficou feliz, e eu, mais ainda de ter proporcionado essa felicidade a ela. O meu armário eu compro daqui a pouco”.

Assim como fez com a sala, os quartos na casa de Viviane também receberam um cuidado especial. Para o seu quarto, comprou armário e cama em padrão cerejeira com portas brancas, uma cortina estampada, criado mudo e uma televisão 14 polegadas.





Armário do quarto de Viviane

Foto: Shirley Torquato (2011)

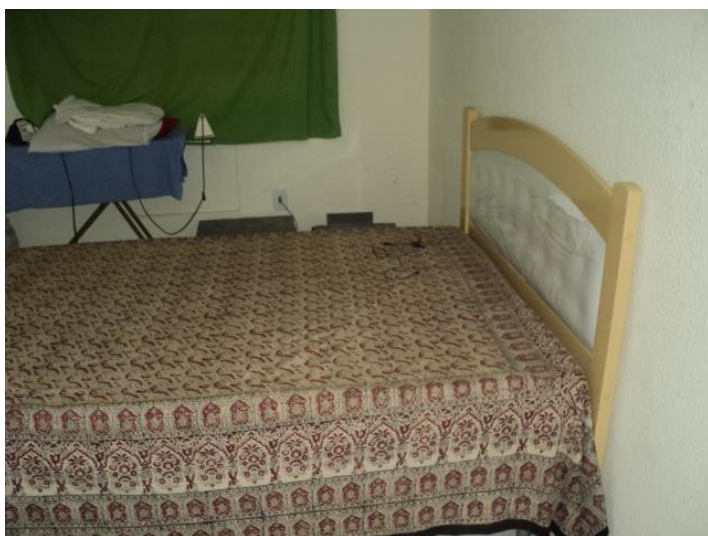
Para o segundo quarto, onde dormem os filhos, comprou uma bicama e um armário. Da casa antiga só levou a televisão. O filho de Viviane e a namorada tiveram um filho, embora continuem morando cada um em sua casa, algumas vezes na semana ele dorme lá com os dois. Nessas ocasiões, improvisam uma cama no chão e dormem os três, enquanto a irmã dorme na bicama.

Apesar dos televisores nos dois quartos, Viviane ressalta que apenas uma televisão pode ficar ligada na casa, para evitar o “desgaste de energia e que a conta de luz venha muito alta”.

Já o quarto de Crisântemo era formado por: uma cama em madeira em padrão pinus; um armário em madeira; uma geladeira, que não funciona e ele utiliza com armário; uma televisão e um ar condicionado que não funcionam. Improvisou uma cortina, feita com um lençol. Próximo à janela, o interlocutor deixou armada a tábua de passar roupa, e prendeu cordas à parede para estender as roupas após a lavagem. Com exceção da cama, que foi comprada pelo próprio, todas as demais peças foram ganhas. “Os vizinhos aqui do Preventório é que me deram. Perguntaram se eu queria ficar pra

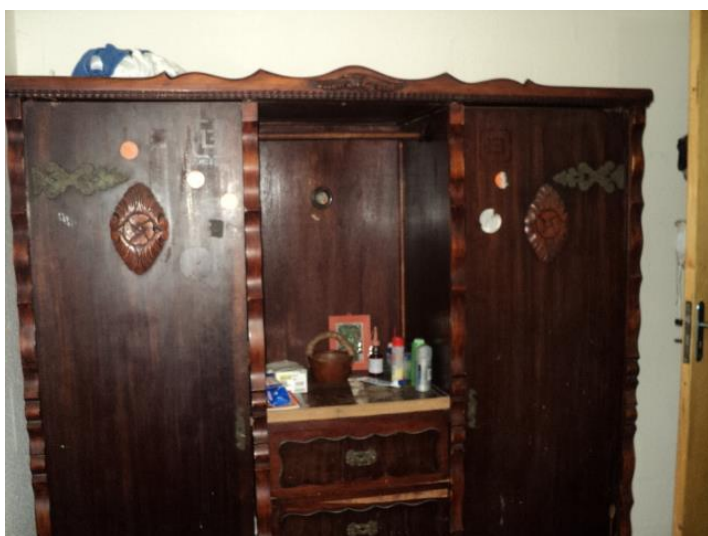
tentar consertar. Se eu conseguisse, poderia ficar pra mim. Como não consegui, tenho pena de jogar fora. A geladeira ao menos eu uso pra guardar uma coisa ou outra. É meu segundo armário.”

O armário foi ganho da amiga de sua madrinha, que ele não chegou a conhecer. A tábua de passar e o ferro, foi a madrinha quem deu. “A casa que eu morava era tudo ao mesmo tempo: quarto, sala, cozinha, e tinha um lugar que eu chamava de banheiro, mas que só tinha o vaso, e era do lado de fora. Agora eu tenho um quarto. É muita diferença na vida de uma pessoa”.



| Quarto de crisântemo. Cama, uma cortina improvisada com um lençol (algo que foi identificado em várias outras casas)

Foto: Shirley Torquato (2011)



Armário que Crisântemo ganhou após a mudança

Foto: Shirley Torquato

Para João, o maior investimento estético que fez em sua casa foi em sua sala. Para o quarto, comprou um armário em madeira compensada e uma cortina. Permaneceu com a cama em madeira compensada que usava na casa anterior. “Apesar de a cama estar num bom estado, eu trouxe ela meio contra a vontade porque na verdade eu queria tudo novo, mas tive que fazer uma opção entre comprar a cama ou o sofá. Comprei um armário, porque antes eu tinha um gaveteiro que já estava velho e resolvi não trazer”.



Armário de quarto comprado por João

Foto: Shirley Torquato(2011)

João também planeja “arrumar” o quarto dos filhos. Por enquanto, no quarto, há duas camas e um gaveteiro, já gastos pelo tempo. Nas paredes, estão colados dois pôsteres: um, do time em que jogam, e outro, é um brasão do Flamengo.

Lá na casa da mãe deles, que é aqui no Preventório, eles têm um quarto também. A mãe deles é muito cuidadosa, a casa dela é muito boa. Se você chegar lá dentro, você não acredita que tá numa favela. O quarto deles lá é bem arrumadinho. Como eles viajam muito por causa do trabalho, não tenho tanta urgência pra comprar armário e camas novos. Tem outras coisas que acabam sendo prioridade.

José comprou cama e armário para o apartamento, pois alegou que seu móveis estavam tão velhos que, se fossem desmontados, não poderiam ser novamente montados e reutilizados, pois o material já estava se deteriorando devido à umidade e ao tempo de uso: “Eles já estavam muito velhos, e eu já estava querendo comprar outro, mas ficava sempre adiando. A mudança foi o estímulo que a gente precisava pra comprar. É claro que o dinheiro também limitava a gente. Tudo isso que a gente conseguiu comprar foi no carnê das Casas Bahia para pagar a perder de vista.”



Armário comprado por José

Fonte: Shirley Torquato

A princípio, José disse que foi complicado combinar com a esposa quem ficaria com os bens da casa antiga, pois como ela também “conseguiu” um apartamento, os dois precisavam ser mobiliados. Em relação aos móveis de quarto, nenhum dos dois quis aproveitar o mobiliário antigo, e ambos acabaram comprando novos, ainda que em momentos diferentes. “No início, ela ficava mais aqui comigo, depois é que ela foi ficando obcecada pelo apartamento dela, e ficando mais lá. A gente foi discutindo mais, porque eu comecei a ver muitas coisas erradas aqui e reclamava. Ela achava que eu estava querendo atingir a ela. Então, ela foi vendo a vida dela e comprando as coisas dela”.

Outra moradora, Aline, apesar de ter dois quartos no apartamento em que mora, faz questão de dormir com os dois filhos num só quarto, porque alega que eles são muito pequenos para dormirem sozinhos. “O maiorzinho é muito arteiro e eu fico com medo dele mexer e machucar o pequeno enquanto eu estiver dormindo”. Sendo assim, em seu quarto, ela e o mais velho dormem juntos numa cama de casal, enquanto o mais novo dorme no berço que foi usado pelo irmão. O armário de quarto foi, segundo Aline, a única compra que fez após a mudança: “Pedi pra minha irmã comprar pra mim no cartão dela, mas não é sempre que eu consigo pagar as prestações”. Aline não faz planos para comprar outros bens ou utensílios para os quartos, e ressalta em tom de revolta: “eu mal consigo saber o que vou comer amanhã, que dirá quando vou comprar cama nova, estante ou sofá”.



Armário de Aline. Única mobília que a moradora alegou ter comprado para o apartamento.

Foto: Shirley Torquato (2011)

Já Adriano e Alessandra compraram uma cama box, um armário e uma cortina. Neste dia, a cama estava coberta com um edredom rosa, que Alessandra acabara de tirar da embalagem para o quarto “ficar bem bonito na foto”.

Adriano tem um enteado e, embora este não more com o casal, possui o seu quarto arrumado no apartamento. Neste quarto, há um beliche e um gaveteiro, já bem desgastados pelo tempo. O beliche também atende aos sobrinhos do casal que de vez em

quando usam a casa dos tios como refúgio. “Nós somos mais amigos do que tios, aí eles gostam de vir pra cá. A casa está sempre aberta pra eles”. Na parede do quarto, a esposa de Adriano, Alessandra, colou fotos do filho ainda criança e dos primos.

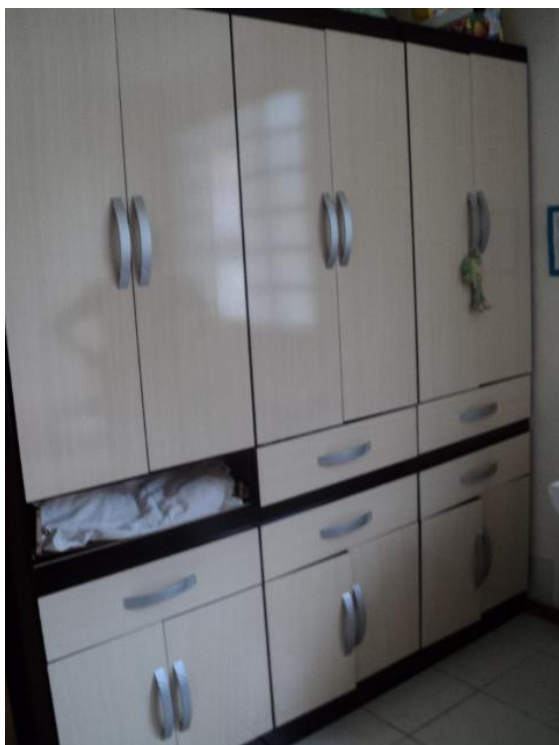
Dona Gisela já havia relatado que tinha poucos móveis na sua casa antiga devido à constante perda de bens que sofria durante as épocas de chuvas. O que conseguiu salvar, levou para o apartamento. Sua cama foi uma dessas peças que levou para o apartamento. Como soube que teria um quarto só para ela, comprou um armário, pois antes, guardava suas roupas em caixas de papelão. A interlocutora relata que faz planos de comprar outra cama, mas alega que, como tem que dar conta de muitas despesas sozinha, comprou apenas o que estava precisando com maior urgência. Enquanto não renova outros bens, procura decorar o quarto do seu jeito.

Ao lado da cama, possui um criado-mudo que faz de um pequeno santuário. Em cima deste, há uma imagem de Nossa Senhora Aparecida e um porta-retrato com uma oração do pai-nosso. Na parede próxima ao armário, colou um pôster com a imagem de Nossa Senhora e anexou um terço acima. A interlocutora relatou que vai esporadicamente à igreja de São Judas Tadeu, localizada no bairro vizinho de Icaraí, onde afirmou sempre ter recebido ajuda através de doações de mantimentos e roupas, principalmente em épocas mais sofridas, como nas enchentes.

Dona Gisela ressaltou que preferiu ficar com o quarto dos fundos, por ter menos barulho vindo da rua da principal, logo, as netas é que ficaram com o quarto que fica em frente à praia. A mobília do quarto das netas é em madeira laqueada branca. São duas cômodas, uma penteadeira e duas camas de ferro, já um pouco gastas por serem de segunda mão. Em cima das cômodas, ficam muitas bonecas e bichos de pelúcia. Todo o quarto, inclusive os brinquedos, pertenciam à filha da patroa de sua primogênita. Essa parte da casa é motivo de orgulho para a interlocutora.

O quarto delas é lindo. Tem tudo do bom e do melhor e tudo foi doado pela patroa da minha filha. Até as roupas das minhas netas e os brinquedos é ela quem dá. Ela é uma pessoa muito boa. Ficou amiga da minha filha. Sabe que eu passo sufoco e sempre me ajuda. Até a festa de aniversário de uma das minhas netas foi bancado por ela. Do aluguel do salão até as roupas. Ela tinha

a decoração e a roupa de festa em casa porque a filha dela tem a mesma idade da minha neta. Eu até chorei de felicidade no dia da festa.<sup>55</sup>



Armário comprado após a mudança, mas que já apresenta problemas com uma das gavetas, que quebrou durante o manuseio, segundo Dona Gisela.

Foto: Shirley Torquato (2011)

### **3.6- Banheiro: a torneira e o chuveiro**

De acordo com a hierarquia observada a partir dos próprios relatos obtidos, o banheiro foi o terceiro cômodo do apartamento em importância dada pelos moradores. Em todos os apartamentos, os banheiros e as cozinhas foram entregues com azulejos brancos até a metade da parede. O piso de cerâmica era cinza claro, o que trazia a necessidade de um cuidado mais constante para a manutenção de limpeza.

Como pude constatar, a presença de um banheiro completo, contendo vaso sanitário, descarga, pia com torneira e água encanada, além do espaço para o banho quente através de chuveiro elétrico, constituiu-se em um fato inédito para a vida da grande maioria dos moradores. Quanto à água encanada, apesar de estar presente em

---

<sup>55</sup> A interlocutora mostrou-me as fotos do aniversário e da emoção que sentiu com a “festa” para a neta.

muitas casas na parte alta do morro, ela não era obtida de forma regular, portanto, apresentava falhas constantes no serviço.

Um dos primeiros relatos de João sobre a mudança para o apartamento está ligado ao conforto na hora de tomar banho e ir ao banheiro. “Pra mim é luxo chegar da rua e ter um banheiro com água na pia para lavar as mãos, e depois tomar um banho quente pra relaxar. Antes eu tinha um banheiro, mas não tinha esse conforto que eu tenho aqui”.

Neste caso, o banheiro, além de conforto, é luxo. Aliás, tanto o quarto como o banheiro aparecem com essas marcas distintivas, pois, além de estarem associados ao conforto, representam um conforto extra, um “*plus*”. Isso faz muito sentido se observarmos que, segundo os relatos dos próprios moradores, a maioria das casas antigas - localizadas no morro - não possuía a distinção entre sala e quarto de dormir, da mesma forma que o banheiro era muitas vezes improvisado, fora de casa, no quintal, e o banho era de balde. Neste caso, desfrutar de intimidade em relação ao próprio corpo em um cômodo totalmente equipado e voltado para as funções de descanso (quarto), higiene e asseio (banheiro) foi identificado por essas pessoas como um conforto extra.

Os banheiros foram projetados com uma divisão espacial para o banho, no entanto, ficou a cargo de cada morador improvisar uma cortina ou uma separação em relação ao sanitário e a pia. Assim fizeram Adriano, José, João, Gisela, Denise, Viviane e Simone. O banheiro de Crisântemo, como já fora relatado, possui um espaço diferenciado<sup>56</sup>. Segundo relatou, a sua casa na favela era menor do que o banheiro do apartamento. É no banheiro onde ele coloca a máquina de lavar com o intuito de deixar a área de serviço “menos espremida”. Na casa anterior, o banheiro era do lado de fora de casa e não tinha chuveiro, o banho era de balde. “Quando eu queria tomar um banho quente, eu tinha que esquentar a água no fogão”.

Denise coloca enfeites na parede do banheiro assim como coloca em toda a casa, e partilha da opinião de João sobre o conforto deste cômodo. “Aqui é outra coisa, com este banheiro, a gente tem até mais gosto pra tomar banho.”

---

<sup>56</sup> Dez apartamentos foram adaptados para PDF, ou seja, portadores de deficiência física. Esses apartamentos possuem o mesmo tamanho que os demais, no entanto, possuem apenas um quarto e o espaço do outro foi condensado no banheiro.



Dona Gisela relatou que assim como gosta de arrumar toda a casa, faz questão de arrumar e decorar o banheiro. “O chuveiro andou dando uns problemas, mas o meu genro veio aqui e consertou pra mim.”



Banheiro de Sônia (Na parede onde não tem cerâmica a moradora pintou de salmão)

Foto: Shirley Torquato (2011)



Banheiro de Denise ( corações decorando parte da parede)

Fonte: Shirley Torquato (2011)

José, no entanto, reforça o discurso sobre a má qualidade do material utilizado na obra de todo apartamento. “Eles quiseram economizar ao máximo, só que no banheiro, ao fazerem isso, podem criar um estrago maior porque a tubulação pode

estourar e atingir outros apartamentos. Essa pia é mixuruca e esses canos mais ainda. Se eu ficar por aqui eu vou ter que fazer uma obra.”

Adriano, apesar de identificar sinais de conforto, como o banho quente, mostra sua indignação com os sinais de infiltração que começaram a aparecer no seu banheiro cinco meses depois da mudança. “Vou te mostrar aqui, pra você não dizer que eu estou mentindo. Nós estamos com medo que esse banheiro caia em cima das nossas cabeças enquanto estivermos tomando banho, porque com tão pouco tempo de uso olha o tamanho da infiltração? Eu não sei se o vizinho de cima vai querer consertar porque ele diz que a infiltração não vem de lá, mas de algum lugar vem. Isso é mais uma preocupação pra gente.”

### **3.7-Cozinha: geladeira e armários**

Seria admissível supor que a cozinha fosse considerado o primeiro cômodo em importância, em função da prioridade que a alimentação possui na vida doméstica desses grupos. Mas tal perspectiva poderia incorrer num tipo de etnocentrismo ao contrário, ao supor que os menos favorecidos sobrevivem apenas, isto é, vivem totalmente às voltas com suas necessidades básicas. É verdade que a comida possui uma enorme centralidade na vida desses moradores, como de resto em toda a sociedade brasileira, pois trata-se de uma dimensão importante da identidade nacional, especialmente nas camadas populares, não exatamente pela função da sobrevivência, mas, sobretudo, pelo aspecto mais intangível da comida, que são as diferentes formas de sociabilidades e prazeres a ela relacionados e no comer juntos - a comensalidade.

De fato, observei que os gastos com alimentação eram sempre elencados como prioritários entre os interlocutores, afinal, eles próprios reafirmaram em vários momentos que boa parte de sua renda era gasta com comida. Entretanto, minhas observações, por ocasião das visitas que fiz aos apartamentos, demonstravam que os gastos com alimentação não correspondiam àqueles considerados essenciais para a sobrevivência. Olhar a geladeira e os armários desses moradores, em suas novas cozinhas equipadas, era se dar conta de que, para além das necessidades, eles já haviam alçado autonomia para fazerem suas escolhas alimentares, reafirmar preferências quanto aos novos hábitos adquiridos, bem como, falar sobre novos paladares e modismos em torno de marcas, tendo em vista as novas possibilidades financeiras de compras, ofertas,

promoções etc. No caso deles, a compra dos alimentos, bem como a comida, ia além de uma necessidade imediata de subsistência, mas era encarada por todos como uma escolha mediada pelo gosto e pelo prazer.

Assim, era com enorme orgulho que eles me mostravam suas geladeiras e congeladores abarrotados de variedades de carnes, laticínios, cervejas, refrigerantes, sobremesas, biscoitos e doces para as crianças. Denise, Simone e Gisela afirmaram terem exatamente essa preocupação, pois ter a geladeira cheia indica a sensação de “dever cumprido”. Segundo Simone, ter apenas um quilo de feijão e de arroz na dispensa causa uma sensação de incerteza e medo de que falte algo para os filhos:

Ter as coisas contadas dentro de casa, principalmente na geladeira e no armário da cozinha, é realmente uma coisa que não tem a ver comigo. Pode faltar o que for na minha casa, mas comida eu faço questão de comprar mais do que eu vou precisar para o dia seguinte. Eu posso abrir a minha geladeira na frente de qualquer um que não vai me fazer vergonha.

Eu já separei o valor que eu recebo do *Bolsa família* delas [ das netas] pra comprar só coisas que elas gostam e precisam comer: iogurte, carne, leite, biscoito, frutas e saladas. Quando era a mãe delas que recebia, ela pegava o dinheiro pra ela e só gastava com besteira. Comigo não. Faço questão que elas tenham uma alimentação saudável. (Gisela)



Dona Gisela abre a geladeira para me provar que tem preocupação com alimentação saudável e que é farta



Dispensa cheia de Simone. “O dia que você vier aqui e tiver só um quilo de cada coisa, pode ter a certeza de que eu não estarei bem comigo mesma”.

Fonte: Shirley Torquato (2010)



Geladeira de Simone.

Fonte: Shirley Torquato (2010)



Esses relatos, associados às geladeiras e armários que observei, fizeram-me lembrar de DaMatta (1985), ao comentar sobre a “Guerra de Pastéis” existente nos subúrbios cariocas, quando, em “um jogo invertido de abundância material, acontece um consumo desmedido e exagerado” e no final da festa, a celebração leva ao extermínio de salgadinhos, cervejas, refrigerantes jogados ao alto. DaMatta explica que tal “ritual” permite que o dono da casa afirme sua posição de superioridade social frente aos demais, como nas obras clássicas de Boas e Mauss”. Este paradoxo nos leva ao debate acerca do consumo, no qual o autor sugere que nem sempre os mais ricos são os que consomem mais.

Seja como for, a representação da fartura como um valor moral, também relacionada à honra, ambas expressas na forma da dádiva e do *potlach* (comensalidade), estava sempre presente em todas as cozinhas que visitei, e era ela que norteava e orientava a arrumação daquele cômodo. Não por acaso, as vedetes, os objetos astros da cozinha eram a geladeira nova, grande, imponente, bem como os armários repletos de compras, panelas e utensílios utilizados na preparação das comidas. De acordo com os moradores, a prioridade de compras sempre esteve relacionada à alimentação, mesmo quando eram moradores da favela. Sempre foi a fonte de maior despesa, segundo todos os moradores com os quais conversei. Aliás, segundo alguns deles, como Aline, Denise e Simone, antes da mudança de casa, esta seria praticamente a única preocupação em termos de despesas que possuíam, agora existiam outras preocupações, tais como os pagamentos das prestações, a conta da luz e a taxa de condomínio, sendo estas últimas relacionadas diretamente à mudança. Como veremos nos demais itens deste capítulo, estas novas despesas, consideradas obrigatórias e necessárias, estavam na base de todos os conflitos e dramas daquelas pessoas, donde a busca pela “acomodação” (THÉVENOT, 1994; MILLER, 2013) ao novo estilo de vida constituir-se em uma demanda recorrente em todos os momentos de crise. A isso, é possível juntar também a preocupação estética com a casa e a organização doméstica.

A respeito da nova preocupação estética com a casa, as cozinhas eram mais do que pretextos para muitas conversas, não apenas sobre comida e comensalidade, mas também sobre a própria cultura material, mobílias e equipamentos recém adquiridos como a geladeira, fogão e armários. Além dos enfeites e fotografias fixados nas paredes, mobílias e na geladeira. É válido ressaltar que em termos de utensílios, os apartamentos eram todos muito parecidos, pois todos seguiam um mesmo padrão de cor: geladeiras,

fogões e armários, brancos. Em sua maioria, foram comprados em lojas como *Casas Bahia*, *O Barateiro*, *Ricardo Eletro*, dentre outras lojas que tendem a ser identificadas com o consumo popular. Estas empresas investem em *designs* básicos, e o material que utilizam é a madeira compensada. A disposição deles e a decoração nas paredes com quadros, fotos e cores é que dá uma personalidade maior aos apartamentos.

Na cozinha de Crisântemo, por exemplo, além dos itens mencionados, havia um forno de micro-ondas e uma geladeira que brilhavam de tão novos. A geladeira foi obtida através do projeto social da Ampla, e o micro-ondas, de conhecidos. O fogão de quatro bocas foi presente de um padrinho. Crisântemo possui muitas panelas, devido ao trabalho anterior como cozinheiro. As panelas são de aço inoxidável com tampas de vidro, de excelente qualidade, obtidas de segunda mão.



Cozinha de Crisântemo com pia, armários e panelas ganhos.

Foto: Shirley Torquato (2011)



Geladeira trocada através do programa social da Ampla, e Forno de Micro-ondas ganho da madrinha.

Foto: Shirley Torquato (2011)

Na geladeira, havia adesivos do time de coração, “O Fluminense”, e ímãs com telefones de pizzarias *delivery*. É impossível não se surpreender com o número de armários que possui sua cozinha, presentes de uma amiga da madrinha. Além do armário que fica acima da pia, o morador também ganhou gaveteiros. Todos em madeira.

Já Viviane, comprou tudo novo para a casa, e isso incluiu coisas para a cozinha. A Ampla havia doado uma geladeira, mas como era pequena, ela a vendeu e completou o valor para comprar uma geladeira duplex. O fogão era de seis bocas. Explicou a compra devido ao nascimento do neto. “Agora que a família cresceu, é mais uma boca pra comer”. Em frente à cozinha, há um armário branco de duas portas e quatro gavetas, com vidro fumê, e outro, de três portas, acima da pia. A parte de baixo da pia, a interlocutora utiliza para guardar panelas maiores. “Quando sobrar um dinheirinho, vou mandar fazer um armário aqui em baixo, por enquanto coloquei essa cortina pra esconder”.

Cláudia também fez questão de mostrar sua cozinha com as novas aquisições: um fogão de quatro bocas, uma geladeira duplex e um armário de duas portas, além de fotos e lembranças coladas na geladeira para embelezar o ambiente. “Eu ganhei uma geladeira da Ampla, mas o meu filho já havia comprado uma maior pra mim, então resolvi ficar com as duas. A da Ampla, que é menor, fica no meu quarto”. Em relação às demais cozinhas que visitei, essa não apresentava o mesmo cuidado com a organização e limpeza. “Eu não tinha armário de cozinha porque não tinha lugar pra colocar, e nem passava pela minha cabeça comprar um, mas aqui é diferente.”

Denise, embora fizesse planos para comprar novos utensílios para a cozinha, comprou apenas o armário, pois considerou mais urgente. “Eu ainda tenho esperança de ganhar a geladeira da Ampla, mas eles ainda não vieram aqui na minha casa falar comigo. O meu fogão ainda é velho, dizem que é por isso que gasto muito de gás. Mas como não estou podendo comprar agora, esta dando ainda pra aproveitar. Prefiro comprar a máquina de lavar”. Além disso, a interlocutora enfeitou cada espaço da cozinha com os enfeites que ela própria faz.

Quanto a João, comprou para a cozinha um fogão, um micro-ondas e um armário. A geladeira é a mesma que utilizava na sua casa antiga, no morro. Apesar de reconhecer que ela estava velha e gasta, apresentando ferrugens próximo à porta, optou

por não comprar uma no momento, pois acreditava que poderia ser contemplado com uma geladeira da Ampla. “Essa geladeira consome muita energia. Se o pessoal da Ampla não me der uma logo, vou acabar tendo que pedir a alguém da família tirar uma nova pra mim.” A sua geladeira é uma espécie de quadro de fotografias e recados. Tem fotos dos filhos e lembretes de compras. A cor marrom e o estado de má conservação destoavam dos demais bens, que eram todos novos e branquinhos.

José comprou para a nova cozinha dois armários e um fogão. A geladeira foi doada pela Ampla. “O lado bom é que eu tenho tudo novo e o lado ruim é que eu vou ter que pagar, não é?”

Adriano relata que comprou o “básico” para a casa toda e para a cozinha. Além do fogão, comprou uma bancada com três portas para guardar os mantimentos. As panelas são guardadas embaixo da pia: “O meu sonho é trocar essa pia, que é horrorosa, e colocar uma de granito grandona e só móvel planejado aqui nessa cozinha. Eu pensei que a Ana Maria Braga fosse dar uma cozinha pra gente, mas ela não deu *nada*.<sup>57</sup>”

Simone tinha orgulho de mostrar toda a casa e dizer que tudo foi comprado para a mudança. “A minha cozinha tá toda nova: A geladeira duplex, o fogão e os dois armários”. Além dos móveis e eletrodomésticos, é perceptível o cuidado com a decoração, através de peças de gesso pintadas a mão, como vaquinhas em cima da geladeira e do armário.

Como já foi dito anteriormente, Aline é uma moradora que encontrou muitas dificuldades na manutenção do apartamento. Uma das suas insatisfações, que procurava deixar claro, era o fato de não ter condições de mobiliá-lo. Sua cozinha possuía uma geladeira nova, que foi doada também pela Ampla, e um fogão de quatro bocas, que era utilizado na sua casa antiga. Na pia, havia duas mamadeiras, e naquela hora, a panela de pressão cozinhava o feijão. “Aqui eu só tenho mesmo o que comer, e olhe lá”. Em cima da geladeira, havia algumas panelas e a garrafa térmica de café.

Gisela mostrou-me sua cozinha e aproveitou para dizer o que foi servido no almoço: arroz, feijão e carne cozida com legumes. Para a cozinha, não comprou nada. Apenas improvisou na decoração e os projetos futuros. Imagens de Nossa Senhora

---

<sup>57</sup> O casal recebeu a equipe do Programa *Mais Você* apresentado por Ana Maria Braga, no quadro *O Economista*, onde o profissional “ensinava” aos moradores a administrarem as contas domésticas.



ajudam a compor o ambiente da cozinha. Em cima da geladeira, estão alinhadas três canecas coloridas (azul, rosa e vermelha), uma dela e as outras das netas. A Ampla lhe ofereceu uma geladeira em troca da sua mais antiga, mas Gisela não quis trocar a sua geladeira, que era duplex, por uma menor. “Preferi ficar com a minha. O fogão dá pra aproveitar um bom tempo ainda. Mas o meu sonho é mandar fazer sob medida os moveis da cozinha do meu jeito. Disso eu não abro mão. Pode até demorar. Meus padrões disseram que me ajudam a pagar”.

Após ter feito esta breve incursão pelos apartamentos de meus interlocutores, a partir de seus próprios critérios de hierarquia e relevância em relação aos cômodos e objetos, é possível dizer claramente que, muito embora houvesse inúmeros problemas, conflitos, dramas e dificuldades de toda ordem, eles efetivamente se mudaram. Neste sentido, a mudança não havia sido apenas uma transferência de corpos ou de endereço, mas tornara-se um exercício quanto a esta árdua tarefa que é "acomodar-se", "enquadrar-se" e "organizar-se" em relação a um novo espaço. É fato que a busca por este engajamento resultou em consumo, a prova disso foi que, em todos os apartamentos que entrei, pude sentir o cheiro de coisas novas, e o mais interessante é que, ao perguntar para eles se haviam comprado algo novo, eles geralmente respondiam: comprei o "meu" sofá, o "meu" armário de cozinha, sempre antecedendo com o pronome possessivo para enfatizar a compra e a posse dos mesmos.

Entretanto, como veremos no próximo tópico, a acomodação, nos termos de Miller (2013) não implica exclusivamente em atos de compra. Como o autor argumenta, ela envolve o rearranjo, e mesmo a aquisição de novas categorias e sistemas classificatórios. Enfim, acomodar-se em uma nova casa não deixa de ser também acomodar-se em termos lógicos e espirituais.

## **4- O NEXO LÓGICO DA MUDANÇA**

### **4.1- De "moradores de favela" a "condôminos"**

Uma das questões que este trabalho visa problematizar é como a mudança para os apartamentos implicou na incorporação de novas representações por parte dos moradores, não apenas para lidarem pragmaticamente com a própria mudança, com o novo apartamento e reorganizarem seu cotidiano, mas também para poderem atribuir os diferentes significados que este evento teve em suas respectivas vidas. Como procurei deixar evidente no tópico anterior, a mudança foi, desde o início de meus contatos com eles, percebida (pelos mesmos) como uma ruptura em suas vidas.

Além disso, essas novas representações e construções lógicas não só se referiram ao controle das finanças, uma vez que um conjunto de novas despesas teve que ser incluído em reduzidos orçamentos, mas também no que diz respeito à nova percepção que os moradores passaram a ter de si próprios, enquanto indivíduos/pessoas, e enquanto um grupo de pessoas que compartilhavam algo em comum, em função do que foram conduzidos àquela situação, a saber, suas condições de ex-moradores de favela, cuja remoção deveu-se ao fato de eles residirem em áreas consideradas de risco (segundo a justificativa oficial do poder público).

Conforme vimos no tópico anterior, a mudança para os apartamentos exigiu a incorporação de uma nova lógica de organização doméstica, tanto das rotinas domésticas, quanto do espaço doméstico em si, como arrumar a casa, lavar e estender as roupas, lidar com novas formas de controle social, que dependiam de outras técnicas corporais que precisaram ser adquiridas (controle do barulho e da intimidade), uma vez que passaram a ser cobradas pelo poder público e pela vizinhança. O custo da identidade de ser "morador de favela", e ter de lidar cotidianamente com o estigma que isso acarreta, foi substituído pelos custos sociais de se construir uma nova identidade como "condômino" de um conjunto de prédios que faz parte de um programa do governo federal - o PAC.

Um fato que não pode ser deixado de lado neste momento é que, para esses moradores, as razões apresentadas para a mudança não eram evidentes para todos.

Alguns moradores continuavam não entendendo ou não aceitando as justificativas dadas pelo governo para a retirada deles de suas antigas moradias. O fato de haver esta ambiguidade no sentido lógico influenciou bastante no plano pragmático, isto é, nas relações dessas pessoas com o próprio apartamento, especialmente diante das novas despesas e contas, com os novos vizinhos e tudo o mais.

Vários conflitos não ocorreram por acaso, e as razões para eles deveram-se à forma “dramática” através da qual eles foram sendo vividos, especialmente quanto às divergências surgidas entre moradores que continuavam não entendendo direito por que tiveram de sair de suas casas, e aqueles que não só entendiam, como aderiram ao PAC, engajando-se de bom grado na mudança.

Diante do que coloquei até aqui, é válido afirmar, então, que não houve apenas uma mudança do endereço físico, mas, sobretudo, de uma nova organização lógica e cognitiva. Neste caso, ela foi inicialmente provocada e promovida pelo poder público. Afinal, foi uma mudança pensada e levada a efeito por instituições estatais, executada por profissionais e técnicos que, no uso de seus saberes e competências específicas, buscaram realizar uma missão social e civilizatória de transformar "moradores de favelas" em "condôminos", no âmbito de um programa de governo. Assim posto, do ponto de vista dos funcionários e técnicos envolvidos, não restam dúvidas de que o programa dizia respeito à inclusão dos contemplados pelo programa numa nova ordem social, lógica e simbólica.

Todas as pretensões pedagógicas e “civilizatórias” do Programa ficaram evidentes quando, antes da entrega das chaves aos moradores do PAC Preventório, a CEHAB, através de seu setor de serviço social, em parceria com a Delta e a Ampla, a concessionária de energia elétrica que atende o município, encarregou-se de organizar um ciclo de palestras, em que os palestrantes buscaram ensinar aos novos moradores dos apartamentos como seriam as novas regras e etiquetas de convivência nos blocos, que podem ser resumidas nas seguintes: 1) respeitar a Lei do silêncio; 2) não estender roupas na janela em nenhuma hipótese, sob o risco de multa; 3) racionalizar o uso da energia elétrica em seus apartamentos; 4) pagar a taxa condominial; 5) organizar um grupo a fazer parte da administração condominial, dentre outros. Essas 5 regras são importantes para compreendermos como os novos moradores eram percebidos pelo Estado, ao mesmo tempo em que poderemos examinar como cada uma delas impactou nos regimes de vida anteriores.

O recebimento das chaves estava vinculado à uma pré-condição que seria participar dos chamados “Encontros de Integração” ou “palestras de convivência”. Tais encontros auxiliavam também na resolução de dúvidas burocráticas por parte dos moradores, tais como a estrutura dos imóveis, a gestão do condomínio, a escritura do imóvel e conhecimento dos direitos e deveres de cada condômino. No entanto, dois anos depois, ainda pairavam no ar muitas dúvidas, quando o assunto se referia aos tributos, à documentação referente ao termo de propriedade do imóvel e às possíveis transações futuras de compra e venda.

Segundo uma das assistentes sociais contratadas pela Delta, com a qual conversei, e que participou do ciclo de palestras, a pedagogia utilizada pelos palestrantes girava em torno de “ensinamentos” sobre higiene, cuidados com o imóvel, burocracias, direitos e deveres, que os moradores deveriam internalizar, de modo a deixarem para trás a representação de moradores de favela. Segundo a profissional, a importância dessas “palestras de convivência” era alertar para a necessidade de organizar a casa de uma maneira que até então, segundo a assistente social, era “desconhecida” pela maior parte dos novos moradores:

Você já imaginou uma pessoa sem banheiro? Que fazia suas necessidades no mato? Que tomava banho de balde? Que tinha *gato* de energia elétrica e, por isso, não se importava se alguma lâmpada ficava ligada o dia inteiro, porque isso não tinha custo pra ela? Então, principalmente essas pessoas precisam entender que agora é diferente. Que agora tem banheiro; tem descarga, tem água quente, e que necessita economizar energia porque vai ter que pagar por tudo que ela consumir. É muito triste, mas a gente precisa ensinar muitas coisas que pra nós são básicas, porque essas pessoas não tiveram a vivência que vão ter a partir de agora.

Duas expressões correntemente utilizadas pelos funcionários da CEHAB e reproduzidas em grande escala pelos moradores é que as reuniões, sobretudo as promovidas por esta instituição, tiveram como objetivo geral: “ensiná-los a pescar” ou “ensiná-los a andar com as próprias pernas”.

Embora não tenha havido uma “seleção moral” das famílias, baseada em critérios religiosos ou outros, conforme ocorreu na transferência dos moradores da Praia do Pinto para o conjunto da Cruzada São Sebastião nos anos 1950, estudado por Simões (2008) e Slob (2002), é francamente visível a visão estigmatizada do *favelado* como

alguém que precisa ser socialmente *educado*, mesmo que mascarada pelo discurso da autonomia e da cidadania.

A assistente social, contratada pela empreiteira Delta para realizar o “trabalho social”<sup>58</sup> com os moradores desde antes do início das obras, comentou que reforçou a necessidade, aos moradores, de que tivessem cuidado com a questão estética dos apartamentos:

O objetivo da parte social do PAC consistia em auxiliá-los a gerir sozinhos a vida coletiva no condomínio, para que, posteriormente, eles pudessem fazê-lo sem ajuda de ninguém. Eu disse a eles que comprassem aqueles suportes para estenderem roupa. Disse que eu fazia assim no meu prédio, e que eles deveriam aprender também a fazer desta maneira, porque fica muito feio aquelas roupas estendidas nas janelas. Eles precisam se conscientizar de que não estão mais na favela. Brinquei com seu José, dizendo que quando passasse aqui em frente e visse alguma roupa estendida, iria sair do carro e bater na porta pedindo pra tirar. Estender roupas na janela é passível de multa, de acordo com o regimento do condomínio.

Tal dinâmica se assemelhou ao que Valladares (2005:62) chamou de “pedagogia civilizatória”, ao se referir à implementação dos parques proletários no Rio de Janeiro na década de 1940:

“[...] não se tratava apenas de retirar as famílias dos espaços insalubres das favelas, fornecendo-lhes novas moradias de acordo com as regras sanitárias, pois o objetivo era também dar assistência e educar os habitantes para que eles próprios modificassem as suas práticas, adequando-se a um novo modo de vida capaz de garantir sua saúde física e moral”.

Segundo a assistente social, o Preventório I seria o mais privilegiado dentre os três blocos, devido a sua localização de frente para o mar. Por essa razão, os moradores deveriam mostrar orgulho, e o cuidado com a apresentação externa dos imóveis seria uma das formas de expressá-lo.

A construção do Regimento Interno dos prédios foi uma ação que, segundo as assistentes sociais<sup>59</sup>, foi realizada pelos moradores, mas contou com a participação e o saber técnico dos profissionais da CEHAB. Nele, foram abordadas questões relacionadas às posturas dos moradores nas áreas comuns (corredores internos e externos aos prédios); à impossibilidade de realização de obras no interior e no exterior

<sup>58</sup> O “trabalho social” consistia numa aproximação com os moradores desde antes do início das obras, feita por profissionais da área de Serviço Social, com o intuito de colocá-los a par do projeto habitacional, e orientá-los em relação às mudanças que teriam que adaptar em suas vidas.

<sup>59</sup> Não estive presente em nenhuma destas reuniões, pois elas ocorreram antes do início da minha pesquisa de campo.

dos apartamentos que viessem a comprometer a estrutura dos prédios; à necessidade de pagamento da taxa de manutenção do condomínio; ao respeito à Lei do silêncio (de 22 horas às 8 da manhã) e às possíveis sanções, advertências, e até, à perda do apartamento, em casos de advertências graves e recorrentes<sup>60</sup>.

Apesar de terem participado da construção do Regimento, dois anos depois da mudança para os apartamentos, e após meu retorno ao campo<sup>61</sup>, observei que os moradores que faziam parte da administração ainda sentiam muitas dificuldades em tomar determinadas atitudes ou posicionamentos (multar moradores e executar judicialmente em casos de inadimplência), porque, até aquele momento, não eram legalmente registrados como Condomínio ou Associação, e atribuíam isso à falta de atenção da própria CEHAB. Um dos síndicos do Preventório III, numa de tantas conversas que mantivemos, confessou que ele e seus companheiros de “administração” sentiam-se “abandonados” pelo poder público: “Às vezes eu sinto que nós fomos jogados aqui e o pessoal do PAC disse: “se virem”. Nós precisávamos de uma assessoria deles. Nós não estávamos acostumados a lidar com contas, ainda mais de tanto inadimplente e que faz um monte de coisa errada. E aí, o que faremos?”.

Sobre o barulho e o respeito à lei do silêncio, é importante dizer que, de certa forma, a construção dos imóveis corroborava para o aumento de ruídos e barulhos, uma vez que, segundo os próprios moradores, os apartamentos foram construídos com material inferior e as paredes eram muito finas. A questão do controle da voz e do uso de aparelhos de som e televisão exigiu novas acomodações quanto aos usos dos sentidos, ao mesmo tempo que fez aumentar o controle de uns sobre os outros.

Embora o Regimento Interno formulado em conjunto com os próprios moradores indicasse a proibição com multas pela exposição e secagem de roupas nas janelas e sacadas dos apartamentos, várias dessas cenas foram vistas por mim nos apartamentos já ocupados. Roupas penduradas, umas sobre as outras, nas janelas dos quartos e da cozinha, denunciava que o espaço planejado para esse fim era insuficiente diante das necessidades das famílias, muitas delas com várias crianças que, via de regra, sujam mais roupas.

---

<sup>60</sup> Um ano sem pagar a taxa de condomínio, por exemplo, é considerado algo passível de perda do apartamento, segundo o Regimento.

<sup>61</sup> Me afastei do campo por um ano para realizar um doutorado sandwich.

O projeto arquitetônico dos apartamentos não previu a construção de áreas de serviço onde os moradores pudessem lavar e pendurar suas roupas para secar, tampouco previu, na área comum do prédio, um espaço que pudesse ser usado para esta função. Nesse caso, como era uma situação que atingia a todos igualmente, ou quase todos, a desobediência passou a ser a regra, já que se tratava de algo inevitável a ser feito.

Esta situação deixou evidente para mim que boa parte dos conflitos e problemas com relação aos usos dos apartamentos remetia às representações e sistemas classificatórios que estavam em jogo, acerca do espaço doméstico - aquele dos arquitetos, engenheiros e assistentes sociais, e aquele dos moradores. Além disso, os conflitos decorrentes dessas diferenças acabavam incidindo sobre categorias espaciais e funções domésticas que eram fundamentais para essas pessoas, tais como lavar roupas, higiene corporal e do próprio apartamento, isto é, funções que diziam respeito à questão da poluição (DOUGLAS, 1991).

Como foi dito no tópico anterior, a sala e o quarto, embora considerados aquisições importantes, estavam com suas funções específicas (lazer, sociabilidade e intimidade) ainda sendo aos poucos internalizadas, portanto, não eram percebidas como parte de um *habitus*, nem reconhecidas como uma necessidade, logo, para muitos, eram tidas ainda como um “luxo”.

Nesse sentido, mesmo os moradores que assumiram a mudança em termos afirmativos, especialmente devido aos aspectos relativos ao conforto e à estética que o apartamento lhes oferecia, havia um questionamento em relação à incompatibilidade quanto à planta do apartamento (e suas necessidades e rotinas), uma vez que as representações dos arquitetos do PAC não se coadunavam com aquelas dos moradores, sobretudo com as atividades de lavagem e secagem de roupa. É preciso ressaltar que lavar roupas é uma atividade crítica para as camadas populares, bem como a preparação da comida, e o fato de os arquitetos não terem pensado nisso, ou não terem sido assessorados quanto a esse aspecto cultural, no momento em que fizeram a planta do apartamento, demonstra o desconhecimento dessas rotinas, ou pior, o não reconhecimento dos modos de vida desses grupos, evidenciando ainda que os apartamentos possuíam uma função normalizadora e restritiva quanto a essas atividades.

Isso não deixa de constituir um modo de violência simbólica (BOURDIEU, 1970), porque estas restrições vão de encontro a algumas representações emblemáticas

das classes trabalhadoras e populares sobre o que deve ser uma casa e as funções que ela deve prover, além da dimensão moral que as ações de limpeza possuem.

Segundo o Regimento Interno, outra prática considerada infratora que explicitou novamente a oposição entre a perspectiva dos arquitetos e a dos moradores, foi o uso do apartamento para fins de trabalho e comércio. O Sr. João relatou que, poucas semanas após as mudanças, um morador do Preventório III colocou uma barraca de feira em frente ao apartamento em que morava, no térreo e começou a vender frutas. Ao chegar do trabalho e ver a cena, João, na condição de síndico, pediu que o morador desfizesse a barraca e recolhesse as frutas imediatamente, pois o Regimento era muito claro ao coibir qualquer tipo de comércio no interior dos apartamentos e nos corredores. Depois desse episódio, não houve nova tentativa deste morador nem de outros, segundo João. Dentre os moradores com os quais conversei nenhum comentou utilizar também como estabelecimentos comerciais suas antigas casas, embora essa prática seja muito comum em favelas no Rio de Janeiro, tanto que desencadeou inúmeros problemas em outras comunidades que receberam PACs, como em Manguinhos, caso estudado por Freire e Souza (2010)<sup>62</sup>.

De toda a forma, neste pequeno incidente ficou patente para mim esta outra diferença quanto aos significados e funções distintas da "casa" nas camadas populares e médias, qual seja, as relações que ambas fazem em relação à produção (trabalho) e ao consumo. Não foi levado em conta o fato de que, para as camadas populares, mais expostas ao trabalho informal, a casa pode ser eventualmente um local de produção e de trabalho, ou mesmo do "trabalho paralelo", aquele que se faz além do trabalho principal, de que nos fala Florence Weber<sup>63</sup> (2009), com o objetivo de complementar a renda, caso bastante observado nas favelas e nos próprios conjuntos habitacionais mais antigos e consolidados, como a Cohab de Realengo, estudada recentemente por Vicente (2012).

O senso-comum quase sempre associa o trabalho, mesmo informal, nas camadas populares de baixa renda, a uma atividade a ser executada fora do espaço da casa, porque possui uma representação eminentemente masculina do trabalho, ou porque,

---

<sup>62</sup> FREIRE, Leticia de Luna; SOUZA, Mônica Dias de (2010). *Trocando o pneu com o carro andando*: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos. Relatório final da pesquisa de campo do projeto "Manguinhos: Diagnóstico histórico-urbano-sanitário. Subsídios para políticas públicas sustentáveis em saúde" (Coord. Renato da Gama-Rosa Costa). Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. 87p.

<sup>63</sup> *O trabalho fora do trabalho*. Uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.



quando pensa no trabalho feminino, o associa imediatamente à atividade de empregada doméstica. Mas o fato é que o trabalho informal feminino não se resume ao trabalho como doméstica apenas. Apesar desta ser a função desempenhada pela maioria das mulheres economicamente ativas, inclusive entre minhas interlocutoras, existem outras atividades que permitiam a elas, mesmo sendo domésticas, obterem alguma renda extra sem saírem de casa, ao mesmo tempo que constituíam atividades que elas podiam executar paralelamente às suas atividades como "donas de casa", como por exemplo, trabalhos de costura (consertos), cabelereiro e manicure (estética), cozinha (marmitas), ou mesmo as atividades de fazer salgados e doces para vender na rua etc. Essas atividades, além de acontecerem na própria moradia da pessoa que está oferecendo seus serviços, implicam em maiores gastos de energia e água.

A respeito desses conflitos entre administradores, moradores e CEHAB, na medida em que eu era vista em muitas situações como amiga, e alguém que, segundo as representações deles, tinha mais instrução e desenvoltura, fui solicitada algumas vezes a auxiliá-los na resolução de muitos problemas que os afligia, com relação às situações discrepantes que as novas regras e o novo arranjo espacial lhes impunha na nova moradia. Algumas vezes, essa ajuda dizia respeito a minha intermediação junto à CEHAB para falar em seus nomes sobre as dificuldades que possuíam, sobretudo os moradores membros da administração.

Certo dia, atendendo a alguns desses pedidos, contatei através de telefone uma das assistentes sociais que havia acompanhado o processo de transição do morro para os apartamentos. Ela havia sido responsável por algumas palestras e pelo auxílio na construção do Regimento Interno:

Eu tentei auxiliá-los no que estava e no que não estava ao meu alcance. O regimento foi feito por eles. Todos concordaram com tudo. A gente [a CEHAB] ensinou o que tinha o que ensinar, não temos como prestar assessoria. Teve o tempo para isso. Inadimplência é um problema nacional, não apenas entre os moradores do PAC. Quanto à falta de registro, a culpa é deles, pois eu tentei diversas vezes intermediar esse processo ligando pra todos os membros da administração e pedindo documentação para registrar e eles não mostraram interesse de forma plena. Sempre tinha um ou outro que não entregava a documentação e adiava o registro. Eu consegui até que a CEHAB pagasse a taxa de trezentos reais do cartório. E mesmo assim eles não deram importância. Agora eles terão que fazer isso sozinhos. Nós falamos o tempo todo para eles que iríamos ensiná-los a pescar e que teriam que pescar sozinhos. A gente só aprende a andar quando se coloca pra andar. Se tivermos muletas a todo tempo, não vamos aprender nunca. Eles acham que vai ter alguém que faça por eles. Síndico em qualquer lugar sofre e tem mais responsabilidades. Essa é a verdade. Eles me cansaram um pouco. Eles

tem que procurar uma assessoria com advogado. Não com a CEHAB. Nosso tempo acabou por lá.

No desabafo da assistente social há uma crítica à postura que considerou “acomodada” dos moradores que, segundo ela, não deram a devida atenção à CEHAB no momento correto e por isso estariam com dificuldades de prestarem conta de questões burocráticas. A profissional desconsiderou, como de resto as próprias instituições do Estado, o fato de que a internalização de novas regras que envolvem a incorporação de novas práticas, por qualquer grupo social, não acontece de forma rápida e imediata.

#### **4.2- A nova lógica do consumo doméstico**

A política do governo, embora tenha se imbuído de um espírito social, democrático e inclusivo, acabou agindo de forma etnocêntrica (ou ingênua) em sua execução, ao impor uma mudança que pressupunha a adoção de um modelo de representação burguesa de organização do espaço doméstico para esses moradores, desconhecendo sua cultura e seu *habitus* anterior, isto é, desconhecendo que, na maior parte de suas existências, viveram suas vidas sem saberem sequer da existência de várias instâncias burocráticas, organizando sua rotina de vida através de outras lógicas.

Como foi dito, nos capítulos anteriores, a política habitacional iniciada com o governo Lula, através do PAC e do *Minha Casa Minha vida*, representou um grande investimento social público (e através de parcerias, no caso do Minha casa Minha vida) em moradias populares. Principalmente através de anúncios publicitários do programa ficou evidente que, paralelamente houve um estímulo por parte do governo para que esses novos moradores se tornassem também novos consumidores, especialmente de bens de utilidades domésticas. Entretanto, antes de emitir declarações a respeito do acerto ou não dessas medidas, torna-se importante examinar mais detalhadamente o que elas promovem ou não em termos de mudanças socioculturais efetivas, isto é, no plano das práticas sociais, dos modos de usos, bem como no entendimento ou não das lógicas, saberes e princípios classificatórios que regem os usos desses novos bens adquiridos; finalmente, como impactam nas concepções que esses grupos possuem acerca do que é

uma casa, ter uma casa ou habitar uma casa, tendo em vista a confirmação ou não das teses sobre a mobilidade social desses grupos.

Como pude observar junto aos meus interlocutores, eles confirmaram, em muitas ocasiões, as percepções de que, no Brasil, o acesso à casa própria, mais do que representar um valor positivo de sucesso, está associado a um conjunto de valores morais, pois não se trata de realizar apenas um sonho, mas de "ter a vida organizada", e com isso, ser considerado uma pessoa de bem, honrada, donde os sacrifícios feitos para se alcançarem esses objetivos serem uma evidência, ou uma prova contundente da virtude da pessoa em questão, uma demonstração inequívoca para parentes e vizinhos de que ela está no caminho certo, "deu certo na vida", moralmente falando. Enquanto isso, o imóvel alugado é visto como um fardo, se não chega a ser compreendido como um desperdício, é tratado como um gasto necessariamente passageiro, caso contrário, representará um "fracasso" para um (a) chefe de família que, por algum motivo, não tenha conseguido comprar um imóvel para garantir a "segurança" da família. O aluguel nunca é visto como uma escolha. Portanto, a "propriedade" da casa, independente de sua localização espacial, ou de suas condições físicas, configura a ideia de segurança, sobretudo num país que conviveu com recessões, hiperinflação, desemprego estrutural e instabilidades.

No plano simbólico, vir a ter uma casa própria pode indicar "ascensão social", e no plano objetivo, e não menos subjetivo, deixar de pagar um aluguel, pode representar, em termos de orçamento, uma possibilidade de poupança, mesmo que haja os tradicionais financiamentos realizados através de bancos federais e privados, que levam geralmente até 30 anos para serem quitados, ou seja, boa parte da vida.

Em 25 de março de 2009, o governo federal anunciou um plano de financiamento habitacional - *Minha Casa Minha vida* - inicialmente para famílias com renda familiar de até 10 salários mínimos, através de uma parceria entre União, estados, municípios, empreendedores e movimentos sociais, com um investimento inicial de R\$ 34 bilhões, e anunciou a meta do Programa, que era construir um milhão de habitações no país, com prioridade para famílias com renda de até três salários mínimos, com parcela mínima do financiamento de R\$ 50,00.<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> <http://www.fazenda.gov.br/audio/2009/marco/a250309.asp> . Acesso em 25 de janeiro de 2013.

Desde outubro de 2012, além do crédito financiado para a compra da casa própria através do *Programa Minha Casa Minha vida*, a Caixa Econômica Federal estendeu duas modalidades de crédito “promocionais” concedidas aos novos moradores: O *construcard* e o *moveiscard*, privilegiando “clientes” com renda individual mensal de até R\$ 1,6 mil.

Uma matéria exibida no *Portal Brasil*, de 25 de setembro de 2012, assim descreveu as atribuições dos novos créditos concedidos pela CEF<sup>65</sup>:

A Caixa Econômica Federal anunciou ontem novas condições para o *Construcard*, cartão destinado à compra de materiais tanto para reforma quanto para construção. O banco também criou *Moveiscard*, cartão destinado ao financiamento de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Mutuários do programa “Minha casa, minha vida” serão os maiores beneficiados. [...] O *Moveiscard* [...] a expectativa é que o cartão atenda a 1,6 milhão de famílias até o final de 2013. Com o cartão podem ser financiados até 100% do bem, com prazo de até 60 meses, sendo dois meses de utilização e 58 meses de amortização, com taxas de juros que variam de 0,9% a 1,8% ao mês. A menor taxa é destinada aos clientes do programa “Minha casa, minha vida” – Faixa 1, com renda familiar de até R\$1,6 mil. Nesse caso, o percentual é 0,9% ao mês. No caso de renda acima desse valor até R\$ 3,2 mil, a taxa fica em 1,4%. Para a faixa 2, com renda de R\$ 3.100,01 a R\$ 5 mil, juros de 1,5% ao mês. E para os demais clientes do banco 1,8% ao mês.

Diante dessas observações preliminares, é importante dizer que se tais concessões de crédito para o consumo foram promovidas e facilitadas pelo governo, o crédito não deixou de ser “pré-definido”, ou seja, ele seria destinado ao consumo de certos bens específicos, observando-se, neste caso, uma reorientação ou imposição do governo quantos aos critérios de necessidade, ou prioridades dos consumidores que, naquele momento, eram levados a se acomodarem em novos espaços que requeriam uma adequação, em termos de conforto, e até estéticos, aos modelos burgueses de consumo, ao mesmo tempo em que reforçavam, através do discurso público massivo, a ideia de que o consumo faz parte da lógica do bem-estar e da inclusão social.

Sem a pretensão aqui de criticar o programa *Minha casa, minha vida*, ou mesmo o PAC, quanto aos seus objetivos finais - superação ou eliminação da pobreza - pela via da inclusão desses grupos na sociedade de consumo, o que gostaria de ressaltar e problematizar seria menos os seus objetivos e mais a execução do próprio projeto, e as

---

<sup>65</sup> <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/09/25/credito-para-construcao-tem-juros-reduzidos-para-populacao-de-baixa-renda> 25/09/2012.

contradições que ele apresenta no contexto da própria estratégia escolhida para a realização deste empreendimento de desenvolvimento social, a saber, pela via da economia de mercado, através do acesso ao consumo.

Segundo Lago (2009; 2011)<sup>66</sup>, o governo federal sinalizou para a sociedade<sup>67</sup> que a proposta privilegiaria a produção em grande escala, o que equivale dizer a construção de casas e prédios de qualidade duvidosa, e de tamanhos insuficientes para uma família extensa, por exemplo, que é ainda um modelo de família recorrente nas chamadas classes populares. De acordo com a análise feita por Lago, desse programa, seus objetivos eram tão somente a realização do "sonho" da população de baixa renda em relação à casa própria.

Programas de governo que pretenderam eliminar a pobreza foram recorrentes em todo o mundo ocidental, a partir da segunda metade do século XIX, com o crescimento das cidades em função da industrialização e o aumento populacional, especialmente nas classes operárias. As grandes reformas urbanas, que tiveram lugar a partir de então, dando origem ao *welfare state*, não estavam preocupadas somente com o embelezamento das cidades, ou seu processo de higienização social, mas buscaram também o controle da pobreza, sua gestão através de medidas que visaram trazer para dentro do Estado, das instituições estatais, boa parte da filantropia já existente naquela época. (FIORI, 1995)

---

<sup>66</sup> “A retomada do financiamento público federal para o setor imobiliário seria uma resposta às pressões das grandes empresas da construção civil para a ampliação da demanda solvável no mercado habitacional. Tais pressões geraram financiamento extensivo às faixas de renda de 0 a 10 salários, sob a marca Programa *Minha Casa Minha Vida* (PMCMV), orientado por uma “política de resultados” quantitativos: número de contratações frente ao déficit habitacional urbano. Tal política vem alcançando plenamente seus objetivos: novos arranjos empresariais, que já vinham se formando desde 2006, através da abertura de capital nas bolsas de valores, com atração de vultosos investimentos internacionais e, conseqüentemente, grandes estoques de terras e alta produtividade empresarial, são viabilizados. Em alguns estados brasileiros, como Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná e Alagoas, as metas de produtividade previstas para 2009/2010 foram ultrapassadas. A grande novidade é o redirecionamento, inédito no país, dos investimentos para a população na faixa de 0 a 3 salários mínimos, com até 90% de subsídio: das 769 mil unidades contratadas até 2010, 58% estão alocadas para essa faixa de renda. Porém, as permanentes reclamações dos empresários do setor quanto ao valor da unidade definido pela Caixa para essa faixa de renda, nos obriga a por em questão os números oficiais (LAGO, 2011).

<sup>67</sup> As habitações para essa faixa de renda possuem entre 35 m<sup>2</sup> (casa térrea) e 42 m<sup>2</sup> (apartamento). As condições para compra envolvem a comprovação dos documentos de identificação, de renda (formal ou informal) e verificação no CADUNICO – Cadastro Único e do CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuário. (Idem) “As famílias com renda de até seis salários mínimos terão aumento substancial do valor do subsídio nos financiamentos com recursos do FGTS. Aquelas com renda até 10 salários mínimos contarão com redução dos custos de seguro e acesso ao Fundo Garantidor da habitação. Fonte: <http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF>. Acesso 25/09/2012.

É nesse contexto que, dentre outras preocupações, o tema da habitação e das moradias populares passou a ganhar uma relevância social cada vez maior em termos do urbanismo moderno, com a previsão dos primeiros projetos de habitação popular, ao mesmo tempo que Estados e governos programavam a inclusão das chamadas "classes perigosas" na sociedade de consumo. Estas foram induzidas a adotarem o estilo de vida burguês, que se difundira e universalizara graças, inclusive, a movimentos de arte e vanguarda, como o modernismo, cujos reflexos sobre o urbanismo e o *design* se tornaram a principal referência da sociedade do consumo e da indústria cultural (publicidade, folhetins, cinema e etc.) a partir de então. (SEGALEN. 1993)

Como não poderia deixar de ser, o Brasil não esteve à parte desse movimento, ou dessa corrente, prova disso é que tivemos ainda no final do século XIX, e início do século XX<sup>68</sup>, a grande reforma urbana no Rio de Janeiro, levada a efeito por Pereira Passos, ao mesmo tempo em que a indústria cultural incipiente, graças ao movimento modernista, fazia a apologia da industrialização e da urbanização de São Paulo (CUNHA, 2002)<sup>69</sup>.

A Europa, que já vinha neste processo de enfrentamento do crescimento urbano decorrente da civilização industrial, apesar dos obstáculos impostos pelas duas grandes guerras, conseguiu impor o paradigma do *Welfare state* como política de estado em vários países do continente a partir de 1930, enquanto o problema da pobreza no Brasil continuou, foi além e aprofundou-se porque, além de suas dimensões territoriais, a sociedade brasileira sempre enfrentou a resistência política de suas elites rurais quanto a um projeto de desenvolvimento social planejado, por estarem sempre mais identificadas com a economia agrária, extrativista, com a monocultura e com a exploração da terra, e mostrarem-se pouco afeitas à civilização industrial. (CARVALHO, 2001)

Esta pequena digressão foi feita porque, para mim, existe uma relação entre o que ocorreu a partir dos anos de 1930, na Europa, especialmente nos países escandinavos, e o que, de certo modo, de uma forma titubeante e adaptada ao contexto

---

<sup>68</sup> A reforma urbana idealizada e executada pelo prefeito Francisco Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906.

<sup>69</sup> CUNHA, Neiva V. da, 2002, "*O Espírito do Sanitarismo: Narrativas de Profissionais da Saúde Pública dos Anos 30*", tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

fortemente neoliberal dos tempos atuais, vem sendo proposto pelo governo petista de Lula da Silva e Dilma Rouseff.

Escutando e observando as dificuldades de meus interlocutores em lidar com as regras, com as novas despesas e contas, passei a me perguntar o que estava faltando neste programa, que tornava esta passagem, tão ambígua. O que faltava na estratégia elaborada por técnicos, arquitetos e assistentes sociais; enfim, por que, em sua grande maioria, este programa continuou a incidir nos mesmos erros de tantos outros, isto é, apresentando problemas graves em sua execução?

Um caminho para que eu entendesse melhor o que poderia estar acontecendo em relação ao programa atual desenvolvido pelo governo brasileiro, tanto pelo PAC-habituação, quanto pelo Minha Casa Minha Vida – MCMV, reforçado pelas campanhas publicitárias que incentivam o uso dos cartões *Minha Casa Minha Vida*<sup>70</sup> e *Minha Casa Melhor*, estreladas por atores que possuem forte apelo popular, como Regina Casé, foi compará-lo à estratégia política desenvolvida pelo governo social-democrata da Suécia, a partir dos anos de 1930, uma vez que adotou o consumo doméstico<sup>71</sup>, voltado para o lar, como uma estratégia importante para a consecução de sua política de desenvolvimento social.

Segundo Segalen e Le Wita (1993), a Suécia é reconhecida como um país que se tornou um exemplo de dedicação ao conforto doméstico, devido à influência política do Estado de Bem-Estar Social, que propôs uma nova forma de lidar com cuidados com a casa, baseada na cosmologia internacionalista da modernidade vanguardista da época, para a qual a funcionalidade dos objetos podia ser incorporada, ou melhor, agregada à sua dimensão estética e decorativa. A casa, ou melhor, as questões domésticas tornaram-se, assim, o laboratório perfeito para se pensar e responder com inovações tecnológicas, aos desafios econômicos do mercado capitalista pós-guerra. O cuidado com a casa tornou-se um investimento social, através dos investimentos feitos pelos governos, mas, sobretudo, tornou-se um problema moral e emocional nesses países.

---

<sup>70</sup> <http://www.inteligencia.com.br/133289/2013/06/13/regina-case-estrela-nova-campanha-da-caixa-minha-casa-melhor/> Acesso em 25 de agosto de 2013.

<sup>71</sup> Segundo *Stuart Ewen* (1988), os EUA também promoveram o consumo para as classes populares e trabalhadoras do país, na mesma época, através do que seus historiadores chamam a "segunda revolução industrial", justamente aquela que se refere à produção em massa dos bens de consumo domésticos, que naquele país floresceu como em nenhum outro, e teve a casa como seu principal cenário.

Nesses países, a política dos sociais-democratas desenvolveu uma espécie de projeto pedagógico que partia da perspectiva de que modernizar e embelezar o lar seria uma forma para “modernizar a família e a sociedade”. Intelectuais, arquitetos, decoradores, economistas e outros profissionais, passaram a problematizar a questão do universo doméstico nos aspectos políticos, sociais, estéticos e de consumo. “Ensinava-se os estudantes a mobiliar apartamentos modelos, enquanto seus pais participavam de concursos de fotografia sobre o tema da vida no lar. A estética da modernidade se apoiava, portanto numa verdadeira pedagogia”. (SEGALEN e LE WITA, 1993; 17).

Apesar da nova moralidade dos espaços domésticos que se propunha, somente a partir dos anos 1950 e 1960, é que as famílias operárias, de fato, tiveram condições financeiras para se adequarem a esse modelo e internalizarem essa nova moralidade e estética

O Estado do bem-estar social ou as manipulações do mercado não explicam, entretanto, por que pessoas escolheram investir tanto de seu tempo, dinheiro e criatividade neste domínio específico do consumo. Ocupar-se de seu lar está, desde então, estreitamente ligado à criação de uma identidade: o lar é um lugar onde se ensaia ativamente diferentes aspectos de seu ego. Esta família chamada lar está em permanente estado de projeto. As pessoas passam o tempo a redecorar, a instalar, a sonhar, a confeccionar novas almofadas para o sofá, a trocar o piso, a mudar os papéis de parede, a comprar quinquilharias, a folhear catálogos de móveis, a levar toda a família ao IKEA, a deslocar os objetos e a deslocar a família. De uma certa maneira, a família está sempre sendo reformada ou renovada. O lar constrói um aspecto familiar, oferece ao mesmo tempo um centro comum de interesses e de conflitos entre esposos e gerações. A focalização no consumo familiar e a criação do lar também reestruturou as divisões do trabalho e a autoridade entre o homem e a mulher, entre os filhos e os pais. Novas formas de competência cultural e de tomadas de decisões apareceram.

Um olhar, mesmo que superficial, sobre o projeto do PAC, permite identificarmos em suas diretrizes gerais esta proposta. Sem mencionar o "estado do bem-estar social", ou outras categorias próprias da economia keynesiana e do *welfare state*, os programas sociais dos atuais governos propõem um pacto do Estado com o cidadão, colocando-se como seu provedor em relação a questões essenciais, e tomando a unidade familiar, a família e, conseqüentemente, a casa, como sua unidade de referência, nesse aspecto, afastando-se radicalmente das cartilhas liberais e neoliberais que se fixam no indivíduo e no individualismo como base para suas políticas e promessas econômicas e sociais.



Do ponto de vista cultural, a perspectiva do projeto é pertinente, porque em termos culturais, a superação da pobreza, mobilidade social ou qualquer outro processo de transformação social que ocorra no Brasil, está relacionado diretamente com aspectos que contemplam a família e a casa, entendidas como categorias sociológicas e morais fundamentais. Nesse sentido, uma das razões para o sucesso político do PT, especialmente entre as camadas populares, e mesmo camadas médias, foi ter tido esta percepção estratégica de que o foco das ações sociais do governo deveriam incidir sobre a família e a casa, dada a sua centralidade na sociedade brasileira, muito antes do indivíduo-cidadão. Os programas *Bolsa Família* e o *Minha casa, minha vida*, reforçam a importância da família, esta entidade onipresente na sociedade brasileira, em que pese todas as controvérsias em torno de seus diferentes arranjos possíveis.

O *Bolsa família*, por exemplo, é uma política de estado que possui uma perspectiva feminina; uma política que entende que, somente a partir dos agentes femininos, especialmente entre os grupos mais vulneráveis e precarizados, será a mulher, e mãe, que conseguirá alavancar a mudança de trajetória social da família e dos filhos. Trata-se da ideia de que, no Brasil, a criação de capital social das famílias de baixa renda só é possível investindo-se sobre a mulher, a mãe, e não sobre os homens, dada a matrifocalidade histórica e cultural (TORQUATO, 2005).

Dito isso, o grande entrave dos projetos não está, então, em suas formulações políticas e estratégicas, mas exatamente em suas execuções como políticas públicas, no momento em que as ideias precisam ser transformadas em procedimentos capazes de promoverem, de fato, a missão social a que se destinam. E nisso reside a principal falha - mais técnica do que política - do atual governo. Uma vez que a execução depende de diferentes órgãos e agências do Estado, que cultivam diferentes visões sobre os mesmos fenômenos, na maior parte das vezes colidentes entre si, a ausência de uma preparação intensiva do corpo técnico que vai lidar com as comunidades e os grupos sociais faz com que ideias fundamentais do projeto se percam no meio do caminho, muito antes de chegar àqueles que se destinam.

Não é minha intenção problematizar os fatores políticos que corroboram para esse processo constante de divergência interna dentro do próprio Estado brasileiro, e que acaba por comprometer em grande medida projetos e recursos. Meu objetivo é trabalhar meus dados, para observar em que medida e onde essas incoerências quanto aos procedimentos utilizados (os meios) atingem ou comprometem os objetivos a serem

alcançados (os fins); em suma, porque em matéria de política nacional, os governos - e isso serve para governos municipais, estaduais e federais - acabam tendo que se envolver em disputas e administrar conflitos relacionados aos meios, “morrendo na praia”, muito antes de atingir os fins desejados, para os quais candidatos e políticos foram eleitos.

Em relação ao *Minha casa minha vida* o Estado estimulou e vem estimulando o consumo de bens e utilidades domésticas de modo institucional e oficial, através de agências financeiras como a Caixa Econômica Federal, e que, por conta disso, vem festejando o crescimento de uma “nova classe média”, entenda-se “consumidores”.

O slogan elaborado pela CEF para estampar o *moveiscard* é: “A sua casa vai ficar do jeito que você imaginou. Moveiscard: móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos novos para deixar sua casa como você sempre sonhou”<sup>72</sup>, o que não deixa dúvidas quanto ao apelo feito ao sonho, um elemento romântico, presente no consumismo moderno, segundo Campbell (2002; p.10), mas que, conforme destacou o próprio autor em seu trabalho, referindo-se à obra de Max Weber, foi precedido pela ética do trabalho e a austeridade protestante que, de certa forma, favoreceu a poupança, a acumulação do capital e a moralidade necessárias para não permitir que as sociedades se deixassem levar pela fúria consumista, especialmente os grupos mais vulneráveis economicamente falando.



Fonte: <http://www.caixa.gov.br/voce/credito/moveiscard/index.asp> Acesso em 16/02/2012

<sup>72</sup> <http://www.caixa.gov.br/voce/credito/moveiscard/index.asp> Acesso em 16/02/2012



Fonte: <http://www.caixa.gov.br/voce/credito/moveiscard/index.asp> Acesso em 16/02/2012

Não por coincidência, a internalização das normas burocráticas foi, sem dúvida, mais difícil de ser incorporada pelos moradores do que a instalação e a acomodação na casa. O PAC, ao induzir implicitamente os moradores ao consumo doméstico, contou com a adesão desses sujeitos a um imaginário burguês quanto à organização estética da casa (gosto), obtido através de referenciais já há bastante tempo acessíveis a eles, como os comerciais e programas de televisão, notadamente as telenovelas que, desde a década de 50, vem promovendo a sociedade de consumo em nossa sociedade.

Outra forma de acesso a este imaginário ou gosto deve-se muito especialmente à experiência do trabalho doméstico de muitas moradoras, em casas de famílias de camadas médias, onde trabalham como faxineiras, arrumadeiras, cuidadoras ou cozinheiras. Uma das muitas peculiaridades desta ocupação no Brasil é o aspecto pedagógico envolvido nesta relação de trabalho, conforme afirma Gomes (2012), fato que relativiza bastante as pretensões daqueles que desejam qualificar o emprego doméstico no Brasil exclusivamente como uma atividade de exploração e dominação.

No meu caso, pude me deparar com vários relatos de minhas interlocutoras, nos quais a pessoa da patroa, ou dos patrões, figura como aliada, parceira com a qual estabelecem vínculos duradouros, e contam para o aprendizado das práticas domésticas e dos muitos modos de usos das tecnologias domésticas, que pertencem a este “outro mundo” (BARROS, 2007), diferente do seu, mas no qual circulam e acabam assimilando muitos valores e gostos, apesar de possuírem outros *habitus* em função de suas origens. Mas, no Brasil, nada disso impede essas mulheres de assimilarem parte

dos gostos, preferências e hábitos de consumo das camadas médias mais altas, especialmente relacionados à alimentação (paladar) e à estética de modo geral (arrumação da casa, decoração, disposição dos móveis) (Ibidem, 2007). De fato, algumas interlocutoras explicitaram suas condições de empregadas domésticas e suas relações positivas com os patrões como sendo o motivo que contribuiu decisivamente para a arrumação e organização do novo apartamento dentro de padrões estéticos burgueses. Como foi o caso de Denise, Simone e Gisela.

#### **4.3- A necessidade de compreender a lógica dos “outros”**

A burocracia é um modelo de organização das sociedades ditas universalistas igualitárias (DUMONT,1985). A dificuldade com a adoção de tais práticas se deve ao fato de que os moradores, na favela, possuíam uma gramática diferenciada, pautada não no modelo organizativo das práticas universalistas e individualistas, mas baseadas na lógica da dádiva advinda das instituições religiosas e das relações que mantinham com padrinhos e conhecidos, incluindo patrões, com os quais mantinham vínculos de reciprocidade e de favor .

Georg Simmel (1971) explicita a distinção entre dois tipos de individualismo: o “individualismo quantitativo” e o “individualismo qualitativo”. O primeiro se encontraria no ideário universalista, iluminista, de afirmação da liberdade, igualdade dos sujeitos sociais – os “cidadãos” das democracias modernas. O segundo, no ideário romântico (ele não usava esse qualificativo) da singularidade, interioridade, intensidade, autenticidade e criatividade dos sujeitos da cultura.

Louis Dumont (1971; 1985) desenvolve uma discussão em torno do que chamou de “embaraços sociológicos” decorrentes da “ideologia do individualismo”. Para o autor, existe uma oposição entre as ordens tradicionais de construção da “pessoa” – definidas como eminentemente relacionais e socialmente determinadas – e o modelo moderno do “indivíduo” – com sua aspiração a liberdade, igualdade, autonomia, autodeterminação e singularidade. Nas sociedades hierarquizadas, chamadas por ele de “holistas”, prevaleceriam as representações de “pessoa”. As sociedades “modernas”, no entanto, não podem ser linearmente descritas como “individualistas”, mas sim, como referidas à “ideologia do individualismo”. Do mesmo modo, algumas sociedades

“tradicionais” (aí incluída a cultura ocidental pré-moderna) não podem ser compreendidas senão pela análise concreta das combinações e tensões entre sua estrutura hierárquica fundamental e a presença de disposições individualizantes.

Da Matta (1981) defende que a complexidade do país e o diversificado conjunto de práticas consagradas pelo uso ou pelas normas, a que os brasileiros se entregam, navegariam entre aspectos holistas e hierárquicos. Para o autor, o indivíduo, no Brasil, não seria uma categoria universal e englobadora como nos Estados Unidos, nem apenas renunciante, como na Índia. O indivíduo, entre nós, se definiria pela oposição com o seu contrário: a pessoa. Esta se definiria como um ser basicamente relacional, uma noção apenas compreensível, portanto, por referência a um sistema social onde as relações de compadrio, de família, de amizade, e de troca de interesses e favores constituem um elemento fundamental. No indivíduo teríamos, ao contrário, uma contiguidade estrutural com o mundo das leis impessoais que submetem e subordinam.

Nesses termos, havia um aspecto relacional muito forte no esquema organizativo da favela: o uso irregular dos serviços, a irregularidade das habitações, a cumplicidade baseada na troca de favores entre familiares e vizinhos; esquema que, com a mudança, entrou em choque com o princípio organizativo desenvolvido pelos executores do projeto, como consequência de uma má compreensão do projeto por parte dos moradores neste aspecto.

É verdade que muitas moradoras afirmavam, com orgulho, que não seria difícil a sua adaptação nos apartamentos, pois sempre trabalharam como domésticas em apartamentos na zona sul da cidade. Denise, por exemplo, relatou que, para ela, seria fácil se adequar ao novo perfil de casa: “Pra muita gente está sendo difícil a adaptação, mas pra mim, não. Eu sempre trabalhei em casa de família, então eu sei direitinho, como é a arrumação de casa e essas coisas de prédio. As crianças estavam estranhando, principalmente na hora de brincar, mas daqui a pouco elas se acostumam”.

É fácil, assim, deduzirmos porque, de acordo com outros relatos, muitos chefes de família trocaram o apartamento a que tiveram direito, com famílias que queriam sair da favela. Alguns deles fizeram isso antes mesmo da mudança se efetivar. Embora as principais motivações para tal troca tenham sido a recusa em morar num espaço pequeno e “sem privacidade”, ou a dificuldade em assumir compromisso de despesas fixas após a ida para os apartamentos, fica a dúvida se o ônus maior não constituía

exatamente todas essas dificuldades mencionadas acima. Deixar uma situação de enraizamento, de pertencimento, onde se é reconhecido como pessoa, para uma situação de anonimato, na qual inexistente a figura moral da reciprocidade, torna-se um risco e um custo elevado demais para algumas pessoas. Nesses casos, a lógica que pode parecer mais coerente para parcela significativa desses moradores é que é melhor continuar a conviver com o estigma de morador de favela, e reafirmar o velho ditado: "só é pobre quem não tem amigos".

É importante que seja ressaltado que a continuidade no acompanhamento através de funcionários do PAC ou da CEHAB seria uma forma identificar falhas e acertos do programa. A princípio a melhor forma do Estado aprender com as dificuldades oriundas das experiências iniciais dos moradores, seria o acompanhamento do projeto não apenas antes da mudança dos moradores, mas durante e posteriormente, tendo em vista a continuidade do próprio PAC.

Nesses termos, vale a pena retomar o desabafo da assistente social, quando ela fala "do tempo que acabou", e acusa os moradores de acomodados e de não procurarem o órgão institucional na época, para justamente mostrar a ausência de um engajamento da instituição e do próprio (funcionário do) Estado com o projeto e sua missão política, pedagógica e civilizatória. No entanto, era notório que o "tempo não havia acabado", pois novas dificuldades apareciam a cada dia e não estavam escritas nas cartilhas fornecidas pela CEHAB, e mesmo que estive, eram muitos os moradores que mal sabiam escrever o próprio nome. As situações e as dificuldades com a nova condição só haviam começado.

Onde está a premissa de que projetos dessa envergadura precisam ser acompanhados, especialmente quando eles começam a produzir algum tipo de *feedback* - em termos de acertos e dificuldades - visando a criação de um capital intelectual passível de ser explorado como fonte para outros tantos programas sociais? Por que o Estado não pode aprender com as experiências de seus próprios cidadãos e clientes, como fazem empresas imbuídas de uma visão estratégica e inovadora?

Em relação à limpeza e ao cuidado com a aparência estética dos prédios, a assistente social relata que sempre reforçou o quanto seria necessária a preocupação com a limpeza nas partes comuns, e a proibição de roupas serem estendidas nas janelas para evitar que os prédios se tornassem uma favela vertical.

Eu falei para o pessoal que, assim como eu fiz no meu apartamento, eles teriam que fazer no apartamento deles: comprar um varal de chão para estender as roupas. Estender as roupas na janela será passível de multa. Eles próprios terão que fiscalizar um ao outro pra fazer do lugar um bom ambiente. O quintal acabou. Agora é só a área de serviço e vão ter que se acostumar com ela.

Embora os moradores demonstrassem saber desta regra, no plano prático costumavam se mostrar descontentes com o fato de não terem local para estenderem as roupas. “Eles querem que a gente siga uma regra impossível, não é mesmo? Eu sei que fica feio, mas vai estender aonde?”. Questiona o Sr. José.

#### **4.4-A “perda de privacidade” e o controle da vizinhança**

Outra categoria lógica com a qual tiveram de operar em termos pragmáticos, racionais e emocionais, foi a noção de "controle" implicada neste novo espaço. Até então, eles haviam estado submetidos e acostumados a um regime de relativa invisibilidade social. Na sociedade contemporânea, o controle pode ocorrer de diferentes maneiras, inclusive, através de regimes de proximidade que, se não forem bem administrados, expõem as pessoas a situações de intrigas e fofocas. No Preventório, pude notar inúmeras vezes que a questão da manutenção, fosse da limpeza dos corredores, ou mesmo aquela de caráter mais estético, também identificada pelos moradores como “arrumação”, tornou-se, cada vez mais, fonte para conflitos, disputas e instabilidade.

Na ausência de uma “pedagogia” progressiva que pudesse ter sido sensível à ordem de grandeza da mudança que estava sendo imposta àquelas pessoas, elas não foram preparadas para transformarem esta atividade - a manutenção do prédio - num pretexto para novos arranjos colaborativos, para novas formas de alianças e de reciprocidade. Transformados em condôminos à fórceps, o resultado é que se repetiu a velha história de que a bagunça é culpa dos “outros”, ou inviabilizada pelo outro, o vizinho, tido em princípio como relaxado, sujo, que joga lixo no chão e que não educa seus filhos.

Assim sendo, o fato de saberem da existência do controle, que ele será exercido constantemente pelo outro, surte o efeito contrário ao que seria desejado ou esperado. Ao invés da colaboração e do compartilhamento da atribuição, o controle passa a ser

vivenciado como instrumento de divisão, de disputa, e não de promoção de alianças e de solidariedade, mas estímulo para uma competição entre os moradores, que se entregam à tarefa de deixarem a sua casa sempre arrumada, para que os outros “não saiam falando que suas casas são sujas e mal arrumadas”.

Nesse sentido, a reputação de ser acusado de “porco”, sujo ou relaxado, adquire uma dimensão ameaçadora e supera qualquer aliança para a manutenção do prédio, ou seja, as áreas comuns do prédio arrumadas e limpas. Ao mesmo tempo, essa visibilidade, estimulada pela competição, produz uma outra externalidade não prevista ou mesmo desejada por essas pessoas, a saber, a preocupação com a inveja. Conforme foi enfatizado nos depoimentos de Viviane e Gisela, a visibilidade a que agora estavam expostas era ruim, porque o/a vizinho/a poderia “meter o olho” nas suas coisas e sair falando para a vizinhança.

Como se pode observar, a mudança para o apartamento representou a substituição de um sistema de categorias de pensamento baseado na dádiva, nas relações pessoais, alianças, que se valia de um regime de familiaridade, enraizamento ao ambiente físico e social, para outro, inteiramente distinto, no qual o vizinho deixa de ser um possível aliado, um amigo, um parceiro, para tornar-se um inimigo em potencial, um delator. Evidentemente, tal fato desencadeou alguns conflitos, trazendo para os envolvidos sofrimento, angústia ou medo, como veremos no tópico seguinte.

A justificação para o clima de discórdia foi também algo que chamou minha atenção, pois a todo momento o controle era justificado porque a ausência dele poderia fazer com que os prédios “virassem” uma favela, caso seus moradores não se comportassem adequadamente, ou não usassem o espaço submetendo-se completamente à sua arquitetura. Para tanto, estes precisariam ter a competência de lidar com a nova gramática imposta pelo espaço.

De acordo com Douglas (1991), a noção de pureza e impureza decorre da falta de adequação das formas de uso e de ocupação do espaço com sua arquitetura. Assim sendo, práticas consideradas poluidoras poderiam descaracterizar e transformar o ambiente, nos termos que Douglas<sup>73</sup> chamaria de sujas ou impuras. Para a autora, a

---

<sup>73</sup> DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991[1966].



impureza é o subproduto de uma organização e de uma classificação da matéria, na medida em que ordenar pressupõe repelir os elementos não apropriados. “Esta interpretação da impureza conduz-nos diretamente ao domínio do simbólico. Pressentimos assim a existência de uma relação mais evidente com os sistemas simbólicos de pureza” (1991, p.50).

Apesar de o universo da favela ser tido no campo das representações do senso-comum como impuro, especialmente pelo poder público, devido às irregularidades das ocupações, à "ausência" de um ordenamento urbanístico, à precariedade do espaço, à ausência de serviços de infraestrutura ou da existência de serviços irregulares, entre outras especificidades, moradores e representantes do poder público concordam que existe a criação de uma espécie de "acomodação" em seus moradores, não apenas em termos espaciais e concretos, mas, sobretudo, em termos morais, o que justifica, para muitos, a utilização do termo "comunidade" em detrimento da expressão "favela".

Como pude observar, em muitos casos de moradores com os quais conversei, a invisibilidade do poder público lhes havia “garantido” uma relativa "acomodação", em termos morais, no contexto da comunidade formada pelo morro do Preventório, além de uma inclusão nos circuitos de troca e dádiva lá existentes. O que eles denominavam de “liberdade” dizia respeito a este reconhecimento implícito que possuíam como moradores do lugar, mas sem serem cobrados por nada. Assim, eles podiam criar suas próprias regras dentro de determinados limites, como o uso irregular de serviços (principalmente de água e eletricidade) em suas próprias casas e nos acessos a elas, sem serem incomodados ou cobrados, uma vez que apesar de ser crime, nesses espaços, o uso irregular de serviços tende a ser negligenciado pela agências e o próprio poder público.

Esta invisibilidade era entendida como "liberdade", a exemplo de Aline, que enfatizava constantemente a falta que sentia da liberdade que tinha no morro: “Eu quero voltar pro meu barraco lá no morro, onde eu tinha privacidade, e não tinha ninguém no meu pé dizendo que eu tinha que pagar conta disso e daquilo. Aqui eu vivo agoniada e com medo de ter conta de luz cortada, ou de ser despejada por não ter como pagar nada”.

Esse e outros depoimentos me fizeram lembrar o trabalho de Miller (2013), no caso analisado por ele sobre os apartamentos populares de Londres, onde as famílias

foram removidas e obrigadas a reorganizarem suas vidas “num mundo” que lhes foi imposto. O resultado disso, segundo o autor, é que elas não conseguem criar uma consciência do que realmente são, pois vivem num mundo que não foi construído por elas.

Se por um lado, mudar de casa pode ser a possibilidade de criar um ambiente imaginado, que poderia realizar a melhoria de vida, ou simbolizar um futuro melhor, por outro, pode também ser também a construção de um “campo de batalha”, à medida em que o morador pode se sentir acuado, ao ter de se deparar com conflitos desta ordem.

Como resultado disso, não foram poucos os relatos ou momentos em que muitos moradores, embora reconhecessem as dificuldades, e o “sufoco” da moradia anterior, falavam com nostalgia sobre esta época, marcada por “liberdade” e “privacidade”, que deixaram de existir.

A invisibilidade deu lugar ao “controle e a vigilância” (FOUCAULT, 1985) contínua por parte dos vizinhos, dos síndicos, do poder público e de suas concessionárias (Ampla e Águas de Niterói). É preciso ressaltar que, ao mesmo tempo em que a visibilidade estabelece uma cobrança de tomada de posturas restritivas, cobra também certo tipo de organização estética para “fazer bonito”, ou “para não fazer vergonha” perante o outro.

Douglas, em *Pobreza e Perigo* (1991; p.150), relativizou a questão da desordem e suas implicações morais negativas ao argumentar que, se ela destrói o arranjo dos elementos, não é menos verdade que ela lhe fornece o seu material.

Quem diz ordem diz restrição, seleção dos materiais disponíveis, utilização de um conjunto limitado de todas as relações possíveis. Ao invés, a desordem é, por implicação, ilimitada; não exprime nenhum arranjo, mas é capaz de gerá-lo indefinidamente. É por isso que aspirando à criação de ordem, não condenamos pura e simplesmente a desordem. Admitimos que esta destrua os arranjos existentes; mas também que tem potencialidades. A desordem é, pois, ao mesmo tempo, símbolo de perigo e poder.

Se na favela a privacidade e a independência em relação aos demais vizinhos eram exaltadas, nos apartamentos, a vigilância de um por parte do outro, passou a ser inevitável. Agora, há o controle da vizinhança mais ostensivo em relação àqueles que continuam mantendo práticas consideradas “de favelados”, relacionadas à falta de limpeza do interior ou do exterior da casa, quem tem preocupação ou não com a

arrumação, quem arruma confusão ou quem paga ou deixa de pagar o condomínio. Se antes as relações eram regidas pela familiaridade, pelo princípio de que todos eram aliados, agora o que se tem é uma certa hostilidade, e a fofoca, a intriga e o boato passam a ser imperativos categóricos, pois o controle é feito especialmente através das acusações e delações.

Os moradores passaram a ser controlados reciprocamente, uns pelos outros, adotando para si a máxima sartreana – “o inferno são os outros”. Isso significa dizer que, em pouco tempo, a vigilância, nos termos foucaultianos, passou a fazer parte de suas vidas, sobretudo no que diz respeito às técnicas corporais, uma vez que boa parte do controle estava relacionado às práticas de asseio, higiene e consumo, bem diferente do que ocorria no morro, onde a relativa invisibilidade social não exigia a prestação de contas, de práticas e usos, situação que parecia confortável para muitos moradores. Essa invisibilidade criava uma atmosfera de “liberdade”, no sentido de ausência de cobranças.

Ao discorrer sobre o controle e vigilância na sociedade contemporânea, Foucault<sup>74</sup> (1982; 1987) reelabora a discussão sobre o modelo panóptico dominante nas sociedades disciplinares. Tal projeto arquitetônico, idealizado por Jeremy Bentham no final do século XVIII, tinha como objetivo observar o condenado (ou de qualquer tipo de sujeito: louco, operário, paciente, estudante, etc.), que estaria sempre sujeito a um ponto de vigilância completa e maneira individualizada.

O princípio é, na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre: esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior de um anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra: a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia. (FOUCAULT, 1982)

Este modelo de controle produziria um sistema capaz de organizar os princípios de disciplina, já que “o olhar do outro”, enquanto vigilância, geraria um sistema de

---

<sup>74</sup> FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

interiorização das regras e das normas, fazendo surgir os chamados “corpos dóceis”. Essa questão, segundo Foucault, é própria do período moderno, época também da separação entre o público e o privado.

#### **4.5- A nova lógica na aquisição e nos usos dos bens**

Um dos motivos pelos quais alguns moradores admitiram não fazer compras enquanto moravam no morro, era a falta de “necessidade”, pois a antiga moradia não comportava certos bens. Na favela, de acordo com os relatos que obtive, identifiquei que, por se sentirem invisíveis até mesmo para os seus próprios vizinhos, não alimentavam a necessidade de construção de uma imagem, ou representação de si, mediada por objetos que fossem alvo de admiração por parte do outro. Com a ida para os apartamentos, a necessidade de bens domésticos apareceu diante da necessidade de acomodação e encaixe que o espaço exigia, para realizar a função de conforto, bem-estar, de certa forma, como uma maneira de emular o estilo de moradia de famílias com status econômico superior, e, sobretudo como um modo de construção e apresentação de si, diante de si mesmos e dos demais - poder público, vizinhança.

Embora a ideia de emulação, trabalhada sociologicamente a princípio por Thorstein Veblen (1965), esteja um pouco obscurecida por discussões que enfatizam aspectos mais culturais do que econômicos, o debate merece ser colocado em questão, sobretudo neste contexto. O autor sugere que o motivo oculto de muitas atividades humanas seria a emulação, pois se a posse de objetos confere honra e prestígio, o fim perseguido pelo consumo seria o de proporcionar a comparação entre os membros de um grupo, numa perspectiva que visaria lograr orgulho, inveja e servir como um indicador de status social.

Para Campbel (2001; p.78), que questionou a visão vebleniana, produtos e serviços seriam impregnados de outros significados culturais, notavelmente aqueles relativos às questões de gosto e estilo, e a compra e exibição de um serviço poderia, assim, ter origem num desejo de transmitir mensagens a respeito. Nesse sentido, o autor sustenta que seria mais realista observar-se o que os consumidores estariam pretendendo de fato, se eles estariam se esforçando para fazer seu consumo acomodar-se, encaixar-se no modelo exibido por um grupo, e sinalizar seu afastamento em relação ao modelo exibido por outro.

A esse respeito, minhas observações confirmaram que, através da posse de determinados bens, alguns moradores renderam-se às tentativas de se afastarem da referência anterior de morador de favela, como que “comprando” o estigma ao contrário, passando a se aproximar, de fato, da imagem de um morador de apartamento, de um condômino, mesmo que sob muitos aspectos relevantes e legais, não soubessem ainda o que, de fato, significava ser um condômino.

Mas nem todos os bens consumidos responderam apenas a essas funções de emulação ou imitação. Para tanto, Campbell (2001) foi novamente um autor importante para me auxiliar a pensar sobre a mudança de paradigma de consumo vivenciada pelos moradores do PAC. Segundo o autor, a construção do consumo moderno ocorreu a partir de valores, sentimentos e prazeres internalizados e alimentados a partir do século XVIII. Ao lado da racionalidade, os valores românticos estão presentes no mundo ocidental moderno desde o século XVIII, e são responsáveis pelo “espírito do consumismo moderno”, sem o qual o capitalismo não poderia ter se consolidado como o sistema econômico hegemônico do Ocidente.

Para Campbell, este foi o cenário inicial do consumo de objetos de desejos e de entretenimento. Contrariando o utilitarismo e a racionalidade até então vigentes, que eram mais solidários à lógica da austeridade da primeira fase do protestantismo clássico, justo aquele estudado por Weber, Campbell argumentou que o consumismo moderno teria uma ênfase romântica, menos do que puritana, e repousaria, sobretudo, nas emoções, na intuição e nos sentimentos. O *ethos* do trabalho racional só conseguiria sobreviver e conviver na modernidade capitalista se amparados pela ética romântica e por seu estilo peculiar de hedonismo elusivo, evasivo, imaginativo e sentimental.

No Brasil as mudanças relativas à criação de uma sociedade do consumo não obedeceram à mesma cronologia europeia ocidental, nem mesmo a de outros países americanos, como foi o caso dos EUA e da Argentina, dois países que se tornaram sociedade de massas bem antes do Brasil, já no início do século XX. Aqui, o consumo, nos termos de Campbell, isto é, orientado pelo hedonismo elusivo e imaginativo, foi até bem recentemente apanágio das camadas médias para cima. Mesmo não existindo entre nós leis suntuárias que impedissem explicitamente o acesso e os usos de certos bens e serviços por outros grupos considerados inferiores, estas formas de consumo eram, e ainda são, consideradas um verdadeiro "escândalo", quase uma imoralidade ou forma de

insulto, especialmente quando desconstroem os encaixes tradicionais relativos às etiquetas que regem esses usos. ( GOMES, 2006, BARBOSA, 2006)

Nos casos observados, os novos apartamentos impuseram não apenas a necessidade de um novo tipo de consumo doméstico para atender novas necessidades utilitárias, mas se apresentou também como a ocasião inédita para aquelas pessoas exercerem esse tipo de aquisição elusiva, fundada na imaginação (CAMPBELL, 2001), e não tanto na utilidade prática e instrumental (SAHLINS, 1979), mas que objetivamente passa a ser justificada pela "necessidade" de ornamentar e decorar a casa nova. É essa nova necessidade que permite a internalização de uma nova gramática social referente às lógicas dos novos bens e de seus usos.

Nesse sentido, sem apoio algum dos técnicos que implementaram o projeto, é possível dizer que o consumo exerceu aí um papel pedagógico relevante para essas pessoas. Portanto, vale a pena ressaltar que o mercado, com todas as suas limitações, promoveu esse processo de iniciação, e isso não passou despercebido para mim nem para eles próprios, em diferentes momentos, numa sucessão de flashes, como numa sequência fílmica.

Nos termos de Bourdieu (2008), embora continuassem a estar sob muitos aspectos subordinados aos seus antigos *habitus*, os moradores do PAC começavam a se mexer um pouco mais confortavelmente neste novo espaço, no sentido de começarem a escapar mais do reino da necessidade (cozinha, comida), e alçarem outros vãos na sala, no quarto e no banheiro, da mesma forma que os pequenos artesãos e comerciantes do século XVIII retratados por Campbell (2001) fizeram em suas casas, no início do século XVIII.

Para dar conta dessa pequena-grande transformação que é a mudança para uma nova casa, Miller (2013; p.144) utilizou o termo "acomodação" para falar da necessidade que temos de encontrar conforto no lugar em que vivemos, um conforto que não seja apenas físico, mas que remeta à ideia de acolhimento, de profunda familiaridade e reconhecimento. Para o autor, esse processo de construção da acomodação pode ser traduzido nas inúmeras intervenções que fazemos, tanto para adaptar uma casa às nossas necessidades, quanto pela necessidade de mudar a nós mesmos para nos acomodarmos ou adaptarmos à casa.

Segundo Miller (2013, p.144-145), trata-se de uma relação profunda, de negociação, não apenas com o espaço, com as coisas, mas consigo mesmo. O termo “acomodação” expressa, assim, segundo tal perspectiva, “um sentido de propensão, de acordo benigno, de compromisso no interesse do outro [...]. Ao considerarmos a nossa relação com o lar por meio dos termos acomodação, passamos a encará-la não como uma coisa, mas como um processo”.

A casa diz respeito à experiência primordial da interação por excelência, é o lugar onde fazemos com que as coisas entrem na gente e vice-versa, ou seja, o lugar onde podemos entrar nas coisas, tocar suas almas. Não por acaso, a casa, e o tipo de familiaridade e de domesticidade que ela promove, tornou-se um paradigma para o próprio conhecimento. Em seu livro, *Poética do Espaço*, Bachelard (1974) mostrou como o imaginário da casa, sendo universal, está presente nas incontáveis epistemologias, procedimentos e modos de obtenção de conhecimento do mundo. Criase primeiro um regime de familiaridade com os objetos (THEVENOT, 1994) para, em seguida, estudar-se e acompanhar seus hábitos e modos de existência.

As observações acima são bastante pertinentes, e podem ser aplicadas a um conjunto vasto de depoimentos e observações feitas por mim no Preventório. Assim sendo, incorporando as características de uma “consumidora moderna” (postulado de Campbel, 2001), Simone comentou que se negou a levar as mobílias e os objetos antigos para o apartamento novo, declarando que, para ela, a casa nova representava de fato uma “vida nova” que teria de ser iniciada com mobílias e eletrodomésticos novos. “Lá [no morro] o chão era de cimento. Além de estragar as coisas novas, não combinaria com a casa. Eu estou vivendo uma vida nova e muito melhor. Quem diz o contrário disso, sinceramente, só pode ser porque não gosta de pagar as contas que agora a gente tem que pagar”.

Relendo Campbell (2001), dei-me conta de que este é um atributo do consumidor moderno. Ele, primeiramente, sente-se atraído pela novidade, não pela funcionalidade do objeto (mesmo que ele e todo o mercado digam o contrário), e, dessa forma lança-se às novas aquisições. O que está em jogo neste processo aquisitivo não é necessariamente a satisfação de necessidades, mas a função do prazer elusivo, imaginativo e cognitivo que produzem. Para entender este comportamento, o autor

abandona a discussão econômica da necessidade, para problematizar o hedonismo e o prazer que a posse (renovável) de bens pode propiciar.

Segundo Campbell (2001, p.115), o chamado consumidor tradicional era reduzido às elites, e obtinha seus prazeres a partir das sensações físicas que envolviam diretamente sua corporalidade e sentidos, como a visão, o tato, o paladar - sexo, comida, ou se aventurando em atividades cheias de riscos e surpresas, como a caça, as viagens. Com as transformações advindas da Revolução Industrial, e da difusão do hábito da leitura, especialmente de romances, imprensa, cinema etc, ocorreu uma mudança drástica e dramática na esfera e no estatuto moral do prazer, na direção de uma valorização crescente da sensibilidade e da imaginação. Nesse contexto, o consumidor moderno passou a se distinguir do consumidor tradicional pela divisão moral que passou a fazer entre ambas as formas de obtenção de prazer, e de sua crescente propensão em sacrificar as primeiras, baseadas nas sensações físicas, para privilegiar cada vez mais as segundas.

Não por acaso, a casa burguesa ganha relevância neste momento como sendo o cenário por excelência deste novo sujeito que é o consumidor moderno. O autor sustenta que é nesse momento que o processo crucial do consumismo moderno tem lugar, ao “transformar” o hedonista moderno num artista da imaginação.

Sem dúvida, em minhas visitas pelo PAC, pude observar que meus interlocutores se encontravam a caminho deste processo. É verdade que boa parte de seus prazeres dizia respeito às sensações obtidas a partir de práticas de consumo que mais se aproximavam do hedonismo tradicional, haja vista suas formas de lazer e sociabilidade, que exigiam bastante engajamento corporal, como a praia, o futebol, a dança, o beber e comer junto com amigos, festas etc.; mas o “prazer elusivo” (CAMPBELL,2001), baseado na imaginação, já começava a fazer parte de suas vidas como chave de suas escolhas no processo de consumo.

Simone relatou que começou a comprar suas coisas muito antes de sua mudança propriamente dita, e, para isso, contou com a solidariedade de familiares, pois, ao comprar aos poucos o novo mobiliário e os eletrodomésticos, ia guardando tudo na casa de parentes que moravam na parte mais baixa do Preventório. Esta estratégia era ao mesmo tempo econômica, pois havia a preocupação de comprar aos poucos para não se sobrecarregar (financeiramente) no momento da mudança, e pragmática, pois não valeria a pena subir com móveis tão pesados até a parte alta do morro, para depois



descer com os mesmos; no entanto, também revelava a força imaginativa que o consumo já exercia: antes de morar no apartamento, ela já o habitava em sua imaginação e devaneios.

Em princípio, a razão e a utilidade prática poderiam justificar o discurso de todos os moradores, por terem comprado novos bens, mas, ao aprofundarmos melhor nossas observações, verificaremos, como ressaltou Marshal Sahlins (1979; 2003), que a justificativa utilitária não se sustenta por muito tempo, e somos obrigados a admitir que nossas práticas são mais orientadas por valores do que por questões utilitárias,

De toda forma, autores como Bourdieu ([1979] 2008), Miller (1998; 2013 ) e Douglas( [1979] 2005), argumentam que as coisas, os bens e os “trecos” não podem ser vistos também como entidades totalmente desconectadas de suas estruturas. Mary Douglas e Ishewood (2006:113) chamaram atenção para o fato de que a vida social é uma questão de alinhamentos, a favor e contra, e para assinalar os alinhamentos, os bens são como bandeiras. Através deles podemos expressar categorias e princípios, e sustentar mudanças, pois “são acessórios rituais que dão sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos [...] e são usados para marcar intervalos”.

No caso do PAC, à medida em que a mudança de status ainda estava em curso, sendo elaborada, no caso do alinhamento com as estruturas, a força do *habitus* continuava ali presente como fonte de referências identitárias profundas, pois, afinal, os moradores de uma maneira geral não deixaram de se perceber como membros das classes populares. Porém, o fato de se abrirem a outras formas de alinhamento através do apartamento, tornara-se um indicativo importante de que queriam ter uma vida melhor e mais confortável e com isso, manterem as condições favoráveis para uma mudança num sentido mais amplo. O mais importante a dizer sobre esse grupo é que, uma vez instados a mudarem sua condição no mundo, os moradores aceitaram o desafio, demonstrando o engajamento necessário.

#### **4.6- A (nova) função das coisas**

Em alguns momentos, durante o campo, perguntei-me sobre a função e a presença de determinados bens, que, aliás, existem em casas dentro ou fora da favela. No entanto, lembrei-me que a existência do indivíduo racional, aquele que segue uma

hierarquia racional de gastos e investimentos, é sempre uma “abstração impossível da vida social”, (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2006; p.27). Nesse sentido, a inexplicável posse de bibelôs, toalhinhas, retratos, quadros como enfeites nos apartamentos, caixas-d’água de dez mil litros, chamava-me a atenção para o papel que a decoração, e o lugar para as coisas ou “trecos”, possuem no imaginário doméstico dessas famílias.

De acordo com Miller (2013), poderíamos chamar todos esses elementos de trecos, troços ou coisas. O autor sustenta que, se nossos costumes estivessem ligados apenas às funções que desempenham, a humanidade seria homogênea. Em outras palavras, se o critério racional da utilidade fosse de fato imperativo, não existiriam as tralhas e os trecos. Assim, com a finalidade de criar uma teoria das coisas, Daniel Miller vem defendendo que elas, as coisas, funcionam porque são relativamente invisíveis e não mencionadas, condição que, em geral, alcançam por tornarem-se justamente familiares. Se a familiaridade (THÉVENOT, 1994), por um lado, produz conforto, aconchego, ao naturalizar-se, cria áreas de invisibilidade também. É nesse contexto que muitas vezes, para mudarmos, precisamos de novas coisas, exatamente porque elas não são ainda familiares e, assim, poderão nos incitar e facilitar nossas novas iniciativas de mudança.

Georg Simmel (2005) foi um dos poucos teóricos sociais que pensou em profundidade sobre o abrupto aumento quantitativo das coisas, dos bens e dos trecos, ainda no século XIX, e o quanto eles representavam uma contradição em relação às representações burguesas da época. No entanto, foi apenas mais adiante, com a perspectiva estruturalista, a mesma seguida por Bourdieu (2008), que a percepção pioneira de Simmel pôde ser melhor compreendida, uma vez que, para o estruturalismo, as coisas não podem ser analisadas isoladamente, mas na sua relação com outros objetos, como parte de um conjunto de signos que comporão um texto, uma narrativa.

Assim, o sofá vermelho ganha sentido, se o relacionarmos com algumas outras coisas que estarão presentes, uma mesa com cadeiras, por exemplo, um tapete, um *abajour*, tudo isso arranjado em posições específicas, num determinado espaço, por exemplo, uma sala. Foi a partir desses pressupostos que Bourdieu (2008) realizou sua demonstração de como essas ideias podem ser usadas para criar uma teoria da socialização. O agente chave para o processo da socialização, segundo Bourdieu, é a coisa, que Miller chama de “trecos” (MILLER, 2013).

Para analisar casas de famílias de classes populares em Londres, Miller (2013) buscou desenvolver uma discussão que desse conta da ideia de conforto doméstico, acomodação, e uma teoria geral sobre a casa. O seu ponto de partida consistiu em analisar todas as dinâmicas e subjetividades, causadas por um grandioso projeto político de construção de conjuntos habitacionais para a população mais empobrecida de Londres. A primeira crítica que fez a esse modelo foi o fato de os moradores nunca terem sido consultados em relação ao tamanho e composição dos apartamentos em que iriam morar. “Elas eram castigadas pelas próprias pessoas que tomavam as decisões, os planejadores, líderes e burocratas do conselho administrativo [...]” (Ibidem; 2013 p. 126).

A mesma disposição dos ambientes em todos os apartamentos do PAC nos estimula a pensar como cada morador pessoalizou seus apartamentos tornando-o único. Poderíamos chamá-los de tela em branco, tal como Miller (2013) chamou os apartamentos de Londres, depois analisando como cada “artista” o decorou. A diferença dos apartamentos estudados por Miller e os observados por mim, é que os primeiros pertencem ao estado, e os do PAC foram “trocados” pelas casas que tiveram que ser derrubadas por estarem em áreas de risco, com a promessa de que os moradores receberiam o título de propriedade em até cinco anos, após a entrega das chaves.

Dentre os moradores com os quais convivi, a questão de gênero se revelou um importante elemento que incidiu sobre os cuidados com os apartamentos. As flores, enfeites, bibelôs e toalhinhas eram mais presentes nas casas chefiadas por mulheres, porém, me pareceu também interessante o fato de que, nos apartamentos em que moravam apenas homens, ou homens solteiros, também havia um cuidado estético, embora diferente.

Os novos móveis dos diferentes apartamentos, tanto os da cozinha quanto os do quarto, ou da sala, possuíam uma estética muito parecida em todos os apartamentos. As cozinhas eram geralmente mobiliadas por armários brancos (material de madeira compensada), na sala, havia o destaque do conjunto de sofás – encontrei muitos, curiosamente, em vermelho – em composição com racks, em poucos casos, estantes (feitas em material de madeira compensada marrom de diferentes tonalidades). No estilo IKEA (empresa sueca que se consolidou na Europa por oferecer mobiliários funcionais, modernos e baratos), tais mobiliários são vendidos por grandes cadeias de lojas, com

forte apelo popular em sua publicidade, que oferecem pagamento facilitado e parcelado, mas que não prezam por qualidade<sup>75</sup>. Apesar da praticidade e da modernidade destas mobílias, este padrão de mobiliário (tipo de material e origem da compra) acaba sendo uma representação de uma classe econômica baixa, que é objetificada através da sua posse.

A teoria da objetificação, segundo Miller, mostra o que as coisas fazem conosco, não apenas o que gostaríamos que fizessem. Ou seja, as coisas ganham vida a partir do momento em que elas dizem algo a respeito de quem as possui. “Nós temos uma percepção de que a casa tem seus próprios poderes e propriedades que estão além de nós”. (Ibidem; 2013, p.141)

A esse respeito, Baudrillard (2000; p. 47) coloca que todos os processos orgânicos ou naturais praticamente encontraram o seu equivalente funcional em substâncias plásticas e polimorfos.

[...] a oposição natural/sintética é simplesmente uma oposição moral. Objetivamente as substâncias são o que são: não existem substâncias verdadeiras ou falsas. [...] no fundo a nobreza hereditária da matéria existe somente por conta de uma ideologia cultural análoga à do mito aristocrático na hierarquia humana e mesmo este preconceito cultural declina com o tempo.

De acordo com Baudrillard (2000; p. 50), a configuração do mobiliário é uma imagem fiel das estruturas familiares e sociais de uma época: “O interior burguês típico é de ordem patriarcal: conjunto de sala de jantar, quarto de dormir [...] há uma tendência a acumulação e à ocupação do espaço [...] cada cômodo possui um emprego estrito que corresponde às diversas funções da célula familiar e ainda remete a concepção do indivíduo como de uma reunião equilibrada de faculdades distintas”. Nesse sentido, o autor propõe uma relação existente entre homens e seus objetos, na qual o homem não seria livre em relação aos segundo, e vice-versa: “Não existe objeto velho, novo, bibelô precioso, ou artesanal que não testemunhe a ilimitada possibilidade de integração abstrata”. (Idem; 2000, p.47)

Em relação aos mobiliários, o autor sugere que a função menor dos sofás é para permitir que as pessoas o utilizem como assento. Para Baudrillard, este seria um dos objetos que maior indicariam a relação de ambiência. O seu papel de culturalidade,

---

<sup>75</sup> Tais como: *Casas Bahia* e *Insinuante*.

seria, portanto, mais impositivo que sua função *a priori*, o que justificaria, de acordo com sua perspectiva, que o modo de uso cotidiano dos objetos constitua um esquema quase autoritário de suposição do mundo. [...] “Os assentos modernos acentuam em toda a parte a sociabilidade e a interlocução: longe de denunciar a posição estabelecida o que esta possa ter de específico durante o confronto, favorecem uma espécie de posição universal do ser moderno” (2000; p. 51; ).

Baudrillard também questiona o sentido meramente funcional dos objetos. Para o auto, o termo “função” sugere que o objeto se realiza na sua exata relação com o mundo real e com as necessidades do homem. Efetivamente, resulta das análises precedentes que funcional não qualifica de modo algum aquilo que se adapta a um fim, mas aquilo que se adapta a uma ordem ou a um sistema: a funcionalidade é a faculdade de se integrar em um conjunto. Para o objeto, é a possibilidade de ultrapassar precisamente sua função para uma função segunda, de se tornar elemento de jogo, de combinação de cálculo, em um sistema universal de signos.

Mudar de casa, ainda segundo Miller (2013, p.145), permite uma espécie de realinhamento crítico das pessoas em relação às suas posses. Ao fazê-lo, elas se desfazem de alguns de seus trechos, mas, em contraste com a casa, muitas outras posses se mudam com elas. Permite também às pessoas reconstruírem sua biografia pessoal, tal como representada em memórias de objetos associados, e, por meio disso, a percepção que a família tem de si mesma. Assim, as pessoas têm uma chance de elaborar e fazer reparos no modo como se apresentam, e apresentam suas histórias, para si mesmas e para o mundo, de acordo com o modo como desejam se ver ou ser vistas. Mudar de casa é uma forma de reescrever a própria biografia inscrita nas coisas. Também pode ser uma forma de emular os próprios vizinhos, que veem a decoração de interiores como um lócus de aspiração.

Havia uma preferência por flores artificiais, mas também era comum a presença de plantas naturais; paninhos e toalhinhas, em quase todas as superfícies, tinham objetivo tanto de eliminar a poeira diretamente dos móveis, quanto dar a eles um contorno estético. Havia desde capas de crochês para rolos de papel higiênico, até capas dos assentos dos vasos sanitários, ou mesmo outros objetos, que eram encapados, vestidos, emoldurados. Eram frequentes também as fotografias de familiares, principalmente das crianças, sinalizando a intensidade da relação entre família e casa.

Miller sustenta que o lar é usado para objetificar tais metas: criar um ambiente imaginado que realize a integração, ou simbolize algum estado futuro. Por outro lado, o lar, como espelho de aspirações, também se torna campo de batalha para o indivíduo, quando este não consegue ser aquilo que se planeja. “As pessoas não representam suas relações com a casa como algo estático. Em cada projeto de pesquisa a dinâmica da casa é a soberana, seja no mudar-se de casa, seja na reforma da casa, seja fazendo uma bagunça ou apenas movendo trechos de um lado para o outro” (2013; p. 127).

Dona Gisela, ao enumerar as benesses que considera ter adquirido em sua vida após a mudança relata: “*Agora não sou mais favelada. Morando nesse apartamento agora sou classe sou normal*”. Como a estrutura física e simbólica dos apartamentos remete a uma representação diferente da de uma favela, a mudança de endereço tendeu a criar uma nova disposição mental em moradores como Gisela. Muito embora continuasse vivenciando diferentes elementos que ainda se referiam ao universo da pobreza, como a dificuldade financeira e a própria biografia, não se considerava tão pobre como antes. No íntimo, todos sabiam que a mudança para o apartamento não os havia catapultado para uma nova “classe econômica ou social”, no entanto, ela reverberou novas expectativas em relação a um novo ordenamento do espaço doméstico, ligado a conforto, bem-estar e novas necessidades sociais, que fazia com que se alinhassem moralmente ao grupo social superior.

A expressão “mudança de vida” foi recorrentemente proferida pelos moradores, para designarem a situação na qual estavam vivendo, e que significaria, em grande medida, o mesmo que melhora de vida. Porém, distintos posicionamentos sobre a mudança foram sendo expostos, tendo em vista diferentes conjunturas socioeconômicas nas quais se encontravam.

Sarti (2003; p. 51) defende que a busca de “melhoria de vida” é um paradigma que reflete por si só um entrecruzamento ambíguo, pois, ao desejarem “subir na vida”, os indivíduos “ancoram-se no valor individualista da mobilidade social. Assim funda-se a ambiguidade que marca os pobres urbanos, reciclando uma identidade social híbrida, mesclada em sistemas de valores distintos, que não foram por eles elaborados, mas que são próprios da complexidade do meio urbano onde se integraram como pobres”.

Durham (1977) sustenta a ideia de que a instituição familiar, e o holismo que ela evoca, se contrapõem ao individualismo da participação no mercado de trabalho.

Através desta perspectiva, a família não seria apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é próprio substrato de sua identidade social.

No contexto de mudanças através da busca de *melhoria de vida*, o cuidado com a família tende ser a principal motivação. É por ela e através dela que sonhos referentes a conforto, consumo e estabilidade financeira são colocados em jogo. Dona Gisela, por exemplo, mencionava com orgulho que agora suas netas não ficariam sem abrigo, caso algo acontecesse com ela: “Esse apartamento aqui passou a ser a segurança para minhas netas, se um dia eu morrer. Antes eu não tinha, a bem dizer, nada. Agora eu tenho esse apartamento”.

Simone e Denise declaram que os sacrifícios pelos quais passaram em suas vidas sempre foram justificados em nome do bem-estar de suas famílias. Com a mudança, procuraram privilegiar ainda mais o conforto em suas casas, ou o planejam tendo como principal referência os seus filhos. Simone, por exemplo, declarou que desde que se mudou, sua compra mais cara foi o armário de quarto espelhado para a filha adolescente: “Foi a compra mais cara que eu fiz, mas para mim valeu a pena cada centavo gasto, porque era um agrado que eu sempre quis fazer pra minha filha. Ver o quanto ela ficou feliz não tem preço”.

Denise, que tem três filhos, relatou que “se sacrifica” para dar o melhor para os três em igual medida. “Eu tenho esse sonho, que é arrumar o quarto deles. Comprar armário, estante e espaço pra colocar o computador (que ainda não comprei), mas eu tenho certeza que vou conseguir porque eu já consegui muita coisa nessa vida à custa de muito trabalho e esforço.”

#### **4.7-A administração das contas: a lógica das novas despesas domésticas**

Um evento que tornou-se recorrente durante todo o meu campo ao me apresentar como pesquisadora aos moradores, era algo que inicialmente me deixava muito constrangida. Uma quantidade considerável de moradores, imediatamente após eu fazer a minha abordagem inicial e apresentação pessoal, perguntavam: *Você quer o que? Ver as contas pagas?* E antes que ouvissem de mim qualquer tipo de resposta, iam buscar as contas de luz, condomínio, gás e em alguns casos, até os carnês das *Casas Bahia*, para

que eu os visse pagos. Geralmente, tudo estava reunido numa pasta ou na carteira, como foi o caso de Dona Gisela, Simone e Sr. Leilson.

A forma inconscientemente defensiva, e ao mesmo tempo desafiadora e exultante, como determinados moradores mostravam a mim suas contas pagas, parecia ser uma demonstração do orgulho de sua condição de consumidores. Ao perceber que esse gesto era muito significativo para eles, uma forma afirmativa de reafirmarem práticas e sentimentos, depois de uma vida marcada pelo anonimato e por restrições de direitos, considerei que valeria a pena me submeter a este ritual de orgulho, e ver junto com eles todas as suas contas pagas. Comecei a pensar que espécie de questões estes "trechos" poderiam levantar, que espécie de etnografia carnês e recibos de pagamentos de taxas e contas poderiam me proporcionar.

Sr. Marcos retira da carteira a conta de luz paga. Ao mesmo tempo em que reclama do valor pago em comparação à época em que morava na favela, onde nada pagava, revela implicitamente orgulho por ter a possibilidade de pagá-la. “Fazer o que? Agora a gente tem que pagar. Então eu pago”.

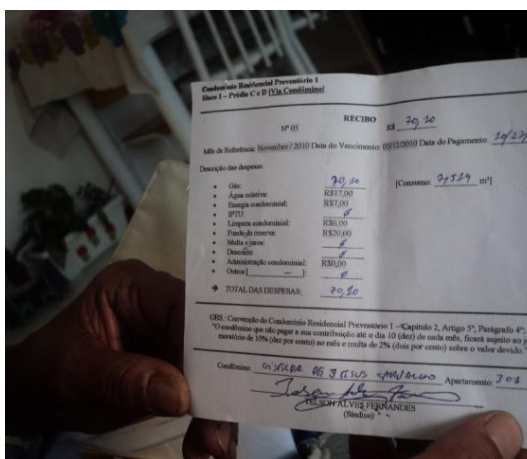
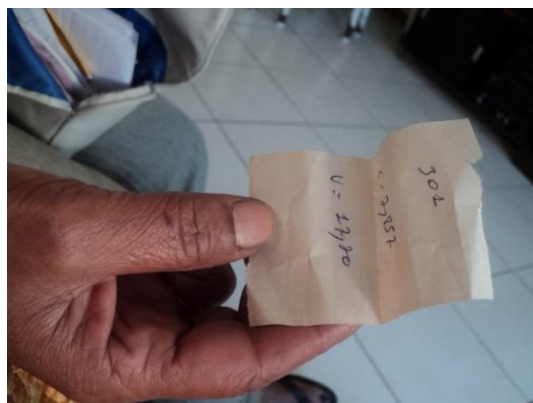


Entre reclamações sobre a vida no apartamento, Sr. Marcos retira da carteira de forma espontânea a conta de luz paga para me mostrar.

Foto: Shirley Torquato (2011)



Já Dona Gisela, por outro lado, procura a relação de todas as contas (de condomínio, luz e gás) que pagou desde que se mudou par ao apartamento, fazendo questão de mostrar e dizer que gosta das suas contas todas pagas e organizadas.



Dona Gisela retira da bolsa as contas que havia pago naquele mês.

Foto: Shirley Torquato(2011)

Uma primeira ideia que me ocorreu foi que eu, finalmente, tinha em mãos um material e a oportunidade de observar como pessoas de um determinado grupo social representavam a ordem de suas despesas, seus sistemas de relevâncias, e prioridades, tendo em vista suas respectivas moralidades. Em suma, como elas concebiam mesmo que informalmente seu orçamento doméstico.

O convívio com muitas pessoas fez-me entrar em contato com diferentes histórias de vida, a cada conversa pude identificar o quanto a mudança acabou por produzir novos rumos, enredos, e novos sistemas de relevâncias e prioridades em suas vidas.

Um desses moradores apresentou-se como um caso emblemático, na forma como ele associava a administração da casa à presença feminina, retomando assim, o significado arcaico do termo economia, isto é, a administração do *oikos*. Tratava-se do Sr. Leilson, viúvo, na época com 58 anos, auxiliar de serviços gerais. Tinha dois filhos, que moravam em outra cidade, e por isso morava sozinho no morro há vinte anos, numa casa, segundo o próprio, “humilde, mas boazinha”. Eu o conheci como conheci a maioria dos moradores do PAC: indo até a sua casa.

Numa tarde em que fui ao Preventório I, assim que entrei pelo portão, avistei duas mulheres que conversavam na janela de um apartamento do térreo. Cumprimentei-as e uma delas, de forma simpática, disse que já havia me visto pelos corredores e perguntou quem eu era. Apresentei-me como pesquisadora da universidade e aproveitei para perguntar se poderíamos conversar. Foi quando a moradora que estava do lado de dentro de casa respondeu-me que o dono não havia chegado. De imediato, a vizinha, sua amiga, lhe interpelou e disse: “Você também é a dona da casa. Você mora aqui!” Então a moradora com uma mistura de timidez, incerteza e orgulho respondeu: “É, eu moro, mas eu não sei se vou saber responder o que você vai me perguntar não.” Em seguida, chamou-me para entrar. O apartamento de dois quartos, que ficava no térreo do Preventório I, era do Sr. Leilson, seu companheiro. Ela confessou que havia ido morar lá pouco mais de quinze dias anteriores àquele, e que conheceu o morador e companheiro há apenas três meses. Conheceram-se nas proximidades do Preventório, num dado dia em que Leilson esperava o ônibus no ponto em frente ao Hospital Psiquiátrico de Juruja, e ela estava na fila de entrada do mesmo hospital para visitar uma irmã que é interna. Os dois se entreolharam e começaram a conversar, e em poucas palavras, ele a chamou para morarem juntos. “Ele disse que já estava com o apartamento todo montado e que só faltava eu lá. Então, perguntou se eu queria morar com ele. Eu pensei um pouco e resolvi aceitar. Gostei dele. Eu tenho meus filhos que já

estão crescidos, e eles moram lá na minha casa no Caramujo<sup>76</sup>. Não vou abandonar eles. Eles ficam lá com a minha mãe”.

Nesse ínterim, Sr. Leilson chegou. De forma muito simpática, apresentamo-nos e, ao sentar-se ao lado de sua companheira, contou-me todo o processo de mudança pelo qual estava passando, sem que eu precisasse fazer muitas perguntas. Mostrou-me toda a casa e todas as novas aquisições de bens após a mudança (rack, o jogo de sofá, a mesinha de centro, cama, armário de quarto, armário de cozinha, fogão e a estante). “Eu só trouxe, bem dizer, a cama de solteiro e o paninho do corpo”. Mostrou-me também os dois carnês das *Casas Bahia*, onde parcelou em 18 vezes o fogão, e em doze vezes, o celular. As demais compras, relata com orgulho, pagou à vista, depois de ter feito um “acordo” com a patroa.

Eu pedi pra ela me demitir, porque aí ela pagaria a minha rescisão e depois me contrataria de novo sem assinar minha carteira, enquanto eu estivesse recebendo o seguro desemprego. Com esse dinheiro, eu comprei quase tudo pra casa. Quando acabar o seguro desemprego, ela me contrata direitinho de novo. E eu ainda tenho minha aposentadoria, então, eu fiquei ganhando um dinheirinho bom por um tempo. Essa minha patroa me considera muito.



Sr Leilson com os carnês em mãos do fogão e do celular. Quando terminar relatou que comprará uma máquina de lavar.

Foto: Shirley Torquato(2011)

<sup>76</sup> Bairro popular localizado na Zona Norte de Niterói.

Depois que a casa já estava “toda arrumada”, Leilson, chegou à conclusão de que precisava de “uma pessoa” [uma mulher], e justificou:

Eu já tenho uma certa idade. Não posso mais ficar sozinho, é até perigoso. Eu estava procurando alguém pra morar comigo, pra ser minha companheira, pra cuidar de mim e da casa. Da casa eu cuido também porque eu gosto de ver tudo arrumadinho. Mas mulher é diferente. Cuida de jeito diferente. Depois que a casa estava toda pronta, toda bonita e mobiliada, foi quando eu conheci a Maria, lá na fila do Juruja [hospital], e chamei ela pra morar comigo. Vamos ver agora como as coisas vão ficar.

A presença de uma mulher na casa fazia parte de um operador lógico que estava associado à ideia de organização doméstica, que incluía o cuidado de sua pessoa, Leilson, das coisas, mas incluía ajuda também na gerência de contas e despesas. De fato, segundo esta perspectiva, o apartamento estava com todas as mobílias novas, e ter uma mulher em casa, tornaria o lar “legítimo” e o deixaria mais “completo”.

A lógica utilizada por Leilson é a de que uma casa precisa de uma mulher, pois é um território eminentemente feminino. Segundo Da Matta (1997; p.77), o feminino assume um aspecto relacional básico na estrutura ideológica brasileira, como ente mediador por excelência. “liga o interno (o ventre, a natureza, o quarto, as matérias-primas da vida que sustentam a vida: alimento em estado bruto), com o externo; [...]”. A casa pertence ao gênero feminino assim como a rua pertence ao masculino. Sendo assim, a importância da presença feminina no espaço doméstico é fundamental.

Segundo Bruschini (2008:70-71), o trabalho doméstico está dividido em cinco blocos: tarefas relativas ao cuidado com a casa ou moradia; tarefas relacionadas à alimentação e higiene pessoal; prestação de serviços físicos e psicológicos; administração da unidade doméstica; e manutenção da rede de parentesco e de amizade<sup>77</sup>.

Bourdieu (2009)<sup>78</sup> realizou um estudo etnográfico em casas de argelinos que viviam na região montanhosa da Cabília, e identificou que a organização espacial das mesmas se dava a partir de oposições simbólicas, através da repartição de tarefas e dos períodos do calendário, tal como ocorre na organização da sociedade. A casa, que é

<sup>77</sup> BRUSCHINI, Maria Cristina A. *Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras*. São Paulo: FCC/DPE, 2008.

<sup>78</sup> BOURDIEU, P. A casa ou o mundo invertido. In: BOURDIEU, P. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

reconhecida como o universo da mulher, ao mesmo tempo é sagrada e ilícita para todo homem que não faça parte dela. O espaço externo pertence ao universo masculino, representado pelos campos ou assembleia.

Tais princípios, segundo Bourdieu, organizam tanto o espaço interno da casa quanto o resto do mundo e, mais especificamente, os domínios da existência. Cada uma das duas partes da casa é qualificada em dois níveis: feminina (noturna, obscura, etc.) uma vez que participa do universo da casa e, secundariamente, como masculina ou feminina, uma vez que pertence a uma ou a outra das divisões desse universo. Portanto, a mulher é a “lâmparina de dentro”, o homem é a luz de fora, a do dia.

Segundo Marcellin (1999)<sup>79</sup>, a casa pode ser uma matriz simbólica na qual nascem a coletividade familiar e os mitos de família, portanto, ela não é somente um bem individual transmissível, uma coisa, um bem familiar, uma ideologia. Ela é uma prática, uma construção estratégica na produção da domesticidade. O autor aponta, no trabalho que realizou em bairros populares de Salvador e do Recôncavo Baiano, nos diferentes processos, os agentes não se pensam e não pensam a vida doméstica, a não ser no contexto das redes dentro das quais eles interagem, da gênese da casa à sua construção, e desta ao exercício, no cotidiano, da experiência familiar. O processo de produção das casas, nos sentidos concreto e simbólico, a organização da vida doméstica no seu interior, o caráter ao mesmo tempo estruturado e não estruturado das relações entre as casas, fazem dela uma unidade sociocultural na qual e pela qual o agente se realiza, um lugar no qual ele se identifica.

Nesse sentido, as redes domésticas que se constroem no cotidiano são produzidas a partir das referências espaciais que concretizam cada casa.

Da mesma maneira que a casa cria em si mecanismos de regulação do individualismo de seus agentes, expressos em seu espaço interior que organiza o comunitário e o individual, a configuração de casas dá conta de um espaço cujas fronteiras são paradoxalmente confusas (do ponto de vista do observador) e nítidas (do ponto de vista dos agentes), no qual se dá um processo contínuo de criação e recriação de laços de cooperação e de troca entre entidades autônomas (as casas). (1999; p.38)

---

<sup>79</sup> MARCELIN, Louis Herns., “A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano”, *Mana*, 5 (2): 31-60, 1999. – Disponível em: <http://etnografica.revues.org/1476#tocto1n4>. Acesso em 02-02-2013

## 4.8- Hierarquia de gastos obedecida entre os moradores dos apartamentos do PAC- Preventório

### 4.8.1-Alimentação

O consumo, seja ele alimentar ou não, não é simplesmente uma atividade que visa satisfazer simplesmente nossas necessidades vitais, pois ninguém se alimenta de forma aleatória, ou somente para a manutenção de uma “vida saudável”. A alimentação está ligada a um aspecto cultural, ou seja, à escolha daquilo que é considerado conveniente ou não comer.

Conforme já assinalaram DaMatta (1984) e Barbosa (2007), existe uma distinção cultural entre comida e alimento, que dificilmente é feita, quando se aborda esse tema sob a ótica econômica ou nutricional. Para Barbosa, os alimentos são sempre ingeridos sob alguma forma culturalizada, o que significa que são preparados a partir de uma forma específica de cocção, apresentados de uma dada maneira e ingeridos em determinados horários e circunstâncias, na companhia de certas pessoas. A comida, no entanto, significa o que, o como, o quando, o com quem, o onde e de que maneira os alimentos selecionados por um determinado grupo humano são ingeridos. “Assim, considera-se comida todo o processo de transformação do alimento”. (Barbosa, 2007; p. 92)<sup>80</sup>.

As famílias do PAC, e as famílias de classes populares de uma maneira geral, tendem a investir mais da metade dos seus rendimentos em alimentação, no entanto, não significa afirmar que as compras não passem por um crivo de preferências, paladares, modismos em torno de marcas e possibilidades financeiras de compra.

Artigos como feijão, arroz, carnes, leite, farinha de mandioca, fubá, café, pão e biscoitos, de acordo com minhas observações (tanto das geladeiras, da dispensa dos moradores e das conversas com os mesmos), são artigos de “primeira necessidade”. Para agradar às crianças, iogurtes (que geralmente são chamados de “danone”, independente da marca), bolos industrializados e refrigerantes são comprados logo após o pagamento, e, embora sejam apreciados, não são considerados básicos.

Materiais de limpeza são também considerados imprescindíveis, principalmente: a água sanitária, o sabão *Omo* e o desinfetante *Veja*. Muito embora esse último seja

---

<sup>80</sup> BARBOSA, Livia. Feijão com arroz e arroz com feijão. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116, jul./dez. 2007.

referido mais como sinônimo de desinfetante do que propriamente o desinfetante da marca *Veja*.

Uma moradora relatou-me que, por ela ser pobre, o mínimo que poderia fazer de bom para si mesma era comer um bom feijão. “Poxa, a gente já é pobre, então, não tenho como economizar na comida, muito menos no feijão. Eu compro a marca que eu mais gosto, que é o *Tio João*, ou então o *Máximo*<sup>81</sup>. Não estou nem aí se estiver mais caro. Coloco uma linguiça, paio e carne seca. Aqui em casa, a gente não fica sem feijão”.

Outra observação importante a se fazer é a preocupação com o estoque de comida. Sônia e Simone, por exemplo, foram duas interlocutoras que ressaltaram a importância de comprarem uma média de dez quilos de arroz, e cinco de feijão, por mês. A primeira mora com dois filhos, e a segunda mora com o marido e três adolescentes. “Quer me ver preocupada é eu ter só um quilo de arroz e um quilo de feijão na minha dispensa. Eu fico muito mal com aquilo, porque é a mesma coisa que estar faltando”. (Sônia).

Crisântemo relata a mudança que seu cardápio alimentar sofreu com a mudança para o apartamento. O pouco dinheiro que recebe do padrinho, como auxílio para pagar as contas, investe em compras para estocar em sua dispensa. “A gente nunca sabe o dia de amanhã. O dinheiro é pouco, então, eu dou preferência para comprar comida, e em segundo lugar, pagar a conta de luz. A conta do gás vem pouquinho. Agora eu passei a gastar mais com alimentação do que antes”. O morador conta que todo mês recebia uma cesta básica da igreja São Judas Tadeu, no bairro de Icaraí, e aos domingos, ganhava um frango assado, dado pelo patrão do vizinho que trabalhava num abatedouro.

Agora não tenho mais nada disso. Tudo começou quando eu mudei pra cá. Depois de duas ou três semanas que fiquei sem receber o frango, perguntei pro senhor que me dava porque ele não estava me dando mais. Daí ele respondeu que agora eu morava num apartamento, que eu não era mais pobre e que não precisava mais de ajuda pra comer. Quando eu ouvi aquilo, eu fiquei pensando na minha vida. E cheguei à conclusão que realmente agora eu não sou como antes. Agora eu tenho conforto, agora eu não preciso subir morro. E depois disso, eu fiquei sem graça de ir lá na igreja pegar minha cesta básica.

---

<sup>81</sup> Essas marcas foram apontadas por praticamente todos os moradores como as melhores e mais consumidas.

Aline garante que a alimentação dos filhos é a única preocupação que possui: “O meu dinheiro só dá pra comida e olhe lá. Enquanto tiver dinheiro pra comprar comida tá tudo bem. Imagina se eu vou pensar em pagar condomínio?”

Adriano revela que o fato de não ter que precisar mais descer e subir o morro, fez com que a sua alimentação melhorasse: “Você sabia que a gente come melhor [come em maior quantidade] agora? A gente vai ao mercado e compra as coisas, sem pensar no transtorno que vai ser subir com o peso *pro* morro. Acho que eu até engordei!”

A compra mais significativa que fez para a sua casa está intimamente ligada à ideia de comensalidade: a mesa com as quatro cadeiras para reunir a família “nos almoços dos domingos”.

Segundo Barbosa, o subsistema de refeições semanal vigora de segunda-feira até sexta-feira à hora do almoço, e o de fim-de-semana começa a partir de sexta-feira até domingo à noite. Durante a semana, é comum a contenção de despesas e o reaproveitamento das refeições anteriores. No fim de semana, a economia dá lugar a uma maior liberalização, que encontra o seu melhor momento, como vimos acima, nos períodos rituais.

De Vault (1994 Apud GOIDANICH, 2012), referindo-se às compras de abastecimento doméstico como trabalho, especialmente às compras de alimentos, prefere chamar a atividade de “provisão”, pois entende que, desta forma, é possível entendê-la para além do que existe dentro de uma loja, e para enfatizar que a atividade está inserida em um trabalho doméstico socialmente organizado, isto é, na opinião da autora, muito do trabalho de alimentação da família é, hoje, feito socialmente, através do mercado.

Miller (2002; p.162) analisa que as compras no supermercado são sempre dirigidas à alteridade, filhos, companheiros, a própria casa etc.: “o ato de comprar é a interpretação do outro como sujeito que deseja”.

O ato de comprar, como um ritual sacrificial, de acordo com Miller, está dividido em três estágios. O primeiro deles seria a “visão do excesso”, cuja premissa é a afirmação de que este é o momento exato “em que tudo que estava concentrado na acumulação de recursos está prestes a se transformar no momento em que esses mesmos recursos serão gastos” – o trabalho se transforma na forma abstrata do dinheiro -, que



gera um discurso sobre as compras como mero desperdício e provoca uma atitude moralista em relação ao consumo. O segundo estágio é chamado pelo autor de “a fumaça ascende até a divindade”, momento que transforma o que seria desperdício em oferta, que “garante que a aceitação abstrata do dispêndio seja transmutada em desistência real ou simbólica de recursos em favor da divindade.” Ou seja, estão incluídos aqui os passeios pelas lojas e as escolhas em nome dos objetos de devoção.

Neste estágio, segundo Miller (2002; p. 122), “a maioria das sessões de compra tem seu início com atos de dispêndio intencional, mas a prática real do comprar, suas aptidões, seu trabalho e suas metas primordiais, dirigem-se de maneira crescente à possibilidade de economizar.”

Como último estágio, Miller identifica “a refeição sacrificial”, ou seja, o momento em que acontece o retorno às relações sociais com a sociedade profana, em que a família (o outro), que, durante os dois primeiros estágios, era idealizada pela compradora, se torna concreta, em que “ela expressa seu amor e devoção no mesmo grau em que consegue trazer à tona os desejos muito específicos e muitas vezes passageiros de cada objeto individualizado do amor.” É a volta para casa com as compras, sua transformação em alimentos, presentes, carinhos.

#### **4.8.2- O gás e o Botijão**

De uma maneira geral, a preocupação com o pagamento do gás e as compras com alimentação estão no mesmo nível de importância, pois sem gás não há como fazer comida. Há, no entanto, a impressão, por parte de alguns moradores, como Aline e Denise, de que alguém tira vantagem com a medição.

Nos apartamentos, o gás canalizado substituiu o antigo botijão de gás. Porém, a troca é tida como controversa entre os moradores. Alguns, como Denise, preferiam o botijão por alegarem que rendia mais. Outros, como Dona Gisela, alegam exatamente o contrário.

Denise relata que seu botijão, que custava em torno de 45 reais, durava dois meses, enquanto que a medição mensal do seu gás chega a trinta reais. “Eles dizem que o meu fogão está velho. Só se for isso mesmo. Porque pra mim não tem vantagem nenhuma esse gás canalizado direto.”

Adriano, um dos representantes da administração do Preventório III, disse que aprendeu a medir gás com funcionários contratados pela CEHAB, e que todos os moradores membros da administração foram instruídos da mesma maneira. Nos casos de inadimplência, ele corta a passagem de gás para o apartamento que tem pendências no pagamento até que o pagamento seja regularizado. No entanto, relata:

O pessoal já até aprendeu a religar o gás quando eu desligo. Mas eu vou lá e desligo novamente. Quando aqui estiver registrado, isso vai ser passível de advertência e multa. Mas, graças a Deus, a maioria das pessoas paga direitinho. A taxa é bem menor do que o botijão de antes. Ao menos para a maioria dos moradores. A pessoa tem que ter consciência que, se ela usar muito gás, vai pagar mais, mas eu acho mais vantajoso. Sem contar que não precisa ficar carregando peso do botijão.

Não foram poucos os casos de moradores que relataram que, em épocas de forte crise financeira, a falta do gás em casa era o principal motivo de desespero, pois inviabilizava o cozimento de alimentos, principalmente das crianças. Nesse caso, o gás canalizado acaba sendo mais vantajoso, até porque não possui o inconveniente de peso e da busca do gás, quando este chegasse ao fim.

Sr. Motta, por exemplo, embora tenha 83 anos, e seja conhecido na região do Preventório por ser muito namorador, relata que diversas vezes mulheres, mães de famílias, lhe ofereciam agrados sexuais em troca de um botijão de gás.

Elas chegavam pra mim e perguntavam se eu queria sexo. Eu às vezes achava estranho e depois elas diziam que o gás tinha acabado. Ou seja, queriam uma troca. Na maioria das vezes, eu dava o dinheiro porque eu ficava com uma mistura de raiva e de pena, mas não me aproveitava de todas as situações não, até porque eu gosto de mulheres mais novas.

O presente interlocutor, no entanto, confessou que utilizava como artifício em suas conquistas, manter sua geladeira cheia de cervejas, refrigerantes e guloseimas, a dispensa abastecida, e comida fresca para oferecer às eventuais visitas femininas, principalmente arroz, farofa, feijão e a especialidade da casa: sardinhas fritas, que ele mesmo pescava.

As mulheres sabem da minha fama. Eu gosto de mulheres mesmo, e de preferência as mais novas. Eu não procuro por elas. Elas é que me procuram. Muitas vêm aqui por causa de comida. Sabem que eu sou farto. Eu deixo até elas levarem pra casa um saco de arroz, de farinha, de feijão e o que eu tiver

na dispensa. Dou dinheiro. Sou muito bom pra elas, por isso é que elas voltam.

#### 4.8.3-A Conta de luz

“Todo mundo aqui tinha gato”. Esta frase foi repetida por praticamente todos os moradores com os quais conversei, e não menos pelos funcionários da Ampla, empresa concessionária de energia elétrica da região, parceira do PAC no processo de internalização de novas práticas cotidianas dos moradores. Com a regularização de serviços, a energia elétrica passaria a ser um dos principais gastos dos moradores dos apartamentos.

Apesar de não existir uma relação causal direta e exclusiva entre o “gato” e pobreza ( YACCOUB, 2010), uma vez que a prática é recorrente em qualquer classe social ou setor, residencial ou comercial, houve um consenso entre os moradores de que todos “tinham gato” em casa, quando moravam no morro. Seu Crisântemo admitiu que embora achasse “errado”, não seria justo com os seus vizinhos que “tinham gato” se ele fosse o único que “pagasse a luz pra Ampla”: “Iria pegar mal pra mim”, justifica.

Contudo, foi consensual também entre os moradores com os quais conversei, o fato de que consideravam justo pagar uma conta de luz. Conforme analisou o Sr. José:

Eu não vou mentir que eu sinto falta do gato, porque eu não pagava nada, mas a gente sabe que é errado. Se a gente consome a luz, a gente tem que pagar. Mas tem também muita gente que não tem condições de pagar uma conta de luz, então o governo tem que fazer alguma coisa com essas pessoas. Por outro lado, tinha gente que até queria pagar a luz direitinho, e chamava a Ampla pra colocar relógio, e eles [ funcionários da Ampla] não iam.

Simone relata que prefere ter uma conta de luz porque acredita que, assim, tem o direito de reclamar se o serviço não funcionar da forma esperada. “Se a gente paga, a gente pode reclamar. Eu também sentia vergonha por não ter uma conta de luz que comprovasse o meu endereço”.

Viviane assegurou que, quando comprou sua casa no morro, o morador antigo havia deixado uma dívida muito grande com a Ampla, por isso a luz estava cortada. “Eu sei que é errado, mas eu não ia pagar conta dos outros. Então eu pedi *pro* funcionário da light [Ampla] tirar o relógio e fazer o gato pra mim e ele fez. E nem me cobrou nada por isso.”

De acordo com Yaccoub (2010), as ações para apropriação ilícita da energia elétrica são desenvolvidas de duas maneiras básicas: por meio da ligação direta na rede elétrica no poste e da manipulação do medidor (também conhecido como “relógio”), fazendo com que este registre consumo menor do que o real. O usuário que se vale dessa prática obtém uma vantagem indevida a partir da apropriação da energia sem o pagamento correspondente.

Quando soube que sairia da favela, a primeira coisa que Denise pensou foi que não teria mais o gato de energia elétrica; porém, como a situação seria inevitável, se conscientizou de que teria que aprender a economizar energia e a ensinar seus filhos a fazerem o mesmo. “A primeira coisa que pensei é que a gente teria que economizar na alimentação pra conseguir pagar as contas todas. Graças a Deus está dando pra pagar”.

Muitos moradores do PAC possuem a tarifa social de energia elétrica. “A tarifa social de Energia Elétrica é um desconto na conta de luz destinado às famílias inscritas no Cadastro Único, com renda até meio salário per capita, ou que tenham algum componente beneficiário de Prestação Continuada da Assistência Social.”<sup>82</sup>.

Alguns moradores questionam o fato de não terem recebido o direito à tarifa social. “Disseram que todo mundo aqui iria ter tarifa social porque todo mundo veio lá do morro, mas e é tudo mentira. Eu mesmo não tenho até hoje tarifa social”, alegou Adriano.

A conta de luz passou a ser a segunda fonte de preocupação, depois dos gastos com alimentação e com a manutenção do gás. Segundo João, quase todos os moradores passaram a receber conta de luz depois do segundo mês. “O pessoal da Ampla disse que foi pra gente ir se acostumando com a ideia, por isso deram um desconto do tempo. Teve gente que só recebeu conta de luz no terceiro mês morando aqui.”

Viviane foi uma das moradoras que mais se mostrou preocupada e informada com a economia de energia. Ela relata com orgulho que foi em “todas as reuniões da Ampla”, e que leu todos os folhetos que lhe deram, por isso sabia a quantidade quilowatts que cada eletroeletrônico consumia. Apesar de ter três televisores em casa, só permitia que um fosse ligado por vez. “Eu fiscalizo tudo. Nada fica na tomada porque

---

<sup>82</sup> Famílias que necessitem do uso contínuo de aparelhos para tratamento de saúde também podem ter acesso à Tarifa social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrunico/programas-usuarios/acoes/tarifa-social-de-energia-eletrica/tarifa-social-de-energia-eletrica> . Acesso em 25/08/2013.

eu sei que puxa luz. Posso explicar para qualquer um como funciona esse negócio de luz porque prestei muita atenção. Minha luz nem vem muito cara.”

Em 2011, um dos síndicos se viu na “necessidade” de fazer um gato nos dois blocos que administrava devido à falta de pagamento. Depois, fez um acordo com a Ampla em seu próprio nome, pois não tinha o registro de pessoa jurídica do condomínio: “Fiquei com uma dívida enorme e no meu nome. Foi muita ingenuidade da minha parte. Que furada me meti. A dívida do condomínio, coloquei em meu nome. Nos dois primeiros meses consegui pagar, mas depois, não consegui mais dar conta do acordo e do mês corrente. Estou ferrado.”

Podem achar caro, mas pagam. Com exceção de Cláudia, que ficou sete meses sem pagar a luz e não teve corte. “Nem sei como não tive a luz cortada, só pode ter sido Deus. Mas se eu souber que vou ser cortada, arrumo o dinheiro num instante.”

A Ampla<sup>83</sup>, por outro lado, revelava a preocupação com a inadimplência dos moradores, uma vez que o furto de energia - o “gato”- é praticamente institucionalizado naquela localidade, mas impossível de ser praticado nos apartamentos. O receio, portanto, era de que, por estarem habituados ao uso indiscriminado de bens eletroeletrônicos, os moradores não “saberiam” o custo de cada eletrodoméstico em uso, ficariam surpresos com os valores das contas e sem dinheiro para quitá-las.

A prática do “gato” de energia elétrica foi tema de pesquisa de Yaccoub (2010). O “gato” é uma gíria (categoria nativa) utilizada para fazer referência a qualquer tipo de ligação clandestina nos mais diferentes setores, desde energia elétrica, TV a cabo, água a acesso à internet. A autora considerou que, apesar de todas as formas coercitivas exercidas pelas instituições públicas e privadas, além das inovações tecnológicas e conflitos, o “gato” permanece vivo e se reproduz nas diferentes esferas e estratos sociais. Ao observá-lo com uma “caixa-preta”, procurou traduzir e analisar as relações estabelecidas, bem como apontar valores intrínsecos no que chamou de “contextos ritualísticos da técnica do gato” (Idem; p. 59), buscando reproduzir um sistema de

---

<sup>83</sup>Concessionária de distribuição de energia elétrica, a Ampla Energia e Serviços S.A atende cerca de 2,5 milhões de clientes residenciais, comerciais e industriais em 66 municípios do Rio de Janeiro, que representam 73% do território do Estado, com a cobertura de uma área de 32.188 km<sup>2</sup>. A Região Metropolitana de Niterói e São Gonçalo, e os municípios de Itaboraí e Magé concentram a maior parte dos clientes da distribuidora, que são, ao todo, sete milhões de pessoas. Disponível em: <http://www.ampla.com/a-ampla/conhe%C3%A7a.aspx>. Acesso em 25/12/2012

valores, morais e simbólicos, das práticas cotidianamente legitimadas pela conveniência.

Como lembra Certeau, (1994, p. 105) “o estudo de algumas táticas cotidianas presentes – e nesse caso, o gato – estão relacionados ao seu local de origem. Por essa razão, considera que “a tática é a arte do fraco, sem lugar próprio, comandada pela ausência de um poder”.

A originalidade da obra de Certeau está justamente no como ele inverte a forma de interpretar as práticas culturais contemporâneas, recuperando as astúcias anônimas das artes de fazer – esta arte de viver a sociedade de consumo. Na perspectiva da racionalidade técnica, o melhor modo possível de se organizar pessoas e coisas é atribuir-lhes um lugar, um papel, e produtos a consumir. Certeau, ao contrário da visão técnica e racionalista, nos mostra que “o homem ordinário” inventa o cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada”, escapando silenciosamente a essa conformação.

Essa invenção do cotidiano se constrói graças ao que Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência”, que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma nova apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um. O autor acredita nas possibilidades da multidão anônima abrir o próprio caminho no uso dos produtos impostos pelas políticas culturais, numa liberdade em que cada um procura viver, do melhor modo possível, a ordem social e a violência das coisas.

Eu acompanhei algumas das palestras realizadas no auditório do Corpo de Bombeiros<sup>84</sup>, que ocorriam sempre aos sábados, e eram conduzidas por um funcionário da Ampla, que de forma extremamente didática e bem humorada, através de uma linguagem amistosa e uso de jargões populares, causava identificação e provocava risos da pequena plateia, formada em sua maioria por donas de casa e idosos. O propósito destas palestras era promover a conscientização dos moradores em relação ao uso econômico e sustentável da energia elétrica aos novos moradores do PAC, que teriam pela frente um “novo desafio”, segundo as palavras do palestrante.

Após a apresentação de slides no data show, com quadros referentes a consumo e economia de energia elétrica, o palestrante apresentou uma simulação de uso de bens eletroeletrônicos através de um fantoche, num pequeno cenário de madeira que representava um apartamento do PAC.

---

<sup>84</sup> O Batalhão do Corpo de Bombeiros de Charitas é palco para uma série de eventos ligados ao Preventório, como reuniões do Banco Popular; Reuniões da Ampla, da Prefeitura, dentre outros.

Este fantoche encenava o novo morador do PAC, que, feliz com sua nova casa, comprou novos móveis e eletrodomésticos, como por exemplo, um ar-condicionado, um forno de micro-ondas e uma televisão de LCD para a sala, além das televisões que já possuía no seu quarto e no quarto das filhas. Como o dinheiro não era suficiente, alguns eletrodomésticos velhos não foram substituídos, como a geladeira e o ferro de passar roupas (bens que a princípio necessitam de mais energia para funcionar). Através deste pano de fundo, o personagem chega em casa do trabalho, fala superficialmente com a esposa e segue para o banho ( quente, para relaxar), fica uns quinze minutos debaixo do chuveiro e não o desliga enquanto se ensaboa. Após o banho, coloca seu roupão e vai para o quarto descansar, onde liga o ar-condicionado e a televisão para ver o programa preferido. No quarto das filhas, a televisão também está ligada, pois elas veem filme pirateado da Disney no aparelho de DVD. A esposa, que estava na sala passando roupa, ao mesmo tempo em que via TV e esperava o ciclo de lavagem de roupa ser completado pela máquina de lavar, interrompe por alguns instantes o serviço para esquentar a janta do marido no forno de micro-ondas. Este roteiro repetido é exemplificado pelo representante da Ampla<sup>85</sup>, que alerta para a necessidade de utilizar de forma racionada os eletroeletrônicos, para que não se tenha uma surpresa desagradável quando chegar a conta de luz.

Em 2011, a Ampla alcançou a marca de 30 mil geladeiras trocadas<sup>86</sup>. Paralelamente a essa ação, existe também a tarifa social de energia, um desconto que é concedido a todas as famílias que comprovam ter baixa renda, o que ocorre, por exemplo, com famílias que recebem o “Bolsa família”

#### **4.8.4-As compras parceladas**

O imaginário criado em torno da ideia de que consumidores mais pobres preferem comprar à vista, não necessariamente se configura na prática. A maioria dos

---

<sup>85</sup> Desde 2005, a Ampla realiza a troca de geladeiras antigas dos clientes atendidos pelos projetos sociais. Geralmente, as geladeiras antigas consomem mais energia. Segundo site da empresa, as geladeiras são trocadas por um modelo econômico com selo “A” do Procel, o que possibilita às famílias uma economia média de 15KWh por mês, o que equivale a cerca de R\$ 20,00 na conta de energia (Ampla, 2012).

<sup>86</sup> “Em janeiro de 2010, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) criou a Lei nº 12.212/10, que regulamentou novos procedimentos para o cadastro de clientes na Tarifa Social de Energia (Tarifa Baixa Renda) – desconto criado pelo governo federal para famílias de baixa renda. Com ele, o desconto na conta de luz pode chegar até 65%, dependendo do consumo de energia”. Fonte: <http://www.conscienciaampla.com.br/2012/02/09/tarifa-baixa-renda-desconto-na-conta-de-luz/> Acesso em 11/12/2012.

moradores com os quais conversei justificou que só conseguiu mobiliar suas casas porque as compras foram feitas de forma parcelada. Os que compraram à vista admitiram que a “opção” foi devido ao nome estar negativado, e não por uma preferência. Este foi o caso de João, que comprou várias coisas para o apartamento com a indenização recebida do emprego: “Eu pedi para eles me dispensarem, primeiro, porque eu não poderia continuar morando em Angra por causa do apartamento; segundo, porque seria com o dinheiro da rescisão que eu poderia comprar algumas coisas para o apartamento, porque, como eu meu nome estava sujo, não teria como comprar à prestação”.

Os moradores que fizeram prestações, como Simone, Viviane e Leilson, relataram que fazer dívidas sempre é “algo ruim”, mas é a forma possível de ter “as coisas” em casa. “A gente vai fazer o que, não é? A gente sabe que tem juros, mas só assim que a gente tem as coisas”.

Leilson, por exemplo, comenta com orgulho que “odeia fazer dívidas”, e por isso comprou quase “todas as coisas” para a sua casa à vista, mas, como faltou dinheiro para comprar tudo, parcelou o fogão: “Comprei o fogão em 18 vezes, mas a cada mês pago duas parcelas de uma vez pra acabar logo. Detesto fazer dívidas”.

De fato, pagar duas prestações ao invés de uma antecipa a quitação da dívida. Porém, o valor total do bem torna-se mais alto à medida em que se aumenta o número de parcelas, pois a cada parcela é incorporada uma fração correspondente de juros. Sr. Leilson, no entanto, sente-se mais seguro, no ato da compra, ao parcelar num maior número de vezes (a princípio, com valores mais baixos) e, assim, ter a opção por pagar duas prestações de uma vez, ao invés de diminuir o número de parcelas e se sentir inseguro com valores maiores. Segundo a sua lógica, é mais vantajoso ter dinheiro (sobrando) para pagar duas do que ficar apertado e pagar apenas uma parcela.

Viviane não esconde que renovou toda mobília e eletrodomésticos da casa, comprando tudo “a perder de vista”, mas ambigualmente sorri de forma preocupada, pois, apesar de dizer que paga suas contas “todas em dia”, teme que algo possa impedir que continue pagando. “Quando eu recebo meu dinheiro, eu já sei exatamente o que vou pagar e onde vou pagar. Meu marido paga as contas de casa, o bruto, e eu pago minhas prestações que faço. É ruim de eu deixar atrasar. Atraso nada! Só deixo de pagar se uma coisa muito grave acontecer, tipo desemprego ou doença”.



Como existe a preocupação de continuar comprando e renovando os bens da casa, conforme relatou Viviane, o pagamento em dia dos carnês mostra-se algo importante.

Existem moradores que, como Denise, fazem compras parceladas, mas não em seu nome, pois se encontra negativado, e sim, no nome de pessoas próximas, nesse caso, da irmã:

A minha irmã sabe que sempre pago o que peço para ela comprar pra mim no cartão dela. A gente tem uma relação de muita confiança e eu quero continuar honrando essa confiança. Meu nome ficou sujo porque meu ex-cunhado pediu pra eu tirar para ele um aparelho de som no meu cartão, e não pagou nunca. Até tentei, mas não consegui pagar o valor todo que ele devia. Então eu achei que não fazia sentido deixar de comprar comida pros meus filhos para pagar uma dívida que na verdade não era minha.

Simone relatou que uma das primeiras atitudes que tomou, quando soube da mudança, foi retirar seu nome do cadastro do SPC, que, segundo contou, foi colocado porque seu irmão pediu que ela fizesse uma compra em seu cartão *Credicard* e nunca pagou.

Eu briguei, espernei, pedi para que ele pagasse, mas depois de dois anos acabei desistindo. É chato ficar com o nome sujo porque a gente restringe muito as nossas compras. Mas como eu não estava comprando muitas coisas fui adiando. Quando soube do apartamento, apertei daqui e apertei de lá, paguei a dívida e tirei o meu nome do SPC, para conseguir comprar minhas coisas. E tirei uma lição: nunca mais comprar nada pra ninguém. Nem pra ninguém da família.

Experiências à parte, foi possível observar que, numa lista de prioridades de pagamento, os carnês estão, na maioria dos casos, à frente do pagamento de condomínio.

#### **4.8.5- Água**

Não existe uma conta de água propriamente dita, pois, segundo os moradores há um hidrômetro para cada dois blocos, e o consumo geral é repartido entre os apartamentos, o que acaba por não onerar nenhum morador, sendo o valor integrado à taxa de condomínio. A questão, no entanto, é que o uso da água (e do esgoto) é regular e pago. Ao contrário da realidade da favela, onde ela era obtida, na maioria dos casos,

através de ligações irregulares (canos irregulares, que eram acoplados aos canos da Aguas de Niterói, e que ajudavam na “distribuição às outras casas do morro) e de forma precária.

Certa vez ouvi de uma moradora que, ao questionar a necessidade de pagamento de conta d’água, “não era certo que pagassem pelo uso da água, pois a água nascia da fonte” e, portanto, estaria à disposição de todos.

Havia também por parte de alguns moradores, como Viviane, um grande saudosismo em relação à abundância da água em sua casa no morro. A caixa-d’água de dez mil litros, e as três bombas-d’água que possuía, permitiam-lhe estocar água por muitos meses e mais, sem pagar nada por isso. Apesar da falta que sente do uso constante e da água, mais ainda a certeza de que teria água por muito tempo, Viviane não considera alto o valor que passou a pagar por ela.

#### **4.8.6-O Condomínio**

Apesar dos questionamentos por parte de alguns em relação a sua obrigatoriedade, e da dificuldade inicial que um número considerável de moradores teve para encarar a taxa como importante para a manutenção dos prédios, não se pode dizer que o percentual de inadimplência seja maior do que na maioria dos prédios da zona sul da cidade. Dos quarenta apartamentos que é responsável, João disse que seis moradores são os inadimplentes mais graves. “Tem aqueles moradores que não pagam num mês, mas pagam no outro. Tem aquele que fica sem pagar dois meses depois paga os valores acumulado; mas tem seis moradores que são muito complicados. Desses, tem um que nunca pagou condomínio. Tem um morador que me deve quase dois mil reais. O que eu faço com essa pessoa?”

Quando lhe disse que a margem de inadimplentes não era grande em relação à maioria dos moradores de outros prédios de classe média, Joao respondeu que o problema no PAC é que o valor cobrado do condomínio é o mínimo para o pagamento das contas, e à medida em que seis moradores deixam de pagar, o prédio fica sem reserva para problemas eventuais.

Conforme observado através das conversas com os moradores, identificou-se que a taxa de condomínio, no plano da hierarquia de contas, é sempre elencada em ultimo lugar, como algo que é pago, não porque há de fato uma legitimidade, e sim, como falou, por exemplo, José Carlos: “Por enquanto está dando para pagar, mas se um dia as coisas apertarem, a primeira coisa que eu deixo de pagar é o condomínio, e quero ver alguém me tirar daqui por causa disso. Não ter que me dar outra casa se for o caso”.

José, quando ainda era síndico, comentou que algumas pessoas passavam por ele e deixavam claro que sabiam que aquele dia era o do pagamento, mas que não pagavam porque não queriam. “O pessoal acha que faz um favor pra mim se pagar o condomínio. Como se eu fosse ficar com o dinheiro”.

No Preventório I, a principal crítica ao pagamento da taxa de condomínio é que o síndico se nega a comprar material de limpeza para os corredores. Segundo a tesoureira de dois blocos do Preventório I: “Cada morador tem que limpar a frente de sua casa. não vai ser o condomínio que fará isso. Tem moradora que se irrita com isso e fica estimulando os vizinhos a não pagarem a taxa”.

Para finalizar, como foi dito, os impasses lógicos e representacionais aos quais foram submetidos, seja pela forma como se deu a execução do programa, até mesmo pela natureza da mudança, que significou para todos uma ruptura importante em suas vidas, levou a muitos conflitos, divergências e diferenças de compreensões no trato com várias questões relativas à vida em comum, vizinhança, intimidade etc. Em vários momentos, crises e dramas eclodiram, emprestando tonalidades emocionais bastante específicas aos modos como os problemas iam sendo enfrentados, deliberados e resolvidos. É sobre esses dramas, e o *ethos* que eles produziram, que passarei a descrever e analisar no próximo tópico.

## 5- NEXO DRAMÁTICO

Seguindo a proposta, desenvolvida na tese, de abordar a mudança de um grupo de moradores do morro do Preventório para um PAC, construído na mesma localidade, a partir de três dimensões pensadas, tendo em mente o modelo cultural sugerido por Gregory Bateson - nexo pragmático, lógico e dramático –, este tópico procurará focalizar e analisar o sistema de atitudes e emoções expressos pelos meus interlocutores, durante todo o período em que estive em contato com eles, fosse visitando suas casas, conversando informalmente, ou mesmo entrevistando-os. Nada do que escrevo aqui é muito diferente do que já escrevi antes, a única diferença será a ênfase que darei aos aspectos emocionais, isto é, à expressão dos sentimentos, para destacar como elas influenciaram as atitudes dos moradores no dia-a-dia, suas relações recíprocas, e também as escolhas que fizeram relacionadas aos seus respectivos processos de instalação nos apartamentos, da mesma forma como afetaram rotinas, atividades, hábitos etc.

Como escrevi anteriormente, a mudança representou uma ruptura na vida dessas pessoas. Havia um "antes", que é o período anterior de suas vidas como "moradores de favela", situação em que eram duplamente estigmatizados, uma vez que, no próprio contexto da favela, foram considerados mais vulneráveis pelos demais moradores e pelo poder público, por residirem em áreas consideradas de risco. Ao aceitarem a remoção para os apartamentos do PAC, houve um "depois", quando, então, se tornaram moradores e "condôminos" do PAC.

Meu trabalho de campo ocorreu exatamente no momento em que os moradores acabavam de se mudar para os apartamentos, portanto, estavam iniciando seu processo de acomodação na nova moradia e na nova condição a qual foram alçados. Colocado nesses termos, posso dizer que o trabalho de campo foi realizado no momento exato em que se encontravam naquele período crítico, tão bem descrito e discutido por Victor Turner (2005), e que mereceu de sua parte uma expressão própria intitulada *betwixt and between*. "Se o nosso modelo básico de sociedade é o de uma "estrutura de posições", devemos encarar o período de margem ou "liminaridade" como uma situação interestrutural" (2005; p.137).

Sobre vários aspectos, a mudança para os apartamentos poderia ser assimilada ou aproximada a um ritual de passagem. Em todo o caso, deixarei para outra oportunidade explorar melhor este *insight* e, para o momento, gostaria apenas de afirmar que esta é a minha perspectiva, passados quase três anos de meu primeiro trabalho de campo com essas pessoas. Em futuro próximo, espero retomar contato com eles para prosseguir e verificar em que situação do processo de passagem se encontram neste momento. De toda a forma, reafirmo, quando comecei a estudá-los, eles se encontravam no momento crítico, sobretudo em termos emocionais. Suas antigas vidas haviam se desfeito, literalmente, pois as casas haviam sido todas destruídas. Suas vidas anteriores resumiam-se naquele momento a um punhado de lembranças que, diante das situações críticas que passaram a viver, passaram a ser idealizadas e narradas exatamente da forma que Turner se referiu ao descrever o início de um drama: “a aparente paz se transforma em conflitos evidentes e antagonismos latentes tornam-se visíveis” (TURNER, 1980; p.10).

Se havia, por parte da grande maioria dos moradores, uma constante expectativa de uma vida “melhor”, concretamente ela havia passado a ser marcada por muitas incertezas e cobranças, logo, ameaças, pois, apesar da precariedade das casas anteriores, elas eram uma referência simbólica de estabilidade, ou, segundo eles, de "liberdade" e de "privacidade".

Outra questão a ser destacada neste capítulo é que, além de um ritual de passagem nos termos de Turner, considero também que a mudança dessas pessoas se encaixou muito bem na definição, de Mauss, de "fato social total". Como tal, a mudança mobilizou todas as dimensões das vidas dessas pessoas. Mais uma vez, não foi apenas uma mudança de endereço, em que pesem todas as questões de ordem sociológica e política extremamente complexas que elas recobrem.

Em todas as repercussões e consequências advindas da mudança, a *expressão obrigatória dos sentimentos* esteve presente de uma forma que reforça tanto a qualidade ritual do acontecimento, ao mesmo tempo que a sua dimensão teatral e dramática. Uma dimensão corroborando a outra. Ao estudar os cultos funerários, Mauss percebeu que, tanto as lágrimas, quanto uma série de expressões orais de sentimentos não eram apenas fenômenos psicofisiológicos, mas, sobretudo, fenômenos sociais, e, mais, que, ao invés de serem expressões individuais, são marcadas pela sua expressão obrigatória por parte dos membros da sociedade. Todas essas expressões coletivas, simultâneas, de valor

moral e de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, formam, para Mauss (1979; p.153), uma linguagem, pois só podem ser compreendidas porque todo o grupo as entende também como uma ação simbólica.

Em seu trabalho sobre a interpretação das culturas, Geertz (1989) descreveu *ethos* e visão de mundo como termos que designam dois aspectos fundamentais de uma cultura, algo como as duas faces de uma mesma moeda. O primeiro designaria os elementos valorativos, principalmente relacionados aos ideais de qualidade de vida, de estética e de moralidade; e o segundo, os aspetos cognitivos e existenciais, que estariam mais associados aos conceitos que os sujeitos criam sobre si mesmos e sobre o espaço que ocupam. “[...] o *ethos* torna-se intelectualmente razoável porque é levado a representar um tipo de vida implícito no estado de coisas real que a visão de mundo descreve, e a visão de mundo torna-se emocionalmente aceitável por se apresentar como imagem de um verdadeiro estado de coisas do qual esse tipo de vida é expressão autêntica” (GEERTZ, 1989; p.93).

Segundo o autor (GEERTZ, 1989), os aspectos cognitivos recaem sobre a visão de mundo, enquanto *ethos* estaria associado ao estilo de vida, aspectos afetivos e estéticos. Como a dicotomia cognição  $\times$  emoção é clássica no pensamento ocidental, a noção de sistema cognitivo é indissociável do sistema de crenças, sistemas de classificação que, por sua vez, implicam imediatamente em emoção e sentimento. É através dos conflitos que os sentimentos se apresentam, ao mesmo tempo que as representações divergentes que os sustentam logicamente tornam-se evidentes.

Em seu estudo sobre a briga de galos balinesa, Geertz descreveu a forma pela qual as pessoas se relacionavam no interior da briga de galos, através da expressão dos sentimentos, ao mesmo tempo que revalidavam para si próprios um conjunto de verdades sobre o mundo e os homens.

### **5.1- Conflitos, ambiguidades e os dramas de serem (ex) favelados**

Segundo Gonçalves (2006)<sup>87</sup>, as favelas são uma das realidades mais marcantes da história e da estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro. Embora seja difícil

---

<sup>87</sup> GONÇALVES, Rafael. “A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de obras de 1937”. IX Seminário de História da cidade e do urbanismo. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.

estabelecer uma data precisa para a formação dos primeiros aglomerados, elas fazem parte do cenário urbano carioca desde a segunda metade do século XIX. A “invenção das favelas,” como pondera Valladares (2005; p.22), é um processo histórico e as representações atuais das favelas devem muito às primeiras representações que lhes foram impostas, que “podem ser consideradas organizadoras de um mito fundador da representação social das favelas”

Para Gonçalves (2012), a ideia de precariedade jurídica, tanto urbanística e/ou fundiária, foi uma constante no desenvolvimento das favelas, sobretudo a partir das disposições impostas pelo Código de Obras de 1937. O paradigmático código teve um papel importante na definição de um conceito de favela. Mais especificamente no artigo 349, conceituou que “estes espaços seriam conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em ordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições do próprio decreto”. Este artigo deu uma direção às políticas públicas em relação à favela, afirmando que a formação das favelas “não será absolutamente permitida”. Nesse sentido, as favelas e seus moradores se integraram ao espaço urbano, dentro desse quadro que lhes provava do direito à cidade. Este processo, de acordo com o autor (Ibidem; 2012) era ao mesmo tempo uma forma de homogeneizar as favelas, como também de segregá-las em relação ao resto da cidade. Somente no censo demográfico de 1950 é que as favelas foram tratadas de forma particular.

Assim, para o censo, a favela é todo agrupamento predial ou residencial formado por unidades de número geralmente superior a 50, em que predominam casebres ou barracões de aspecto rústico típico, constituído com os mais diversos materiais, destituídos, em sua maioria, de melhoramentos públicos, tais como: rede sanitária, luz, água encanada e telefone, e que se instalam em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida, em área não urbanizada. (SAGMACS, 1960:7)

Um dos estudos pioneiros e considerados até hoje de maior relevância sobre o modo de vida nas favelas foi o relatório SAGMACS- Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica aplicadas aos Complexos Sociais. Desenvolvido sob encomenda do Jornal *O Estado de São Paulo*, num estudo chamado Aspectos Humanos da Favela Carioca, publicado em 1960, com a coordenação técnica do sociólogo José Arthur Rios, com a participação de profissionais (geógrafos, sociólogos, arquitetos, dentre outros). Esta foi reconhecidamente a primeira grande pesquisa realizada sobre as favelas da

---

cidade, tendo o mérito de, apesar do título, concebê-las em sua diversidade e pluralidade. O estudo de campo foi realizado em dezesseis favelas cariocas, por três anos consecutivos. O resultado foram dois suplementos especiais publicados pelo jornal, totalizando 88 páginas de um estudo detalhado sobre o cotidiano de favelados do Rio de Janeiro.

O relatório inicia suas apreciações com um título efusivo: “A favela nem é culpada, nem os favelados o são”. Frase defensiva, porém muito justificável para aquele momento político onde os moradores de favela eram culpabilizados por sua miséria e por sua moradia, enquanto que na verdade, ação governamental nenhuma era realizada para minimizar os seus custos sociais.<sup>88</sup>

Embora o relatório SAGMACS tenha sido surpreendente ao revelar dados que até então eram desconhecidos pela sociedade e pelos administradores do estado, ao desnaturalizar a ideia de que a favela era uma “lepra social”, fonte de perigo e disseminação da violência e de doenças e que os moradores eram preguiçosos, a década de 1960 seria lembrada pela política de remoção mais contundente realizada nas favelas cariocas, opção justamente contrária àquela proposta pela SAGMACS.

Em *O mito da Marginalidade* (1977), a autora argumenta que a ideologia da marginalidade era tão forte no Brasil, principalmente até os anos 1970, que gerou a política de remoção de favelas, dando início a mais um processo arbitrário, pois a favela era uma solução funcional para muitos dos problemas enfrentados por seus moradores, oferecendo acesso a trabalhos e serviços recíprocos mitigavam as dificuldades; e acima de tudo, moradia quase sempre de graça. Os conjuntos habitacionais para onde foram transferidos eram distantes das favelas, e, conseqüentemente, dos seus empregos; lá, os moradores eram separados de suas redes de parentesco e amizade, estavam distantes de

---

<sup>88</sup> Fundada nos anos 1950 a SAGMACS por Louis-Joseph Lebet, frei francês da ordem dos dominicanos, foi uma instituição de estudos e pesquisas com foco no planejamento urbano e regional e no desenvolvimento econômico e social, constituindo um organismo vinculado e influenciado pelo grupo francês *Mouvement Économie et Humanisme*, também coordenado por Lebet. Ao trazer o movimento para o Brasil, organiza também a instituição de consultoria técnica SAGMACS para aplicar os métodos de pesquisa desenvolvidos por ele. Os dados trazidos a público sobre as favelas cariocas pela equipe da SAGMACS mostrou a heterogeneidade socioeconômica existente nas favelas. A partir dos critérios de natureza econômica, sociológica e psicológica escolhidos – “o tipo e a condição do barraco, o orçamento doméstico, alimentação, vestuário, tempo dedicado ao lazer, grau de estabilidade e permanência do grupo familiar, nível de aspirações” – os pesquisadores construíram cinco tipos ideais de famílias. Segundo a avaliação crítica feita pelos técnicos da SAGMACS, a grande maioria da população favelada era autosuficiente e carecia apenas de orientação, apoio e boa vontade das autoridades. (SAGMACS, 1950)



seus trabalhos, escolas e hospitais, e também lhes eram cobrados pagamentos mensais além de suas possibilidades. Houve um aumento de desemprego e um distanciamento de amigos e familiares. Havia o medo constante por parte dos moradores das favelas de serem removidos à força de suas casas.

Segundo Leitão (2012), apesar da mudança nas favelas e dos seus moradores nos últimos cinquenta anos, existe ainda a visão homogeneizante que considera iguais todas as favelas, não só no senso comum, como também nas práticas de alguns agentes do setor público.

Machado da Silva (1967; p. 37), coloca que a favela não é uma realidade compacta e homogênea:

O favelado como categoria analítica não existe. Existem diversas categorias de favelados. Além das diferenciações internas, existem grandes variações entre uma favela e outra. Os parâmetros a serem adotados no julgamento da favela devem estar adaptados ao nível e modo de desenvolvimento do meio urbano em que a favela se insere.

Gonçalves (2012; p.269) sustenta que na medida em que a sociedade identifica as favelas como espaços de invasões, potencializa a marca negativa destes espaços, e conseqüentemente, em seus moradores.

Apesar da reflexão jurídica nas últimas décadas no Brasil ter procurado consubstanciar uma eficácia social ao princípio constitucional da função social da propriedade, a visão patrimonialista do direito brasileiro, em prol de uma defesa incontestada da propriedade privada, ainda é dominante e dificulta aos favelados assegurarem seus direitos.

Nesse sentido, o autor (*idem*; p. 270) ressalta que existem muitas outras áreas da cidade que são oriundas de ocupações de terrenos de propriedade desconhecida, mas seu grau de ilegalidade “depende das condições sociais dos moradores”. Condomínios de luxo em áreas públicas ou de proteção ambiental não sofrem geralmente as mesmas críticas direcionadas às favelas e seus moradores. Existem também favelas em que a ocupação foi consentida, e mesmo estimulada, conforme descrito pelo relatório SAGMACS (1960; p.18): “A Vila Vintém formou-se, em 1945, quando se autorizou a construção de barracos em terrenos da união, para fins de simples residência. O local era campo de treinamento de tropas do exército. O comando dessa tropa procurou dar certa

forma à construção dos barracos”. No início do século, vários proprietários de cortiços foram para os morros, estimulando a expansão financeira de várias favelas.

Para Sarti (2003), o local de moradia é um espaço em que as relações sociais se desenvolvem, constituindo a base de uma identidade coletiva. Ainda que os pobres estejam em toda a parte nas grandes cidades, eles concentram-se na periferia, ou no morro, nas favelas, criando um espaço próprio, reconhecido como o seu lugar nas cidades, onde se pode observar e identificar mais claramente sua maneira de viver, diferente dos moradores das regiões centrais.

Não existe aqui a intenção de aderir a nenhum estereótipo de pobreza, no entanto o imaginário dos indivíduos, inclusive o de meus interlocutores, tende a ser construído e guiado por representações já consolidadas sobre ela. Nesse sentido, ainda que, para Wikan<sup>89</sup>, a pobreza possa ser entendida a partir daquilo que o pobre possui e não o seu contrário (apud SIMÕES, 2008; p. 208), a representação da pobreza pelo senso-comum, inclusive o senso-comum daqueles que são considerados e se autopercebem como pobres, tende a ser construída pela ideia da ausência.

No caso de meus interlocutores, o fato de não estarem mais morando em suas antigas moradias - que, segundo alguns deles admitiram, eram bastante precárias - e tivessem se mudado para apartamentos novos na parte mais baixa do morro, criava-lhes um grande paradoxo. Deixaram de ser favelados, muitos adquiriram novos bens para a casa, mas a dificuldade financeira continuava e em muitos casos, de forma muito mais explícita, devido as novas despesas. Dona Gisela e Crisântemo, por exemplo, não se sentem mais pobres como antes se sentiam. No entanto, para este último, parte da rede de dádivas de que fazia parte, justamente por ser pobre e favelado, se desfez depois da ida para o apartamento, uma vez que esta mudança foi considerada por alguns como uma ascensão social.

Na verdade, ato-contínuo à mudança, o maior problema para eles foi o fato de terem constatado o paradoxo no qual se encontravam. Se antes, eles tinham certeza de que eram pobres (talvez mais pobres do que a maioria de seus vizinhos do morro), isso não os fazia entrar em conflito com nenhum sistema classificatório, nem os das instituições de caridade e filantrópicas, que os incluía em todos os seus circuitos de

---

<sup>89</sup> “*Poverty has many faces. For some it is to be without food, for others without clothes, for others again to lack shelter. Poverty defies a universal definition*”. WIKAN, Unni. *Tomorrow, God Willing – Self-made destinies in Cairo*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996 [1944]. 333p.

dáviva, tampouco com os de seus próprios vizinhos no morro e, finalmente com os deles próprios e os do próprio poder público. Para todos os efeitos, eles eram "os pobres" por excelência. Assim eram tratados, do mesmo modo que se percebiam como tais.

Se suas existências eram definidas por muitas ausências e faltas, acreditavam que, em troca, havia "paz". E esta paz estava relacionada ao próprio estigma associado à pobreza, que acabava por lhes conferir uma certa invisibilidade que, ao mesmo tempo, lhes protegia. Enfim, eles possuíam uma identidade como pobres, e através dela podiam negociar sua realidade. Ninguém esperava nada deles, eram eles que podiam esperar alguma coisa dos outros - ajuda, apoio, cestas básicas etc. O que poderíamos associar a aquilo que Da Matta chama de "poder dos fracos". (1997)

A partir do momento em que se tornaram moradores do PAC, essa unanimidade em torno da sua "pobreza" acabou. Suas identidades como pobres ficaram definitivamente fraturadas, ao mesmo tempo em que não receberam nada em troca de consistente, pelo contrário. Enquanto a mudança para o apartamento foi vista por muitos moradores do morro como algo que reforçava as representações sobre eles como pessoas extremamente pobres, a ponto de terem de ser removidas, através de um programa de governo, o mesmo não ocorreu com muitas das instituições de caridade que os apoiava. Ao mesmo tempo, em relação aos próprios executores do programa, a condição deles era tratada de forma ambígua. Eram tratados como pobres, quando se referia às dificuldades de lidarem com os obstáculos, especialmente quanto ao entendimento das regras do condomínio. A falta de entendimento das regras e o não cumprimento delas eram muitas vezes interpretados como um atestado de pobreza. Ao mesmo tempo, as contas e as despesas, somadas às compras que fizeram para arrumarem seus apartamentos, inevitavelmente os "colocavam" em outro patamar social.

Assim, pela ótica do mercado e da própria CEHAB, eles eram agora consumidores, e como tais, era esperado que se organizassem para pagarem suas contas e dívidas. Por outro lado, muitos moradores se questionavam o porquê de pagar aquelas contas todas "se nós somos pobres e precisamos de ajuda?".

É inevitável reconhecer que a condição de liminaridade apresentada nesta sequência de situações tornou-se a tônica de suas vidas, no momento em que iniciei meu trabalho de campo com eles. Como já fora descrito em capítulos anteriores, tal confusão

foi corroborada pela própria arquitetura dos prédios que, de certa maneira, reforçava os sentimentos de ambiguidade em relação às suas identidades, uma vez que, embora fossem prédios, sob vários aspectos não eram vistos como prédios no sentido burguês do termo.

Tal como pude observar, no PAC - Preventório as contradições estavam presentes a todo o momento nas falas e nas práticas dos sujeitos, ou seja, nem sempre o que falavam era reproduzido em suas práticas. De acordo com Turner (1974:117), uma das características das entidades liminares é que elas "não se situam nem aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimoniais. Seus atributos ambíguos e indeterminados exprimem-se por uma rica variedade de símbolos [...]".

Ao mesmo tempo em que se viam como ex-moradores de favela, o que justificaria, portanto, o "direito" de contestarem, ou ainda, de não darem a devida importância às regras condominiais, exatamente por desconsiderarem aquele espaço como um prédio burguês, eles também usavam sua identidade de (ex) favelados como categoria acusatória, pela qual passaram a se hostilizar reciprocamente. O resultado disso era um alto nível de estresse nas relações de proximidade que passaram a ter uns com os outros, devido às condições espaciais dos próprios prédios.

Sr. José era um dos que sempre utilizavam o termo *favelado* como categoria acusatória, em suas narrativas em relação à vizinhança: "Com esse bando de *favelados*, isso aqui nunca vai ser um prédio de verdade: vão jogar lixo no chão quando quiserem; vão pagar condomínio quando quiserem e vão continuar deixando os filhos jogados pelos corredores e fazendo barulho. Fica difícil ser síndico de um lugar como esse. [...]".

A construção da nova rotina foi marcada também por discordâncias, novamente por conta da condição liminar em que foram postos. Algumas destas foram silenciosas, no entanto, não deixavam de demonstrar a presença de conflito, principalmente, ao insistirem nas práticas interditas de acordo com o Regimento Interno: fazer as janelas e corredores de varal com roupas penduradas, ouvir música em alto volume e não realizar o pagamento da taxa do condomínio. Outros conflitos verbalizados são expressos através de bate-bocas entre vizinhos, com os síndicos, ou discussões privadas que invadem os espaços comuns dos prédios. Porém, tais conflitos não necessariamente teriam relação ou vinculação direta com a mudança para os apartamentos, mas exacerbavam as representações contraditórias que passaram a ter de si próprios.

Os conflitos, tal como colocou Valpassos (2011), são a força motriz das narrativas, sendo eles que revelam as idiosincrasias sociais, as fissuras e ambiguidades que se apresentam de forma latente no cotidiano, mas que são destacadas e intensificadas nos momentos extraordinários, ou seja, no desenrolar dos dramas sociais.

Nesse caso, sempre que ocorriam situações de conflito, a categoria favelado surgia como elemento que justificaria a desordem. No entanto, de forma ambígua, quando eram feitas contestações ao poder público, a mesma categoria (favelado) era internalizada pelos moradores de forma positiva, pois legitimaria o direito e o merecimento de atenção especial por parte deste.

A esse respeito, o então presidente da Associação de Moradores do Morro do Preventório costumava rejeitar o rótulo "favelado". Para ele, era uma ofensa se referir ao morador de tal maneira. De acordo com seu relato, o termo reduzia qualquer morador à condição marginal de criminoso, ou traficante:

Eu sempre falo pros moradores daqui não admitirem serem chamados por outras pessoas de favelados, e nem de admitirem que isso aqui é uma favela. O correto é "Comunidade". Favela nos dá a impressão de que aqui é um lugar dominado pelo crime e pelo tráfico de drogas e não é assim. Aqui tem muita gente decente. É claro que tem o pessoal que faz errada, mas a maioria é o pessoal do bem.

José Wilson, graças a meu intermédio, foi um dos líderes comunitários convidados para palestrar no curso<sup>90</sup> "A favela na visão dos favelados", ministrado pelos professores Marco Antonio da Silva Mello, Luis Antonio Machado e Márcia Leite, no primeiro semestre de 2011, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ). Ao demonstrar seu posicionamento desfavorável ao uso das categorias "favela" e "favelado", criou um estranhamento para os alunos, que já haviam recebido outros líderes comunitários em palestras anteriores, e que, de forma contrária, reivindicavam positivamente a identidade política de favelados.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> O curso sobre Favelas cariocas foi subdividido em três cursos: Favela na visão dos intelectuais; a Favela na visão dos favelados e a Favela na visão do cinema.

<sup>91</sup> As lideranças das associações de moradores no município do Rio de Janeiro já há algumas décadas debatem suas expectativas e interesses políticos com membros das Universidades e ONGs nacionais e estrangeiras, o que tende a influenciar seus membros em termos de conscientização e tornando-os mais esclarecidos, engajados, politizados, o que corrobora para a elaboração e execução de projetos sociais bem sucedidos, como ocorre, por exemplo, nas favelas do Complexo da Maré, no Santa Marta, na Rocinha, dentre outras. Nessas favelas, os moradores não se importam em serem reconhecidos como

Como pude observar, entre os moradores do Preventório, a categoria "favelado" possuía diferentes significados e usos, mas sua enunciação quase sempre evocava comportamentos percebidos como moralmente inferiores, desde ser visto como mal-educado ou falar palavrões. Nem sempre estava atrelado simplesmente à condição socioeconômica.

Para Birmam (2008), o uso eufemístico do termo "comunidade" não confronta, todavia, o estigma, apenas indica uma relação de cortesia, necessária, no curso das trocas sociais que se passam com aqueles que não podem se desfazer de suas marcas. Muito utilizado pelos representantes do poder público, e por moradores que se sentem diretamente atingidos pelo processo de estigmatização, o termo tem se mostrado uma alternativa simbólica. Por outro lado, aqueles que reivindicam uma luta identitária pela condição de favela, consideram o termo evasivo, alienado e eufemístico.

Embora categorias como "Preventório", "morro", "barraco", "lá em cima", "favela" e "comunidade" fossem utilizadas de forma recorrente para se referirem ao espaço de habitação anterior, tais termos eram acionados em situações diferenciadas, muitas vezes, contraditórias e discrepantes. "Preventório" geralmente era utilizado como referência à localidade de uma maneira geral: o morro, os prédios do PAC, ou as casas que estavam localizadas no asfalto naquelas imediações (ao lado do Corpo de Bombeiros e da Delegacia). Conforme reafirmaram Aline e Dona Gisela: "Aqui tudo é Preventório".

Os termos "barraco" e "lá em cima" geralmente eram utilizados quando se referiam ao passado em relação à situação atual. De todas, a categoria "morro" era a que era utilizada constantemente pelos moradores sem sentido pejorativo, quando se referiam às partes "baixa" e "alta", e suas principais vias de acesso. Finalmente, a categoria "favela" era utilizada frequentemente para descrever aspectos negativos do local, ou de forma acusatória, no sentido de ridicularizar atitudes consideradas de moradores tidos como mal educados, arruaceiros, envolvidos em confusões, ou mesmo com o crime.

No momento em que iniciei minhas observações, os moradores haviam revisto as classificações do Preventório da seguinte forma: parte baixa (ou pé do morro ou baixada), parte alta (ou "pico" do morro) e PAC (ou apartamento). Aqueles que

---

favelados, ou simplesmente como moradores de favelas, pois isso não denotaria necessariamente, segundo suas percepções, uma depreciação de sua condição.

continuaram no morro passaram a utilizar argumentos para se diferenciarem daqueles que tiveram suas casas removidas.

Segundo uma mulher que conheci num bar na localidade, o fato de não ter sido contemplada com um apartamento significou que sua moradia no morro “era muito boa” e, por isso, não inspirava cuidados: “Eu graças a Deus não precisava do apartamento. Minha casa sempre foi boa. O apartamento era só pra quem precisava mesmo. Para o pessoal que tinha mais dificuldade”. No entanto, para sua amiga, que lhe fazia companhia no bar, “houve marmelada” na escolha das famílias contempladas, pois segundo relatou, conhecia muitas pessoas interessadas e necessitadas dos apartamentos que não “conseguiram”.

Embora favela e apartamento possuam representações diferenciadas que revelam estilos de vida diferenciados, e grosso modo, um representando a pobreza, e outro, um estilo de vida mais próximo das camadas médias, como venho afirmando, a ida para os apartamentos não significou para aqueles que mudaram, a saída de um universo simbolizado por estigmas e poluição (DOUGLAS, 1991) para outro, puro e estruturado (TURNER, 2005). Ao contrário, jogou-os numa posição de total ambiguidade, no “limbo”, segundo Turner. Eles tornaram-se visíveis em relação a determinadas situações, e invisíveis em relação a outras. Ainda que a mudança tenha significado uma melhoria de vida para a maioria das famílias em termos de conforto doméstico, houve, em certo sentido, a transferência de práticas corriqueiramente usuais na favela, conforme o Sr. José chamou a atenção.

Não obstante, toda mudança implica na passagem por momentos transitórios, o que pode vir a provocar situações de extrema ambiguidade, incerteza, conflitos inesperados, situações de desconforto, de sofrimento e sentimentos de perda, sobretudo, quando a mudança não é planejada ou fruto de uma escolha deliberada e pessoal. Foram muitas as situações relatadas por moradores envolvendo conflitos e dramas. O que mais procurei observar, no entanto, era a forma como eles elaboravam esses dramas para si próprios, a partir, ou tendo como referência a mudança para os apartamentos; de que modo eles narravam acontecimentos de suas vidas passadas, tendo como horizonte a nova condição em que se encontravam.

Mesmo conhecendo objetivamente alguns desses dramas, e de certa forma tê-los testemunhados, foi muito importante defrontar-me com as narrativas construídas por

eles, com o objetivo de justificarem suas atitudes, percepções e até mesmo experiências naquele momento.

Victor Turner (1980; 1996) analisa os dramas sociais como sendo uma sucessão encadeada de eventos entendidos como perfis sincrônicos que conformam a estrutura de um campo social a cada ponto significativo de parada no fluxo do tempo, e, por isso, representariam uma complexa interação entre padrões sociais no campo da experiência social e as aspirações imediatas, ambições ou outros objetivos e lutas conscientes de grupos ou indivíduos, no aqui e no agora<sup>92</sup>.

Ao formular a noção de "drama social"<sup>93</sup>, o autor tinha em mente a explícita comparação da estrutura temporal de certos tipos de processos sociais com aquelas dos dramas no palco, com seus atos e cenas, cada um com suas qualidades peculiares, e todos caminhando para um clímax.

Como venho tentando argumentar, sob muitos aspectos, a condição de liminaridade em que os moradores se encontravam contribuía muito para o elevado tom emocional, muitas vezes, atingindo um nível de estresse no qual era possível destacar algumas estruturas recorrentes, sendo a principal delas o fato de que os dramas se referiam em sua totalidade a questões familiares, punham em evidência os laços familiares, tais como casamento, relações afetivas, amorosas e o sofrimento advindo da perda ou ausência desses laços, ao mesmo tempo em que se reafirmava o reconhecimento deles para uma existência moral e emocional satisfatória.

Longe de substituir ou diminuir a importância fundamental desses laços, a mudança para os apartamentos e a instalação no novo espaço em meio aos conflitos, dissabores, decepções e ou satisfação pelo conforto adquirido, tornou-se um pretexto para essas pessoas falarem de si mesmas, a partir desses laços e das posições que possuíam ou não neles, fossem como pais, mães, filhos etc. Nesse contexto, emergiu uma questão de gênero muito importante, que já havia sido observada por mim, no que se referia às distintas compreensões e atuações de homens e mulheres nesses dramas, como eles reagiam, percebiam e se sentiam afetados por tudo o que lhes aconteceu e estava acontecendo naquele momento.

---

<sup>92</sup> *Schism and continuity in an African society*. Manchester: Manchester University Press, 1996 [1957]. 348 p.

<sup>93</sup> TURNER, Victor. *Social Dramas and Stories about Them*. In: *Critical Inquiry*. Vol. 1.n.01. Autumn. 1980, p. 137-164.



## 5.2-Dona Luzia

Ao contrário da maioria dos moradores, que foram contatados de forma aleatória, a visita que fiz até o apartamento de Dona Luzia foi motivada após o encontro com a tesoureira, que, na ocasião, havia apontado esta moradora, como uma das mais inadimplentes com a taxa do condomínio. Este fato alimentou minha curiosidade em conhecer seus motivos para a inadimplência. Então, um dia fui até o seu apartamento tentar conhecer sua história. Para minha sorte, ao bater em sua porta, ela estava em casa, e, ao apresentar-me como pesquisadora da universidade, fui muito bem recebida.

Em sua casa entrei apenas na sala. Havia um jogo de sofá de dois e três lugares, um rack e uma televisão de 20 polegadas. Todos os itens, segundo a moradora, foram comprados após a mudança.

Dona Luzia era doméstica e tinha 49 anos àquela altura. Saiu do Ceará com 18 anos e foi morar no Preventório com os irmãos, que já estavam lá consolidados. Em pouco tempo, começou a namorar um morador da comunidade, com quem se casou um ano depois e teve dois filhos. Dez anos depois Luzia enviuvou, e dois anos depois, casou-se novamente. No entanto, este relacionamento durou apenas três anos, pois o segundo marido veio a falecer também. De acordo com seus relatos, passou dois anos muito deprimida, até que se casou com Joaquim, o atual marido, e pai de sua terceira filha, de dez anos. Moram os três no apartamento. O marido faz “biscates” como servente de obra, mas segundo Luzia, ele é alcoólatra, não leva nenhum emprego a sério e gasta praticamente tudo o que ganha com bebidas.

Segundo contou, ela já possuía muitos problemas no campo financeiro, que se estendiam a problemas de saúde e conjugais, porém, todos se potencializaram após a mudança para o apartamento:

Eu sempre paguei as contas todas de casa sozinha porque nunca pude contar com o meu marido. Mas, mesmo tendo mais despesas, eu gostei de ter vindo aqui *pro* apartamento, porque foi uma oportunidade de melhorar um pouco de vida, de ter uma vida mais digna e com mais conforto. Mas calhou de que quando a gente veio pra cá, eu fiquei doente. Tive pedra nos rins e problemas muito sérios de coluna. Então, quando eu fui tentar me encostar pelo INSS [Instituto Nacional de Seguridade Social] descobri que o meu patrão, com quem eu trabalhei por quase cinco anos, nunca pagou o meu INSS. Aí eu fui lá na casa dele, expliquei a ele a situação, implorei e ele disse que iria pagar, mas mesmo assim nunca pagou. O pior é que o meu problema de saúde se agravou trabalhando lá na casa dele, porque eu tinha que carregar a mulher dele, que era doente, no colo pra dar banho e ela era muito pesada.

Como era inevitável, Dona Luzia se internou e fez a operação que tinha de ser feita. Passou quase um mês no hospital, pois teve uma pequena complicação posterior à cirurgia. Ao voltar para casa, encontrou tudo às escuras<sup>94</sup>, pois o fornecimento de luz havia sido cortado por falta de pagamento. O marido deixou de pagar por dois meses as contas de casa (condomínio, luz e gás), e não comprou comida para a filha do casal, que por conta disso, durante a internação da mãe, passou a temporada na casa da irmã mais velha. De volta para casa, e sem pensão ou salário, Luzia conta que chorava todos os dias por conta das privações financeiras e das contas em aberto. “Se não fosse essa Bolsa-família, que eu recebo por causa da minha filha, eu não sei o que seria de nós. É com ele que compro nossa comida de todos os dias”.

As contas de luz atrasadas foram pagas pela filha e pelo genro. “A minha filha mais velha, que não é filha do meu marido, não tem dinheiro sobrando, mas ela me ajuda. Eu não acho justo porque tem um homem aqui dentro de casa, e ele é quem devia fazer isso. Além do mais, nem é pai dela. Mas só pude agradecer a ela, ao meu genro e a Deus por ter alguém pra contar.”

A história de Dona Luzia se enquadra bem dentro das discussões de Sarti (2003; p.31) para quem, o desemprego formal, e as situações imprevistas - como problemas de saúde que impedem o trabalho, mesmo que informal e problemas familiares - levam os projetos familiares a serem constantemente refeitos, e a aumentar as “estratégias de sobrevivência” da família. A ajuda de familiares através de pagamentos e compras de primeira necessidade reforça a importância das redes de parentesco nos momentos de crise financeira ou de outras dificuldades. A autora (Ibidem; p. 70) sustenta que a família pobre se constitui mais como rede do que como núcleo, através de ramificações que configuram uma rede de obrigações morais que enreda seus membros “num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos”. Não fosse esta rede, Dona Luzia teria sucumbido, e todo o seu estresse seria reconhecer sua impotência como indivíduo naquele momento e sua dependência a todos os demais membros que faziam parte de sua rede.

Dona Luzia contou que o marido, todos os dias, chegava embriagado em casa, fato que só aumentava o seu sofrimento. No primeiro encontro que tivemos, Dona Luzia

---

<sup>94</sup> Parece haver um controle aleatório da Ampla em relação ao pagamento da conta de luz, pois alguns moradores ficam sem pagar a conta dois ou mais meses, e não recebem aviso de corte, enquanto que outros atrasam quinze dias, e já têm o fornecimento de luz cortado.

chorava entre uma fala e outra. Perguntei se gostaria que eu voltasse outro dia, e ela respondeu que estava sendo muito bom ter alguém que a ouvisse. A filha do casal, que durante toda a nossa conversa ficou na sala prestando atenção aos detalhes de nossa conversa, sorriu para mim, sentou-se ao meu lado e mexeu no meu cabelo. Foi quando Luzia pediu para que ela fizesse um café para nós duas. Enquanto, aguardava a oferta do café, inconscientemente eu me perguntava, mas afinal, por que Dona Luzia não se separava do marido?

No campo das representações da sociedade brasileira existe uma divisão complementar, na qual, a casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Desta forma, o esquema funcionaria a partir das dicotomias: chefe de família = homem e dona de casa = mulher (DA MATTA, 1986). Segundo Woortman<sup>95</sup> (1982) a casa é o local por excelência onde os papéis masculino e feminino, ou pai de família e mãe/ dona de casa são reafirmados.

Os trabalhos de Sarti (2003), Duarte (1986), Zaluar (1985) indicam a importância do papel do provedor masculino entre as famílias dos pobres urbanos e a sua mediação com o mundo externo, no entanto, a sua inexistência como tal, fragiliza sua própria imagem e da família no campo do simbólico.

Segundo Sarti (ibid. 63): “O homem corporifica a ideia de autoridade, como mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva.” Esta é a ordem moral que organiza a família brasileira.

Entretanto, muitas vezes a "autoridade masculina" é simplesmente inexistente, uma vez que a matrifocalidade promovida pela ausência ou abandono do homem, põe a mulher na condição de chefe de família e dona de casa, ao mesmo tempo. No caso das mulheres mais pobres, esta situação acentua sua vulnerabilidade e a de seus filhos, deixando-a muitas vezes sem alternativas para prover, cuidar da família e da casa, dedicando-se a um trabalho em tempo integral. Nos casos em que o homem permanece na casa, sua presença pode se tornar um fardo, uma vez que ele não consiga exercer sua "autoridade", pelo fato de não conseguir garantir, arcar, ou minimamente dividir com a mulher as despesas da família. A desmoralização motivada pelo alcoolismo e reforçada por ele, abala, portanto, sua base de respeito, quando seus familiares procuram suporte

---

<sup>95</sup> A família trabalhadora. Ciências Sociais hoje. São Paulo, ANPOCS-Cortez, 1984.

em outras bases, ou quando, na maioria das vezes, ocorre uma sobrecarga (inclusive emocional) da mulher-dona de casa. Este é o conflito vivido por Dona Luzia, Denise e muitas outras mulheres com as quais conversei no Preventório.

Dona Luzia dizia sentir muitas dores, e que a recomendação dos médicos seria para que ela ficasse de repouso por no mínimo dois meses. No entanto, como precisava pagar as contas, já havia feito algumas faxinas e estava procurando emprego. “Eu rezo para conseguir um emprego, mas ao mesmo tempo não tenho saúde para trabalhar. O meu marido é um imprestável. Só não o coloco pra fora porque tenho pena. O meu patrão, eu o coloquei na justiça, mas ele sempre falta às sessões no tribunal, então fica difícil resolver esse caso”.

Apesar disso, em nenhum momento a moradora se ressentiu pelo fato de ter mudado para o apartamento, pois considerava que a mudança havia sido positiva para sua vida, e todos os percalços que estava passando eram decorrentes de questões conjunturais e pessoais. No entanto, ressaltou que as despesas que passou a ter no apartamento corroboraram para a sua condição de inadimplente, o que lhe trouxe mais angústias.

Aqui a gente tem mais conforto do que lá em cima. Quando eu me mudei, comprei televisão, rack, cama pra minha filha; celular de conta, sapatos pra mim e pra minha filha, e monte de outras coisas. Daí, aconteceu logo isso de eu ficar doente, sem trabalho e sem pensão do INSS. Parei de pagar todas as contas porque fiquei sem salário, e me endividei muito não por minha causa, mas por causa do meu patrão que me sacaneou. Aí meu nome sujou em vários lugares. Apesar daqui ser melhor do que lá em cima, tem um custo que não tinha lá. Aqui eu passo o constrangimento que eu não passava lá. E vivo mais ansiosa porque sei das contas que precisam ser pagas.

Em outro encontro, que aconteceu cerca de um mês depois, Luzia estava mais animada. Havia pago quase todas as contas que estavam em aberto, pois mesmo com as dores na coluna, conseguiu duas faxinas semanais, e convenceu o marido a pagar metade das contas de condomínio que estavam devendo. No entanto, a sua insegurança renova-se a cada dia, pois, com a saúde debilitada e sem previsão de quando ficará boa o suficiente para se estabilizar em algum trabalho, não sabe como poderá fazer para pagar as despesas e as dívidas, ou conseguir se “encostar” de vez pelo INSS.

### 5.3-Dona Carmem

Outra moradora que passou por experiências desagradáveis após a mudança, foi Dona Carmem. Conhecemo-nos através do Sr. José, em um dos primeiros dias de campo. Doméstica de 48 anos, disse ser “cria” do Preventório. Nasceu e criou os dois filhos, de 22 e 25 anos, na mesma casa que foi considerada como estando localizada em área de risco pelos engenheiros da CEHAB. A filha mora com ela num apartamento no térreo do Bloco I, do Preventório III. Morar no térreo é motivo de insatisfação para a moradora, pois atrai olhares de curiosos quando as janelas estão abertas:

Esse pessoal sem educação daqui olha pra minha janela como se fosse vitrine. Depois ficam comentando na vizinhança que eu não tenho nada dentro de casa. Eu digo isso porque eu não comprei nada pra cá. Estou me organizando para isso. Não tenho culpa se as pessoas fazem crediário a torto e à direita. Eu não faço.

Essas palavras foram ditas em janeiro de 2011, e na ocasião havia pouco menos de um mês que Carmem havia se mudado. Ela se antecipou, pedindo desculpas por não me chamar para conhecê-lo, pois ele não estava “pronto” para receber visitas. Como ela não havia comprado nada, tampouco trazido as mobílias da casa antiga, achava melhor me convidar para conhecer sua casa em outra oportunidade, quando já tivesse “arrumado a casa”. O fato é que não estava totalmente satisfeita com a troca. “Aqui não dá nem pra colocar uma mesa grande na cozinha e comer com a família toda reunida. Esse apartamento separa a família. Antes eu tinha isso lá na minha cozinha”.

Encontramo-nos por diversas vezes ao longo da pesquisa. Mas, somente uns seis meses após a mudança, quando nos vimos por acaso numa rua próxima ao Preventório I, ela me disse com alegria e em tom de novidade, que havia comprado “tudo novo”, e “agora sim”, eu estava convidada para tomar um café com ela para conhecer seu apartamento. Infelizmente não pude ir naquele dia, pois já havia marcado um encontro com dois outros moradores. O tempo passou e não conseguimos nos encontrar antes da minha viagem.

No entanto, assim que retornei de viagem, encontrei-me com ela. Após receber as boas vindas, perguntei-lhe sobre como estava a sua rotina de vida e quando poderíamos tomar o cafezinho que não havíamos tomado no ano anterior. Para minha surpresa, ela narrou o desagradável acontecimento de poucos meses antes: um dos canos

da tubulação de esgoto que passava por debaixo do seu apartamento estourou. Sua cozinha e banheiro foram tomados por dejetos líquidos e sólidos, inundando todos os demais cômodos e causando estrago nos bens recém-adquiridos, e ainda não totalmente pagos: sofás, rack, geladeira, armários de quarto, máquina de lavar e tapetes. A moradora, que não estava em casa durante o ocorrido, não pôde evitar que o esgoto se alastrasse pelos cômodos. Ao chegar em casa no final do dia, e ver o acontecido, caiu em prantos e, sem saber como lidar com a situação, pediu auxílio aos vizinhos e aos síndicos que a auxiliaram com a limpeza. Não conseguiu dormir em casa nesta noite, por isso foi dormir na casa do filho, que lhe aconselhou acionar judicialmente a construtora do prédio, a Delta. E assim o fez. Procurou auxílio na justiça gratuita e venceu o processo na primeira instância. A empreiteira, no entanto, recorreu da decisão logo em seguida e se limitou a fazer obras emergenciais, “pouco confiáveis”, segundo a moradora.

Pobre eles tratam assim mesmo. Aham que podem dar qualquer coisa e a gente vai aceitar de boca fechada. Eles vieram consertar o cano, mas as paredes do prédio estão rachando e o prédio tem menos de três anos de uso. Quando o prédio cair com um monte de gente dentro de casa, não vai ter ninguém pra reclamar, porque todos vão estar mortos. Estou muito triste e decepcionada. Eles são tão irresponsáveis, que se recusaram a pagar o prejuízo que me fizeram passar. Não acredito em nada mais que o governo possa dar pra gente. Parte de mim se foi. Quero ir embora daqui. Brincaram com nossos sonhos.

Para mim, esta narrativa foi a mais emblemática de todas, pelo fato de destoar das demais, e denunciar um aspecto do PAC bastante problemático, isto é, a saber, sua execução, inclusive em termos das obras de construção dos prédios, bem como sua relação de ambiguidade diante dos próprios beneficiários, tratados ao mesmo tempo como clientes e adversários. O problema de Dona Carmem colocou em evidência a fragilidade do processo de execução do PAC, os limites da “generosidade”, ou da política de inclusão do governo que, mais uma vez, não previu o óbvio: 1) que a construção dos prédios apresentaria inúmeros problemas, motivados pelas obras, ou pela má qualidade do material utilizado, e identificado como tal pelos próprios moradores; 2) que, neste caso, deveria haver um suporte técnico para os moradores e, no caso de Dona Carmem, uma assistência jurídica por conta dos danos materiais sofridos por ela.

#### 5.4-Felícia e Aline

Durante minhas idas ao Preventório I, por algumas vezes encontrava nos corredores a jovem moradora Felícia, de 25 anos, ou um de seus três filhos, de 5, 7 e 9 anos. Desempregada e mãe solteira, sempre que me via, pedia para que eu interviesse em seu favor. “Você teria como marcar um encontro com a assistente social pra mim? Eu não tenho como pagar esse condomínio. Eu mal tenho como alimentar meus filhos, e se me despejarem não teremos onde morar. Mandaram a gente pra cá mesmo sabendo que eu não teria dinheiro pra pagar conta nenhuma.”

Felícia não procurou saber qual era a minha origem institucional (se eu era da prefeitura, do PAC, da CEHAB, do governo do estado ou outros), mas associava a minha figura a alguém de fora, importante o suficiente para ajudá-la e lhe dar maiores esclarecimentos sobre a sua situação. Afinal de contas, até aquele momento, todos que vinham “de fora” estavam ligados às instituições que traziam resoluções (positivas ou não, segundo as percepções locais).

O caso de Felícia era sempre tomado como exemplo pelos demais moradores do Preventório I, pois ela era apontada como uma das moradoras com a situação financeira mais difícil e, por isso, constantemente era ajudada pelos vizinhos que lhe doavam comida e roupas. A tesoureira, por exemplo, relatou que, apesar de a moradora nunca ter pago a taxa de gás desde que foi morar lá, nunca teve coragem de cortá-lo, por entender que isso influenciaria direto na alimentação dos filhos.

A moradora em questão recebe o auxílio do governo *Bolsa família*, no valor de R\$110, e diz que consegue “fazer milagre” com ele. Relatou-me que não tinha “de onde tirar mais”. O pai de seus filhos, de quem era separada, vivia uma situação complicada: quando não estava preso, estava foragido, o que lhe impossibilitava o pedido de pensão alimentícia. Devido a essa dificuldade financeira, nunca pagou nenhuma conta de condomínio, tampouco a conta de luz, que, por sorte ou acaso, nunca foi cortada. Seus demais familiares ainda moram no Morro do Preventório, mas também passam por privações financeiras. Dois dos seus seis irmãos estão presos por estarem envolvidos com vendas de drogas e homicídio.

As preocupações diárias de Felícia, que não eram poucas, somaram-se, depois da mudança, ao medo de ser despejada. Sentia constantemente o mal-estar por saber que sua dívida crescia a cada mês, e que “nunca” conseguiria pagar as despesas. “Antes eu

só me preocupava em comprar comida pra dar para os meus filhos comerem. Agora é muito mais do que isso. Eu vivo atormentada sem saber se vão cortar meu gás, minha luz e minha água. Antes, eu tinha isso tudo sem pagar. Eu fazia comida no fogão de lenha. Não precisava pagar. A luz, a gente tinha gato, e água tinha à vontade também.”

A moradora deixa claro que se sente injustiçada pelo poder público, uma vez que, agora, ela não pode ser dar ao “direito” de manter suas ligações irregulares de luz e água, e precisa pagar também pelo gás que utiliza.

Aline, com 22 anos, sempre morou no Preventório. A moradora contou que, quando seus pais morreram, ela ainda tinha 13 anos e ficou morando com a irmã mais velha, que era casada e tinha dois filhos, também no Preventório. Aos 18 anos, quando soube que estava grávida, resolveu morar com o namorado. Compraram, então, um terreno mais acima na favela, e construíram dois cômodos com o intuito de aumentarem futuramente. Aline conta que o casal sempre discutia muito, porém, antes do filho do casal fazer um ano, ficou novamente grávida. Neste ínterim, relatou que o marido “foi embora” e casou-se novamente com uma mulher de fora do Preventório. A moradora conta que antes da gravidez trabalhava fazendo faxinas, mas não conseguiu retomar nenhuma atividade remunerada após o nascimento dos filhos. Suas despesas com alimentação são pagas pelo pai dos seus filhos através da pensão. Quanto às demais despesas, Aline afirma não serem muitas: “A gente só gastava com a alimentação mesmo.”

Quando soube que sua casa seria removida, Aline comenta que “ficou sem chão”:

Eu disse a ela [à assistente social] que não queria descer. Que não tinha condições de bancar sozinha as despesas de um apartamento, e ela disse que eu poderia aceitar a indenização do meu barraco. Mas quando ela me falou o valor eu quase caí pra trás. Era tipo três mil reais. O que eu ia fazer com esse dinheiro? Daí ela me convenceu a ficar com o apartamento, e na reunião que eles [a CEHAB] fizeram, disseram que a gente só ia pagar uma conta. Mas na verdade era tudo mentira porque aqui eu tenho que pagar luz, condomínio e gás, quer dizer, um monte de contas.

Nestes dois casos ficou evidente como os respectivos modos de vida anteriores se coadunavam com a lógica de acesso irregular aos serviços de fornecimento de energia e água. A expressão de sua indignação não era tanto por saber que não poderia ser capaz de pagar por eles, mas de sentir-se lesada e injustiçada com o fato de que o



poder público não lhe deu escolhas, e isso é grave, do ponto de vista da execução do próprio programa. Tanto os técnicos do programa, no caso, as assistentes sociais, não se deram conta do grau de vulnerabilidade dessas mulheres, quanto não lhes deram alternativas para permanecerem na favela. A mudança compulsória, longe de representar uma motivação para a busca imediata de outras alternativas, aparentemente deixou-as sem alternativas e sem condições de valorizar positivamente seus ganhos. Aline, através do sorteio<sup>96</sup>, conseguiu um apartamento no terceiro andar e de frente para a praia. O que poderia ter sido festejado por muitas famílias, foi desdenhado por ela. Ao desprezar a localização do apartamento, disse não ver diferença. “Preferia ser sorteada para continuar morando quieta lá no meu barraco.”

A mudança de moradia, segundo sua fala, representou uma mudança radical para pior em sua vida: “Eu me sinto muito infeliz aqui. O que adianta morar num apartamento e não ter dinheiro pra bancar as contas dele? Eu quero voltar para um lugar que seja meu, para o barraco mesmo. Lá, não tinha ninguém pra me perturbar. E aqui, ninguém me deu papel nenhum com o meu nome dizendo que essa casa é minha”.

Aline mudou de moradia, mas não conseguiu adequar seus ganhos financeiros ao novo estilo de vida. Os filhos estão muito pequenos, e ela não consegue encontrar um emprego, nem uma pessoa de confiança que possa tomar conta deles. A ajuda financeira por parte de familiares é intermitente, e quando ocorre, ela prioriza a compra de alimentos e o pagamento da conta de gás e luz. Esta última, só paga quando recebe um comunicado de corte de energia. “Eu não vou deixar de dar comida pros meus filhos para pagar condomínio. Aí, arrumo dinheiro com a minha irmã, ou peço ao pai das crianças pra dar um jeito.”

O compromisso mensal da taxa de condomínio, principal gerador de angústia, criou em boa parte dos moradores o receio de não conseguir honrar os pagamentos. “A luz a gente usa, né, então tem que pagar, mas o condomínio? Por que pagar isso?”, questionou Aline.

Uma parcela significativa de moradores, como Aline e Felícia, sentiu-se lesada pelo fato de que “lá em cima” não tinham nenhuma despesa e, ao terem sido tirados de “lá” sem direito de escolha, agora precisam pagar “um monte de contas”.

---

<sup>96</sup> Todos os apartamentos foram sorteados em sessão realizada entre moradores e assistentes sociais da CEHAB

### 5.5-Sr. José

Sr. José era reconhecido pelas assistentes sociais como o “latifundiário do Preventório”, pois ele, antes da mudança, possuía um sobrado, que considerava como duas casas, e também uma terceira, que era menor e mais afastada. As três foram condenadas à remoção pelos engenheiros responsáveis da CEHAB, no entanto, os profissionais consideraram o sobrado como sendo apenas uma casa, apesar de o morador explicar que eram duas independentes. “Eu tinha três casas, e agora eles me deram só dois apartamentos? Vou brigar pelo terceiro. Isso não é justo”. Este impasse sobre o terceiro apartamento era relatado a todo o momento pelo morador. Esta controvérsia remeteu-nos à seguinte questão: baseados em que critérios, os engenheiros desconsideraram os atributos pelos quais o nativo classificava o imóvel como duas casas?

Eu acho que esse apartamento não condiz com a vida das pessoas que moravam na favela, mas não é por isso que eu vou deixar passar meu direito de ter o terceiro apartamento, afinal, eu tinha três casas. A verdade é que o pessoal que construiu isso aqui não sabe como é a vida numa favela. As pessoas lavam roupa, por isso precisam de espaço pra lavar e secar a roupa. As pessoas gostam de planta, então, aqui tinha que ter um espaço para as plantas. As pessoas tinham bichos de estimação em casa, e muitas delas abandonaram os bichos pela favela porque não podiam trazer pra cá. Todo mundo sabe que não é fácil arrumar alguém que queira ficar com bicho adulto dos outros. As pessoas são pobres, mas sabem reconhecer quando um material de construção é ruim. Ainda mais que tem muita gente que trabalha com obra aqui.

Inconformado, desde o dia em que foi para o seu apartamento no Preventório III, Sr. José começou a pensar na possibilidade de voltar a viver no morro. Sabia que vendê-lo era proibido, mas constava no Regimento Interno que as trocas eram permitidas, por isso, poderia trocá-lo por alguma casa da própria comunidade (ou de outra) que não estivesse localizada em área considerada de proteção ambiental ou de risco de acidentes.

Embora tivesse aceitado e internalizado a função de síndico e fiscalizador dos dois blocos, o morador continuava frequentando a casa em que havia morado no morro. Vivia “lá e cá”, pois não se sentia totalmente morador do apartamento e nem do morro, mas dormia quase todas as noites neste último, sabendo que essa vida dividida estava

com os dias contados. Além de dormir, passava, em algum momento do dia, por lá, para vigiá-la<sup>97</sup> e alimentar os seus bichos, até que encontrasse novos donos para eles.

Quando discutia com algum morador, ou quando se aborrecia com algo referente aos prédios, dava um jeito de se refugiar na antiga casa, local que ele dizia ser “a sua casa de verdade e onde tinha privacidade.”

Após sete meses repetindo o percurso diário, ou seja, ir para a casa no morro e voltar para o apartamento, e vice-e-versa, o sobrado foi derrubado. Foi aí que José viu-se numa urgência maior em mudar do apartamento, pois não se adaptou à nova rotina e ao novo tipo de moradia.

Oito meses depois de sua mudança para o apartamento, certo dia, recebi um telefonema de Sr. José. Ele me contava feliz que havia encontrado uma família, moradora do morro, que havia se interessado pelo seu apartamento e que fariam a troca dos imóveis. Desejei-lhe sorte na nova moradia. No entanto, como já me encontrava às vésperas de minha viagem para a França<sup>98</sup>, só pude conhecer sua nova casa um ano depois.

Assim que cheguei ao Brasil, liguei para os interlocutores com que mais tive afinidade: Sr. José, João e Adriano. Marcamos um encontro na pracinha do Preventório III. Ao chegar lá, fui recebida com alegria pelos três e por outros moradores com que tive contato durante o campo. José fez questão de que eu conhecesse sua nova casa, e convidou-me para fazermos um lanche lá. Eu aceitei de pronto. Da praça até sua nova moradia, passamos por uma escadaria e depois por algumas subidas íngremes, pois a casa ficava na chamada parte alta do morro, e ele, como um guia local, me apontava, em voz baixa, as casas que eram de propriedade de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, ou com outras transações ilícitas. Em uma delas, ele alertou: “O dono dessa casa foi preso nesta semana porque tem um bar de prostituição onde trabalham menores de idade. Aqui tem muita gente metida com prostituição”. As casas apontadas eram grandes e se destacavam na vizinhança por sua faixada mais sofisticada. Porém, é importante ressaltar que no caminho passamos tanto por casas consideradas mais

---

<sup>97</sup> Segundo os moradores, muitas casas recém-desocupadas foram invadidas por traficantes vindos de outras favelas da cidade e do Rio de Janeiro. Esse era o receio de Sr. José, que temia por alguns pertences que haviam ficado na casa, bem como pelo cuidado com seus animais de estimação.

<sup>98</sup> - A viagem foi feita para realizar meu doutorado sandwich na École des Hautes Etudes em Sciences Sociales.

humildes, com tijolos à mostra, sinais de desgaste e rachaduras, como por casas mais imponentes de alvenaria pintadas, com garagem, varandas e “altos e baixos”.

No caminho, paramos na casa de uma amiga do interlocutor. Ele queria me apresentar às suas amigas e dizer que eu havia chegado dos Estados Unidos (por mais que eu falasse que tinha ido para Paris, a referência de exterior para eles era Estados Unidos). As amigas nos receberam com simpatia, mas não demoramos: Sr. José fez questão de dizer que estávamos de passagem.

Exatamente 15 minutos depois de sairmos da parte baixa, chegamos até a sua casa. Ela é um sobrado ainda em vias de construção, e boa parte dela ainda está com os tijolos à mostra, mas, sem dúvida é bem maior do que o apartamento em que morou no Preventório III. O morador relatou que ela lhe transmitia mais tranquilidade e bem-estar principalmente pelo fato de se sentir independente em relação aos vizinhos, por não ter que ensinar nada a ninguém, e por ter mais espaço.

Segundo Sr. José, a família, ex-proprietária do sobrado, havia abandonado as obras do segundo andar devido a dificuldades financeiras. No entanto, a parte de baixo estava “pronta”, e os antigos donos chegaram a erguer a divisão dos cômodos de cima: dois quartos, sala, banheiro e uma cozinha, mesmo número de cômodos, da casa de baixo.

O segundo andar do sobrado estava com as obras paralisadas, e devido à grande quantidade de entulho e material de construção, amontoados e deixados pelos antigos moradores, a moradia lá torna-se inviável. Por essa razão, o interlocutor passou a morar no primeiro andar da casa. Sr. José não havia dado ainda prosseguimento à obra, mas tinha projetos de terminar o segundo pavimento e o terraço, que também já foi erguido pelos antigos donos.

Não existe nenhuma casa “encostada” à sua, mas também não existe quintal, o espaço externo tão valorizado na favela. Ainda assim, o interlocutor mostrava-se a todo momento satisfeito com a troca. Do terraço, ainda não finalizado, é possível ter uma bela visão da Baía de Guanabara e de boa parte do morro.

O meu objetivo é terminar essa obra do segundo andar, morar lá e alugar a casa de baixo, que é onde estou morando atualmente. Aqui nem se compara àquele apartamento. É muito melhor, mais tranquilo. Ninguém vigia minha vida. Mas eu ainda estou como síndico lá em baixo. O pessoal que trocou essa casa comigo devia estar maluco pra trocar uma casa dessas: de dois

quartos, sala, cozinha e banheiro, mais essa casa por fazer em cima, que tem espaço pra fazer um terraço grandão e ter essa vista toda, por aquele cubículo. Eu ouvi dizer que o casal está gostando, mas os filhos deles não estão gostando não.

Segundo Sr. José relatou, seus próprios filhos continuavam a ficar uma parte da semana com ele, e outra parte com a mãe, no apartamento. Quando chegamos a sua nova casa, a filha mais nova, de doze anos, estava lá, conversando com amigos através do *facebook*, no microcomputador instalado na sala. Conversamos um pouco, e ela mostrou-se satisfeita com a mudança do pai.

Apesar dos planos de melhoria na casa nova, algo, porém, me chamou atenção: havia uma placa com “vende-se” escrito, na frente da casa. Eu achei estranho e lhe perguntei o interesse em vendê-la, depois de tanto ter procurado por uma casa como aquela. José explicou que andava muito pensativo e não descartava a hipótese de voltar a morar na Paraíba.

Tenho pensado em largar tudo: filhos, ex-mulher e netos. Aqui não tem mais lugar pra mim. E o morro não é como era antes. Agora têm traficantes. Tem polícia também, mas que às vezes é igual ou pior do que os bandidos. A vida deu uma volta muito estranha. Você soube que os traficantes do Rio de Janeiro invadiram aqui, não é? Os imóveis estão até desvalorizando aqui no Preventório por causa disso. Uma casa valia aqui R\$80 mil e com a onda de violência que estava acontecendo, a dona desesperada vendeu por R\$ 55 e olha que foi difícil encontrar alguém pra querer comprar. Ninguém queria. Depois que colocaram uma Kombi da polícia até melhorou um pouco, mas mesmo assim. Não é como antes.



A nova casa de José no Morro

Foto: Shirley Torquato (2012)

O “Novo mirante” da casa de José

Foto: Shirley Torquato (2012)

O fato é que a mudança para o PAC desencadeou uma série de modificações na vida de Sr. José: casamento desfeito, desentendimentos com vizinhos, volta ao morro, dúvidas em relação onde morar, dentre outras questões de cunho existencial. É válido ressaltar que este morador, foi o único, dos que tive contato, que retornou à favela. A motivação para a volta não ocorreu por dificuldades financeiras, e sim, pela falta de adaptação à estrutura de moradia dos prédios. Todos os outros moradores que, como relatei aqui, demonstraram vontade de retornar ao morro, como Aline e Felícia, não o fizeram, porque não tiveram alternativas. Sr. José retornou para o morro porque teve possibilidades para fazê-lo.

Ter conseguido realizar o desejo de retornar ao morro deveu-se, portanto, à sua posição privilegiada em relação aos demais moradores, antes mesmo das remoções, uma vez que ao ter dois (ou três) imóveis, na troca, conseguiu mais de um apartamento e, ao separar-se de sua esposa, não houve preocupação de ela ficar sem moradia. “Ela ficou lá no canto dela, que ela adorou, e eu voltei para onde nem deveria ter saído”.

### **5.6-O mexerico: um drama social na vizinhança**

Como pude mostrar nos capítulos anteriores, e agora neste, a nova rotina nos apartamentos impôs aos moradores novos receios e cuidados. Por causa da grande proximidade física em que passaram a viver, a fofoca passou a ser, não apenas uma forma de controle, conflitos, mas fonte de preocupação permanente para todos. Ao mesmo tempo em que admitem o incômodo de ver e ouvir confusões recorrentes entre vizinhos, enumeram e detalham algumas dessas situações, citando nomes e datas em que elas ocorreram. Nesses termos, um dos cuidados que procuram seguir, para “evitar o mal”, é manter sempre que possível as portas fechadas (e se possível também as janelas), e principalmente: não abrir a porta de casa para qualquer vizinho.

Apesar de ser uma pessoa de fora, eu era vista como neutra. Por isso, me receberam tão bem em suas casas, não se importando em mostrar seus pertences, seus quartos e suas dispensas. Como eu não fazia parte daquele universo, eu não representava ameaça à integridade moral de ninguém.

Para Turner (1980), o mexerico estaria relacionado a:

[...] conversas e rumores sobre os problemas privados dos outros, o que os *Ndembu* e seus vizinhos, os *Luvale*, chamam de *kudiyong'ola*, termo relacionado ao verbo *kuyong'a*, “amontoar junto”, pois muitos mexericos acontecem no refúgio central e sem paredes das aldeias tradicionais, onde os homens circuncidados e, portanto, socialmente “maduros” se reúnem para discutir assuntos da comunidade e escutar as “novidades” dos viajantes de outras comunidades.<sup>99</sup>

Para o autor (1980), assim como o drama social, o mexerico só teria sentido entre grupos de pessoas que compartilham valores e interesses, e que têm uma história comum, real ou suposta. Por essa razão, os dramas sociais seriam em larga medida, processos políticos, isto é, envolvendo competição por fins escassos – poder, dignidade, prestígio, honra, pureza – através de meios particulares e da utilização de recursos, que são também escassos – bens, território, dinheiro, homens e mulheres.

Dona Gisela, por exemplo, era taxativa ao responder que não abria sua casa para ninguém, “para evitar fofoca”. “Aqui é uma maravilha, mas é preciso manter um contato com os vizinhos da porta para fora, senão eles querem se intrometer na nossa vida e ver tudo o que a gente tem em casa”.

Não gosto de ninguém metido na minha casa. Eu tinha uma colega que chegou à minha casa e disse: “Meu deus do céu! Que rack lindo! Quem foi que te deu?” Eu não respondi nada, fiquei muda. E pensei: Meu deus, essa mulher tá com o maior olho grande no meu rack! Aí, uma vez ela chegou e pediu pra eu comprar um negócio pra ela no crediário. Aí eu disse que não podia não porque o meu nome estava sujo. Inventei né, porque o meu nome não estava sujo nem nunca ficou. Daí, ela nunca mais apareceu aqui. Ela queria o que então? Ela vinha sempre aqui tomar café, mas quando eu disse que não podia ser fiadora dela, ela sumiu. Tem que tomar muito cuidado porque esse pessoal coloca muito olho grande.

A mesma moradora ressaltou os aspectos positivos e negativos de alguns vizinhos. Um deles a contratava para fazer faxinas semanais em seu apartamento, o que lhe rendia 50 reais a mais em cada dia de trabalho. Num tom de superioridade, a

---

<sup>99</sup> *Social Dramas and Stories about Them*. Victor TURNER. *Social Dramas and Stories about Them*. *Critical Inquiry*. Vol. 7, No. 1, On Narrative (Autumn, 1980), pp. 141-168 Published by: [The University of Chicago Press](http://www.jstor.org/discover/10.2307/1343180?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102634380821). Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1343180?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102634380821>.

moradora relatou: “Aqui é assim, tem vizinho bom e tem vizinho ruim. Os vizinhos aqui do lado do meu apartamento são porcos, a casa deles fede, mas eles são boa gente. O problema é que eu tenho que botar muito desinfetante na minha casa, pra não vir o cheiro ruim de lá pra cá.”

Fonseca (2000) alerta para o fato de que, embora a fofoca possa ter diferentes funções, inclusive educativa ou de reforço do sentimento de identidade comunitária, geralmente ela é concebida como uma força nefasta que serve para informar a reputação dos moradores, consolidando ou prejudicando a sua imagem pública.

Isso fica presente na fala de Dona Gisela, este sentimento de desconfiança presente a todo o momento. Sempre existe a ideia de que os “outros” ao adentrarem em sua casa podem “reparar nas coisas”, fazer fofoca com outros vizinhos sobre seus pertences, sentirem inveja, ou trazerem “mau-olhado” e por isso, considera importante fixar espaços e limites interditos.

Na sociedade brasileira o “olho grande” tem uma representação que se assemelha ao feitiço ou bruxaria. Para um Azande, afirma Evans-Pritchard, “quase todo acontecimento que lhe prejudica se deve às más intenções de outrem” (2004; p. 125 ). Nesse sentido, as noções de olho grande e de mau-olhado são diferentes das de azar ou destino, não só por se aproximarem mais da lógica da bruxaria, mas porque dependem da intenção do “outro”; portanto, acredita-se que, quanto “maior o olho grande”, maior pode ser a potência de seus efeitos negativos.

Uma mocinha com a qual conversei, moradora do Preventório III, disse-me que a fofoca era um dos principais sinais negativos que havia identificado na nova moradia, além do fato de ter virado alvo de piada de suas amigas que continuaram no morro.

Lá em cima era muito melhor, não tem nem comparação. Aqui existe uma exposição maior entre os vizinhos. A fofoca rola solta. Eu não posso fazer nada na minha casa que o meu vizinho acaba sabendo do que estou fazendo. Sem contar que o material que eles (*a empreiteira*) utilizaram na construção dos apartamentos é muito ruim. Eu fico o tempo todo com a porta e janela fechadas. Digo só bom dia e boa tarde. Ainda mais que eu tomo conta da minha sobrinha que tem dois aninhos. As minhas amigas que moram lá em cima ficam me sacaneando, dizendo que eu moro no *Carandiru*<sup>100</sup>. Porque

---

<sup>100</sup> Em alusão à extinta Penitenciária de Carandiru, em São Paulo, que ficou nacionalmente conhecida através do massacre ocorrido em 1992, e pelo filme *Carandiru*, ganhador de prêmios nacionais e internacionais, dirigido por Hector Babenco, em 2003, inspirado no livro de Dráuzio Varela: *Estação Carandiru*.



aqui parece um presídio com janelinha uma ao lado da outra e cheio de gente estranha. Eu vou falar o que, né? Parece mesmo.

No PAC do Preventório, muitos conflitos eram gerados a partir de fofocas. A postura de “não se misturar” ou de “confiar desconfiando”, significava não criar uma disputa ou enfrentamento, pois o (a) vizinho (a) pode ser amigo (a) “da porta da rua pra fora”. Acredita-se, como no caso de Dona Gisela, que seja importante manter uma postura diplomática, mas não de total confiança. Esse sentimento de desconfiança reforça, por outro lado, a importância dos laços de parentesco, como elemento que fundamentaria *a priori* e em última instância as relações sociais tidas como privilegiadas. Ao mesmo tempo, reitera o sentido sagrado da casa, que a princípio só pode ser aberta para pessoas de confiança, que compõem o núcleo familiar, ou daquelas que são consideradas “como se fosse de casa”.

Somente os familiares são vistos como aqueles que têm a obrigação social, e “natural”, de estarem presentes em todas as horas, e de despertarem confiança, apesar das eventuais divergências no interior da família.

Segundo Da Matta (1990; p.73), “em casa temos associações regidas e formadas pelo parentesco e relações de sangue; na rua, as relações tem um caráter indelével de escolha [...]”. Desse modo, embora ambos os domínios devam ser governados pela hierarquia fundada no respeito, conceito relacional básico do universo social brasileiro, o local básico do respeito é por excelência a casa. “Na rua [...] o mundo tende a ser visto como um universo hobbesiano, onde todos tendem a estar em luta contra todos, até que alguma forma de hierarquização possa surgir e promover alguma ordem” ( Idem; p. 74).

Nesses termos, uma das questões que me ocorreram, como um dos sinais mais evidentes da condição de liminaridade de meus interlocutores, era o fato de que, para eles, os próprios prédios se confundiam com a “Rua”. Apesar de terem se instalado com sucesso nos apartamentos, assumindo-os como suas casas, entretanto, da porta para fora não se reconheciam mais como "em casa", mas jogados “na rua”. Eles sabiam, objetivamente falando, que corredores e áreas comuns do prédio não eram a rua, mas a forma como se sentiam uns diante dos outros nessas áreas era como se fosse.

Os conflitos entre vizinhos são alguns dos elementos que reforçam a sociabilidade local. José Arthur Rios<sup>101</sup> já havia apontado a complexidade em torno da

---

<sup>101</sup> In: *Dicionário de Ciências sociais*. Rio de Janeiro, FGV, 1986. Verbetes “vizinhança”

noção de vizinhança no meio urbano, pois, ainda que represente um importante modo de convívio nas camadas médias e baixas, na favela, é fonte importante de solidariedades e conflitos. Não por acaso, a discussão teórica construída pelos autores da Escola de Chicago, a partir da leitura de Simmel (1983), tomou o conflito como uma das formas centrais de interação social. Para o autor, se toda interação de homens é uma sociação, o conflito é uma importante forma de sociação, pois visa solucionar dualismos existentes e alcançar uma espécie de unidade, mesmo que seja a partir da aniquilação de uma das partes conflitantes. Burgues e Park (1979) alertaram para o fato de que conflito se difere da competição. A competição pode ocorrer de forma inconsciente, e o conflito é sempre consciente.

A fofoca é, segundo Wieser<sup>102</sup> (2009; p.23), um tipo de produção comunicativa da moral, conhecida universalmente como mexerico (português), *comadreria* (espanhol), *commérage* (francês), *gossip* (inglês), *Klatsch* (alemão), ou por outras palavras que se referem a um comportamento comunicativo, que consiste na apresentação meticulosa, prazerosa e, às vezes, astuciosa de informações sigilosas e segredinhos íntimos de pessoas ausentes, num tom que demonstra (ou simula) perplexidade ou revolta diante de atos ou acontecimentos que, supostamente, não obedecem a padrões aceitos e, portanto, violam convenções morais ou regras comuns de decoro.

Ao ressaltar aspectos negativos dos outros, os mexeriqueiros interpretam seu mundo, ocupam posições ideológicas, fortalecem os laços de solidariedade entre si, e definem o que é apropriado conforme as normas e as convenções vigentes do seu grupo de relação. Percebe-se, também, que os mexericos, como muitos outros gêneros comunicativos do discurso cotidiano, não se revelam como imediatamente utilitários (WIESER, 2009).

### **5.7-O drama da mudança vivido de uma forma diferente**

Ao longo deste trabalho, procurei enfatizar a mudança de endereço imposta a moradores que viviam numa favela e que foram para um universo tido aos olhos do senso-comum como mais estruturado e organizado. Tal mudança, mais do que espacial,

---

<sup>102</sup> WIESER, Hans Peter. *A produção discursiva da moral no gênero fofoca: elementos para uma descrição micro e macrosocial da conversação cotidiana*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará. 2009.2 v.

engendrou uma série de outras redefinições de rotina e de projetos de vida, o que significou, para uma considerável maioria desses moradores, uma ascensão social. Aqueles que reclamavam insatisfeitos, referiam-se principalmente à falta daquilo que chamavam de privacidade, da perda do espaço do quintal, ou ainda, das contas que passaram a ser inevitáveis e mensais.

No entanto, a cada conversa com um morador, era possível identificar uma experiência diferenciada com a mudança. Eu já havia me habituado a ouvir histórias de moradores que revelavam o passado difícil ou de miséria; ou ainda outras, que manifestavam de forma saudosa e nostálgica a “liberdade” da favela; ou a sensação de ascensão social; contudo, para a família do Senhor Mota, morador do Preventório I, a experiência da mudança era vivenciada de forma diferente.

Conheci o Sr. Mota da mesma forma que conheci a maioria dos meus interlocutores: indo até o seu apartamento. Não precisei bater em sua porta, pois ele estava sentado numa poltrona no corredor em frente ao seu apartamento, fazendo redes de pesca. Apresentando dificuldade de audição, convidou-me a entrar, pois o barulho que vinha da rua atrapalhava a sua compreensão. E assim fizemos. Foi uma conversa longa. O morador, de 83 anos, contou-me sobre vários fatos de sua vida, especificamente sobre como foi morar ali naquele apartamento.

Contou-me que, até a metade do ano de 2009, ele e sete núcleos de sua família habitavam respectivamente oito casas, localizadas na via principal da Avenida Silvio Picanço, e que foram derrubadas, para a construção de parte dos apartamentos do Preventório I. Segundo o morador, esse terreno havia sido uma herança deixada pelo seu avô, que era funcionário da “Casa da Princesa”<sup>103</sup>, ainda no final do século XIX. Na ocasião, o avô teria ganhado do Estado da Guanabara o direito de propriedade deste e de mais dois terrenos na mesma avenida. Os anos se passaram, e à medida que os herdeiros foram formando família, mais sete casas foram construídas para abrigar os núcleos que foram se constituindo.

Assim como os seus irmãos, filhos e sobrinhos, o Senhor Mota afirma que viveu neste endereço por toda a sua vida. Além da sua casa e a dos familiares, o terreno sediava dois lava-jatos, dois estacionamentos (segundo o mesmo, havia espaço para mais de quarenta carros cada), um canil de cães de raça (que eram comercializados) e

---

<sup>103</sup> Construção do século XIX que persiste até os dias atuais como propriedade do Estado e que no momento passa por obras para abrigar um centro de atividade para idosos.

um galinheiro (os ovos eram comercializados e utilizados para uso próprio). No mesmo terreno separado por muros, um trecho era alugado por R\$ 4.000 para a empresa Telemar. O valor era repartido entre todos os oito núcleos familiares. Ou seja, além de moradia, havia uma capitalização do espaço que era fundamental para a complementação de renda das famílias, pois todos os adultos tinham seus empregos regulares: eram professores, comerciantes, policiais, uma costureira, e ele, que, durante mais da metade da sua vida, foi pescador, e atualmente, como mesmo se definiu, é “um faz-tudo”.

O morador relatou-me que, principalmente a partir da década de 1990, época em que a especulação imobiliária passou a se mostrar mais contundente na região, várias foram as ofertas feitas à família, por parte de grandes empresas e empreendimentos imobiliários. Porém, ele informou que, apesar das propostas tentadoras, sempre havia algum familiar que não concordava com a negociação, o que impedia que qualquer transação fosse feita, pois o terreno era apenas um.

Contudo, em 2008, a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro, na busca por terrenos nos arredores para a construção dos apartamentos<sup>104</sup>, interessou-se pelo terreno onde estavam localizadas as casas dos parentes do Sr. Mota, e entrou em contato com todos os representantes da família. Segundo o interlocutor, os engenheiros da Delta e da CEHAB conseguiram convencer a todos os familiares de que ali seria o local ideal para a implementação do primeiro projeto de habitação popular, vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento- PAC. E que, futuramente, ali seria um local ainda mais valorizado. Cada núcleo familiar ganharia, com a troca, dois apartamentos, e ainda seriam construídos um grande estacionamento e um lava-jato, para que a família não perdesse seus rendimentos anteriores. No entanto, o acordo foi apenas verbal, e além dos apartamentos, nada foi entregue ou construído. Como não houve registro em cartório, nada puderam fazer em termos legais para contestar o descumprimento da promessa<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup> Ao contrário da política de remoções de favelas ocorrida nas décadas de 1960 e 1970, quando os moradores foram removidos para áreas consideradas distantes dos grandes centros urbanos e de sua localização de origem, a proposta do PAC-Habitação consistiu em construir as novas habitações o mais próximo possível das antigas moradias, para que o impacto social destas famílias fosse o menor possível.

<sup>105</sup> Essa história foi confirmada por uma das assistentes sociais da CEHAB com quem conversei, que se mostrou solidária à família e a orientou ( não em nome da CEHAB) que recorresse à Justiça. “Eu achei um absurdo o que fizeram com aquelas famílias, então eu falei ao Sebastião, como amiga, não como representante da CEHAB, que ele procurasse a Justiça. Pois prometeram mundos e fundos, e no final, eles saíram só com aquele apartamento, que foi construído para pessoas que viviam uma situação de vida

Muito antes da entrega das chaves, Sr. Mota relatou que a família já havia se arrependido do negócio, pois se deu conta de que a troca foi desvantajosa, e que passariam a ter que dividir os corredores com pessoas desconhecidas, de nível socioeconômico muito diferente dos seus; e que, principalmente, perderam suas casas, suas varandas, quintais, estacionamentos, churrasqueiras e, segundo um sobrinho seu, deram-se conta de que “perderiam a alegria de chegar em casa depois do trabalho”.

Sr. Mota afirmou que a casa em que morava era pequena e com corredores estreitos. Estava ainda no tijolo cru e sem emboço, pois segundo conta, era pescador, trabalhava viajando, e não tinha “muito gosto” em “arrumar” a casa. Em relação a isso, no seu caso, considerou a troca pelo apartamento em que passou a morar muito mais confortável. “Eu confesso que não tinha muito *gosto* para arrumar a casa. A minha ex-mulher sofreu muito com meu descaso. Ganhei um bom dinheiro quando era jovem, aliás, ganho até hoje, mas não gastei devidamente em casa. Farreei muito na rua. Você entende o que eu digo, não é?”

Embora o uso dos apartamentos para fins de especulações imobiliárias (aluguéis e vendas) sejam interditos segundo o Regimento interno do PAC, Sr. Mota afirma que alugava o segundo apartamento que “ganhou” com a troca por R\$500.

Embora seja pensionista do INSS, o morador relatou ainda que possui quatro atividades remuneradas, que ao todo lhe rendem em média R\$4.500 por mês. Ele tomava conta de barcos ancorados em frente ao Preventório, cujos valores variam de R\$60 à R\$150 por barco, a cada semana; trabalhava como “faz-tudo” no projeto social Fernanda Keller<sup>106</sup>, há mais de dez anos; pescava e vendia peixes e camarões por encomenda, além de vender redes de pesca que confeccionava. Tinha ainda uma aposentadoria pela aeronáutica que, segundo conta, “conseguiu” através de um conhecido, “sem nunca ter trabalhado lá”. “Dinheiro não é problema pra mim. Tenho facilidade de ganhar e mais ainda para gastar. Uso o dinheiro para o meu prazer. Dou um dinheiro pra minha ex-mulher, pago as minhas contas e o resto eu gasto com minhas mulheres.”

---

diferente da deles. É claro que eles saíram perdendo. E devem se arrepender pro resto da vida com a troca desvantajosa.”

<sup>106</sup> O projeto Fernanda Keller é um projeto de cunho social organizado pela triatleta campeã mundial, que inclui aulas de natação ( na piscina do Corpo de Bombeiros e na Praia de Charitas), corrida e ciclismo. Conta com profissionais da área de Educação Física e Nutrição. O público alvo do projeto são as crianças e adolescentes da comunidade. [http://www.institutofernandakeller.com.br/site/?page\\_id=992](http://www.institutofernandakeller.com.br/site/?page_id=992)

Apesar dos mais de vinte e três filhos “espalhados pelo país”, como gostava de enfatizar, mora sozinho. E embora os familiares reclamem dos apartamentos, por diferenciados motivos, ele considera que ter ido morar num deles lhe trouxe mais conforto e discrição para os seus encontros amorosos. “O apartamento facilitou minha vida particular. Aqui eu tenho mais conforto. Mas é claro que não considero a troca justa porque a gente merecia mais do que os apartamentos. Nós tínhamos um patrimônio, e agora?”.

Após esse encontro tão revelador com Sr. Mota, empenhei-me em conhecer os seus familiares. Eu geralmente ia ao Preventório durante a semana, e sempre que ia até ao apartamento de alguém de sua família, não encontrava ninguém, pois estavam no trabalho. Havia conseguido, através de João e José, o número do telefone celular de Sebastião, que era síndico do Preventório I, e sobrinho de Mota, mas todas as vezes em que tentava ligar, ele estava desligado ou fora de área. A única vez em que conseguimos conversar e marcarmos um encontro, ele não apareceu no horário marcado. No entanto, o conheci por acaso num sábado de festa.

Num sábado de sol, resolvi ir até a praia em frente ao Preventório, observar a movimentação dos banhistas, porém, assim que estacionei meu carro na rua principal, a música alta e o cheiro de churrasco que vinham da direção do PAC chamaram a minha atenção, uma vez que as reuniões privadas nos espaços comuns eram, a princípio, interditas.

Visto isso, resolvi mudar o roteiro do dia e, em vez de tomar sol na praia com os banhistas, em sua maioria, moradores do Preventório, entrei no prédio para ver melhor o que estava acontecendo por lá. Ao deparar-me com uma criança que descia as escadas perguntei-lhe onde estava acontecendo a festa. Ela respondeu-me que vinha da casa do síndico e falou para eu ir até lá. Como eu nunca conseguia falar com ele ao telefone, nem encontrá-lo em casa, resolvi seguir o conselho da pequena moradora e fui até lá, nem que fosse para me apresentar e marcar um encontro numa próxima ocasião. E assim eu fiz. Apresentei-me a ele e pedi desculpas por chegar num dia de festa. Ele foi receptivo e convidou-me a participar da reunião de amigos e familiares: “Você não vai ver no PAC nenhum churrasco igual a esse aqui, então aproveita”. E foi logo apontando em direção à mesa para que eu fizesse meu prato e comesse à vontade. Ele percebeu minha timidez e disse que eu era convidada dele. Em seguida, colocou uma lata de cerveja em minha mão e, apesar de não beber cerveja, acabei aceitando.

Conversamos diferentes assuntos e ele contou-me também a sua versão sobre o processo de mudança e a dificuldade em conduzir a administração local. Comentou que nunca promovia reuniões de condomínio, “porque ou acabava em bagunça ou as pessoas não iam”:

Reunião aqui não dá certo, eu prefiro ir de casa em casa fazer comunicados e recomendações. Dessa forma, todo mundo fica sabendo de tudo, sem dar desculpa de que não sabia disso ou daquilo. O pessoal aqui reclama de tudo. Agora por exemplo, eu e minha família estamos dando um churrasco pra comemorar o aniversário do meu cunhado que mora aqui. Aposto que vai ter gente dizendo que a gente bancou o churrasco com o dinheiro do condomínio. Até parece! Quando a gente morava antes em casa a gente fazia sempre churrasco.

Neste dia apresentou-me a família: o filho, que joga vôlei na seleção brasileira juvenil; a ex-esposa; a namorada; dois irmãos e o cunhado aniversariante. O churrasco era farto. Tinha asa e coxa de frango, linguiça e carne de ótima qualidade. Como acompanhamento, havia salada de maionese, salada de macarrão parafuso, molho inglês, farofa, arroz e de sobremesa, pudim de leite. Havia duas mesas fartas com comida e diversos bancos. Além da aparelhagem de som e a churrasqueira. Aproximadamente, umas vinte pessoas divertiam-se como em qualquer churrasco de família. Cantorolavam músicas populares, acompanhavam o *videokê*, e dançavam as suas coreografias correspondentes.

Quando eu perguntei se não era proibido usar as partes comuns para fazer festas particulares, Sebastião justificou que, ali no último andar, os quatro apartamentos de frente pertenciam a mesma família, dessa forma eles se sentiam mais à vontade para continuarem fazendo suas reuniões, pois sabiam que ninguém iria reclamar.

Em seguida, Sebastião me chamou para conhecer seu apartamento, e mostrar-me com detalhes os cômodos, comparando-o com a antiga casa. Decidiu ligar o computador, e mostrar-me fotos da sua casa, antes da existência do PAC. O filho viu, e relatou lembranças felizes da infância em comparação à “confusão” do presente.

Iva, a irmã de Sebastião e esposa do aniversariante, é pedagoga, e mora com o esposo e o filho. Disse que, depois da mudança, nada pode piorar na vida dela:

Minha vida virou um inferno depois que a gente veio pra cá. Não tenho mais prazer pra chegar em casa. Por exemplo, aqui nessa festa tem umas três pessoas que eu nunca vi na vida e claro que não convidei [apontou para três crianças que estavam sentadas]. Mas eu vou fazer o que? Vou colocar pra

fora? Dar uma de mal-educada? Eu não. Vou te falar outra coisa: Até hoje eu não tenho nada no papel que indique que esse apartamento é meu. Parece que a gente não pode vender e nem deixar pros filhos. Então, isso aqui não é de ninguém. A gente trocou algo que era nosso por uma coisa que não é. A gente foi muito feliz no passado, mas agora é só confusão.

A fala de Iva deixou claro o desconhecimento sobre a negociação que foi feita e sobre os reais direitos que possuíam em relação ao imóvel. O mesmo desconhecimento que fora revelado por outros moradores advindos da favela. Sebastião apresentou-me seu irmão Ivan, cuja esposa é tesoureira de dois blocos. Ivan é policial, e disse estar muito incomodado com a nova moradia. Antes das obras do PAC, ele morava com a sua mãe, e estava construindo a sua casa em cima. Na troca, conseguiram dois apartamentos. A mãe agora mora sozinha, e ele, a esposa e o filho moram em outro apartamento:

A minha mãe está tão infeliz aqui que ela já ficou doente e teve que fazer ponte de safena. O médico disse que ela não pode se aborrecer, mas morando aqui isso é praticamente impossível. O pessoal aqui urina no corredor dela. É barulho o dia todo. É gente sem educação; é problema de vazamento que acontece... Eu só sei o seguinte: aqui a gente não vai ficar mais muito tempo. Na época das obras, eles pagavam pra gente um aluguel social que não era nem metade do que a gente merecia. Daí eu tirava do meu bolso pra pagar uma casa que eu achava que eu merecia. Eles pagavam tipo R\$700 e meu aluguel era mais de mil. Esse apartamento aqui não vale a saúde da minha família. Eu não sei quando, mas eu vou sair daqui.

Na festa, os irmãos e seus convidados pareciam esquecer um pouco as insatisfações da nova moradia, mas, quando eu tocava no assunto da “mudança”, todos lamentavam com arrependimento e pesar o fato de terem “acreditado na CEHAB”, e trocado “a privacidade” de suas casas “confortáveis e espaçosas” pelos apartamentos.

Através do intermédio de Ivan, consegui o telefone de sua esposa, Cilene, que é tesoureira. Ela não estava presente na festa, pois pouco saía de casa. Segundo o marido, depois da mudança, ela havia ficado muito desgostosa com a vida. Na semana seguinte ao churrasco, liguei para Cilene e marcamos em seu apartamento. No dia marcado cheguei à sua casa, conforme combinado, após às 18 horas, horário que chegava do trabalho. Ela é professora do ensino infantil de uma escola particular em Jurujuba.

Cilene e Ivan moram num apartamento de frente para a rua principal ( em frente à praia), e enquanto conversávamos, víamos o movimento da rua. Seu apartamento possuía pouquíssima mobília. Tinha dois bancos de madeira na sala e uma grande gaiola



com dois periquitos<sup>107</sup>. À televisão, assistem no quarto. Ela faz questão de explicar que, devido à sua insatisfação em morar naquele local, “não possui estímulo de *arrumar* a sua casa”.

No dia da primeira reunião dos moradores com o pessoal da CEHAB, eu já vi logo que não daria certo. Aquele pessoal era muito diferente da gente, até porque realmente era mais pobre e ignorante, de outro nível, e usavam termos chulos. Mas não é uma questão de preconceito. Porque sempre demos bom dia e boa tarde para o pessoal da comunidade quando morávamos nas casas e não existia PAC. A questão não é que eles sejam mais pobres, e sim porque são grosseiros, e não concordam com nada que é proposto. Eu já sabia que não daria certo.

Na reunião citada por Cilene, ocorreu a escolha do grupo que formaria a administração: síndicos, subsíndicos, tesoureiros e secretários. Segundo relatos de todos os síndicos, e das assistentes sociais da CEHAB com os quais conversei, não houve por parte dos moradores, de nenhum dos PACs (I, II ou III), interesse expresso em fazer parte do grupo. Tanto que não houve disputa entre chapas. Foi aí que Cilene chamou seus parentes, e disse-lhes que o melhor que poderiam fazer era eles assumirem a administração dos blocos em que morariam, pois temia que a organização ficasse “nas mãos do pessoal do Morro, que ninguém conhecia.” E assim aconteceu: Sebastião, sobrinho de Mota assumiu o papel de síndico (sem chapas concorrentes) e montou sua equipe, formada pelo irmão Charles, por Cilene, e por mais dois moradores que não são da família, “mas que consideram de confiança”. Segundo Cilene, apesar de os moradores “reclamarem de tudo”, sentirem-se lesados com a mudança e saberem que teriam que pagar contas, ninguém mais quis fazer parte da disputa.

Aquele dia que eu levantei a mão aceitando fazer parte da administração foi o pior dia da minha vida. Para os moradores daqui, mesmo que eu pinte as paredes de ouro eles não vão achar que está bom e vão reclamar. Aqui eles me chamam de vagabunda e dizem que vão dar parte na polícia. Tem gente que não concorda com a taxa do condomínio e incita aqueles que pagam, a pararem de pagar. Na época que houve a eleição do corpo administrativo no auditório do Bombeiro ninguém queria se candidatar. Então, eu falei pro Sebastião e pro meu marido que, ao invés de colocar alguém estranho que ninguém nunca viu pra tomar conta disso aqui, a gente é que tinha que fazer parte. Se arrependimento matasse, eu estaria enterrada agora.

---

<sup>107</sup> Ao ouvir duas outras moradoras identifiquei que o fato de Cilene ter poucas mobílias e não ter uma “casa arrumadinha” é motivo de chacota entre vizinhas.

Cilene sabia de todos os moradores (dos blocos que representava) que estavam em débito com o condomínio, pois ela era quem recebia os pagamentos. Na verdade, afirmou que não havia muitos casos de inadimplentes, pois a maioria incorporava com responsabilidade o pagamento das taxas e, quando ocorria algum problema, avisava os motivos. Dos 32 apartamentos pelos quais era responsável, relatou que apenas quatro possuíam atrasos mais constantes da taxa de condomínio, embora existissem casos de moradores que atrasassem esporadicamente. Uma das moradoras que considerava problemáticas era a Felícia, cujo caso já foi relatado. Mãe solteira de três crianças, não trabalhava, não recebia pensão, e contava somente com o valor do *Bolsa família*, e de ajuda de parentes e de vizinhos, logo, possuía muitas dificuldades em quitar as despesas do apartamento.

Eu nunca tive coragem de cortar o gás dela porque ela tem crianças. Eu tenho filho e não consigo imaginar como seria ficar sem gás e não fazer comida pra ele. Mas eu já falei para o pessoal da CEHAB, e eles é que vão tomar alguma posição. Se ela ficar sem pagar, pode até perder o apartamento. Eu acho triste, mas estou fazendo meu papel. As outras três pessoas não pagam porque não querem mesmo, e ainda incitam os que querem pagar a não pagarem.

Segundo Cilene, os inadimplentes possuíam diferentes posturas em relação à prestação de contas. Existiam casos de moradores que simplesmente não pagavam, não explicavam o motivo, e não se consideravam como devedores. Alguns mandavam os filhos avisarem que não iriam pagar, alegando diferentes motivos; outros se mostravam preocupados e expunham suas limitações orçamentárias naquele momento, comprometendo-se a pagar tão logo a situação melhorasse. Pude perceber que nesse último caso, Cilene não considerava como inadimplência, pelo fato de esses moradores mostrarem preocupação, serem conscientes da dívida, e comprometerem-se a pagar tão logo pudessem. Segundo ela, “os que têm boa vontade”, podiam atrasar, mas avisavam e sempre pagavam.

Tem gente que é assim: atrasa três meses e quando vem pagar, paga só um mês, teima comigo dizendo que pagou os meses anteriores e ainda cobram o recibo de pagamento. É claro que não dou, né?! Só dou recibo do mês pago. No início, eu ia de porta em porta cobrar o condomínio, mas como eu ouvia muitos desaforos, cheguei à conclusão que se nem a Ampla nem o Credicard vão cobrar de porta em porta eu também não teria que fazer isso.

Cilene comentou que ela e o esposo não iriam esperar o documento de propriedade do imóvel ser entregue pela CEHAB, pois queriam encontrar outro lugar

para morarem. Como a venda dos imóveis é proibida, disse que não se importava em simplesmente abandonar o apartamento e recomeçar a vida do zero. Relatou que o filho havia aprendido palavrões e termos de baixo calão com a vizinhança, e por isso, o deixava brincar somente com o filho da “vizinha de porta”, pois segundo ela, “é de confiança”, e que também queria se mudar por estar insatisfeita com a vizinhança.

Viviane era uma dessas “moradoras problemáticas” apontada por Cilene. Viviane, por sua vez, menciona a organização do condomínio como um dos principais dificuldades encontradas com a mudança:

A família do síndico pensa que é dona dos prédios, donos do pedaço, mas não são. Eles são como cada um de nós. O irmão do síndico ameaça a gente até com arma. Chama a gente de favelado. Eu pago condomínio e minhas contas certinho, tudinho, mas estou pensando em deixar de pagar. Não vou ficar sustentando vagabundo. Dá vontade de chamar a polícia.

Viviane considera que o valor cobrado pelo condomínio, na ocasião, R\$ 55, além de R\$ 4,000 depositados pela CEHAB para o caixa, seria o suficiente para que outros serviços fossem oferecidos no conjunto de prédios. “Eu acho muito estranho. O síndico toma cerveja todos os dias. Ninguém tem dinheiro para beber cerveja todo dia. Em compensação, o dinheiro do caixa do condomínio não confere. É claro que ele usa o dinheiro para ele e para família dele.”

## **5.8- A Fronteira das ambiguidades**

Segundo José e João, existe tráfico de drogas no Preventório III. Os síndicos relatam que os traficantes passaram a atuar de “forma escancarada” a partir de 2012. João explica que tentou evitar que pessoas envolvidas com o tráfico se instalassem lá, mas não houve como:

Esse pessoal veio de fora, mas como muito morador abriu as portas pra essas pessoas, eu sozinho não tenho como combater. O pior, é que esse pessoal nem paga condomínio. Eu já fui cobrar. E continuo cobrando. Digo a eles que eles podem fazer o que for, mas precisam pagar as contas. Agora a gente não tem a mesma liberdade de antes. Infelizmente. De vez em quando, a polícia vem aqui correndo atrás de traficante.

Dona Gisela, do Preventório I, comentou que presenciou certa vez, por volta das dez horas da noite, através da sua janela do terceiro andar, vendas de droga no

condomínio. Segundo a descrição feita pela moradora, havia dois moradores: um que vendia e outro que comprava. Ao perceber a situação, correu para a cozinha e foi encher um balde d'água, e sem que o vendedor e o usuário percebessem, mirou e jogou a água exatamente em cima deles, e ainda gritou e praguejou, dizendo que chamaria a polícia.

Eu não quero bagunça aqui. Seja com traficante, com maconheiro ou com homem tarado. Teve uma vez que vi um homem *mijando*, no poste da rua, exatamente em frente a minha janela, e na mesma hora gritei, dizendo que iria chamar a polícia porque tinha um tarado aqui na frente. Nunca mais fizeram isso. Também nunca mais vi ninguém usando ou vendendo droga. Eu contei tudo *pro* síndico e ele deu o jeito dele.

O síndico do Preventório I relatou que tem um “esquema radical” em relação à práticas como venda de drogas:

Tenho os meus conhecimentos. Eu já falei aqui pra todo mundo que, se eu visse droga e coisa errada rolando aqui no Preventório I, eu não iria ter pena e iria mandar bala. Então as pessoas tem medo de mim aqui. Eu coloco e imponho respeito. É claro que eu exagero, que é pra eles terem medo mesmo. Tem que ser assim, senão vira bagunça e eles vão fazer o que quiserem. Então aqui não tem bagunça porque eu não deixo. Se fizerem alguma coisa errada, é lá fora. Aqui dentro eu não permito.

Os diferentes engajamentos dos síndicos do Preventório I e III são evidentes. João, que sempre morou na favela, não se sentiu capaz e com autoridade suficiente para se posicionar diante dos traficantes, expulsá-los ou fazer denúncias mais contundentes à polícia. Respeitar e temer a autoridade dos traficantes faz parte do *habitus* do morador de favela. Nesses termos, a ida para o apartamento não mudou a postura de João em relação a esse temor, porque inconscientemente considera o PAC um universo ambíguo, tal como a favela. A polícia, que funciona na rua principal, vizinha ao PAC I, segue a mesma lógica, ou seja, que o Preventório III é uma espécie de extensão da favela, logo, de acordo com essa perspectiva, o funcionamento de uma boca de fumo nos prédios faria parte da normalidade local. A herança dos estigmas da favela, portanto, abriga e contempla a possibilidade da entrada do ilícito.

Sebastião, síndico do Preventório I, não era morador de favela. Segundo contou, viveu seus quarenta e cinco anos numa confortável casa herdada de sua mãe, com quintal, varanda, garagem e portão, onde fazia planos de construir um andar acima. Fez amizades com moradores da favela e com moradores bem sucedidos financeiramente

dos bairros vizinhos. Vivia num universo liminar, ou seja, entre a favela e a zona sul da cidade, e dialogava com as duas realidades.

Quando Viviane acusou Sebastião de ele se sentir dono daquele lugar, fez uma aposta correta, embora tenha sido com o intuito de ofendê-lo. No entanto, era de fato esse sentimento, ou seja, o “sentir-se dono” e responsável por aquele local, que poderia ajudar a explicar a obstinação deste morador em “tomar conta” daquele lugar de forma tão pragmática, e ter o ímpeto e a ousadia em evitar a presença de pessoas ou ações que não considerasse bem-vindas.

### **5.9 -Compras e despesas: perdas e ganhos na casa nova**

Segundo Campbel (2001; p.60), os hábitos do consumo podem ser alterados, como consequência, ou de uma inovação nos usos dos recursos, ou de uma modificação dos modelos de satisfações. Por mais que exista uma restrição orçamentária latente nas famílias beneficiadas pelos apartamentos do PAC, foi ressaltado aqui como foi importante a aquisição de bens para a casa, na intermediação de processos de mudança. No plano prático, mesmo aqueles moradores que se sentiram ludibriados pela troca, ou seja, que preferiam a casa anterior na favela, identificaram a renovação dos bens como algo urgente e necessário. Então, compras à prestação, contratação de dívidas, pedidos para familiares ou amigos “tirarem” no cartão, ou ainda, através de doações e presentes, foram algumas das maneiras pelas quais os bens foram adquiridos.

As dificuldades financeiras desses moradores, que geralmente implicavam na dificuldade de obtenção de crédito para compras parceladas, contribuíam para a construção de estratégias, ou ainda para o fortalecimento das redes de parentesco, de amizades ou de instituições de caridade, que atuaram como elementos facilitadores do processo de compra ou de aquisição dos bens para as casas novas.

Muitos encontraram dificuldades para adquirirem crédito devido à: presença do nome no cadastro de consumidores inadimplentes do Serviço de Proteção ao Crédito – SPC- ou Serasa; inexistência de registro como empregados formais; falta de emprego remunerado; ou ainda, total desbancarização. No entanto, com ou sem crédito, é através de sacrifício que famílias mais pobres tendem a adquirir os bens considerados mais caros. O sacrifício se dá através, principalmente, de duas situações: corte de gastos, em detrimento de poupança para compra à vista; ou pagamentos parcelados, o que tende a

comprometer ainda mais o orçamento mensal “apertado”. Em ambas as situações, é comum o rateio em casa entre aqueles que trabalham. A frase que muito ouvi foi: “*A gente só tem as coisas com sacrifício mesmo*”. Segundo o dicionário de sinônimos da língua portuguesa, Aurélio (2012), crédito significa:

**s.m.** *Confiança ou segurança na verdade de alguma coisa; crença. / O que é devido a alguém. / Em contabilidade, o que representa saldo, por oposição a débito. / Reputação de solvência, boa fama: ter crédito na praça. / Fig. Influência, valimento, consideração: ter crédito com os outros. / Fig. Autoridade, valia, importância: homem de crédito. // Comprar a crédito, comprar fiado, receber o objeto comprado sem o pagar logo. // Crédito comercial, industrial, agrícola etc., facilidade de ter adiantamentos de dinheiro para a prosperidade do comércio, da indústria, da agricultura etc. // Crédito real, o que é garantido por hipoteca de bens imóveis.*

Aos olhos de Miller (2002; p.87), “tanto o discurso das compras como o do sacrifício representam uma fantasia de extremo dispêndio e consumo como dissipação.” Segundo o autor, dois argumentos são apresentados para justificar o relacionamento entre o sacrifício e o ato de comprar. O primeiro terá como base a constatação de que ambos representam o momento decisivo em que trabalho produtivo se transforma em processo de consumo.

Em ambos os casos expressa-se os termos do mero consumo profano ou material, e os rituais são elaborados para garantir que as mercadorias sejam utilizadas, primordialmente, como reafirmação de metas transcendentais. A segunda ligação refere-se à estrutura. Argumenta-se que existe uma clara analogia entre os principais estágios do sacrifício e os do ato de comprar, enquanto ritos devocionais.

Para Hubert e Mauss (1964), o sacrifício trata da constituição de um relacionamento entre os envolvidos e um mundo transcendental ou sagrado. De acordo com Miller (2002; p.89; 92), podemos falar tanto em sacrifícios em favor da sociedade, como de pessoas na guerra, quanto em autossacrifício da dona de casa em favor do seu lar. Ao assim fazermos, o termo adquire um sentido de metáfora ou analogia, em oposição aos atos rituais e rotineiros do sacrifício que constitui, pelo constante reconhecimento, o próprio divino.

A principal relação que Miller (2002; p. 95) estabelece entre consumo e sacrifício é que o sacrifício é sempre um ato de consumo, uma forma de dispêndio pela qual alguma coisa ou alguém é consumido. “A presença do sacrifício durante o

consumo é variável. Em alguns casos, todos os atos de comer carne dependem de ritos sacrificais prévios”.

O aspecto que define o sacrifício é o momento em que o objeto do sacrifício é, literalmente, consumido. [...] o ato do sacrifício [...] toma o momento em que a produção é transformada em consumo e se apropria dele para os propósitos da santificação e do recebimento dos poderes provenientes dos objetos transcendentais de devoção, em nome dos indivíduos e da sociedade. O sacrifício garante que o melhor daquilo que a sociedade produziu seja efetiva e eficientemente gasto para se obter não somente o abastecimento rotineiro, mas também os benefícios decorrentes de um relacionamento de amor e de devoção com uma força divina.

Campbel (2001; p. 41-42), ao falar sobre consumo e mudança social, revela, a partir de estudos anteriores, realizados por Mc Kendrick, que o núcleo responsável pela revolução do consumo no século XVIII e XIX fazia parte de uma parcela da força de trabalho que possuía rendimentos medianos, ou seja, que não era nem muito pobre, nem rica. “Naturalmente, os ricos consumiam prodigamente, dando uma contribuição para a procura global [...] também é correto assinalar que a contribuição dada pelas classes mais baixas cresceu tanto quanto ganhava impulso a Revolução Industrial.”

No Brasil contemporâneo, muito se tem falado sobre o aumento de consumo por parte dos setores mais populares. Em pesquisa publicada inicialmente em 2008, Marcelo Neri, economista da Fundação Getúlio Vargas, analisa o crescimento do consumo e a estabilidade do que chama de classes econômicas A, B, C, D e E, reforçando, no entanto, a classe C, e o seu crescimento acima das demais, apelidando-a de “Nova classe média brasileira”, devido à considerada efetiva participação no consumo de bens e serviços.

A pesquisa coordenada por Marcelo Neri, e publicada pela FGV, chamada *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*<sup>108</sup>, suscitou uma série de reportagens nos principais semanários do país, tais como <sup>109</sup>*Veja*, *Época*, *Exame*, *Carta Capital*, bem como especiais jornalísticos impressos e televisivos. A pesquisa realizada pelo economista redimensionou novos parâmetros de consumo de famílias consideradas até

<sup>108</sup> Disponível em: [http://www.cps.fgv.br/cps/classe\\_media/](http://www.cps.fgv.br/cps/classe_media/). Acesso em: 10 de agosto de 2010

<sup>109</sup> Reportagem: “A classe C no paraíso”, Revista *Veja*, 25/06/2008. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/250608/entrevista.shtml> - acesso em 12/03/2012. Reportagem: Para entender a classe C Revista *Exame*, 02-04-2009. <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0940/noticias/entender-classe-c-432188>

Reportagem: “A nova classe média no Brasil”, Revista *Época*, on-line. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10074-15204,00-A+NOVA+CLASSE+MEDIA+DO+BRASIL.html> – acesso em 12/05/2012  
Reportagem do Jornal da Record em 27/01/2012.

então mais pobres, e que passaram a consumir em maior escala, sobretudo, bens domésticos e de uso pessoal, o que, segundo o pesquisador, foi possível devido à estabilidade da economia brasileira, à democratização de ofertas de crédito e ao aumento de empregabilidade formal de trabalhadores na “base da pirâmide”.

O estudo de Neri teve como base estatísticas do IBGE, os dados da PME — Pesquisa Mensal de Empregos, e a análise de atitudes e expectativas, utilizando a sondagem do consumidor divulgada pelo IBRE — Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas; e, ainda, o potencial de consumo definido pela quantidade mensurada de bens duráveis nos domicílios, número de empregados domésticos na residência, e no nível de escolaridade do chefe da família, o chamado Critério Brasil, utilizado pelos institutos de pesquisa de mercado para classificação socioeconômica. (Vicente, 2012; p.21)

Os especialistas da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) que aderiram aos estudo de Neri, com objetivo de fomentar a produção de políticas públicas, em 2012, redefiniram os novos perfis das classes econômicas no Brasil. A partir desse novo parâmetro, todo indivíduo que vive em famílias com renda (somando-se a renda familiar e dividindo-a pelo número de pessoas que compõem a família) entre R\$ 291 e R\$ 1.019, fazia parte da nova classe média.<sup>110</sup>

Entretanto, o cientista social Jessé Souza (2010) discordou do uso da terminologia “nova classe média” por formadores de opinião, economistas e pesquisadores, argumentando tratar-se de uma banalização do termo “classe”, ligando-a diretamente ao nível de renda e consumo, uma vez que as classes sociais são definidas em relação a vários outros critérios e não somente pela posse, o acesso ao consumo ou acesso ao crédito. Segundo o sociólogo, todo esse entusiasmo não reflete a realidade desse grupo, que se mostra dura, conflitante e recheada de contradições. Para classificar e definir a identidade social de um grupo é necessário analisar sua gênese, suas formas de ser, estilos, modos de consumo, formas de linguagem, comportamento corporal, *habitus*, capitais culturais, sociais e simbólicos, etc.

---

<sup>110</sup> Segundo o SAE: “ os valores nominais destes limites variam de ano para ano, variação esta proporcional à taxa acumulada de inflação. Por exemplo, como a taxa de inflação acumulada entre 2001 e 2009 foi de 109%, em 2009, os limites nominais da classe média eram 76% maiores que os correspondentes limites nominais de 2001. Note que tanto o limite superior como o inferior são 76% maiores”. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-Defini%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-M%C3%A9dia-no-Brasil1.pdf>



De acordo com Yaccoub (2011), a existência de uma “nova classe média” se afirma e reproduz a todo instante sem qualquer questionamento, chegando a ser tratada como uma verdade absoluta e uma categoria sedimentada.

Apesar de admitir a existência de uma melhoria quanto à renda histórica na sociedade brasileira, Pochman (2012; p. 11) discorda quanto à possível consolidação de uma nova classe econômica, uma vez que: “a interpretação acerca do surgimento de uma nova classe média seria a consequência de um apelo à orientação das políticas públicas para a perspectiva fundamentalmente mercantil”.

O autor sustenta ainda que, durante os quinze anos após implantação do Plano Real, duas tendências diametralmente opostas em relação ao comportamento das rendas do trabalho e da propriedade no Brasil, podem ser identificadas de acordo com o IBGE. Ao todo, durante nove anos consecutivos, houve queda na participação salarial na renda nacional, acompanhada pela expansão das rendas da propriedade. Entre 1995 e 2004, a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, ao passo que a renda da propriedade cresceu 12%.

Todos esses *a priori* em torno da noção de nova classe média tiveram como objetivo situar os interlocutores do PAC do Preventório como um grupo de consumidores que redefiniram seu padrões de consumo e de estilo de vida, sem no entanto, ascenderem economicamente em termos salariais ou mesmo em termos de relações de trabalho. Ao concordar com Souza e Pochmam, podemos inferir que eles não ascenderam de classe econômica, embora tenham sido submetidos a um processo de aburguesamento, através do financiamento público da moradia, e das facilidades de acesso ao crédito que lhes permitiu uma melhoria da qualidade de vida, conforto e a sensação de ascensão social. Mas, como pude mostrar nos relatos dos casos mais dramáticos que recolhi, a maior parte desses moradores não alterou substancialmente suas condições de reprodução social, suas condições de empregabilidade nem mesmo as salariais. É possível que, a partir da mudança em diante, novas alternativas tenham se apresentado, mas avaliá-las depende de retomar o trabalho de campo para acompanhar se, de fato, isso ocorreu, e a mudança consolidou-se.

### 5.10- O Pagamento das contas

Aquele semana do mês que concentra o vencimento das contas mensais tende a ser dolorosa para a maioria das pessoas. Chega a ser temida por muitos.

Ao mudar-se com a família para o apartamento, Viviane fez questão de comprar tudo novo para a casa: sofá, rack, geladeira, máquina de lavar, mesa e cadeiras, armários de quarto e uma televisão. Todas essas compras foram feitas em crediário, em lojas como *Casa Bahia*, *Insinuante* e *Ponto Frio*, e pagas com o seu salário de empregada doméstica que, segundo relatou, é em média de R\$900. O seu marido, que é gari, e ganha R\$1.300, arca com os gastos de alimentação, e o que ela chama de “contas brutas” (luz, condomínio e gás).

É ruim do meu marido me ajudar a pagar as coisas que compro pra casa. Ele disse que se eu quisesse comprar alguma coisa nova, eu mesma é que iria pagar. Então foi o que eu fiz, porque eu queria ter as coisas novas. Acaba dando tudo certo porque nós somos muito organizados e dá pra pagar tudo direitinho. A minha filha dá aula de capoeira numa academia, mas o dinheiro que ela ganha é só pra comprar as coisas dela. Não peço a ela pra me ajudar com nada, não. O irmão dela teve filho agora, então, está com as despesas dele. Eu me viro junto com a pai dela numa boa. Mas aqui é muito mais caro do que lá em cima. Disso eu não tenho dúvida. Apesar de a gente economizar com tudo, principalmente com a luz.

Viviane mostrou-se ótima aluna de economia doméstica. Ela revela com orgulho que compareceu a todas as reuniões promovidas pela AMPLA sobre “consumo consciente”. A concessionária de energia elétrica da região organizou palestras bem humoradas que tiveram como intuito alertar quanto à necessidade da racionalização do uso de bens eletroeletrônicos, bem como o uso da eletricidade de uma forma geral. A interlocutora explicou-me que, apesar de ter três televisões, dois DVDs e uma máquina de lavar em casa, sua luz não vem nunca mais de R\$85.

Eu acho até que vem muito. Quando eu não estou usando um determinado aparelho, ele fica fora da tomada. O pessoal da Ampla explicou que o DVD, por exemplo, só nele estar com a tomada ligada já gasta mais energia do que a televisão ligada. Eu guardei o folheto que explica tudinho. Às vezes as pessoas gastam porque não sabem poupar. A televisão, por exemplo, só funciona uma de cada vez.

As “contas brutas”, pelo que identifiquei nas famílias nucleares em que marido e esposa desenvolvem atividades remuneradas, tendem a ser de responsabilidade

masculina, enquanto que cuidados com embelezamento da casa, cuidados com vestimenta e tecnologias da cozinha, são consideradas preocupações mais femininas.

Embora admita que realize o pagamento mensalmente, Viviane se queixa da taxa do condomínio, pois não considera que a verba arrecadada pelo setor da administração seja utilizada de forma transparente, e acredita que a família do síndico tira proveito da situação. O problema não é a falta de dinheiro para fazê-lo, e sim, a discordância do valor, da obrigatoriedade e da falta de transparência na arrecadação. “Eu até acho que a gente tem que pagar alguma coisa, mas tem gente aqui que não tem dinheiro e não pode ficar prejudicada porque foram tiradas lá da favela e não pagavam nada”.

E tem outra coisa: são 36 apartamentos, e só tem 4 mil em caixa e já vai fazer um ano que a gente está aqui. O síndico aqui só quer saber de dinheiro. A gente disse que ia chamar a polícia pra saber desse dinheiro. Eu tenho os meus comprovantes de que eu pago meu condomínio e meu gás. Era pra ter muito mais. Esse dinheiro é pra fazer reparos no prédio, consertar uma bomba ou qualquer coisa que dê problemas. Não era pra ter só isso. Na reunião, quando a gente fala isso, o primo dele tira o revólver, ele manda a gente ir pra aquele lugar. Menina, você tem que ver como é a reunião! Toda vez que tem reunião, ele grita, xinga a gente, se a gente falar em dinheiro ele te xinga. Eles, todos os dias, bebem cerveja. Como pode isso? Eu nem sei porque eu continuo pagando.

No que se refere à conta de luz, Viviane não a considera alta porque, além de ela pagar a tarifa baixa renda, por receber *Bolsa-Família*,<sup>111</sup> relata economizar bastante a energia. Explica que os bens recém-adquiridos são utilizados “com cuidado pra não puxar muita luz”: “O computador, elas quase não usam. O DVD fica fora da tomada porque ele, ligado na tomada sem usar, gasta mais do que o computador”. A interlocutora credita o conhecimento que tem sobre energia elétrica às palestras que participou, e aos panfletos dados pelos profissionais da Ampla, tendo sido uma das moradoras que mais demonstrou sabedoria com o uso racionalizado dos eletroeletrônicos comprados.

A gente teve reunião com o pessoal da Ampla que explicou tudinho. A máquina de lavar, eu uso muito, mas quando eu não estou usando, ela fica fora da tomada. A televisão também. Se tiver aquela luzinha ligada, está gastando. Se eu sair da sala, eu desligo a luz. Eu tinha duas geladeiras. Quando vim pra cá, eu ganhei uma geladeira da Ampla e vendi pra comprar essa agora, que é duplex. O uso da água é marcado pelo hidrômetro e a gente paga em média quinze reais, e nem é individual. Eu não gasto muito porque eu trabalho e fico o dia inteiro fora. Só quem fica em casa é a mais nova porque a do meio, a de 17 anos, trabalha, e o outro meu filho está trabalhando

<sup>111</sup> Todos os moradores que recebem o *Bolsa-família* possuem sua tarifa de luz reduzida e considerada de “baixa renda”

sem carteira assinada porque ele trabalhou nas obras do PAC, foi mandado embora e está recebendo seguro-desemprego, se ele arrumar alguma coisa certa agora, ele perde o dinheiro. Mas o dinheiro dele é pras coisas dele também.

A moradora, no entanto, sente-se “enganada” porque, segundo conta, durante as reuniões, “o pessoal do PAC disse que a gente ia pagar uma taxa única, mas é tudo mentira porque a gente tem um monte de contas. Condomínio, água, gás e o caramba. Então era tudo mentira”.

José trabalhava como carpinteiro. Não possuía um rendimento fixo, mas relatou que pode contar com R\$ 900 certos todo mês. Sua ex-esposa é faxineira e, juntando todas as faxinas que realiza, ganha em torno de um salário mínimo. Recebem cerca de R\$200 de Bolsa-família pelos cinco filhos. Com a saída do morro, tudo mudou na vida da família, que passou a ter duas casas. A esposa, com o tempo, passou a ficar num apartamento, e ele, em outro. Os filhos revezam-se nos dois. O casamento, que, segundo José, não ia muito “bem das pernas”, acabou por ruir. “Nós somos diferentes. E a mudança para o apartamento deixou isso ainda muito mais claro. Ela adorava o apartamento, e eu sempre quis voltar para o morro”.

Com duas casas, os gastos também aumentaram, ou melhor, duplicaram. José, por ser síndico, não precisava pagar condomínio, mas sua então esposa precisava pagar. Apesar de terem aproveitado muitas coisas da casa antiga, ambos mobiliaram os apartamentos com coisas novas. Principalmente José, pois a esposa levou quase tudo para a sua casa. A separação do casal aconteceu aos poucos. Mas o distanciamento na hora de dormir, segundo José, corroborou para o fim.

José reclamava do orçamento atual, e dizia que só não fazia um “gato de energia elétrica porque não tem como”. De qualquer modo, considerava importante a cobrança da tarifa de energia. Em relação a gastos com roupas, e demais necessidades das crianças, afirmava que era a mãe quem administrava. “Eu pago as coisas mais caras, como a luz e comida, mas agora que ela tá lá no apartamento dela, é ela quem paga as despesas dela. Eu ajudo com comida”.

A dificuldade de pagar as contas, segundo José, não é maior do que a dificuldade de conviver entre os vizinhos. “O que eu achava mais caro era ter que conviver com essas pessoas lado a lado, porque as contas a gente sempre dá um jeito.” A mãe de seus filhos não reclamava, pois confessava que sempre tivera o sonho de sair do morro. No

entanto, começou a cuidar de idosos nos finais de semana, para aumentar os rendimentos. Não houve confusão em relação a isso. O casal separou-se sete meses após eu ter iniciado a pesquisa de campo, e a partir daí, José só falava da vontade de voltar a morar na Paraíba.

Crisântemo, quando se mudou para o apartamento, estava desempregado. Segundo contava, morava num “barraco de dois cômodos bem no alto do morro”. Não se sentiu em momento algum lesado com a troca dos imóveis, pois viu na mudança “uma oportunidade para mudar de vida”. E de fato mudou. O morador se considerava uma pessoa de sorte, apesar de muitas adversidades na vida.

De acordo com os seus relatos, seus pais morreram quando era ainda muito pequeno, e com cinco anos de idade, teve paralisia infantil. Foi criado por uma tia que pouco lhe deu atenção. Logo que fez 15 anos, saiu de casa, e passou por diferentes ofícios: porteiro, ascensorista, sapateiro, engraxate, balconista de boteco, camelô, dentre outros. A Andef<sup>112</sup> (Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos), de acordo com seus relatos, sempre o auxiliou, ao encaminhar seu currículo a diferentes empresas; contudo, nos últimos dois anos, encontrava-se desempregado. Durante este período, trabalhou fazendo e vendendo quentinhas, mas o custo era alto e não conseguia reinvestir no negócio, e acabou desistindo. Depois desse período, recebeu dois antigos conhecidos do morro, que tiveram suas casas demolidas, mas, como viviam de aluguel, não receberam os apartamentos.

Chamou-os para morar com ele, ao mesmo tempo com intuito de ajudá-los e de ter alguém para dividir as despesas; porém, com o tempo, percebeu que os dois não só não pagavam nada em casa como consumiam mais eletricidade, água, e a sua dispensa, que já era escassa. Embora estivesse penalizado com a situação dos conhecidos, não encontrou outra solução que não fosse colocá-los para fora. A partir de então, ficou dependendo praticamente de doações e ajudas de instituições religiosas e de conhecidos, que o auxiliavam no pagamento de contas e de custos com alimentação.

Agora, por exemplo, eu não tenho como pagar essas despesas todas de condomínio, luz e gás. Eu tenho que escolher o que vai ser pago, até porque preciso comer também. Eu sei que o pessoal aqui no prédio, principalmente o pessoal da administração olha meio torto pra mim porque sabe que eu não tenho pago o condomínio, mas eu não posso fazer nada. Eu me sinto mal, mas não posso fazer nada.

---

<sup>112</sup> <http://www.andef.org.br/home/index.php>

Como o morador possuía contato com clientes da época em que era engraxate na zona central de Niterói, alguns destes “o apadrinharam”. Ao saberem da sua situação de desemprego, e que ele estava indo morar no apartamento, cotizaram-se para comprar mobílias (novas e usadas) e eletrodomésticos para ele. Além disso, um deles lhe dá uma quantia mensal para gastos mais urgentes.

Apesar de “muito agradecido” a Deus e ao PAC, revela que o dinheiro que recebe não dá para pagar todas as despesas que possui (conta de luz, de gás, de condomínio e alimentação). Esse motivo o obriga a estabelecer uma hierarquização do que deve ser pago e do que pode ser postergado. “O gás, eu preciso pagar, senão fico sem comer. A conta de luz, também não posso deixar de pagar, senão eu fico sem coisas básicas, como a televisão e geladeira. Também não posso ficar sem comer. Então, eu vou deixando de lado o condomínio. No dia em que eu conseguir uma oportunidade de trabalho, eu pago os atrasados”. E nessa estratégia de pagamentos, Crisântemo vai levando a vida. Na última ocasião em que nos encontramos, o morador estava há cinco meses sem pagar o condomínio, e era considerado pela tesoureira como um “caloteiro”.

Crisântemo não revelou o valor mensal que recebe do padrinho, disse apenas que é uma “ajuda” pra comprar comida. Com a mudança para o apartamento, segundo seus relatos, houve perdas e ganhos.

Eu ganhei de um lado e perdi de outro. Agora eu gasto muito com comida, antes eu não gastava porque eu ia à igreja e eles me davam. Agora, você acha que eu, morando num apartamento, eles vão querer me dar? Vou sair daqui e ir lá na igreja pra fazer o quê? A situação agora é outra. Eu fico com vergonha. As pessoas sabem que eu ganhei o apartamento, então não é a mesma coisa. Tem um rapaz que mora aqui no Morro e trabalha num açougue. Todo domingo o patrão dele me dava um frango. Depois que eu vim morar aqui, nunca mais ele deu. Ele disse que eu não precisava mais. Que eu não era mais pobre. A partir daí, me deu essa vergonha de receber doações da igreja.

Os privilégios da vida mais confortável foram fundamentais para a reformulação de sua identidade e representação de pobre e morador de favela. Segundo Simmel ([1907]1998), a representação do pobre está ligada à necessidade de assistência do Estado ou de entidades filantrópicas. Segundo o imaginário de Crisântemo e de seu antigo benfeitor, o tipo de moradia, mais do que o valor dos rendimentos mensais, seria a condição mais representativa de classe social e pobreza.

Quando vivia num barraco na favela, sua autoimagem e representação eram as de alguém necessitado de ajuda. Agora, como morador de apartamento, passou a ser visto como alguém que não precisa mais dela. Em termos objetivos, ele tem mais despesas atualmente, logo, possui mais dificuldades do que antes para honrá-las. Passou a ser visto como caloteiro pela tesoureira do seu prédio, que insiste em que ele poderia encontrar formas de pagar o condomínio. Sua vida privada passou a ser controlada de forma mais sistemática. Antes, vivia no anonimato e era digno de pena. Atualmente, é visto como um cidadão como outro qualquer, que precisa honrar os compromissos e as contas. Como não consegue, é tido como um inadimplente, e visto como alguém irresponsável.

Os paradoxos em que vive refletem o custo financeiro e moral que precisa arcar para ter uma vida confortável. Quando lhe pergunto se a reviravolta tem lhe valido a pena, ele responde veementemente que sim, e que, apesar de mais endividado, sente-se mais digno e com mais amor-próprio devido à nova moradia.

O valor mensal que Aline recebe é o referente à sua pensão alimentícia, portanto, suas contas estão sempre atrasadas, conforme relatou. “É sempre um sofrimento quando chegam as contas pra eu pagar, porque não tenho de onde tirar”. Aline mudou de moradia, mas não conseguiu adequar seus ganhos financeiros ao novo estilo de vida. Os filhos estão muito pequenos, e ela não consegue encontrar um emprego e uma pessoa de confiança que possa tomar conta deles. Sente-se com os pés e mãos atados por não saber por onde começar a mudança. A ajuda financeira por parte de familiares é intermitente, mas muito importante, e quando ocorre, ela prioriza a compra de alimentos e o pagamento da conta de gás e luz. Esta última, só paga quando recebe um comunicado de corte de energia. Os R\$ 250 que recebe de pensão são para a compra de alimentação. “Eu não vou deixar de dar comida pros meus filhos para pagar condomínio.”

João mudou toda sua rotina após saber que iria morar num apartamento do PAC. Conforme já dito anteriormente, ele trabalhava como segurança de um hospital no município de Angra dos Reis, região litorânea da Costa Verde, no estado do Rio de Janeiro. Assim que soube da intervenção do PAC, e que sua casa seria removida quis, voltar a morar em Niterói.

A conta de luz, João relatou que paga em média de R\$90, a conta de gás é por volta de R\$20. Quando os filhos estão em casa, acaba gastando mais com alimentação,

pois, além deles, as namoradas, que moram na comunidade, ficam muito mais tempo no apartamento.

Como é síndico, João não paga a taxa de condomínio; no entanto, não considera o valor alto, e acredita que esteja no alcance de “praticamente todos os moradores”.

O valor do condomínio é quase simbólico. Atualmente, eu gasto muito mais do que antes porque acabo usando mais o telefone para resolver coisas de síndico: ver preço de conserto de bomba, ligar pra prefeitura, pra Ampla, essas coisas. Os moradores não entendem isso. Que eu pago a conta de telefone do meu bolso. Eu poderia jogar isso pra eles pagarem, mas eu não vou fazer isso, claro. A conta de luz também está dentro das minhas possibilidades. Tenho saúde e posso trabalhar. Então, essas contas essenciais são pagas, outras como de cartão de crédito, podem ficar pra depois.

Segundo João, a vida passou a ser mais cara ao mudar para o apartamento, mas passou a ser mais confortável também, então o custo é justificado. “Aqui a gente acaba gastando mais porque quer ver a casa arrumada. Eu tenho muitos planos pra colocar em prática aqui na minha casa. Quero renovar a casa toda.”

Ao contrário de Adriano, sua esposa possui um emprego formal com carteira assinada e ganha um salário mínimo. Atualmente possui um trailer na praia em parceria com João, onde vendem cervejas e almoço, mas apenas nos dias de sol. Segundo afirmaram, conseguem no máximo tirar uns quinhentos reais de lucro cada um. “A gente torce pra fazer sol, porque aí a gente fatura mais uma grana pra ajudar nas despesas. E lá, a gente também se diverte um pouco.”

Adriano não paga condomínio por ser síndico. A sua conta de luz, segundo alguns comprovantes que me mostrou, gira em torno de R\$85 reais. “Lá em cima, no morro, a gente só gastava com alimentação. Aqui é diferente a gente precisa se planejar mais. De qualquer forma, não reclamo disso não. Vale a pena pagar pelos serviços que a gente não tinha antes.”

Gisela tem orgulho de dizer que sustenta a casa sozinha. Há cerca de um ano, começou a fazer faxina três vezes por semana na casa de um casal de idosos em Icaraí, bairro vizinho. Emprego com carteira assinada, do qual tira sua renda fixa de um salário mínimo. Paralelamente a essa atividade, Gisela, depois que foi morar no apartamento, passou a fazer faxinas na casa do síndico, Sr. Sebastião; nestas, ganha R\$ 50 por semana. Somando a esses valores, ela recebe ainda R\$ 120 do *Bolsa-família*, por manter



suas duas netas na escola. Gisela mostrou-me as suas contas, e disse que faz questão de economizar, principalmente a eletricidade “Porque a gente nunca sabe quanto é que vai vir a conta.” No entanto, ressaltou que paga todas as suas contas em dia, e fez questão de me mostrar sua pasta com todas as contas pagas, desde o primeiro mês em que foi morar no apartamento.

Segundo seus relatos (que foram confirmados através das contas que me mostrou), ela paga em média o valor de R\$ 65 de conta de luz. Para conseguir manter esse valor, ela disse que economiza ao máximo a energia elétrica. Suas netas, ao chegarem da escola, são autorizadas a ver televisão somente até às 20 horas. “Quando elas chegam, eu falo para elas fazerem o dever da escola, e depois podem ver desenho ou novela infantil até às 20h30min. Depois disso, eu desligo a televisão e coloco as duas para dormir. É uma forma de dar limite a elas e economizar energia.”

A princípio, chamava-me a atenção o número de parentes que tinham sido contemplados com apartamentos, e que, conseqüentemente, se tornaram vizinhos. No entanto, isso era reflexo do que acontecia na favela, quando diferentes núcleos familiares dividiam o mesmo terreno em casas independentes, ou ainda, na forma de “puxadinhos”. Tais tipos de habitações foram encarados pelas assistentes sociais da CEHAB, que foram responsáveis pelo cadastramento das casas a serem removidas, como habitações independentes, por isso, cada núcleo familiar foi contemplado com um apartamento.

Essa “independência”, porém, reverberou outras mudanças. Verônica, 29 anos, foi contemplada com um apartamento, onde mora com os três filhos (de 10, 7 e 1 ano). Como não trabalha, nem recebe qualquer quantia mensal em dinheiro, através de pensão alimentícia ou bolsa do governo, é seu irmão mais velho quem garante as suas despesas com alimentação, desde a época em que moravam no mesmo terreno no morro. Nesta época, a moradora dispunha apenas de um cômodo, onde cabiam sua cama, o berço do filho mais novo e uma mesa com a televisão. Suas roupas e outros pertences, ela diz que guardava em caixas de papelão. Geladeira, fogão e banheiro ficavam na casa do irmão, ao lado da sua, por isso, ela e seus filhos usufruíam de tais “serviços”.

Tanto ela quanto seu irmão foram contemplados cada um com um apartamento, o que, no mínimo, duplicou as despesas, pois cada um tem suas respectivas contas para pagar, e ela já começa a cogitar a possibilidade de ter os seus próprios eletrodomésticos. Com calma e confiança no futuro, Verônica faz planos de que conseguirá equipar sua

casa, bem como pagar suas contas, de preferência, com a ajuda do irmão. “Eu não trabalho, mas eu vou conseguir alguma coisa depois que o meu filho menor estiver maiorzinho”.

Havia uma quantidade muito grande de moradores na mesma situação de Verônica, ou seja, em condições econômicas precárias para que pudessem realizar pagamentos das despesas domésticas.

Impedida de realizar novas compras para a casa nova, pois seu nome estava no cadastro do SPC, Denise acionou as redes familiares, como sua irmã e tia, suas principais parceiras. Além de ganhar alguns objetos usados, como o sofá da mãe, comprou a máquina de lavar e o armário de cozinha no cartão da irmã. Outras compras foram feitas à vista, como a cama e o armário de quarto, graças às economias que fez durante um ano, escondida do marido, que em nada a ajuda nas despesas domésticas, pois não trabalha e ainda nutre o vício de álcool e outras drogas.

Denise considera seus patrões como amigos, pois, além de se preocuparem com ela e com sua saúde, ganha presentes em momentos inusitados. “Daí eu sempre faço tudo para manter uma relação de confiança com eles. Porque eu sei que vale a pena”.

O normal seria que todos se preocupassem com a saúde e o bem-estar uns dos outros, no entanto, a hierarquia e subserviência que marcam as relações de trabalho, sobretudo no trabalho doméstico, faz com que exista uma surpresa, ou necessidade de ressalva, quando o patrão se preocupa ou estabelece uma relação de amizade.

Esse celular aqui que eu estou, eu ganhei da minha patroa. Ele tá bonzinho. Só aqui do lado que tá um pouco raladinho. Aí ela resolveu comprar outro e me deu esse. Na verdade, ela perguntou se eu queria; daí eu respondi que claro que sim. A câmera dele é ótima e é com ela que tenho tirado foto dos meus filhos. Meus patrões são ótimos, e olha que eu estou com eles há muito pouco tempo. Nessa semana eu vou ficar em casa porque eu fui trabalhar ontem, e meu olho começou a coçar muito daí minha patroa que é medica viu logo que era conjuntivite, então me deu um colírio e disse pra eu voltar pra casa e retornar só quando estivesse totalmente boa. Eles são muito bons pra mim. Não tenho do que reclamar.

Por outro lado, para coisas maiores, contou com o apoio da família. A irmã, que também se mudou para um apartamento, comprou um sofá novo pra casa e deu o antigo pra ela. Além disso, comprou armário, estante, o armário da cozinha, e disse para que

ela pagasse da forma que desse; fora outros bens, como a televisão, que foi comprada e paga aos poucos, antes mesmo da mudança.

### **5.11- “Sou mais morar em comunidade perto de Icaraí do que na beira de rua em São Gonçalo”**

A sacada do apartamento decorada com vasos de plantas, tapete, e a porta com uma placa “Aqui mora gente feliz”, foi o que me atraiu até o apartamento do casal Gildo e Rita. Resolvi, então, bater à porta, e fui recebida por Gildo, um homem por volta dos seus quarenta e cinco anos. Logo ao me apresentar como pesquisadora da UFF, ele convidou-me a entrar, pois o barulho que vinha da rua poderia atrapalhar nossa conversa. O seu apartamento fica no terceiro andar do Bloco A, do Preventório I, possuindo vista para a rua principal e para a Estação do Catamarã. Ao adentrar por sua porta, deparei-me com uma sala impecavelmente limpa, com odor agradável, e bem decorada com quadros, plantas, tapetes, além de sofás e rack com enfeites.

A primeira pergunta que fiz a Gildo foi se ele e sua família estavam gostando da nova moradia. O interlocutor respondeu que sim. Logo em seguida, chegou até a sala a sua esposa, Rita, que estava tirando um cochilo da tarde, e que foi acordada por nossa conversa. Ela vestia um robe de seda rosa e pantufas do mesmo tecido. Embora fosse muito comunicativa, chamou-me a atenção a forma pausada e sofisticada de sua fala. Ela fez questão de comentar a trajetória de moradia do casal. A família morava no município vizinho, São Gonçalo, mas Rita não gostava de lá: “Eu achava aquele lugar feio e pobre. E olha que nem era comunidade, mas eu não queria criar meus filhos lá. Eu queria que meu filho menor crescesse num lugar mais bonito, que fizesse amizades diferentes, e que a gente pudesse melhorar de vida”. Gildo contou que conheceram o Preventório quando passaram um domingo na praia de Charitas e, ao caminharem pela orla, viram a comunidade. A partir daquele momento, tiveram a certeza de que queriam morar lá.

Aqui foi amor à primeira vista. Não demorou muito e compramos uma casa aqui. A nossa casa era a última casa do Preventório. Ela ficava lá em cima no pico do morro. Ela não era ruim, e eu sempre gostei de coisa boa pra dentro de casa; então, eu tinha tudo do bom e do melhor, mas o que me incomodava é que as telhas eram Brasilit, e quando chovia fazia tanto barulho que eu não conseguia dormir com a sensação de que a casa iria cair na minha cabeça. Com o tempo, comecei a ter problemas emocionais muito fortes e o médico constatou síndrome do pânico. Comecei a tomar remédios, parei de trabalhar e me encostei pelo INSS. O meu médico dizia que eu tinha pânico de ser

pobre. E era isso mesmo. Depois veio Deus e deu esse apartamento abençoado pra gente. Eu já estou quase de alta porque aqui eu me sinto segura. Já estou até recebendo proposta de emprego em restaurante, porque sou cozinheira.

O casal comentou que as despesas passaram a ser maiores no apartamento, não apenas devido as contas de luz e condomínio, mas também porque passaram a gastar mais com compras de supermercado, devido à facilidade de levar o peso para casa: “Antes, quando acabava alguma coisa, a gente pensava várias vezes antes de tomar a decisão de descer ou não pra comprar. Agora a gente tá perto de tudo. Deu vontade de comprar uma coisa no mercado, a gente compra. O Gildo não economiza, compra o que dá na telha. Eu é que regulo ele. A gente só não compra mais porque o nosso nome tá sujo.”

Gildo trabalhava muito satisfeito como segurança no Catamarã de Charitas, pois afinal, é em frente a sua casa. No entanto, também fazia “bicos” na mesma função, em restaurantes, para aumentar os rendimentos, pois confessou que sempre gastava mais do que “devia”. “Quando você vem para uma casa melhor, você se sente estimulado a esquematizar outro plano pra sua vida. Então, a gente acaba gastando mais pra se adaptar a essa vida nova. Teve coisa que a gente não trouxe lá de cima, e compramos pra cá”.

Rita comentou que sempre gostou de coisas “boas”. “Eu posso ser pobre, mas eu nunca gostei de coisas de pobre. Por exemplo, só tomo café em xícara. Nunca em copo, porque me faz sentir mais pobre. Morando aqui, a gente não se sente mais como antes. Agora a gente pode ter uma vida mais tranquila e até ter uma casa mais bonita”.

## **5-12- Uma pequena observação sobre as habitações populares em Nanterre e em Paris**

Como escrevi em diferentes passagens da tese, meu trabalho de campo no Preventório foi realizado antes de minha viagem à França para um doutorado sanduíche na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS)<sup>113</sup>.

---

<sup>113</sup> - O intercâmbio ocorreu graças ao Acordo Capes Cofecub, sob a coordenação do professor Marco Antonio da Silva Mello e no lado francês, Laurent Thévenot, que foi também meu orientador. O objetivo do intercâmbio foi estabelecer um contato com outros referenciais bibliográficos e promover minha internacionalização acadêmica através da troca e do aprendizado com profissionais da academia francesa, que no conjunto proporcionou a mim, não só a obtenção de uma rica experiência de conhecer

Um dos objetivos de meu projeto, já que estava estudando o PAC Preventório era conhecer um pouco sobre *logements sociaux*<sup>114</sup>, da mesma forma que fortalecer as minhas leituras sobre este tema da moradia popular e o consumo doméstico. Embora, não tenha saído do Brasil com o intuito de realizar trabalho de campo na França para fins comparativos com o campo do Preventório, considerei que seria relevante conhecer de perto algum *logement social*, no qual também pudesse estabelecer contato com alguns moradores de forma a tecer algumas observações. No entanto, lá, muito mais do que aqui, havia a dificuldade de “entrar” no campo, ou seja, se no Brasil, eu poderia facilmente me apresentar como uma estudante universitária a uma liderança da comunidade ou a um presidente da associação de moradores, ou ainda a um morador e pedir para conhecer (e até tirar fotos de sua casa), essa facilidade não encontraria na França, principalmente pelo fato de ser eu uma estrangeira. Mais do que nunca, eu precisaria de ter um intermediário que se dispusesse a me levar.

Após muitas tentativas, que duraram meses consegui fazer contato com a mesma estudante de doutorado francesa Halima M'Birik que conheci no Rio de Janeiro em 2010 quando a mesma veio em missão de estudos por 15 dias no Brasil, também através do convênio Capes-Cofecub. Na ocasião eu a levei para conhecer o meu campo e ela contou-me sobre o seu, em Nanterre. Halima é moradora da cidade de Nanterre e sua família é descendente de árabes, bem como 70% dos moradores daquela cidade, de acordo com informações que recebi da Associação dos Moradores de Nanterre.

Em 2011 quando estive em Paris, o contato foi dificultoso com a estudante que estava passando por problemas pessoais e aparentemente havia abandonado a vida acadêmica. Finalmente, após várias trocas de emails e telefonemas, em maio de 2012, ela aceitou intermediar o meu contato com a Associação de Moradores de Nanterre, local onde realizou parte de sua pesquisa, e apresentou-me ao funcionário responsável pela administração dos conjuntos habitacionais *Provence Française e Berthelot*. Foi atenciosa e pediu-me desculpas pela demora em retomar os contatos, justificando seu trabalho na prefeitura, local onde exerce um ofício operacional, fora de sua área de formação em Antropologia.

---

particularidades acadêmicas deste país, como também uma rica experiência de vida. Ao longo de um ano, participei de cursos, seminários e eventos com vários dos pesquisadores que integravam a rede institucional já consolidada entre o PPGA-UFF e a École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

<sup>114</sup> *Logements sociaux* são habitações populares construídas pelo Estado e que possuem aluguéis com preços baixos- *Habitations a loyer modéré* (HLM). Essas habitações exemplares são existentes na França desde o final da década de 1950 e tiveram com intuito por fim as habitações precárias denominadas bidonvilles

Este contato com Halima M’Birik foi fundamental, pois a partir dele conheci os funcionários da *Associação* que me convidaram para eventos posteriores com os moradores, dos quais destaco uma festa que foi organizada para promoção da sociabilidade local entre os moradores de *Provence Française e Berthelot*. Tal evento foi uma ótima oportunidade para que eu pudesse observar a dinâmica entre os moradores e conversar com alguns deles. Os conjuntos de prédios de Berthelot são rodeados por muitas árvores, área gramada, com brinquedos para as crianças e instrumentos de ginástica para os adultos. A limpeza e a aparente tranquilidade do local, de nada lembram os conjuntos habitacionais cariocas, ou ainda o PAC do Preventório.

Neste encontro, além de ajudar na organização da festa, conhecer moradores, funcionários da prefeitura local, fui convidada pela coordenadora de desenvolvimento local, Aline Adouane, para participar de um evento sobre a história da cidade, mas especificamente sobre a história de uma família moradora das *bidonville*<sup>115</sup>s de Nanterre. Este evento que aconteceria duas semanas depois, compreenderia uma exposição de fotografias (de Monique Hervo), lançamento de livro (de Laurent Maffre) e exibição de um longa metragem (de Brahim Benaicha).

As fotografias de Monique **Hervo** foram tiradas entre 1962 e 1966 nas *bidonvilles* de Nanterre. Período em que trabalhou como voluntária em auxílio aos moradores daquela localidade. Tais fotografias e suas respectivas análises estão presentes ao final do livro de Laurent **Maffre**, chamado *Demain, demain – Nanterre, Bidonville de la folie*, que retrata em quadrinhos a história baseada no filme *Vivre au paradis*, produzido em 1998 por Brahim Benaicha sobre famílias de imigrantes argelinos que vão para a França trabalhar na construção civil sem, no entanto, possuírem remuneração digna que os garantisse a mínima qualidade de vida e de moradia<sup>116</sup>.

O evento ocorreu no *Théâtre Nanterre-Amandiers*, com direito a bufê argelino para os convidados. Estavam presentes no evento, pesquisadores, funcionários da prefeitura e pesquisadores de centros de estudos. Como por exemplo: d’Abdelouahab Zahri – responsável do polo de estudantes secundaristas e superior de Nanterre; Joseph

---

<sup>115</sup> A tradução literal para *bidonvilles* seria cidade de lata. A cidade de Nanterre até os final dos anos de 1960 era conhecida pela concentração de imigrantes, sobretudo vindos de colônias francesas, como a Argélia. Subempregados em Paris e sem muitas possibilidades de escolhas, passaram a morar em habitações improvisadas e precárias, que foram chamadas de *bidonvilles*.

<sup>116</sup> Link do livro: <http://legrenierdechoco.over-blog.com/article-demain-demain-laurent-maffre-104098584.html>

Ridolfi – representante dos moradores de Berthelot e de Provinces Françaises; Magali Fricaudet - Relações públicas da prefeitura e Cooperação com o mundo; Aline Adouane, coordenadora e agente de desenvolvimento local da Prefeitura de Nanterre; Alain Boquet, responsável pela sociedade de História de Nanterre e Brahim Benaicha, autor do filme produzido em 1998 e exibido nesta ocasião<sup>117</sup>.

Segundo Joseph Ridolfi – representante dos moradores dos dois conjuntos de prédios, *Berthelot e de Provence Française*, que são os primeiros conjuntos de habitações sociais de Nanterre, possuem juntos em média 8 mil habitantes. Em Nanterre 70% dos imóveis são habitações sociais. Foi ele quem me levou ao apartamento de uma moradora do conjunto *Provence Française*, erguido em 1954. De origem argelina, Simira é funcionária da prefeitura de Nanterre e mora com sua filha adolescente de 15 anos desde que a filha nasceu. Recebe 100 euros de auxílio da prefeitura por manter a casa sozinha, sem ajuda do pai da sua filha ou de outro companheiro. A região tem uma forte presença de muçulmanos, de descendentes de argelinos e *magrebs* de uma maneira geral.

Simira paga um aluguel social de 450 euros no apartamento de 55 metros quadrados, distribuídos em dois quartos, sala, cozinha e banheiro, valor considerado acessível, para a realidade local. O *Logement* em que mora tem mais de 30 blocos de apartamentos, e parte deles será demolida, pois uma estrada será erguida nos arredores, o que implicará na remoção de famílias que moram ali há muito anos. Os novos apartamentos já estão sendo construídos no entorno. A preocupação dos moradores que serão removidos é que os aluguéis ficarão mais caros devido ao tamanho e a modernização dos prédios.

Simira, que é mãe solteira, ganha 1800 euros de salário na prefeitura, mas comentou que sempre fazia bicos nos finais de semana (babá, trabalho em restaurantes e etc.) para manter um padrão de vida melhor para sua filha. Ressaltou, no entanto, que não considerava as despesas domésticas caras (aluguel, eletricidade, água, telefone e internet) e não costumava trocar mobílias e eletrodomésticos com facilidade, pois considerava desnecessário. Dessa forma conseguia manter suas contas em dia sem grandes dificuldades. Encontrava-se naquele momento endividada por conta de problemas pessoais, que não quis comentar, que a levaram a fazer empréstimos bancários.

---

<sup>117</sup> Filme :[http://www2.cndp.fr/TICE/teledoc/dossiers/dossier\\_vivre.htm](http://www2.cndp.fr/TICE/teledoc/dossiers/dossier_vivre.htm)

Em sua casa, a parte do quarto que considerava mais arrumada e nova era o quarto da filha. “A minha filha pede as coisas aí faço um sacrifício e dou a ela, mas se depender de mim não faço questão”. Na sala possuía, além de dois sofás, uma mesa de centro e uma estante com uma televisão de tela em LCD. “Essa televisão comprei há pouco tempo porque a antiga ficou ruim, se não nem teria comprado”.

Quanto à vizinhança ela relatou que, apesar do convívio pacífico, não deixava sua filha ficar muito “solta”, pois os jovens vizinhos em sua maioria, “são desocupados”, deixavam a escola cedo e poucos conseguiam uma posição no mercado de trabalho, por isso representavam uma “má influência para sua filha”, que considerava muito influenciável.

Relatou que morar numa habitação social em Nanterre, pode vir a conferir um status negativo, pois as pessoas tendem a construir representações estigmatizantes devido ao fato da cidade ser considerada distante de Paris, com um passado marcado pela existência de *bidonvilles* e pela forte presença de imigrantes, além de ser um local onde não existem muitas atividades culturais. Este status, segundo a moradora, diminui as possibilidades de ascensão social dos jovens daquela região.

Os conjuntos de *Provence Française* e *Berthelot* são próximos a estação *Nanterre Universitaire* do RER A, transporte metroviário e possuem o entorno rodeado por árvores, praças, bancos e brinquedos para as crianças. Os prédios possuem em média seis andares e de um a três quartos, dependendo do tamanho da família. Fiz fotografias e pequenas filmagens do local nos quatro dias de visita ao campo.



1-  
FOTOS 1 e 2- Provence Française  
Foto: Shirley Torquato (2012)

2-

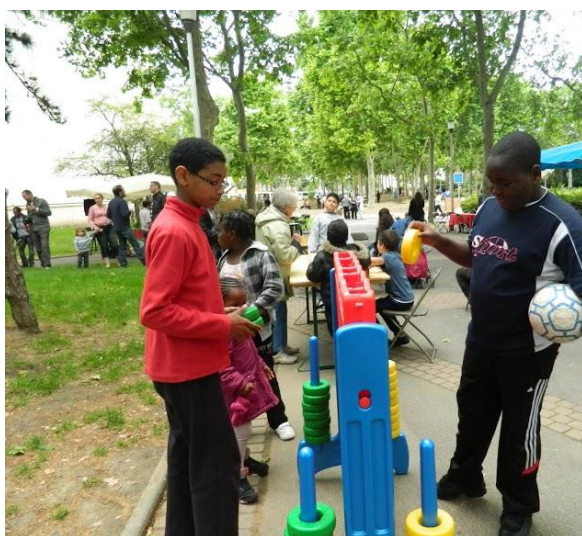




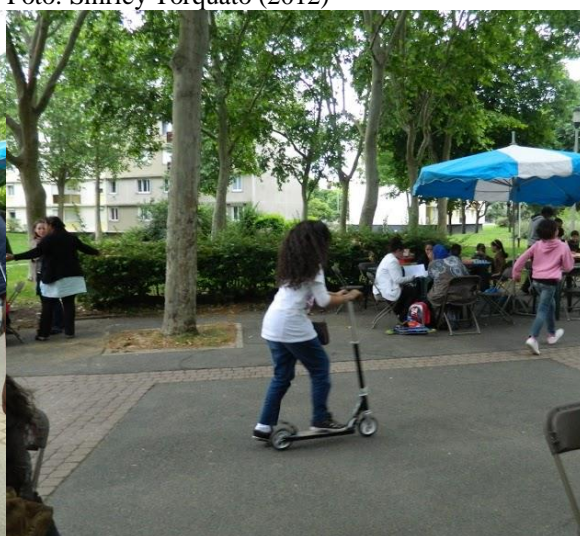
3- Berthelot  
Foto: Shirley Torquato (2012)



4- Festa de confraternização organizada pela Prefeitura de Nanterre e a Associação dos moradores De Berthelot e Provence Française para promover o lazer para os moradores. (Dois dos mais antigos Logements sociaux de Nanterre)  
Foto: Shirley Torquato (2012)



5- Berthelot  
Foto: Shirley Torquato (2012)



6 Festa de confraternização promovida pela Prefeitura de Nanterre para promover o lazer para os moradores de Berthelot e Provence Française, (dois dos mais antigos Logements sociaux de Nanterre)  
Foto: Shirley Torquato (2012)

Segundo me afirmou Simira, em toda a França, hoje, é obrigatório que qualquer lançamento imobiliário residencial contenha pelo menos 25% de habitação social (este percentual, que era de 20%, subiu para 25% desde a eleição de Hollande). Enquanto comentava sobre essa obrigatoriedade, me apontou um prédio mais luxuoso ainda em

construção e disse que talvez fosse morar num apartamento lá, mas sabia que teria que pagar um valor maior do que ela paga no seu..<sup>118</sup>

Nanterre é uma cidade que se tornou um símbolo da luta da população por habitações sociais na França, porém é possível encontrar este tipo de moradia em todos os *quartiers* de Paris.

Uma outra oportunidade que tive para conhecer um *logement social* foi durante as refeições no restaurante universitário, ao fazer amizade com um colega francês Philippe<sup>119</sup> que, num dado dia, por acaso, comentou que morava num *logement social* próximo a *Cité Universitaire*. Ao relatar-lhe meu interesse acadêmico neste tipo de moradia e mais especificamente no consumo doméstico de seus moradores, meu novo amigo fez questão de levar-me para conhecer seu prédio, as instalações do apartamento em que vivia e o guardião do condomínio, uma espécie de síndico, que na verdade é funcionário da prefeitura. O encontro como guardião foi providencial, pois ele pôde responder-me muitas questões sobre consumo, inadimplência e sociabilidades na vizinhança.

O conjunto de prédios nesta localidade em Paris, fica no *13<sup>ème</sup>*, um distrito considerado de classe média, muito bem localizado em termos de serviço, e que fica próximo à estação de *Tramway*, de ônibus, do metrô e de um comércio variado. O local é extremamente limpo, arborizado e com muitas flores. Segundo o guardião, lá possui uma média de 4 mil moradores. Os prédios possuem seis andares, sendo que o último andar é destinado para pessoas que moram sozinhas. Neste, o tamanho é torno de 19 metros quadrados e não tem banheiro interno. A construção é de 1965. O morador, meu colega francês, vive sozinho há dez anos num *studio* de 19 metros quadrados e pediu autorização da prefeitura para construir um box na cozinha. Ele não trabalha, vive de economias que fez ao longo de dez anos quando era professor e de uma pequena

---

<sup>118</sup> A recém-criada autoridade metropolitana de moradia deverá elaborar um plano metropolitano do habitat, incluindo metas quantitativas e de territorialização. O objetivo é produzir 70 mil novas habitações por ano – incluindo todas as faixas de renda –, distribuindo-as de forma mais equitativa e de acordo com a oferta de transporte e serviços pelo território da aglomeração (lembrando também que está em curso uma grande operação de ampliação do metrô na escala metropolitana de Paris). Na prática, ao invés de cada município da aglomeração elaborar e aprovar seu plano diretor, cada municipalidade deverá aprovar um plano diretor intercomunal, que deve estar de acordo com o plano metropolitano de habitat. Inclusive no que se refere ao número de unidades residenciais que deverão ser abrigadas e sua localização. Um fundo de investimentos urbanos estará disponível para ajudar as prefeituras a construir os espaços e equipamentos públicos necessários

<http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/03/06/paris-cria-orgao-metropolitano-de-habitacao-temos-algo-semelhante-por-aqui/>

<sup>119</sup> Conheci através do intermédio da professora Soraya Silveira Simões.

herança que recebeu após a morte dos seus pais. Por isso vive com o orçamento bem restrito. Paga o aluguel de 200 euros. Almoça e janta no restaurante universitário, por ser mais barato e num mês sem imprevistos, gasta em torno de 450 euros com todas as despesas inclusas. O tamanho dos imóveis em seu prédio varia entre 20 e 60 metros quadrados e os aluguéis custam de 200 a 650 euros. No caso dos *studios* do último andar, o sanitário fica no corredor externo próximo ao elevador.



Logements sociaux no 14<sup>ème</sup>.

Foto: Shirley Torquato (2012)

Na entrada do prédio. Caixa de correio com os nomes correspondentes dos moradores e ao lado um quadro de avisos organizado pela Prefeitura, com uma tabela relacionada aos custos do ano anterior ( água, luz, gás, elevador, etc.) e lembretes sobre hábitos que devem ser respeitados na vizinhança: controle do barulho, manutenção da limpeza nos corredores e cuidado dos pais com as brincadeiras das crianças.

Foto: Shirley Torquato (2012)

Segundo o guardião, o ambiente é amigável, não ocorrem brigas e nem inadimplência, pois a prefeitura auxilia os inadimplentes nesses casos. Por conta da

política de *mixieté sociale* - definida como a presença simultânea ou coabitação um lugar ou pessoas de diferentes grupos sociais, cultural ou idades, origens, nacionalidades diferentes- o guardião afirma que os vizinhos possuem estilos de vida, e de salários variados: “*Tem de tudo aqui. Gente que ganha bem e gente que quase não tem dinheiro nenhum*”.

Ressalta, no entanto, que por conta da diminuição de investimento público nos últimos anos neste setor, tem sido cada vez mais difícil conseguir um apartamento social com aluguel moderado (Habitation a loyer modéré – HLM). Geralmente, os interessados por “uma habitação com aluguel moderado” devem fazer uma inscrição e entregar um dossiê, relacionando informações sobre rendimentos familiares, profissão e aguardar uma oportunidade, que segundo o guardião, pode levar até dez anos de espera.

O apartamento de Philippe possuía 19 metros quadrados. Nele o morador improvisou um banheiro minúsculo, onde pode ao menos tomar banho, para outras necessidades ele utiliza o banheiro do corredor. Os seus móveis são amontoados, devido ao espaço reduzido e por isso, ele tem apenas o que considera imprescindível: uma cama de casal beliche, uma geladeira (com pouca ou quase nenhuma comida, pois ele prefere fazer suas refeições fora de casa), uma televisão, um aparelho de DVD, uma mesa, um pequeno gaveteiro e uma caixa onde guarda roupas limpas (as roupas sujas ele lava e seca nas lavanderias públicas espalhadas pela cidade, principalmente numa das casas da Cidade universitária, próximo de onde mora).

Uma vez que o meu propósito não foi fazer uma comparação profunda com o meu campo, anotei algumas questões que vieram a minha mente quando visitei esses *logements sociaux*. A primeira questão importante é quanto às origens dessa população. No caso de Nanterre eram todos imigrantes ou descendentes de - segunda e terceira geração. Em termos europeus, especialmente na França e em Paris, a "pobreza" possui uma dimensão étnica. Aqui no Brasil, esta dimensão existe também, mas ela é naturalizada diferentemente do que ocorre na França. Disso decorre que em ambos os casos os estigmas existem, mas eles são diferentes e possuem funções também diferentes como operadores no sistema social para definir o conceito de pobreza. Nesses termos, no caso francês, a pobreza não é percebida como propriamente "nativa", ela é "de fora", pois diz respeito aos imigrantes.

A segunda questão foi a constatação da existência de uma história relativamente longa e complexa sobre a existência dessa política social do Estado Francês e a manutenção de uma relativa continuidade, em que pese diferentes governos que se

alternam no Poder. Boa parte das pessoas com quem conversei nesses *logements* eram moradores antigos, muitos nasceram neles e viveram boa parte de suas vidas neles também. A terceira questão, é que muito embora hajam estigmas que se somam a outros estigmas relacionados à imigração propriamente dita, como apontado por Simira, os *logements sociaux* vem sendo objeto de um processo de patrimonialização, responsável pelo reconhecimento e incorporação desses *logements* e dos modos de vida de seus habitantes, como parte da paisagem e da cultura urbana contemporânea francesa, o que demonstra que, com todas as críticas que possam ser feitas a estes programas, eles continuam sendo a alternativa encontrada por governos e gestores franceses para solucionar o problema habitacional naquele país, sobretudo, das populações de baixa renda. O Encontro e a festa em Nanterre me mostraram também que, através dos bens culturais ali apresentados e produzidos no âmbito desses projetos de patrimonialização, tais como exposição de fotografias, livros e filmes, pretende-se construir uma memória desse programa ao longo de sua existência, ao mesmo tempo política, institucional e coletiva, não apenas do ponto de vista dos governos e instituições, mas, sobretudo do ponto de vista de seus moradores e dos demais habitantes dos lugares onde se encontram. No Brasil, apenas recentemente as favelas vem sendo recuperadas sob o ponto de vista mais patrimonial, como um elemento importante da paisagem e da cultura urbana brasileira. Isso vem acontecendo, sobretudo em relação a algumas favelas históricas, consolidadas e a partir dos projetos de urbanização e de pacificação de que foram objetos, como é o caso de Santa Marta ( CUNHA E MELLO, 2011), mas não existe nada ainda sobre os PAC, especialmente voltado para os modos de vida de seus moradores e ligações com as culturas locais onde estão inseridos.

Uma outra observação que fiz é que o “sonho da casa própria” é muito mais comum entre os brasileiros do que entre os franceses. Segundo os franceses é menos dispendioso viver num imóvel alugado pela prefeitura. Segundo o guardião, que é um funcionário da prefeitura local: “Aqui se der algum problema de infiltração no corredor, por exemplo, o morador entra em contato com a gente e logo o serviço será realizado pela prefeitura. Os moradores não tem que pagar por isso porque já pagam o aluguel”. Ao contrário dos PACs, onde a propriedade do imóvel ao morador é algo inerente ao programa. , até porque ele foi alvo de troca com as casas anteriores.

Em relação a esta curta e breve experiência que tive com a realidade francesa, se é possível depreender alguma lição, a única que me ocorre neste momento é talvez nos inspirarmos na experiência francesa com o objetivo de providenciarmos uma

documentação semelhante, sobretudo acerca da implementação do PAC no Brasil, evidentemente levando em conta sua curta história entre nós. Creio que o presente trabalho poderá ser uma contribuição nesta direção.

A curta experiência que tive em relação ao universo das habitações populares em Paris, despertou em mim o desejo de estudar de forma mais minuciosa a questão do consumo doméstico nesse universo social através de um pós doutorado. A possibilidade para tal torna-se cada vez mais viável, uma vez que desde agosto de 2013 passei a fazer parte de um Acordo Bilateral interdisciplinar de pesquisa, denominado ECOPA, cujo objetivo principal consiste em comparar a dinâmica de desenvolvimento e mudanças no estilo de consumo doméstico na França e no Brasil.<sup>120</sup> De acordo com o projeto haverá um estudo empírico comparativo entre famílias destes dois países e intercâmbio de pesquisadores. Este projeto insere-se no âmbito de uma cooperação estabelecida entre o Núcleo de Estudos da Modernidade, o NEMO/UFF e INeac do PPGA da UFF, o Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ, o CEDE/UFF – Centro de Estudos sobre o Desenvolvimento e a Desigualdade, o CENBIO, renomado centro de pesquisas sobre biomassa e energias alternativas e o –CIRED- CNRS Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement -Centre National de la Recherche Scientifique.

Após a etnografia e toda bibliografia vista durante o doutorado acredito que poderei com esta pesquisa dar uma importante contribuição para os estudos de consumo doméstico de famílias de classes populares.

---

<sup>120</sup> Convênio estabelecido através do diálogo com a professora Claude Cohen (CEDE/UFF – Centro de Estudos sobre o Desenvolvimento e a Desigualdade) e o antropólogo Dominique Desjeux (L'université Paris-Descartes ou Paris V -CERLI- Centre de Recherches sur les Liens Sociaux).

## CONCLUSÃO

Esta tese representa o esforço de traduzir e interpretar algumas situações observadas por mim durante trabalho de campo realizado em dois conjuntos de prédios construídos pelo Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, no Morro do Preventório, localizado em Niterói, município da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Conforme assinali na introdução, até deparar-me com este campo empírico passei por outros campos e interagi com outros interlocutores e cenários, até que em determinado momento conheci o Morro do Preventório e conseqüentemente o PAC que havia sido construído lá e redefini minhas questões. O novo campo não apenas me apresentou aos diferentes aspectos da realidade social, compreendida no desenvolvimento e execução de programas desta magnitude, como me mostrou que, para compreendê-las e construir uma interpretação a respeito é preciso fazer escolhas metodológicas e teóricas muito precisas.

Dito de outro modo, não seria possível falar de todos os pontos ao mesmo tempo, e, no caso em questão eu sei que os aspectos envolvidos eram de várias ordens de grandeza e de naturezas distintas, o que exigiria também um investimento etnográfico ainda mais extenso. No meu caso, sei que andei em círculos até obter alguma clareza sobre o problema antropológico que meus dados me propunham e não foi sem sofrimento e angústia que consegui finalmente chegar até ele.

Em doze meses de trabalho de campo no PAC do Preventório eu havia testemunhado o processo de instalação dos moradores dos prédios de apartamentos recém-construídos, presenciado seus conflitos, suas expectativas contempladas ou frustradas diante da nova moradia, suas alegrias e descobertas em relação aos objetos adquiridos para a nova habitação, suas críticas e decepções quanto ao programa, suas referências nostálgicas de suas vidas em suas casas anteriores, construídas em "áreas de risco" da favela, motivo pelo qual foram selecionados para irem morar nos apartamentos projetados pelo Programa de governo.

Conforme dito ao longo da tese, ainda que não tivessem ocorrido resistências ou recusas explícitas para que a mudança se concretizasse, opiniões ambíguas e críticas em relação à ida para os apartamentos marcaram o tempo todo as atitudes e narrativas dos moradores sobre a mudança. O fato é que ao mesmo tempo em que os moradores se submetem à mudança e, em muitos aspectos se engajaram nela com vontade e prazer, havia também os momentos de crise e de drama, momentos esses que surgiam a raiva e a nostalgia de um tempo pretérito que era sempre representado como sem problemas, sem dúvidas, sem dívidas, dentre outros sentimentos.

Depois de ter presenciado todo este turbilhão de emoções, anotado e registrado tudo o que podia registrar, finalmente pude entender as principais questões que norteavam aquela realidade. Tanta ambiguidade, dor e sofrimento vividos pelos interlocutores diziam respeito a esta entidade tão poderosa e, por isso mesmo um tanto quanto naturalizada, que é a casa na sociedade brasileira.

A casa no Brasil não é apenas um ambiente ou um cenário onde se vive, mas uma entidade moral. Aqui, em certo sentido, o conceito de "mundo" confunde-se com o conceito de "casa". Se ao mesmo tempo a mudança da casa do morro para os apartamentos do PAC poderia representar a possibilidade de um renascimento, no sentido de uma nova vida, havia também o luto sobre o que havia sido perdido.

Além disso, sendo um acontecimento muito recente em suas vidas a mudança não havia sido ainda de fato internalizada. Além da "casa" propriamente dita, isto é, de todos os problemas pragmáticos que ela envolvia em termos de sua organização e arranjo ou habitá-la, os interlocutores não tinham certeza sobre muitas coisas, especialmente se, realmente aquela casa era sua realmente, se eles teriam condições de mantê-la, vendê-la, ou se por alguma razão poderiam perdê-la novamente. Neste momento, me dei conta de que estava lidando também com a questão da liminaridade, uma outra discussão importante na Antropologia.

Ao longo da pesquisa de campo eu havia me deparado com a presença da liminaridade de muitas maneiras, em função das inúmeras narrativas que se pautavam “no antes e no depois” da mudança. No entanto, foi preciso uma observação mais sistemática dos dados etnográficos para que eu percebesse o quanto a liminaridade era algo que não dizia respeito apenas a todas as histórias de vida, mas a própria existência dos prédios, localizado e identificado simbolicamente, entre a favela e os prédios de



classe média, mas, sobretudo, dizia respeito aos usos políticos que passavam a ser feitos sobre esta mudança na vida das famílias, no que se refere a estilos de vida, novos hábitos de consumo e novos tipos de controles.

Diante dos conflitos de diferentes ordens (entre vizinhos, dificuldade de manter o pagamento das contas, inadequação por partes de uns na adequação às regras universalistas e condominiais, dentre outros), observei que o próprio projeto tal como foi implementado, além de produzir esta liminaridade encontrava-se “afetado” por ela, já que muitos desses conflitos e dramas vividos por meus interlocutores eram decorrentes de premissas e de representações equivocadas sobre os moradores, produzidas pelo poder público, o que tornava as relações entre a equipe técnica, administradores e moradores bastante difíceis.

Uma consequência dessas dificuldades pôde ser testemunhada por mim no que se referiu ao acompanhamento deficitário realizado tanto pela empreiteira Delta quanto pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro, uma vez que os moradores foram inseridos de forma muito rápida em um universo bastante diferente daquele em que viviam. A organização de palestras somente no período em que ocorreu a mudança e pouco tempo depois de sua efetivação propriamente dita, sem um acompanhamento mais contínuo ou algum tipo de assistência técnica *a posteriori*, potencializou o processo de liminaridade que faz parte de todo processo de transição. Outro elemento que reforça esse aspecto é o fato de que até o presente momento os moradores não possuem uma situação jurídica definida em relação ao apartamento. Fator que só faz aumentar a insegurança dos mesmos.

Visto sob este ângulo, concluo então dizendo que não pretendi realizar uma defesa do Programa de Aceleração do Crescimento, tampouco uma crítica contundente a ele, mas chamar atenção para o fato de que sua execução depende muito de especificidades locais, das agências públicas locais que irão lidar com os usuários ou beneficiários do projeto, ou seja, engenheiros, arquitetos, assistentes sociais, e demais profissionais envolvidos, de suas práticas e de como procedem junto a essas populações. Tudo isso somando-se à cultura política local e a cultura do grupo que será o principal alvo do programa.

Nesse caso, pretender julgar ou avaliar o programa seria cair numa armadilha que me impediria de escutar e ver todos os dramas, problemas e desafios que ele

suscitou e vem suscitando entre meus interlocutores, ou seja, seria deixar de lado toda a riqueza etnográfica de que a situação se reveste, por se tratar de uma situação *sui generis*. Cada localidade possui um *modus operandi* próprio e, assim, minha intenção foi trazer à tona minhas observações dos efeitos da execução do programa habitacional entre moradores do Morro do Preventório, em Niterói, um lugar que possui uma história peculiar.

Em linhas gerais observo a necessidade de estudos de cunho antropológico na elaboração e execução de programas como este, e não apenas “avaliações sociais” prévias ou posteriores à mudança dos moradores. A análise dos “laudos antropológicos” poderia resultar em um retorno consistente ao enfatizar não só generalidades locais, mas, as peculiaridades de cada caso.

A meu ver, na condição de “artefato político” que é o projeto antes de ser avaliado e julgado pelo seu mérito transformador ou não, precisa ser etnografado, de forma a constituir um *corpus*, sobre o qual atores sociais diversos, gestores, técnicos e pesquisadores poderão debruçar-se e avaliar detidamente seu potencial transformador ou não, sem deixar de lado ou dando a merecida atenção aos regimes de familiaridade locais.

A fim de fazer justiça aos meus interlocutores, à sua boa vontade, empenho e toda a esperança que depositaram na mudança, decidi enfatizar sua situação de liminaridade, na expectativa de com isso, chamar atenção para o fato de que sendo o efeito de um artefato político, a mudança não poderá ser de forma alguma naturalizada.

A grande vantagem de ser um projeto, ou melhor, de um programa de desenvolvimento social é que ele poderá ser estudado, avaliado e, para isso, torna-se necessário dar voz às pessoas que efetivamente “estão passando” pela experiência em todos os sentidos, tanto nas diferentes formas de engajamentos, quanto nos regimes de familiaridade ou estranhamento que ensejam. Foi com este intuito que procurei analisar os diferentes sentidos e modos de ação implicados na expressão nativa e frequente no conjunto dos depoimentos recolhidos: “ter uma casa arrumadinha”. O que isso queria dizer, exatamente, em termos de ações práticas?

Em seguida, procurei destacar os aspectos lógicos internalizados e identificar de que forma determinadas categorias estavam relacionadas ao sistema de representação

propriamente nativo, ou relacionadas a outras categorias lógicas decorrentes da nova situação de "condôminos". Foi neste momento também que pude observar como as categorias "favela" e "favelado" empregadas no singular e no plural podiam ser usadas simultaneamente para reafirmar as antigas virtudes, como reafirmar o estigma, ocasiões em que eram usadas como categorias de acusação.

Finalmente na terceira e última parte, procurei me deter nos aspectos dramáticos, ou seja, nas atitudes e tonalidades emocionais que as dificuldades, incertezas e ambiguidades produziam e muitas vezes transformavam-se em conflitos, verdadeiros dramas. Na condição de ouvinte e testemunha ocular de muitos deles, estava interessada em observar o sentido dos inúmeros conflitos que eclodiam, da mesma forma acompanhar como se empenhavam ou se engajavam nele, na busca de uma resolução. Mais uma vez, a questão da liminaridade apareceu em relação ao capítulo das punições a serem feitas pelos síndicos tendo em vista os descumprimentos das regras pelos moradores. O fato de os síndicos ficarem "lá e cá", um tanto quanto perdidos sobre a legitimidade das medidas punitivas a serem tomadas, especialmente quanto ao fato de pessoas não pagarem o condomínio e as taxas, mostrava para mim, o quanto a mudança não havia sido ainda consolidada.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que os moradores viram o seu modo de vida habitual desaparecer de forma súbita e arbitrária, eles mostraram-se dispostos em se engajarem nas formas e nos regimes de engajamento que a nova moradia e, conseqüentemente, a nova vida exigia, ou seja, adquirirem novos bens de consumo.

O processo de instalação contou com o engajamento dos moradores em todos os aspectos: pragmático, lógico e emocional. Ainda que muitas coisas incomodassem na mudança, desde os apartamentos em si, aos deveres burocráticos, - os moradores agiram pragmaticamente, no sentido de se instalarem no novo espaço de moradia.

Ao longo deste trabalho descritivo, o novo cenário doméstico foi tomado como referência para analisar as mudanças pragmáticas, lógicas e dramáticas que foram incorporadas pelos moradores. Foi através deste cenário e desta tripla perspectiva que pude identificar as novas aquisições de consumo como parte dos novos paradigmas de consumo

Aprioristicamente tanto o PAC-Habitação quanto O *Minha Casa Minha vida* fazem parte um plano de governo que visa o incentivo de habitações populares. A mesma proposta ocorreu em países como França, Inglaterra e outros, porém, com suas especificidades. Pretendeu-se aqui contribuir para uma avaliação de sua execução, tomando-se a análise etnográfica de um caso, tendo em vista as diferenças regionais dos estados e municípios onde o PAC está sendo desenvolvido, o que significa dizer que em cada um desses casos, as equipes técnicas encarregadas de promovê-los e os clientes serão totalmente diferentes e, portanto, poderão apresentar resultados também distintos.

O enfoque no processo de mudança em si, e não na vida anterior das pessoas, teve como objetivo essa discussão. Se ficasse presa ao "como eles viviam antes", ao "como era suas casas no morro", inevitavelmente cairia em um outro tipo de discussão que não me permitiria valorizar a mudança como uma situação de liminaridade. Focalizar minha atenção para o processo de mudança para o apartamento em si exigiu que eu assumisse um caráter mais reflexivo diante desta categoria temporal que é o presente, o aqui e o agora, em termos de suas virtualidades - o que poderá ser ou acontecer e o que não poderá ser ou acontecer dali por diante.

De nenhuma forma essa escolha me impediu de observar que um dos maiores problemas na execução do PAC resultou da forma etnocêntrica com que os gestores e técnicos responsáveis pela sua execução lidaram com questões essenciais acerca do modo de vida das pessoas que pretendiam auxiliar. No que tange à missão civilizatória de que estavam imbuídos, seu equívoco maior consistiu na falta de um conhecimento adequado das práticas e lógicas daquelas pessoas, do entendimento de que a mudança para ser bem-sucedida em todos os aspectos não se faria sem uma mudança interna em suas convicções e formas de engajamento em relação àquele espaço, vizinhos e regras com as quais passaram a ter de conviver dali por diante. Neste caso, só o tempo dirá se conseguirão realizar de fato, a passagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEP. CCEB - Critério Brasil. 2010. Disponível em: <<http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=301>>. Acesso em: 20 fev. 2011.
- APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas- As mercadorias sob uma perspectiva cultura*. Niterói: Eduff, 2008.
- BARBOSA, Livia. “Cultura, consumo e identidade: limpeza e poluição na sociedade brasileira contemporânea” In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (orgs.). *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006
- BARBOSA, Livia. Feijão com arroz e arroz com feijão *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116, jul./dez. 2007
- BARBOSA, Irene. Maria F. Marisa Peirano. A favor da etnografia.( resenha). *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 1997, V. 40 nº 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v40n1/3246.pdf> Acesso em 06/01/2013
- BARBOZA, Leila Maria da Silva. Mosaico do Lugar: Participação e Colaboração em Arte Pública Disponível em: [http://www.poesis.uff.br/PDF/poesis14/Poesis\\_14\\_Mosaico.pdf](http://www.poesis.uff.br/PDF/poesis14/Poesis_14_Mosaico.pdf) Acesso em 16/01/2013.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. In: *Os Pensadores XXXVIII*. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- BARROS, Carla Fernanda Pereira. *Trocas hierarquia e mediação: as dimensões culturais do consumo em um grupo de empregadas domésticas*. Tese de Doutorado em Administração -Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Instituto COPPEAD de Administração, Rio de Janeiro, 2007.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo, Perspectiva, 2000.
- BECKER, Howard. *Falando da sociedade*. Ensaio sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.
- BECKER, Howard. *Outsiders*. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BILAC, Elisabeth Dória. *Famílias de trabalhadoras: estratégia de sobrevivência*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- BIRMAN, Patrícia. “Favela é comunidade?” In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.
- BLADIN, BERNARD. *La construction du social par les objets*. Sociologie d'aujourd'hui, PUF, Paris, 2002.
- BOLTANSKI Luc, THEVENOT Laurent. *De la justification*. Les économies de la grandeur, Paris, Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude, "A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino", Lisboa, 1970.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção. A crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. A casa ou o mundo invertido. In: BOURDIEU, P. *O senso prático*, Petrópolis: Vozes, 2009

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e Cultura*, V. 10, N. 1, JAN./JUN. 2007, P. 11-27. Disponível em: [www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/.../2127](http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/.../2127) . Acesso em 21/01/13

BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). *Família & escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-83.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. *Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras*. São Paulo: FCC/DPE, 2008

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998.

CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CAMPBELL, Colin. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. In: BARBOSA & CAMPBELL (Org.) *Cultura, consumo e identidade*, Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CAMPOS, Jefferson et alli. Estudo Iconográfico do Barreto (Niteroi, Rj). *Revista Vitas –Visões transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade –* Disponível em : [www.uff.br/revistavitas](http://www.uff.br/revistavitas) Nº 3, Junho de 2012.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005.

CARDOSO; Aduino Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. Habitação de interesse social: Política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Maio de 2011, Rio de Janeiro - RJ - Brasil. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetroles.net/download/adauto\\_cardoso.pdf](http://www.observatoriodasmetroles.net/download/adauto_cardoso.pdf) Acesso em 23 de março de 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. 2ª edição. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000

CARVALHO, J.M. *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Casto. Drama social: notas sobre um tema de Victor Turner. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 16, p. 127-137, 2007

CAVALCANTI, Mariana O ambiente construído e a politização do cotidiano nas favelas cariocas. *Cadernos Metrópole*. N. 12, pp. 65-93, 2º sem. 2004. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/.../files.do?...o...cariocas..>. Acesso em 17-03-2013

CEFAÏ, Daniel; Lafaye, Claudette . Lieux et moments d'une mobilization collective. Le cas d'une association de quartier. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny (orgs). *Les formes de l'action collective. Mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COELHO, Maria Cláudia. *O valor das intenções*. Dádiva, emoção e identidade. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CUNHA, Neiva V. da, 2002, “*O Espírito do Sanitarismo: Narrativas de Profissionais da Saúde Pública dos Anos 30*”, tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 5ª edição, 1990.

\_\_\_\_\_ O que faz o Brasil, Brasil. Rio de Janeiro, Rocco, 1984.

DELAUNAY, Quynh. *Histoire de la machine à laver*. Um objet technique dans la société française. Presse Universitaire- Rennes, 1994

DESJEUX, Dominique. *Anthropologie de l'électricité*. Paris, L'rmattan, 1996

DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Rio de Janeiro : FGV, 1986.

DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens*. Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), 1991.

DUARTE. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

DUMONT, Louis, O individualismo. Uma perspectiva antropológica da Ideologia moderna. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

DURGANTE, Ritter. Paula Da Roça ao Mar: Estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói (RJ) / Paula Durgante Ritter. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – EICOS) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2007

DURHAN, E. R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (org.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 17-38.

\_\_\_\_\_. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

ELIAS, N. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

\_\_\_\_\_. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Editora: Jorge Zahar Editor, 2004.

FILHO, Evaristo Moraes (ORG.). SIMMEL, Georg. Simmel. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática. 1983

FIORI, J. Luís. *Estado do Bem Estar Social: Padrões e crises*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1995.

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. São Paulo: Martin Claret, 2ª edição, 2010.

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FREIRE, Leticia Luna. *Próximo do saber, longe do progresso: história e morfologia social de um assentamento urbano no campus universitário da Ilha do Fundão -RJ*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2011.

FREIRE, Leticia de Luna; SOUZA, Mônica Dias de. *Trocando o pneu com o carro andando: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos*. Relatório final da pesquisa de campo do projeto "Manguinhos: Diagnóstico histórico-urbanosanitário. Subsídios para políticas públicas sustentáveis em saúde" (Coord. Renato da Gama-Rosa Costa). Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. 2010

FREIRE, Leticia de Luna. *Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados*. In: *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, n.2, vol.1, out-nov-dez, 2008, pp.95-114.

----, SIMÕES, TORQUATO, SOUZA. *Da favela ao apartamento: uma análise sobre diferentes modos de habitar a cidade (Rio de Janeiro, Brasil)*. Comunicação



apresentada no Second International Conference of Young Urban Researchers-SICYUrb. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2011.

Disponível

em:

<http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/view/284/37>

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A construção da favela carioca como destino turístico. Rio de Janeiro:CPDOC, 2006. Lívia BARBOSA, Fátima PORTILHO e Letícia VELOSO(orgs). *Consumo: Cosmologia e Sociabilidades*. Rio de Janeiro, Editora: Mauad, 2009

FREITAG, B. *Cidade e Cidadania*. Cidade dos Homens. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro LTDA, 2002.

FREITAS, Cristiane Motta. A reconquista do centro : uma reflexão sobre a gentrificação de áreas urbanas / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano – IPPUR. Dissertação de mestrado, 2006.

GALDRY, Simon, et Claudia VÉZINA. Les habitudes de consommation des personnes en difficulté financière. Québec, Université LAVAL ( Département de sociologie) 1993. Etude présenté à l'ACEF de Québec. Ronéo.

GELPI, Rosa-Maria, et François JULIEN-LABRUYÈRE. Histoire du crédit a la consommation :doctrines et pratiques, Paris, La découverte, 1992.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

GOIDANICH, Maria . Compras, trabalho doméstico e gênero Disponível em:<http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/05/artigo-de-Elisabeth-Goidanich-para-leitura-pr%C3%A9via.pdf>. Acesso em 20/04/2013.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. 10. ed. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Editora Vozes, [2002].

GOFFMAN, Erving . Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, quarta edição. 1982

\_\_\_\_\_ *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010

GOMES, Laura. "Madame Bovary ou o consumo moderno como drama social". In: BARBOSA, Lívia & CAMPBELL, Colin (org.). *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

GONÇALVES, Rafael. “A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de obras de 1937”. IX Seminário de História da cidade e do urbanismo. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.

\_\_\_\_\_ Da política da “contenção” à remoção: aspectos jurídicos das favelas cariocas. In: In: MELLO, Marco Antonio da Silv. (ORG)..[et al.]. *Favelas cariocas : ontem e hoje ; - Rio de Janeiro : Garamond, 2012*. In: MELLO, Marco Antonio da Silv. (ORG)..[et al.]. *Favelas cariocas : ontem e hoje ; - Rio de Janeiro : Garamond, 2012*.p.253-278.

GOTMAN, Anne. *Dilapidation et prodigalité*. Paris: Nathan, 1995.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC[1973], 1989.

GUILLOU Anne; GUIBERT, Pascal. "Le froid domestiqué: l'usage du congélateur". In: *Du congélateur au déménagement- pratiques de consommation familiale*. Terrain 12, avril 1989 Carnet du patrimoine ethnologique. Pp.15-26

HERPINM Nicolas. *Sociologie de la consommation*. Collection Repères, La Découverte, Paris, 2004

HAMNETT, C., Gentrification and the Middle-class Remaking of Inner London 1961–2001. *Urban Studies*, v. 40, n. 12, p. 2401–2426, nov. 2003.

HOGGART, Richard. *La culture du pauvre*. Paris: Minuit, 1970.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HÜBNER; FRANCO. O Programa Médico de Família de Niterói como Estratégia de Implementação de um Modelo de Atenção que Contemple os Princípios e Diretrizes do SUS. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 17(1):173-191, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a10.pdf> Acesso em 17-01-2012.

JULIEN, Marie-Pierre. ROSSELIN, Céline. *La culture matérielle*. Edition LA decouverte, Paris, 2005.( capítulo IV)

JURUÁ, Ceci Vieira. Qual o significado do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento? Disponível em: [http://www.lppuerj.net/outrobrasil/docs/352007124322\\_An%C3%A1lise\\_Ceci\\_Mar\\_07.doc](http://www.lppuerj.net/outrobrasil/docs/352007124322_An%C3%A1lise_Ceci_Mar_07.doc). Acesso 20/11/2012

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HUBERT, H; MAUSS. Marcel. Ensaio sobre a natureza e função do sacrifício. In- MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo, Perspectiva, 1999.

IVO, Anete B. L. *Georg Simmel e a "sociologia da pobreza"*. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.52, pp. 171-180. ISSN 0103-4979. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n52/a13v2152.pdf> Acesso em 12/01/2012

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Eduff, 2008. p. 89-121.

KURITA, Yasuyuki. "Ordre et desordre domestique". In: SEGALLEN, Martine; LE WITA, Béatrix. *Chez soi - objets et decors: des créations familiales?* Éditions Autrement, Série Mutations, n. 137. Paris, 1993.

LAGO. Luciana Correa. O associativismo produtivo na periferia urbana: novos conflitos em pauta. Luciana Corrêa do lago. 35º Encontro Anual da ANPOCS GT 33 - Sobre periferias: novos conflitos no espaço público. Caxambu, 2011. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1210&Itemid=353](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1210&Itemid=353)

\_\_\_\_\_ O Minha casa minha vida é pior do que BNH dos militares. Disponível em : ><http://www.sul21.com.br/jornal/2011/11/minha-casa-minha-vida-e-pior-que-bnh-dos-militares/><

[LATOURE, Bruno. \*Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora\*. São Paulo: UNESP, 2000](#)

LE GOFF, Olivier. *L'invention du confort*. Naissance d'une forme sociale. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1994.

LEITÃO, Gerônimo. *Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção de moradia na favela da rocinha, ao longo de cinquenta anos*. Niterói, Edduf, 2009.

LEITÃO, Gerônimo. Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas. In: MELLO, Marco Antonio da Silv. (ORG)..[et al.]. *Favelas cariocas : ontem e hoje ; - Rio de Janeiro : Garamond, 2012.P.235-252*.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

LOPES, José Sergio Leite. Memória e transformação social : trabalhadores de cidades industriais. *Mana* 17(3): 583-606, 2011.

LUZ, Margareth da. *Nasce uma nova Niteroi- Representações, conflitos e negociações em torno de um projeto de Niemeyer*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 273-300, jul./dez. 2009.

MAGNANI, José Guilherme. *Rua, símbolo e suporte da experiência urbana*. Versão revista e atualizada do artigo “A rua e a evolução da sociabilidade”, originalmente publicado em *Cadernos de História de São Paulo* 2, jan/dez 1993, Museu Paulista- USP. Disponível em : [http://n-a-u.org/novo/wp-content/uploads/2011/11/rua\\_magnani.pdf](http://n-a-u.org/novo/wp-content/uploads/2011/11/rua_magnani.pdf)  
Acesso em 10/12/2012

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos no arquipélago da Nova Guiné, Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MALIGHETTI, Roberto. *Etnografia e trabalho de campo*. Autor, autoridade e autorização de discursos. Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004. Disponível em:  
[http://www.ppgcsoc.ufma.br/Revista%20UFMA/n1/n1\\_Roberto\\_Malighetti.pdf](http://www.ppgcsoc.ufma.br/Revista%20UFMA/n1/n1_Roberto_Malighetti.pdf)  
Acesso em: 16/01/2013.

MARCELIN, Louis Herns. “A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano”, *Mana*, 5 (2): 31-60, 1999.  
Disponível em: <http://etnografica.revues.org/1476#tocto1n4>. Acesso em 02-02-2013

MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: SEVCENCO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil, Vol. 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 131-170.

MARKOWITZ, M. A. *Fazer parte da classe média: práticas discursivas num bar em Rio de Janeiro e em um café em Buenos Aires*. Tese (Doutorado em Antropologia)-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MARTINS, Paulo Henrique- *A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 73, Dezembro 2005: 45-66 Disponível em: Acesso em 04/02/2013

MATTOSO, Cecília Lima de Queiroz. *Identidade, inserção social e acesso a serviços financeiros - Um estudo na favela da Rocinha*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPEAD, Rio de Janeiro, 2005.

MATTELART, Armand e Michele. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2004.

MAUSS, M. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo : Edusp.

McCRACKEN, G. *Cultura do consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

McCRACKEN, G. *Cultura do consumo 2* Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

MEAD, George H., *Espiritu, persona y sociedad*, Barcelona, Paidós, 1982.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno, SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos . *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro, IBAM, 1981.

MELLO, Marco Antonio da Silva. *Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços público de uso coletivo no Rio de Janeiro*. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian (Orgs.). *Fazendo antropologia no Brasil*. Riode Janeiro: DP&A Editora, 2001. pt. 3: p. 205-228.

MELLO, Marco Antonio da Silva & VOGEL, Arno. *Gente das areias: História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro*. Niterói, EdUFF, 2004

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. *Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 – n. 3 - JUL/AGO/SET 2011 - pp. 371-401 Disponível

em:<[http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/mello\\_e\\_cunha\\_novos\\_conflitos\\_na\\_cidade.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/mello_e_cunha_novos_conflitos_na_cidade.pdf)>  
Acesso 30-07-2013

MILLER, D. *Pobreza da moralidade*. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, n. 17, p. 21-43, 2 sem. 2004.

MILLER, D. *Consumo como cultura material*. *Horizontes Antropológicos*, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.

MILLER, Daniel. *A teoria das compras*. O que orienta a escolha dos consumidores. São Paulo, Nobel, 2002.

- \_\_\_\_\_. *The comfort of things*. Polity: Cambridge, 2008.
- \_\_\_\_\_. Estudando cultura material no sul de Londres. In: *Consumo cosmologia e sociabilidades*. Rio de Janeiro, Mauad X, Seropédica, EDUR, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Stuff*. Cambridge: Polity, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Trecos, troços e coisas*. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- NASCIMENTO Sueli. *A participação das associações de Moradores na Co-gestão da política de saúde de Niterói*. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina\\_PGPP/Trabalhos2/Sueli\\_do\\_Nascimento141.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Sueli_do_Nascimento141.pdf) Acesso em, 10 de julho de 2012
- NERI, M. C. (Coord). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/ IBRE, CPS, 2008.
- Disponível em: <<http://www3.fgv.br/> Acesso em 20/01/2009
- NÉRI & CARVALHO. Demanda por moradia, financiamento habitacional e comportamento financeiro das famílias. *Estudos Econômicos da Construção*, vol.3 n.2., São Paulo. 1998.
- OJIMA, Ricardo; Rafael H. Moraes PEREIRA e Robson Bonifácio da SILVA. *Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais?* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic\\_sec\\_1\\_mob\\_pen\\_def.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf). Acesso em 19/01/2013
- PARK, Robert, Ezra. “Ecologia Humana”. In: Pierson, Donald (org). *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1948 (Tomo I de Leituras de Sociologia e Antropologia Social).
- PARK, Robert Ezra. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. In: Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- PATTARONI Luca, « Le geste moral : perspective sociologique sur les modalités du vivre ensemble », *Carnets de Bord*, n°2, 2001, pp. 67-77.
- PEIRANO, Mariza G.S.. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- PÉTONNET Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. In: *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia* — (n. 25, 2º sem. 2008, n. 1, 2. sem. 1995). Niterói: EdUFF, 2009.

PIZZIO, Alex. *O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza.* Disponível em : <http://www.iseseduca.com.br/pdf/revista5/8%20O%20que%20define%20os%20pobres.pdf> Acesso em 23/01/2012

PRAHALAD, C. K. *A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro.* Porto Alegre: Bookman, 2005.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia do Prado. Favela, favelas: unidade e diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz (ed.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade.* São Paulo: REVAN / FASE, 2000. p.375-403.

POCHMAN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.* Editora: Boitempo, 2012

QUEM pode se considerar rico no Brasil- Entenda os critérios usados pelos institutos de pesquisa para definir quem faz parte da classe A e saiba em qual estrato econômico você está inserido. Revista Exame, 11/04/2012. Disponível em: <http://clubalfa.abril.com.br/estilo-de-vida/economia/quem-pode-se-considerar-rico-no-brasil/> Acesso em 12/09/2012

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / IPPUR / UFRJ / FASE, 1997. p. 170-171. [http://web.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=320%3Aprograma-de-aceleracao-do](http://web.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=320%3Aprograma-de-aceleracao-do)

RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso.* São Paulo: Makron Books, 2001.

ROCHA Angela da; Jorge Ferreira da SILVA. Inclusão social e marketig na base da pirâmide: Uma agenda de pesquisa. RAE-eletrônica, v. 7, n. 2, Art. 23, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v7n2/07.pdf>. Acesso em 20/11/2012

ROCHA, E. Os bens como cultura: Mary Douglas e a antropologia do consumo. In: DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo.* Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2006. p. 7-18.

RYBCZYNSKI, Wiltold. *Casa: Pequena história de uma ideia.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos complexos Sociais. Aspectos humanos da favela carioca. *O Estado de S. Paulo - suplementos especiais*, São Paulo, 13 e 15 abr. 1960.(IBAM)

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 2003 [1979].

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.* São Paulo: Cortez. 2003.

SEGALEN, Martine; BEKUS, Françoise. *Nanterriens- Le familles dans la ville.* Presses Universitaires du Mirail, Paris, 1990.

SEGALEN, Martine; LE WITA, Béatrix. "Le vertus de l'intérieur" In: SEGALEN, Martine; LE WITA, Béatrix. *Chez soi - objets et decors: des créations familiales?* Éditions Autrement, Série Mutations, n. 137. Paris, 1993. (editorial)

SIMMEL, George. *A filosofia do amor*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

SIMMEL, G. *Les pauvres*. Paris: Presses Universitaires de France, [1907] 1998.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. In: *Mana*, Rio de Janeiro, vol.11, n.2, out. 2005, p. 577-591.

\_\_\_\_\_. *Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal*. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.) *Sociologia*, São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas sociais, vol. 34, 1983.

\_\_\_\_\_. *Psicologia do dinheiro e outros ensaios*. Lisboa, Grafia, 2009

\_\_\_\_\_. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio G. (org), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Cruzada São Sebastião do Leblon: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Antropologia. Niterói, Universidade Federal Fluminense. 2008

SLATER, D. *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo; Nobel, 2001.

SLOB, Barth. *Do barraco para o apartamento: A "humanização" e a "urbanização" de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Niterói, dezembro de 2002, Universidade de Leiden, Holanda Departamento de Estudos Latino-americanos Trabalho de Conclusão de Curso.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiro: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolivar. *A classe média brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro; Elsevier; Brasília, 2010.

SOUZA, Rosale de Mattos. Histórico do prédio do Arquivo Central do Núcleo de Documentação da UFF. Niterói, 17/06/2006. Disponível em: <http://www.ndc.uff.br/repositorio/Hist%F3rico%20do%20pr%20E9dio%20do%20Arquiv%20o.pdf>, Acesso em 13/01/2003

STECHEER, Heinz. *Geog Simmel: Dinheiro, a solidez do efêmero*. *Cad. CRH.*, Salvador, n.22, p.185-191, jan/jun.1995.

---- A sociologia da capacidade crítica. *Antropolítica*. (n.23, 2 sem., 2007, n. 1, 2. Sem. 1995), Niterói, EDUFF, 2009.

THÉVENOT, Laurent. Le régime de familiarité. Des choses en personne. In: *Genèses*, 17, 1994. Les objets et les choses. pp. 72-101. Disponível em : <http://www.youscribe.com/catalogue/presse-et-revues/savoirs/religions/le-regime-de-familiarite-des-choses-en-personne-article-n-1-972611> . Acesso em 15/08/2013.

THÉVENOT Laurent; CONEIN, Bernard DODIER Nicolas; (Org.) *Les Objets dans l'action de la maison au laboratoire* textos réunis par. Paris : Editions de l'Ecole des hautes études de sciences sociales, 1993.

TORQUATO, Shirley Alves. *Dramas sociais, realidade e representação: A família brasileira vista pela TV*. Niterói, Universidade Federal Fluminense. 2005. Dissertação de Mestrado

TRINDADE, Cláudia Peçanha da . *Entre a Favela e o Conjunto Habitacional: Programa de Remoção e Habitação Provisória (1960-1970)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense. 2006.

\_\_\_\_\_. “Não se faz omelete sem quebrar ovos”. *Política pública e participação social no PAC Manguinhos* . Tese de doutorado em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2012.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: EdUFF. 2008

\_\_\_\_\_. Social dramas and history about them. *Critical Inquiry* Vol. 7, No. 1, On Narrative (Autumn, 1980), pp. 141-168  
Disponível em:  
<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1343180?uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102675112541>. Acesso em 12/05/2011.

\_\_\_\_\_. *Floresta de símbolos: aspectos do Ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005

VALLA, Victor Vincent. *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis, Editora Vozes/Abrasco, 1986

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela*. Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VALLADARES, L. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

\_\_\_\_\_. *Favela, política e conjunto residencial*. Dados, Rio de Janeiro, n. 12, 1976. (Museu Nacional)

\_\_\_\_\_. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VALPASSOS. Carlos Abraão Moura. *Aborto e Histórias sobre eles*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. (Tese de Doutorado)

VAN GENNEP. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

WEBLEN. Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo, Pioneira, 1965.

VELHO, Otávio G. (org), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.



VELOSO, Leticia; SANTOS, Elizete Ignácio. consumo e sociabilidade na construção do imaginário carioca. In: BARBOSA L., PORTILHO F. e VELOSO, L. In: *Consumo cosmologia e sociabilidades*. Rio de Janeiro, Mauad X, Seropédica, EDUR, 2009

VICENTE, Eliana. 'Nova classe média'? Uma abordagem antropológica sobre consumo, mobilidade e inclusão social. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em Antropologia, 2012.

VIDAL, Dominique. A linguagem do respeito. A experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas. *Dados*, vol. 46, n.2, pp 265-287, 2003.

WARNIER Jean-Pierre- Construire la culture matérielle. Paris, PUF, 2009.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

WEBER, Florence; GOJARD, Séverine et Agnes GRAMAIN. (dir.) *Charges de famille dépendance et parenté dans la France contemporaine*. Editions de la découverte. Textes à l'appui. Enquêtes de terrain. Paris, 2003. (Introdução)

WEBER, Florence. *L'Economie domestique*. Entretien avec Florence Weber. Etnografie du quotidien-1. 2006.

\_\_\_\_\_ *O trabalho fora do trabalho*. Uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WEHRS, Carlos. Niterói. *Cidade Sorriso*. História de um lugar. Dunlop, Rio de Janeiro, 1984.

WEINBERG, M. *A classe C no paraíso*. Veja, n. 2066, p. 11-15, 25 jun. 2008

WHITE, Willian Foote *Sociedade de Esquina*. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

WIESER, Hans Peter. A produção discursiva da moral no gênero fofoca [manuscrito] : elementos para uma descrição micro e macrosocial da conversação cotidiana. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará. 2009.2 v. (851 f.).

WOORTMAN. *Casa e família operária*. Anuário antropológico 80. Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_ A família trabalhadora. Ciências sociais hoje. São Paulo, ANPOCS-Cortez, 1984.

YACCOUB. H. Atirei o pau no "gato": uma análise sobre consumo e furto de energia elétrica (dos "novos consumidores") em um bairro popular de São Gonçalo - RJ. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

\_\_\_\_\_ A chamada Nova classe média. Cultura material, inclusão e distinção social. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 197-231, jul./dez. 2011.

ZAGO, N. (orgs.). *Família & escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-83.  
 CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas dométodo. In: CARDOSO, R. (org.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

### Endereços eletrônicos

Agência Nacional de Energia Elétrica. <http://www.aneel.gov.br/> Acesso 09/01/2013

DA MATTA Roberto. [http://revistatrip.uol.com.br/print.php?cont\\_id=31409](http://revistatrip.uol.com.br/print.php?cont_id=31409) Acesso em 10 de janeiro de 2012.

[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc\\_0035-969\\_1996\\_num\\_37\\_1\\_7086](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc_0035-969_1996_num_37_1_7086)

<http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/2010/ultimas-noticias/2010/09/08/casas-proprias-ja-representam-73-dos-domicilios-no-brasil-diz-ibge.jhtm>

<http://revistatrip.uol.com.br/revista/192/paginas-negras/roberto-da-matta.h>

<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/BNH,%20outra%20perspectiva.pdf>

[http://www.revista-ped.unifei.edu.br/documentos/V03N01/n4\\_art03.pdf](http://www.revista-ped.unifei.edu.br/documentos/V03N01/n4_art03.pdf) ( jurujuba)

<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas2Art4.pdf>

<http://www.vie-publique.fr/politiques-publiques/logement-social/droit-logement/>

[http://www.lab-urba.fr/articles/driant\\_Logement\\_social\\_et\\_mixite.pdf](http://www.lab-urba.fr/articles/driant_Logement_social_et_mixite.pdf)

[http://www.millenaire3.com/uploads/tx\\_reesm3/syntheses\\_discrim\\_fiche7.pdf](http://www.millenaire3.com/uploads/tx_reesm3/syntheses_discrim_fiche7.pdf)

[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/PAC\\_Urbanizacao de Favelas Web.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/PAC_Urbanizacao_de_Favelas_Web.pdf)